ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

EDIÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL · LISBOA · E DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA · RIO DE JANEIRO

ATLÂNTICO

NÚMERO
CINCO

1944

DIRECTORES:

ANTÓNIO FERRO
AMILCAR DUTRA DE MENEZES

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO:

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

DIRECÇÃO ARTÍSTICA DE:

MANUEL LAPA

ATLÂNTICO

REVISTA LUSO-BRASILEIRA

EDIÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL · LISBOA · E DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA · RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

OSÓRIO: *O Baptismo de Dom Quixote — Tragicomédia* (Ilustração de Manuel Lapa) / DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ: *A Luz Cinzenta* (Ilustração de Roberto Araújo) / ADELAIDE FÉLIX: *O Calhandriz* (Ilustrações de Manuel Lapa) / OCTÁVIO DE FARIA: *Reni* / FERNANDA DE CASTRO: *Capítulo do romance «Maria da Lua»* (Ilustração de Ofélia Marques) / ENÉAS FERRAZ: *Bêco Sem Saída da Lua* (Ilustração de Cícero Dias) / RACHEL BASTOS: *O Romance do Largo — Dois pequenos capítulos* (Ilustração da Autora) / GRACILIANO RAMOS: *Insónia* (Ilustração de Magalhães Filho) / ANTÓNIO CONTE: *Jaime e o Fado* (Ilustração de Frederico George) / TOMAZ KIM: *Passos de Menino* (Ilustrações de Bernardo Marques).

III

NEVES E SOUSA: *Paìsagens de Angola* / ÁLVARO LINS: *Biografia de Gonçalves Dias* / LUÍS SILVEIRA: *Índices da Cultura Portuguesa Contemporânea* / EUDORO DE SOUSA: *O Problema da Filosofia Portuguesa* / JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA: *A Literatura Brasileira em Portugal* / SOROA FILHO: *A «Santa Catarina» de Domingos Carvalho* (Ilustrado com a reprodução do quadro) / GASTÃO DE BETTENCOURT: *Retratos de Músicos Brasileiros: III — Carlos Gomes* (Ilustrado com um retrato em madeira) / FERNANDO GARCIA: *Cinema Português: Um Filme-Índice* / *Notas* / *Documentos*.

FORA DO TEXTO:

VIOLA MINHOTA Eduardo Viana / *SENHORA E MENINA* Noémia / *IMBONDEIRO* Neves e Sousa.

Quadricromias e outras gravuras: da Fotogravura Nacional e Ilustradora, Limitada. *Composição e impressão da:* Oficina Gráfica, Limitada. *Papel:* fabricado em Portugal.

Getúlio Vargas

DISCURSO de posse na Academia Brasileira de Letras

SENHORES:

Antes de tomar posse da cadeira que me destinastes, desejo fazer algumas considerações de carácter pessoal. Não me sinto em meio estranho. Além da grande honra de achar-me entre os mais elevados expoentes da inteligência brasileira, experimento a satisfação de aqui encontrar antigos companheiros de jornadas públicas e amizades que muito prezo.

Presidindo nossos trabalhos, vejo o embaixador José Carlos de Macedo Soares, que foi meu eficiente e dedicado Ministro de Estado, personalidade por todos querida e admirada; também o seu ilustre antecessor ao tempo da minha eleição académica, o Professor Levy Carneiro, que emprestou ao Govêrno, em muitas oportunidades, as luzes da sua cultura jurídica; e por último, o Ministro Ataúlfo Paiva, magistrado de altas virtudes, filantropo e homem de extensa projecção social, designado, em boa hora, para receber-me. Considero, ainda, a circunstância e o especial agrado de pertencerem a esta casa os poetas, romancistas e polígrafos que sempre apreciei e distingui, entre as minhas mais sinceras admirações intelectuais.

Não posso, finalmente, deixar de lembrar três nomes dos mais ilustres da nossa companhia, e aos quais me liguei por laços de amizade sincera e compreensão intelectual: Gregório da Fonseca, meu colaborador de imediata confiança, grande coração e grande carácter; Humberto de Campos, cujos últimos dias de vida acompanhei com emocional carinho; Alberto de Oliveira, o magnífico poeta, gentil-homem das letras, com quem me entretive em inesquecíveis momentos de contacto espiritual.

Devo e quero agradecer, agora, o generoso empenho que pusestes em trazer-me ao vosso convívio permanente, conferindo-me honra por certo superior aos meus méritos de inteligência e cultura.

Sr. presidente — Srs. académicos: — A actividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando idéias e problemas de govêrno, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.

Não sou e nunca pretendi ser um escritor de ofício, um cultor das belas letras, embora tenha-me habituado, desde moço, à amável convivência dos poetas e romancistas, como

leitor e admirador comovido das suas obras. Porque não hei-de reconhecer também, numa confissão escusável nestas circunstâncias, a atracção que sempre exerceram sôbre mim os homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas, os espíritos de alto quilate moral, possuïdores do divino dom de transmitir aos seus semelhantes as conquistas culturais, os anseios piedosos, os arrebatamentos da paixão e da fé?

Mas, tudo isso de que vos falo está longe de definir os méritos de um escritor, de legitimar pretensões à partilha dos louros e das glórias a que têem direito os príncipes da poesia e os mágicos exploradores dos reinos da ficção.

A «Casa de Machado de Assis» parecia reservada, nas minhas reflexões, aos homens votados à criação artística e ao estudo desinteressado dos problemas culturais. Não a considerava gleba apropriada ao rude amanho dos agricultores, mas terreno escolhido e tratado, onde os jardineiros operam milagres de beleza e colorido.

Nascida sob a invocação da Academia Francesa, por ela modelada, teria certamente o destino de servir de refúgio e assegurar repouso amável aos espíritos serenos, que olham a vida em têrmos de categoria filosófica e usam as lentes da perspectiva histórica para observar com imparcial frieza os acontecimentos da actualidade.

Sem dúvida, as circunstâncias da vossa fundação delatavam o divórcio então existente entre a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e as actividades chamadas práticas.

Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspiciaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social.

Por uma deformação lógica, sentiam-se quási incompatíveis. As alterações da semântica retratam, melhor do que amplas razões, essa situação de facto. Poeta era, ao tempo, sinónimo popular de lunático, pessoa ausente, habitando um mundo de fantasias e imagens; literato traduzia, num pejorativo brando, o teórico, pés fora do solo, cabeça nas nuvens, alheio ás realidades quotidianas e convencido de poder ajustá-las aos esquemas simplistas da construção dialéctica.

Em ambiente assim, era inevitável, as energias sociais dispersavam-se estèrilmente e o desdém do «espírito» pela «matéria» tomava formas quási extravagantes. Para o homem de letras, as palavras político, industrial, administrador, tinham igualmente um sentido alterado: significavam estreiteza de vistas, incapacidade imaginativa, grosseiro trato com as coisas belas da vida e os seus valores supremos. Para ser um exemplar dessa fauna tornava-se necessário ignorar as rosas, os poentes, as subtilezas da linguagem, o aguçamento de um sarcasmo e a finura de uma ironia.

Explicavam uns e outros, através de conceitos voluntàriamente truncados, o desdém recíproco e a mútua desconfiança. Os literatos reclamavam o isolamento, a tôrre de marfim, a impassibilidade marmórea, e essa atitude se reflectia na própria preferência pelas imagens do reino mineral, tão do gôsto dos poetas mais celebrados do tempo. Os homens de acção, dedicados às tarefas práticas, desacreditavam, por seu turno, as possibilidades reais dos que sabiam pensar e dizer.

Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase da vossa ilustre instituïção decorreu à margem das actividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil evolviam e se transformavam. Só no terceiro decénio dêste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de acção. Hoje vemos em vosso meio, compartilhando a imortalidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais. É admirável que isso aconteça. Os valores da inteligência são multiformes, resultam de múltiplas e fecundas aplicações. Os modernos processos de integração social não podem malbaratá-los e a todos disciplinam, num sentido útil, para maior bem da colectividade.

O papel das Academias não é, na actualidade, o que Chapelain atribuía à Academia Francesa: «Fazer um grande dicionário e fiscalizar a língua». É mais importante, mais amplo e profundo.

Não corresponde, evidentemente, a uma instituïção académica vanguardear os movimentos revolucionários em arte e cultura. Também não lhe corresponde actuar do lado extremo, permanecendo fechada num conservantismo estreito e reaccionário. Cabe-lhe, no conjunto das actividades gerais, uma função activa, coordenadora de tendências, idéias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do País a um plano superior, imprimindo-lhe direcção construtiva, fôrça e equilíbrio criador.

Foi com essa visão global das responsabilidades académicas que aceitei um lugar na vossa ilustre companhia, honrado com a escolha, que considero homenagem excepcional, e disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura, interessando-a na solução dos grandes problemas da Nacionalidade.

Eleito para a Cadeira 37, venho sentar-me entre vós, sob o patronato de Tomás António Gonzaga, na sucessão de Silva Ramos e Alcântara Machado. Não me poderia sentir melhor em qualquer outra. O poeta da Inconfidência Mineira alcançou essa consagração, mais pelo seu destino político que pela expressão da sua arte poética, aliás formosa.

Numerosos foram os homens que, pela época, interpretaram em verso os anseios sentimentais, as dúvidas amorosas, os conflitos do desejo e das possibilidades. O que singularizou a figura daquele desembargador do século XVII não foi certamente a inovação literária, a inspiração de grandes vôos ou a criação lingüística, como aconteceu com Dante e Camões. A sua lírica é similar à de todos os poetas do tempo. Reflete idênticas influências, repassa consabidos modismos, veste-se com as mesmas galas retóricas. Versejar parecia, então, sestro generalizado, diversão preferida das classes cultas. Se desde os clássicos da língua se admitia que «não fazem dano as musas aos doutores», contavam com absolvição antecipada os governantes poetas, os líricos magistrados.

Essa produção literária oferecia, entretanto, pouca ou nenhuma originalidade. Seguia, invariàvelmente, regras aprendidas a modo de ofício manual e a temática restrita dos modelos. Tomás António Gonzaga, que é o nosso exemplo, vivendo em Vila-Rica, cidade colonial das Minas-Gerais — cheia de pretos da mineração, de brigas de garimpeiros, de façanhas de contrabando — não nos apresenta, nas suas composições, um esbôço sequer da vida ambiente. A mais leve referência ao meio é esquecida. As suas poesias não se embeberam no cheiro estonteante da terra moça. As pastoras, os zagais, os pegureiros, que invoca e canta, não passam de simples expressões de um dicionário ignorado na colónia do ouro e das pedras, consumida pela febre das riquezas e do luxo que a Inglaterra e a Flandres produziam e Portugal importava e pagava com larguezas de perdulário.

Não foi, por conseqüência, essa literatura de amores infelizes, tão comum em tantos autores da época, o que elevou a herói o patrono desta Cadeira. A projecção excepcional da personalidade do cantor de Marília resultou da sua actuação política, da sua participação num acontecimento que objectivava emancipar a grande terra brasileira, ausente na obra do poeta e presente na existência do homem.

O verdadeiro patrono da Cadeira 37 não é, a rigor, o lírico de *Marília de Dirceu*. A poesia influíu na escolha como mera circunstância. A homenagem do patronato equivale a um preito de admiração à memória do poeta que se ligou a uma nobre causa e por ela padeceu o degrêdo e a morte expatriada. Iluminado por um sentimento de justiça, de independência, de anti-colonialismo, Tomás António Gonzaga legou-nos, ultrapassando a sua vocação lírica, a ascendência de uma vocação política sacrificada pela emancipação do Brasil.

Os fundadores da Academia tiveram, ao contrário do que se tem dito, uma iniciativa feliz, ao retirarem do agiológio pátrio o nome do herói, confiando-lhe o destino de uma Cadeira, que parece fadada a recolher os que, noutros tempos e por outros caminhos, se devotam ao engrandecimento da Nação, decididos a servi-la sem medir esforços.

Já originou observações curiosas a coincidência de ter sido português pelo sangue o patrono da Cadeira 37 e português pela formação literária seu primeiro ocupante. Silva Ramos, filólogo, pensando e escrevendo em moldes clássicos, era, realmente, um filho espiritual de Coimbra, exilado no Rio-de-Janeiro, entre gentes que deslocavam pronomes e abusavam dos gerúndios.

O fenómeno não é novo e o vemos repetir-se na América com desusada freqüência. Deriva claramente da herança lingüística. Os idiomas dos grandes grupos sociais originários da Europa tendem a retornar aos antepassados, numa forma de hereditariedade semelhante à do mundo biológico.

Fiel à mentalidade de herança, que se fortalecera definitivamente na fase de formação cultural, Silva Ramos não se preocupou em readaptar-se às exigências do meio em que veiu viver e trabalhar. Certamente, isso não lhe parecia necessário. A língua era e ainda é o único instrumento de expressão entre os dois povos e o laço mais forte de consangüinidade capaz de manter em contacto íntimo e fraternal brasileiros e portugueses. Ficou tal como veiu de Coimbra, exercendo com serenidade compreensiva a missão de mestre da boa linguagem. Foi um gramático, classificação que, apesar de parecer hoje um tanto pejorativa, corresponde exactamente a certos períodos culturais em tôdas as latitudes. Com a perspectiva do tempo poderemos dizer que preferiu ser um seleccionador a ser um criador. Conhecer e escolher afigurava-se-lhe talvez mais grato que inventar e produzir.

Em 1931, sucedeu a Silva Ramos o professor José de Alcântara Machado de Oliveira, que, durante um decénio, emprestou à Academia o brilho do seu pensamento e da sua cultura, séria e extensa.

Alcântara Machado representava entre nós uma estirpe mental de linhas fortes e bem definidas. Possuía uma formação cultural sólida e de amplos horizontes. Essa formação não se fizera, entretanto, com sacrifício da personalidade, que se constituíu recta e em constante ascensão, obedecendo a fundamentos morais de nítida influência cristã e encerrando, segundo o conceito de Maritain, a totalidade dos atributos humanos. Militante da cátedra, militante da política, exercendo no seu meio tão fecundo — a velha Faculdade de Direito de São-Paulo — acção directa e pessoal como professor e mais tarde director, foi literàriamente um tradicionalista.

As épocas passadas encontravam nêle ressonâncias duradouras. Aprendera com Renan a considerar a tradição o mais forte fundamento da idéia de Pátria. Homem do seu tempo, apercebido das realidades actuais, compreensivo e plástico na actuação social, admirava os antepassados, celebrava-lhes os feitos e sentia-se perante êles herdeiro responsável das suas qualidades e virtudes.

O livro de estreia literária de Alcântara Machado — décimo trabalho publicado, porque até aí só as letras jurídicas o preocupavam — é *Vida e Morte do Bandeirante*. Todos vós conheceis essas páginas admiráveis. Retratando o viver simples, austero e frugal dos desbravadores e pioneiros das terras altas do Brasil, o autor se entrega a uma tarefa grata aos seus sentimentos tradicionalistas. Não se trata de um trabalho de pura reconstrução histórica. Por certo, se enquadra no género perfeitamente. Sobra-lhe exactidão documental e a recomposição da vida social da época se desdobra em quadros descritivos quási fotográficos, sem omitir a localização dos factos, fixando-os à paìsagem e aos seus acidentes caracterizadores. Sabia, naturalmente, que a história deriva da geografia. Colocando as personagens no seu meio, identificando-as com êle, conseguiu apresentá-las completas, talhadas, como deveriam ser na realidade, num único bloco. Ali estavam associados, inseparáveis, os dois elementos conformadores da personalidade de Alcântara Machado: — o amor à terra e o culto dos antepassados. Deles tirava, como Barrès, a sua lei de equilíbrio no seio de uma sociedade em crescimento, que se alargava em círculos maiores de diversificação à medida que lhe vinham de fora, de outras latitudes, contingentes étnicos de vária origem, portadores de novas fôrças de conquista e de novos processos de apropriação económica. Vendo chegar os adventícios, o coração de Alcântara Machado se confrangia e o seu espírito se povoava de interrogações sôbre o futuro.

É fora de dúvida que o confronto entre os dois quadros — o da expansão bandeirante e o da incorporação imigratória — sobressaltava-o e enchia-o de temores. A propósito, devemos lembrar uma passagem do discurso que pronunciou na Academia Paulista de Letras, em Setembro de 1940.

«Porque não nos iludamos, dizia. Aqui está se desenrolando a luta silenciosa e subterrânea mas incessante e encarniçada, dos adventícios entre si e de todos contra nós. Agrava-se

de momento a momento o perigo, já anunciado por alguém, de nos tornarmos uma colónia como as demais neste chão conquistado, fecundado e mantido ileso pela coragem e pelo trabalho dos nossos maiores.

Por mais que se digam, e mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-lo, os recém-chegados. Faltam-lhes aquela integração no espírito da grei, aquela impregnação profunda da sensibilidade pela natureza, que vem do nosso lastro hereditário e determina o nosso modo e a nossa razão de ser. À acção de presença dêsses representantes de raças tão distantes, preocupados com a satisfação de interêsses imediatos, não será ousadia atribuir o declínio sensível das nossas virtudes tradicionais.

Aí está o que nos deve apavorar. É a possibilidade de que um dia se desnature a alma colectiva, substituída por outra, feita de retalhos de tecidos disparatados. Retomam-se províncias arrancadas pelo inimigo; mas não se consegue jamais reaver consciências anexadas ao estrangeiro. Contra essa eventualidade, tornada mais temerária hoje em dia pelas tendências dominantes em certos países, que convertem cada emigrado em instrumento de expansão imperialista, urge que mobilizemos todas as energias.»

As palavras de Alcântara Machado no discurso citado são as últimas que se lhe ouviram antes que a morte o roubasse ao convívio dos amigos e ao serviço das letras. Poderíamos considerá-las o seu testamento patriótico em face das provações da nova guerra e das incertezas do futuro para as nações jovens, de fraca densidade demográfica, abertas à imigração e desarmadas. Mostram, ainda, como era forte, no conjunto de suas qualidades de homem culto, o sentido da responsabilidade pública, sempre alertado nas situações em que teve de actuar, como professor, político, historiador, escritor ou jurista. E não é demais acentuar o equilíbrio, a serenidade, a dignidade das suas atitudes nos prélios onde foi chamado a opinar. Na cátedra, na tribuna parlamentar, nos concílios partidários, era sempre o mesmo — fidalgo na compostura, discreto no dissentir, firme sem jactâncias, lúcido no pensar e elegante no dizer.

Como instrumento de expressão a linguagem por êle usada em tôdas as circunstâncias aparecia dúctil, pulcra, transparente, cheia de ressonâncias clássicas, revelando um escritor com recursos excepcionais de estilo e de idéias. Em Alcântara Machado podemos comprovar o acêrto de Sainte-Beuve quando afirma que — «um pensamento firme e vivo já se apresenta necessàriamente com a sua forma completa de expressão.»

Antes de ir adiante, quero anotar uma observação marginal sobre a atitude do autor de *Vida e Morte do Bandeirante* relativamente ao problema da assimilação dos contingentes imigratórios. Já sabemos como era êle amoroso da terra, profundamente enraïzado ao solo pátrio. O livro em que evoca, magistral e comovidamente, o pioneirismo paulista dedica-o a membros da família, remontando a «António de Oliveira, chegado a S. Vicente em 1532». Reata, assim, os laços de ascendência a velhos troncos patrícios dos primórdios da colonização portuguesa.

Alguns anos antes — eis o curioso desencontro — António de Alcântara Machado, filho mais velho do nosso ilustre companheiro, publicava o seu primeiro trabalho literário, dando-lhe por título os nomes de três bairros populares de São-Paulo e dedicando-o «aos novos mamelucos», isto é, aos pioneiros do progresso paulista nos dias recentes do afluxo imigratório. E, ao invés de escrevê-lo na linguagem apurada que tanto elevou o nome do pai como escritor, utilizou-se do idioma dialectado dos descendentes de italianos, fazendo excelente literatura com os casos do quotidiano nas ruas movimentadas dos bairros industriais.

Aparecia, flagrante, a contradição. Para o filho, os bandeirantes do pai valiam tanto quanto os seus condes papalinos, os seus pequenos industriais prósperos e outros humildes adventícios, construtores anónimos do engrandecimento da cidade. Enquanto aquêle evocava orgulhoso, os sertanistas e desbravadores da era do ouro e das pedras, o outro olhava com admiração os homens novos, lutando dentro da floresta das chaminés fumegantes espetadas irreverentemente para os céus.

Compreendemos, desde logo, o antagonismo das duas gerações representadas pelo pai e o filho, com as suas transformações de mentalidade e diferenciação social. Com quem estaria

a razão? Talvez, Alcântara Machado houvesse formulado a pregunta a si mesmo e nos tivesse dado a resposta na passagem da magnífica oração académica anteriormente lembrada. Fácil seria certamente resolver o dissídio sem recusar razões a ambos. Limitemo-nos, porém, à anotação do facto em si, evitando juízos que os mortos não podem contestar e aproveitando-o para mostrar como se apresenta, nos nossos dias, imperioso e contingente, o problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional. A actualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra, está a indicar o único caminho possível: — apressarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros.

Depois desta digressão retomemos o fio das considerações anteriores para fixar aspectos singulares da fisionomia moral de Alcântara Machado e marcar os ritmos da sua marcha vitoriosa desde os bancos académicos até alcançar o mais alto plano da consagração literária.

Todos os adolescentes — opinam alguns psicólogos demasiado imaginosos — levam consigo, ao entrar no mundo dos descobrimentos e surprêsas que a idade lhes reserva, um arquétipo, um modêlo da personalidade «aquêle que desejariam ser» e cuja maneira de viver desejariam repetir. Escolhido o modêlo procuram imitá-lo pelos anos a fora, muitos sem êxito, outros com simples aproximações, alguns logo desiludidos da difícil emprêsa. Há ainda os que se desencantam nas primeiras experiências de adaptação e os que teimam em seguir padrões antípodas e incompatíveis com as tendências do temperamento e as condições de tempo e de meio. São, geralmente, os casos que mais se fazem notar pelo disparatado dos contrastes e a incongruência das atitudes postiças e caricaturescas. Não vemos por aí, com tanta freqüência, tartamudos que se julgam Demóstenes; pesquizadores de biblioteca que se consideram grandes eruditos; militares, políticos e estadistas empolgados pela imitação das figuras históricas de Napoleão, Alexandre e César? Quantos dêsses desencontros, dessas falsificações de modelos estarão a interferir desastrosamente no destino dos homens e dos povos?

Se tomássemos a sério a estranha teoria, as verificações da sua aplicação haveriam de ser decepcionantes. Não, certamente, em relação a homens como Alcântara Machado, cujo arquétipo nenhum trabalho daria descobrir, tal a confessada fidelidade com que o seguiu, honrando-o consciente e exemplarmente. Nunca o ocultou e em tôdas as circunstâncias teve-o presente como supremo mentor das suas directrizes morais e das suas conquistas de homem de pensamento. Era o pai, era Brasílio Machado, cuja biografia escreveu com tanto carinho e devoção filial.

De Alcântara Machado podemos dizer que foi um menino-moço. Cresceu e educou-se sob a directa e imediata influência paterna. Brasílio Machado, professor, advogado, político e orador, marcou-lhe os rumos da existência desde os passos iniciais. Precoce, reconcentrado, estudioso — aos 21 anos se fazia professor na mesma escola onde pontificara o pai. A tese com que disputou a cadeira — um trabalho completo sobre medicina legal — revelou-o uma inteligência vigorosa, honesta e armada com os melhores recursos da cultura jurídica e das letras clássicas. Daí por diante, nenhuma hesitação na marcha. Entregou-se a outros trabalhos, como advogado e político, e os realizou com a mesma segurança e elevação de idéias.

Poucos contactos pessoais tive com Alcântara Machado para considerar-me habilitado a falar do seu feitio íntimo, das linhas do seu carácter, dos seus sentimentos e reacções diante dos actos humanos e dos acontecimentos sociais. O que recolhi, porém, confirma substancialmente o testemunho dos amigos e dos que o conheceram mais de perto. Muitos se referem à sua bondade acolhedora, à timidez que parecia dominar-lhe os movimentos e dar a quem não o conhecia uma falsa impressão de soberba e superioridade estudada. Não me parece que êsse fôsse, realmente, o «defeito honesto» do seu carácter. A timidez nos espíritos cultos e sensitivos, fáceis de ser atingidos simultâneamente pelos caminhos da emoção e da inteligência, não passa as mais das vezes de uma disposição espontânea da personalidade. O tímido é, geralmente, um fraco de vontade. Nas susceptibilidades exageradas, nas tensões e afrouxamentos das reacções nervosas, ora amortecidas, ora abruptas, deixa-se surpreender aos primeiros contactos. Faltam-lhe, por isso mesmo, nas acções e na maneira de comportar-se, os nexos de continuïdade e de serenidade, que são visíveis e persistentes nos temperamentos equilibrados, sadios e fortes.

Alcântara Machado escapava, evidentemente, à classificação de tímido. Nos actos e nos modos de agir demonstrou sempre uma coragem serena e uma vontade firme. Poderiam levá-lo por convencimento a transigir, mas não o obrigariam jamais a desistir por imposição ou temor. Era, apesar disso — afirmam quantos lhe desfrutaram a convivência e o trato fidalgo — um afectivo. Não se confiava fàcilmente a intimidades, mas reservava para os amigos uma constante e enternecida assistência. O que o fazia parco em expansões e o colocava na posição de quem não quer ser visto talvez fôsse o receio de parecer falso e metódico, quando o seu empenho maior consistia em guardar fidelidade a si mesmo. Pertencendo a uma geração de crise — a de 1890 — teve oportunidade de conhecer períodos de depressão, de prosperidade geral e de sérios traumatismos políticos. Recolhera, na fase de formação, as últimas influências do romantismo e sofreu as primeiras inquietações do século. Explica-se, assim, porque, ao atingir a idade madura, desfeitas muitas ilusões e embebido de resignação cristã, viesse a considerar «a vida uma grande lição de humildade».

Os últimos anos de existência consagrou-os Alcântara Machado a dois trabalhos totalmente diferentes: — a biografia de Brasílio Machado e o Código Criminal Brasileiro.

O estudo biográfico do pai assinala mais um marco definitivo na carreira do escritor. Executou-o com cuidados enternecidos. O perfil do notável professor vale por uma perfeita reprodução da sua personalidade. Brasílio Machado possuía, indiscutìvelmente, títulos de sobra para destacar-se no meio em que viveu e actuou. A inteligência pronta, a cultura jurídica, a combatividade, faziam-no admirado e respeitado como mestre e causídico. Possuía porte tribunício, flama e audácias verbais de autêntico orador. Era, tambem, capaz de devotar-se a causas nobres e desinteressadas. Firme de carácter e de convicções, quando renunciou às lutas partidárias não o fêz para encerrar-se no cómodo silêncio do conformismo. Católico praticante, antes dos 20 anos converte à religião o próprio pai, velho brigadeiro maçon, anti-clerical, excelente protótipo dos homens do Primeiro Império. Completa, afinal, brilhantemente o ciclo da sua projecção social, batendo-se, como diria o filho, «pela recristianização do Brasil», pela volta ao espiritualismo de uma terra que ao espiritualismo cristão deve em grande parte seu crescimento e sua unidade.

O jurista, em Alcântara Machado, antecipou-se ao homem de letras. A parte mais sólida da sua cultura, a sistemática dos conhecimentos, a orientação filosófica, foram aquisições feitas na mocidade, durante o curso de Direito, na velha e gloriosa Faculdade de São-Paulo. Ao ingressar no professorado, a sua mentalidade já estava definitivamente conformada e apta a aplicar-se com seguro equilíbrio. Foi, por isso, um mestre completo e um causídico de rara proficiência.

A organização do Código Criminal vem a ser, por conseguinte, uma espécie de coroamento das actividades do jurista, do professor e do advogado. Foi-lhe confiada numa hora de transição política, quando se mudavam as instituïções para cuja adopção o parlamentar decisivamente contribuíra. Lembro a circunstância para salientar como o político sabia sobrepor-se, serena e patriòticamente, às contingências dos acontecimentos. Esquecendo-se de si, superior às susceptibilidades e às decepções, esteve sempre pronto a aplicar o saber e a sacrificar as comodidades pessoais em proveito das iniciativas úteis à colectividade.

Apraz-me destacar, mais uma vez, êsse traço marcante da personalidade de Alcântara Machado. O sentido da solidariedade humana era nêle tão forte como a vontade de realizar. Pensava certamente com Montaigne que «quem não vive de algum modo para os outros mal vive para si».

Nas actividades de académico conduziu-se com idêntica elevação de espírito. Já o disseram melhor do que eu, por ocasião da sua morte, os eminentes confrades congregados em sessão para celebrar-lhe a memória. No acervo dos seus trabalhos, as orações académicas representam uma contribuïção literária destinada a durar e a incorporar-se ao património cultural do País. São páginas vigorosas de penetração crítica, saturadas de sentido humanista, onde o escritor se mostra na plenitude dos seus recursos de expressão. Lembremos, nos discursos de posse e recepção que pronunciou, os juízos sôbre Silva Ramos, Luís Guimarães Júnior, João Ribeiro e Joaquim Nabuco. A precisão dos conceitos, o exame das ascendências

culturais e os nexos históricos indispensáveis em trabalhos críticos de ampla estruturação, transformam os perfis traçados numa galeria rica de conteúdo espiritual e de interêsse humano.

Alcântara Machado trouxe para os trabalhos acadêmicos a sua deslumbrada capacidade de compreender e aquilatar, sem restrições ideológicas e preconceitos de escola, os valores fecundos da inteligência. Acreditava no préstimo social dos intelectuais e na função política da literatura.

A existência de instituïções como a nossa não encontraria justificação plausível no conjunto das actividades sociais se limitássemos a sua esfera de acção à tarefa de seleccionar e consagrar, dentro das fronteiras do País, as glórias literárias. É o que se pode concluir também, atentando para a feição peculiar da obra de Alcântara Machado e evocando as palavras magistrais da parte final da sua oração de posse, quando afirma caber à Academia, «que é a expressão luminosa do pensamento e da sensibilidade nacionais, o dever, de que jamais desertou, de apertar os elos de solidariedade, por uma compreensão e um conhecimento mais perfeitos, entre os brasileiros de todos os Estados.»

Encerra essa afirmação todo um programa de actuação construtiva e nacionalizadora. A Academia, preciso é reconhecer, já começou a executá-lo desde o momento em que abriu as portas da imortalidade aos representantes da inteligência brasileira vindos dos diversos quadrantes geográficos e considerados expoentes legítimos nas letras, na sociologia, na medicina, na administração e nas ciências em geral. Cumpre-lhe, apenas, desenvolvê-lo, ampliá-lo, exercendo uma espécie de judicatura sôbre a vida mental do País, preparando uma atmosfera de interêsse e de respeito pelas criações intelectuais, estimulando as vocações e facilitando-lhes o acesso às fontes de revigoramento e renovação espiritual.

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação económica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têem de recair necessàriamente sôbre os intelectuais e os homens de pensamento. A Academia Brasileira de Letras não reüne a todos, mas dispõe de meios para congregá-los, oferecendo o exemplo dos seus ilustres membros, que não se recusarão a consagrar a tão alta emprêsa o que melhor possuam como expressão de inteligência, de generosidade, de fé patriótica.

Homenagem Portuguesa a Tristão de Athayde

Tristão de Athayde! Quem, de entre homens cultos, desconhecerá êste nome, ou melhor, êste pseudónimo literário, e o alcance e valor da sua Obra?

À luz dos Valores eternos, como poucos tem escalpelizado as heresias político-sociais contemporâneas, revelando-lhes as causas e evidenciando-lhes os efeitos.

E porque na desordem social dos tempos de hoje — tão diversa, quando não antagònicamente caracterizada — vê o fruto pluriforme de um único êrro básico: o êrro naturalista, *o repúdio do transcendente, do sobrenatural, reconhece e proclama que só o Espírito poderá salvar a ingrata Humanidade.*

«A grande cisão contemporânea, escreve, é realmente entre aquêles que aceitam Deus como medida do homem e aquêles que colocam o homem como medida de Deus», entre naturalistas e sobrenaturalistas, «entre os que reduzem o problema social a um mero problema económico (sejam capitalistas, sejam socialistas) e os que nêle vêem tanto um problema económico imediato como um problema teológico primordial».

Daí, que o essencial consista, escreve ainda, em «remontar o curso dos erros consentidos, nestes últimos séculos de desvio naturalista*», erros contra os quais só um remédio eficaz se descobre:*

«A volta a Deus»

Do coração saúdo, portanto, o brasileiro insigne que à «Filosofia da Fôrça», derivada de Nietzsche e Marx, e à «Filosofia da Tragédia», descendente de Dostoiewski e Kierkegaard, soube opor a «Filosofia da Caridade», vinda do Cristo; o publicista eminente que com tanta elevação e tanto brilho tem difundido a Verdade social cristã, na plenitude do seu equilíbrio e da sua harmonia deslumbrantes.

Estou, certo de que, no Novo Mundo, ao Brasil competirá a missão de guarda e defensor intemerato dos princípios morais que guiaram Portugal no decurso da sua história gloriosa. E certo estou, também, de que, mãos dadas por sôbre o Atlântico, as duas Pátrias lusitanas, fiéis a Deus e a Cristo, serão — na Ordem Nova que, por entre ruínas, sangue, dores e lágrimas, se está gerando — pioneiros fra-

ternos da Justiça e do Amor, sem os quais tudo o que venha a construir-se ruirá a breve trecho, sob o impulso satânico de novos ódios e redobradas violências.

E esta será — assim o espero — a recompensa máxima concedida pela Providência à frutificante acção recristianizadora de Tristão de Athayde.

FEZAS VITAL

Vejo em Tristão de Athayde o arauto de um sector do Futuro, Aquêle que procura antever o Ultracristão da Energia.

Interroga as Origens, ansioso por conhecer a dose de Verdade que permanecerá eterna, a incarnação do Verbo no mundo novo...

Missionário laico e caminheiro das hiperclaridades, é, em resumo, um Semeador do Espírito.

A sua pena iluminada, sequiosa dos horizontes dilatados, teve uma bênção singular — porque o Tempo gastar-se-á em vão sôbre as suas palavras!

ANTÓNIO PEREIRA FORJAZ

O pensamento de Tristão de Athayde representa actualmente um dos pontos de maior coincidência da cultura comum de Portugal e do Brasil.

Irmanados pelo mesmo culto dos valores espirituais, pelo mesmo anseio de uma ordem social orgânica sob a forma que êle chama do «grupalismo cristão», pela mesma inquietação perante os desvarios contemporâneos, saúdo em Tristão de Athayde o mestre e o camarada.

Ensaísta, crítico, filósofo, moralista, sociólogo, prosador magnífico, Tristão merece ser aclamado como um dos príncipes do pensamento contemporâneo.

MARCELLO CAETANO

Após a catástrofe que desabou sôbre a humanidade, a obra de Tristão de Athayde será, na construção do mundo de amanhã, um dos luzeiros da verdadeira Civilização, — da única que nos pode dar Paz, Progresso e Justiça.

RODRIGUES CAVALHEIRO

Um dos mais graves aspectos da crise dos nossos dias é, sem dúvida, aquêle que diz respeito às falsas idéias sôbre as questões sociais. A própria palavra é hoje usada, por vezes, num sentido muito diverso do verdadeiro — e daí resultam, com freqüência, equívocos nefastos. Assim, por exemplo, se opõe o social ao político e, enquanto uns defendem a primazia do segundo, defendem outros a primazia do primeiro. Como se se tratasse de antagonismo entre duas noções equivalentes, em lugar de necessária distinção entre duas noções complementares!

Estas e outras confusões graves — provenientes da lamentável falta de ordem nas idéias e, ainda mais, da falta de um conceito sistematizado da Vida e do Homem — estão na origem da maior parte dos labirintos dramáticos em que se extraviam quási todos os governantes do nosso tempo e de que sofrem, por inevitável conseqüência, os povos por êles dirigidos. Perdeu-se, por um lado, o contacto com os valores transcendentes; por outro, o contacto com as realidades positivas. Desvairados e transviados por um longo período de utopias e de revoltas, os condutores, os reformadores, os estadistas do último século encontraram-se a braços com problemas tremendos — mas não puderam resolvê-los senão por meio de soluções que enfermavam de um idealismo quimérico ou de um empirismo grosseiro. Tudo isto, porquê? Porque, na base, estavam a ignorância, ou o repúdio, da natureza autêntica do homem — portanto, do homem em sociedade — e estavam, também, certas obstinadas superstições: antes de nenhuma, o absurdo culto da «ciência», de uma «ciência» que deixara de se apoiar no essencial e no permanente para se confinar no simples exame e na triste idolatria do acidental e do transitório.

Que há, pois, a fazer — se se quere, de facto, subir de novo a encosta e retomar os caminhos salvadores? Proceder, primeiro, à eliminação implacável dos erros, sofismas e deformações que se opõem a uma visão clara do real. Compreender, outra vez, a dependência, em que estamos, de uma Ordem que nos ultrapassa. Deduzir, com humildade clarividente, o Invisível do visível, as leis de estabilidade e continuïdade das mil variações e mutações de cada hora — a jerarquia dos valores da aparente anarquia dos fenómenos.

Só assim poderemos encontrar o fio de luz no dédalo em que tantos se perdem. Só assim poderemos reconstruir o que foi destruído — de acôrdo com as leis, sempre justas e sempre válidas, que presidiram às grandes construções de sempre.

Parece-me que, ao serviço dêstes intuitos e destas directrizes, seria extremamente útil divulgar entre nós algumas das páginas em que Tristão de Athayde, o notável ensaísta brasileiro, expõe as bases fundamentais de uma sociologia integral (isto é, apta a reünir e a ordenar todos os pontos de partida da metafísica tradicional católica e tôdas as exigências do realismo social moderno) e finalista — isto é: atenta ao que, no homem e na sociedade, vai além do episódio e do sobressalto efémero e se insere na linha fecunda e decisiva do seu destino.

«O plano das coisas sociais não esgota a realidade» — escreve justamente o

nosso Autor, no preâmbulo de «CONTRA-REVOLUÇÃO ESPIRITUAL». E, já no corpo do mesmo volume, acentua: — «Há um problema moral no fundo de todo o problema social. E ambos formam um todo indissolúvel». É porque assim conhece, e lùcidamente define, o primado da ética nestes domínios e porque sabe dar-nos uma síntese modelarmente orientada e corajosamente ortodoxa, que Tristão de Athayde se tornou um dos mestres dignos de ser propostos a quantos, em Portugal, queiram pensar claro e falar claro àcêrca de problemas sociais.

Poderíamos colher em vários dos seus livros — como «ESTUDOS», «POLÍTICA», «CONTRA-REVOLUÇÃO ESPIRITUAL», «PELA REFORMA SOCIAL», «TENTATIVA DE ITINERÁRIO», «PREPARAÇÃO À SOCIOLOGIA» — trechos de crítica e de exposição de idéias que formariam, decerto, vivo e luminoso inventário dos males que atormentam os homens dêste século e dos remédios capazes de os debelar ou suprimir.

A sociologia de Tristão de Athayde é, aliás, a sociologia cristã — escrupulosamente assimilada, actualizada e formulada em têrmos acessíveis. E tôda a sociologia cristã — como êle próprio assinala — «é penetrada por um profundo sentimento de unidade, *como finalidade que harmoniza tôda aquela variedade de formas sociais que a história dos homens revela e que a etnologia moderna reafirma, como resultado de suas extensas observações».*

Sofre a nossa época, precisamente, de tanta insegurança e de tanta incerteza, por não acertar com o segrêdo de integrar a variedade *que descobre na* unidade *que ambiciona.* Unidade na variedade *— é fórmula habitual e constante na filosofia cristã e, portanto (como se friza nos períodos acima transcritos), da sociologia cristã. Mais uma razão para nela procurarem as respostas decisivas às suas interrogações e aos seus alarmes todos os que, na hora presente, se consomem, de boa fé, no desejo de reganhar a boa estrada. Êsses, podem seguir com inteira confiança Tristão de Athayde — guia que não se engana nem os engana, por ser intérprete fidelíssimo da eterna Mestra da Verdade.*

JOÃO AMEAL

Associo-me de todo o coração às homenagens que os meios intelectuais brasileiros prestam ao eminente escritor Tristão de Athayde.

Merece bem as honras que a inteligência brasileira lhe presta, pelo vigor intelectual e elevação com que tem dignificado as letras pátrias. Êle tem jus, até, à admiração dos pensadores católicos e não católicos de todo o Mundo, pois a sua pena de oiro votou-se à defesa daqueles nobres ideais que dignificam a vida e dão ao homem os rumos do seu destino superior.

Tristão de Athayde, pensador e polígrafo de alta estirpe, sem deixar de ser um homem bem enraïzado à terra, soube dar ao seu pensamento e à sua cultura directrizes universais.

Fixou a sua actividade intelectual naquilo que constitui o essencial da vida

humana, equacionando e resolvendo problemas que o tempo e o espaço não podem confinar.

A civilização e a cultura ocidental têem nêle, por isso, um dos mais importantes e claros defensores contra todos aqueles erros que diminuem e contrariam o verdadeiro espírito europeu.

Êle ergue em suas mãos, numa época negra de cepticismo e de dúvida, o facho das idéias e dos princípios que formam o património sagrado da civilização latino-cristã.

Homenageá-lo, é prestar também culto aos valores morais e espirituais que engrandecem o homem e a vida.

ABRANCHES MARTINS

Escritor de uma língua em que a crítica é quási sempre tendenciosa, Tristão de Athayde constitui um raro, nobre e alto exemplo de consciência literária, pois nunca menosprezou os valores estéticos, fôssem quais fôssem as suas tendências, sendo êle um doutrinário, crente em qualquer coisa de absoluto.

Nunca olvidei a lição de imparcialidade que colhi, há quantos anos!, num artigo de Tristão de Athayde sôbre o romance de um grande escritor francês que é homem de acção política, quer na vida quer nos livros, e está no polo oposto ao credo católico e à sociologia cristã do ensaísta brasileiro. Outros títulos impõem à minha admiração aquela clara inteligência crítica que soube ver, antes de mais ninguém, a importância do Modernismo e o valor do romance nordestino, abrindo-se logo à compreensão desses fenómenos literários do seu país, que um espírito ligado a uma ordem tradicional e aspirando a uma vida sublimada devia condenar. Mas aquêle artigo, nem sei porquê, constantemente domina o meu pensamento, sempre que invoco o nome de Tristão de Athayde — e por causa dêle o faço, sempre, com tão profundo respeito moral.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

INSTINTOS FUNDAMENTAIS DA VIDA E SUA SIGNIFICAÇÃO

POR A. DA SILVA MELLO

QUANDO se analisa a vida do ser animal dentro da natureza, logo se impõe o facto de ser êle conduzido por dois instintos fundamentais: o da conservação do indivíduo e o da procriação da espécie. É a êsses dois instintos que êle obedece essencialmente, tendo tôda a sua existência por êles norteada. O problema da vida é, primeiramente, conservá-la e, depois, propagá-la. E, nesse imperativo, resume-se tôda a sua significação, sendo também nesse sentido que se deve procurar explicação para as suas mais variadas manifestações. O instinto da conservação da vida e o da sua procriação dominam de tal modo a substância viva, que até nos seres inferiores, mesmo nos animais rudimentares e nas próprias plantas, se torna fácil observar a sua influência decisiva. Quando se procura investigar a extensão de sua acção, descobre-se que ela afecta tôdas as actividades da vida animal, pondo-as debaixo da sua dependência directa e imediata. Nada, portanto, de surpreendente que tôda e qualquer acção do ser animal possa ser posta em relação com êsses instintos fundamentais, êsses senhores supremos, dos quais não passam os outros de servos ou auxiliares. O mundo vivo, compreendido dessa maneira, apresenta-se sob forma unitária, que permite inesperadas e fecundas aproximações. As manifestações da vida animal, desde as mais rudimentares até às do homem, vivendo vida de família e de sociedade, deixam-se enquadrar nessa fórmula biológica, que exprime o que há de mais categórico e imperativo dentro das funções da matéria viva. É uma chave que serve para abrir os mais recônditos segredos biológicos, sendo aplicável às nossas próprias funções psíquicas. O essencial é saber servir-se de tal instrumento, cuja técnica de emprêgo, ainda em seus primeiros inícios, precisa ser trabalhada até completo desenvolvimento. A psicanálise valeu, nesse sentido, como um exemplo excelente, embora, debaixo do ponto de vista da biopsicologia, seja fácil compreender porque alcançou ela tão imenso sucesso e ainda porque êsse sucesso foi incompleto, por vezes até decepcionante.

A psicanálise revolucionou o conhecimento que possuíamos do nosso ser e da nossa posição dentro do mundo e, daí, levou-nos a nova compreensão da vida, diferente daquela que nos ministravam a antiga psicologia e a velha filosofia. Se as suas doutrinas são discutíveis, sobretudo pelo trabalho de imaginação que enche

as suas criações, não há dúvida de que ela representa imenso progresso, pois Freud conseguiu deslocar a direcção do pensamento humano, levando a humanidade a investigar sua conduta de modo mais livre e objectivo. Mesmo que a doutrina esteja impregnada de misticismo, mesmo que muitas das suas conclusões sejam erróneas ou excessivas, mesmo assim, merece Freud a estima e a gratidão de tôda a humanidade como não se cançam de afirmar mesmo aquêles que se têm levantado contra as suas concepções. «A persistência e a valentia de Freud e seus discípulos têm sido, em grande parte, o que mais tem contribuído para despertar êsse universal espírito de indagação que, hoje, cada vez se manifesta com maior veemência, em tôrno da expressão sexual. Sociólogos e moralistas, eugenistas e sacerdotes estão hoje prontos a enfrentar, com desassombro, os problemas sexuais, em vez de os marcar, à moda antiga, como tabus». Estamos, assim, muito longe daquela época em que a psicanálise foi denominada «psicologia de cloaca», havendo-se estabelecido, ao redor de Freud, um vazio de tal ordem, que êle próprio declarou ter-se sentido como Robinson, perdido na sua ilha.

A teoria de Freud foi o complemento natural do darwinismo, que começou assim a penetrar no campo da psicologia. O golpe foi profundo e a emoção por êle suscitada foi imensa. Agora, porém, já estamos afeitos à idéia, que se tornou parte integrante dos nossos conhecimentos. Todos os domínios do saber humano estão impregnados da doutrina freudiana, que penetrou e deu nova direcção à psicologia e à filosofia, procurando explicar tôdas as acções do homem, desde os seus mitos e as suas religiões até às leis da sua sociologia e da sua história. E porque todo êsse êxito, tôda essa incalculável repercussão? Seguramente, porque se havia tocado aí num ponto certo e essencial da verdade, capaz de permitir essa extensa generalização. A teoria estava baseada no instinto sexual, o instinto animal mais decisivo, pois que serve para a perpetuação das espécies. Que a sua acção devesse ser poderosa ou mesmo preponderante nos actos da vida animal era suposição que podia ser estabelecida «a priori», desde que se raciocinasse de maneira estritamente biológica.

A escola psicanalítica de Freud considerou o impulso sexual como a fonte de todos os outros impulsos, como o impulso fundamental, do qual derivam todos os outros. E, partindo dessa concepção, procurou relacionar tôdas as manifestações do ser humano com o instinto sexual, que se tornou, dêste modo, o soberano absoluto, omnipotente! Não é aqui o lugar para discutir os exageros dessa concepção, que já têm sido variadamente verberados, dando lugar a diversas cisões dentro da própria escola freudiana. Que a psicanálise tivesse desencadeado tamanho movimento de opinião e fornecido à psicologia uma nova directriz parece, em todo o caso, bem compreensível, dado o facto de Freud ter partido do sexo, do instinto que visa a procriação, fazendo dêle a base da sua teoria. Uma vez estabelecida tal premissa, tornava-se natural chegar aos resultados encontrados. O instinto da procriação, da perpetuação da vida é, sem dúvida, de todos o mais importante, aquêle ao qual todos os outros servem na mais dedicada e obrigatória das vassalagens. Por isso, nada de admirar que, nas mais variadas manifestações de nossa vida animal, pudesse ser êle encontrado, fazendo sentir o poderoso efeito da sua

acção. Mas, haverá razões para ser isolado, para se tornar em tôdas as situações o motivo directo, imediato, sempre preponderante ou decisivo? Porque colocá-lo como motivação única, como factor soberano, que tudo decide e do qual todos os outros dependem? Não haverá aí, antes, uma associação de valores, uma soma final composta de numerosas parcelas? Não é por uma gradação progressiva, por um desenvolvimento ascendente, pela passagem através de numerosas estações que se alcança o têrmo último, aquêle que, afinal, parece ser o objectivo máximo da jornada? No entanto, antes de se chegar à fase da procriação, quantos desvios, quantas paradas, das quais parecem muitas ser até o fim da viagem ou a sua principal ou única motivação!

Quando Freud se serve da líbido, procurando abrandar-lhe o carácter puramente sexual, certamente usa de hábil recurso de interpretação, à custa do qual procura vencer incongruências da sua concepção. Mas, mesmo assim, essa concepção peca por excesso de sexualismo, admitindo, por exemplo, que o procedimento da criança na primeira infância, e mesmo quando apenas recém-nascida, é regulado por impulsos sexuais. Para que falar em volúpia e em líbido do recém-nascido, quando êle agarra gulosamente o seio materno e o mantém até saciar a fome e cair em sono profundo? Não é mais natural apelar aí para o seu instinto de nutrição, à custa do qual mata a fome e garante a saúde e o desenvolvimento do seu corpo? Para que complicar inùtilmente as coisas simples, obscurecendo-as com tão complexas interpretações? Freud acentua que a psicologia poderá demonstrar que os sentimentos afectuosos da criança, em relação às pessoas que dela cuidam, são idênticos aos sentimentos sexuais. Idênticos! Mas, porque e, principalmente, para quê? Os dois sentimentos não têm finalidades absolutamente diversas e não podem ser perfeitamente explicados de acôrdo com as suas diferentes finalidades? Para aceitar a interpretação de Freud, precisamos, a todo o momento, violentar factos, que, muitas vezes, parecem suspensos no ar, fora da realidade. Êle próprio deve ter sentido essas insuficiências, quando diz que as causas que concorrem para desencadear o processo sexual são múltiplas e que «na verdade, se tem tornado êle, em sua essência, cada vez mais enigmático». Êsse enigma deve provir mais da interpretação que mesmo da realidade dos factos, desde que tomemos o processo sexual dentro de sua exacta significação.

Freud acredita que tudo de importante que se passa no organismo deve contribuir para excitar o instinto sexual, e acrescenta que tudo que dá prazer pede repetição e intensificação. E diz que a grande questão é justamente saber porque, sentindo-se um prazer, se tem desejo de sentir outro ainda maior. A questão não está talvez bem formulada, pois que um prazer natural pode satisfazer completamente. É isso que acontece, quando temos grande sêde ou fome intensa e bebemos ou comemos até à saciedade. O mesmo sucede com o acto sexual que, executado com poderoso e perfeito prazer natural, dá uma sensação de completo contentamento, em geral acompanhada de sono profundo e reparador. Em tais casos, são os instintos que pedem e recebem satisfação. O porquê da questão é aí extremamente claro e não precisa de sábias explicações para ser compreendido. O prazer é a sensação natural do acto biológico que serviu à satisfação dos instintos, cor-

respondendo, assim, aos desejos do organismo. Já por aí se pode perceber o exagêro ou mesmo a monstruosidade de asserções da escola psicanalítica, tais como a de Freud, quando afirma que a tendência para a perversão é uma disposição geral, originária do instinto sexual, que não se torna normal senão à custa de modificações orgânicas e inibições psíquicas sobrevindas no curso do seu desenvolvimento! Não parece tal afirmativa verdadeiro contra-senso diante do que sabemos do instinto sexual, que é de todos o mais poderoso e procura impor-se de maneira quási obrigatória? Não é para isso que o prazer atinge um limite extremo e que não pode mesmo ser ultrapassado? Se a recompensa não fôsse tão grande, certamente não valeriam a pena tôdas essas lutas e sacrifícios tão fáceis de observar dentro da série animal e, às vezes, também em relação ao próprio homem. Lembremo-nos das lutas entre animais, na época do cio, e que, não raro, terminam pela morte de um dos contendores. O próprio camelo, que não dispõe de meios de defesa, que atira quando muito sujidades pela boca e pelo nariz, torna-se, na época do cio, terrível, agressivo, passando dias sem comer nem beber, pisando, matando e correndo com incrível velocidade. É, por essa razão, que precisa ser quási sempre castrado!

Pois bem, foi assim que a natureza traçou o seu plano, por meio do qual consegue a perpetuação da vida. De outro modo, poderia acontecer o acto da procriação deixar de ser realizado, faltando um incentivo capaz de levar à sua consecução. Mas, o que a natureza visa, então, não é o interêsse do indivíduo, mas sim o da espécie, à qual êle serve, em geral, indo até o sacrifício. Há animais nos quais predomina o aparelho sexual e que até morrem depois da procriação. O que a natureza procura garantir é, antes de tudo, a espécie, que tem mais valor que o indivíduo. Todavia, que nos mostra ainda, nesse particular, a natureza? Que, tanto no homem como nos animais, o início da fase sexual ocorre num período adiantado da vida, de acôrdo e depois do desenvolvimento de outras funções do organismo. A interpretação que se deve impor como mais natural é que tôdas as manifestações sexuais, surgidas antes da época adequada, não devem ser consideradas como puramente sexuais, isto é, provenientes do instinto sexual, cuja verdadeira finalidade é a procriação. Nessas condições, elas devem representar impulsos de outros instintos, caso não provenham de anormalidades orgânicas ou de desvios produzidos pelas condições do meio ambiente ou por sugestões e erros educacionais.

O sexo é uma coisa por si, corresponde a uma função que necessita de órgãos para poder ser executada. E êsses órgãos fazem parte de um organismo complexo, cujas partes se integram admiràvelmente. A puberdade tanto pode aparecer precocemente, como também em época muito tardia. Querer que tudo seja sexual, que tudo tenha relação com o sexo e esteja na sua dependência directa, é, com certeza, generalização excessiva, que engloba factos essencialmente diferentes. É quási como se quiséssemos considerar óptimo como uma glândula do aparelho sexual, só porque êle, fazendo parte do organismo humano, não pode deixar de trabalhar sincronizado com os seus demais órgãos. No entanto, a sua função não é necessária senão durante determinado período da existência e, quando perde a sua razão de ser, então atrofia-se até completo desaparecimento.

Na questão do instinto sexual, o que precisamos primeiramente ponderar é que êle serve para a propagação e a perpetuação da espécie, impondo-se como o instinto mais elevado, aquêle que garante a continuação da vida, parecendo ser o maior objectivo da própria vida. O que vemos dentro do grande panorama é, em todo o caso, a vida animal dominada pelos instintos da sua conservação e da sua propagação. Primeiramente da sua conservação ; depois, da sua propagação ! Na sua primeira fase, o instinto sexual não tem ainda nada para realizar e é talvez bem absurdo querer atribuir-lhe papel que não pode representar. A criança, assim como o animal jovem, tem outros interêsses e outras coisas a fazer. Não é ainda o sexo que os move e os determina.

O argumento mais grave e pesado que pode ser levantado contra a psicanálise é, sem dúvida alguma, o de estar ela em contradição com os dados da observação animal. A função sexual tem a sua significação própria, a sua finalidade definida, a sua razão de ser imperativa. Ela serve para a propagação da espécie e não entra em plena actividade senão depois de o organismo ter atingido certo grau de desenvolvimento. Antes de haver chegado a êsse ponto de evolução, o problema sexual tem outra significação, traduzindo, em geral, desvios do nosso instinto ou a excessiva participação do nosso cérebro. O animal, por si, durante a infância e até a puberdade, não se dá conta da função sexual nem se preocupa com os seus órgãos genitais. Mesmo o animal adulto, fora do período do cio e da procriação, vive vida normal, sem andar obcecado pelo sexo ou correndo atrás de prazeres eróticos. Quem quiser ter uma impressão viva e significativa da realidade, basta visitar uma dessas casas de comércio de animais domésticos e observar, por exemplo, o comportamento de jovens cães presos dentro de gaiolas. É espetáculo dos mais divertidos e interessantes vê-los a brincar uns com os outros, acariciando-se, lambendo-se e mordicando-se de tôdas as maneiras, nas posições mais extravagantes, até de pernas para o ar e tudo sem qualquer mal ou sofrimento, revelando antes imensa sensação de prazer. E não há parte do corpo que seja respeitada, recebendo carícias tanto as orelhas e as patas como os órgãos genitais ou o ventre e o focinho. E, se são já adultos e conhecem o acto da procriação, brincam do mesmo modo, sem haver qualquer manifestação de erotismo sexual. E isso se torna ainda mais evidente quando é o cão ou a cadela que lambem os seus próprios órgãos genitais, por motivo de simples limpeza ou higiene, tal como o fazem com as patas ou outras partes do seu corpo. Acredito que essa observação, tão fácil de ser feita, seja suficiente para demonstrar o êrro de interpretação psicanalítica, quando admite que o sexo domina e rege tôda a vida do ser humano, desde os seus primeiros inícios.

Isso está em desacôrdo com a nossa evolução filogenética e pode valer, quando muito, para casos excepcionais ou patológicos, talvez resultantes de erros educacionais. A nossa preocupação pelo sexo é que nos tem levado a procurá-lo em tôdas as manifestações do nosso ser e essa procura deve actuar, por sua vez, como factor de sugestão e fixação. Não é sem razão, conforme já tem sido afirmado, que a psicanálise encontrou a sua casuística principalmente em Viena, lugar em que ela nasceu e, por isso mesmo, onde melhor floresceu. Quando os psicanalistas subme-

tem o sexo à sua habitual interpretação, certamente descobrem antes o seu próprio simbolismo erótico do que mesmo a verdadeira realidade em tôrno da qual gravita a criança.

Além disso, precisamos considerar que o instinto de conservação da vida não existe ùnicamente para possibilitar o da sua propagação. Êle existe por si, autónomo, tendo a sua razão de ser, e tão necessária quanto a da própria propagação da vida. A prova disto está, não sòmente na fase que precede a procriação animal, como também no prolongamento da vida além do seu período de reprodução. Tanto numa como noutra dessas fases da vida, conservam, o homem e o animal, os seus atributos de defesa individual, à custa dos quais procuram conservar a sua existência. Em vez de querer explicar tudo pelo sexo, precisamos, portanto, verificar o papel dos outros instintos, para assim compreendermos melhor a nossa vida, descobrindo as suas directrizes mais normais, aquelas que nos devem ser mais úteis e favoráveis.

Do livro em preparação: *O Homem: sua Vida, sua Educação, sua Felicidade* (Fragmento do 2.° capítulo).

DO PENSAMENTO PORTUGUÊS

POR VIEIRA DE ALMEIDA

JÁ em esbôço anterior me ocupei do pensamento português, ou melhor, de um aspecto do pensamento português, enunciando algumas hipóteses quanto às suas características. (Resumo de uma conferência, publ. no t. IX, 2.ª série, da *Rev. da Fac. de Letras de Lisboa)*. Pode dizer-se que hoje apenas acrescento algumas hipóteses às então apresentadas, e isto não só pelo que o problema possa conter árduo ou complexo, mas porque a solução depende de problema mais geral, que embora já formulado com relativa nitidez, continua a oferecer dificuldades que necessàriamente se projectam no nosso problema particular.

A confirmar esta dependência pode citar-se como exemplo um artigo de H. Vleeschauwer, publicado nos *Estudos kantianos* (*Bd.* 42, *Heft* 1-3) com o título «Diferenças nacionais na filosofia europeia», a que farei, para começar, anotação e referência breve.

O autor começa por fazer notar que a despeito da tentativa de todo filósofo para atingir um ideal de objectividade, o determinismo interno a que está sujeito como qualquer homem, o obriga ou a pôr de parte êsse ideal ou a duvidar da verdade do juízo de Descartes, de que o «bom senso» é o que se encontra mais bem repartido no mundo. Entretanto, pensa que esta forma dilemática é talvez exagerada. A consideração das contingências individuais, psicológicas, e das contigências nacionais, a que nos ligam «o sangue e a história», constitui um terceiro têrmo que dissolve o dilema primitivo.

Até aqui é fácil, pelo menos em primeira aproximação, acompanhar o autor, pois que se trata, pode dizer-se, apenas de enunciar um facto, que pode estar sujeito a correcção, quer na maneira como se estabelece quer na ordenação em que se apresenta, mas que é evidentemente aceitável como ponto de partida. Apenas farei três observações que me parecem de alguma conseqüência:

A primeira é a de que Descartes, ao falar do «bom senso», admitido que foi plenamente sincero, tinha em mente apenas o racional à maneira dos geómetras, e que portanto essa afirmação seria compatível com atitude metafísica diversa da sua; por exemplo, com a de Leibnitz, o que, se não erro, faz vacilar um pouco a alternativa, principalmente se tivermos em conta — subordinando-lhe, como de justiça, êste exemplo — a tese capital do trabalho. Não quero dizer, claro, que a tese fique prejudicada, mas que o segundo têrmo do dilema poderia ser mais convincente, sem o que não há dilema nêste caso.

A segunda é a de que não há diferença essencial, a não ser no modo de exposição, entre essa tese e a do empirista radical, W. James, quando diz que a visão de cada pensador é afinal a visão que êle prefere, e que não há outro têrmo exacto. Se lhe acrescentarmos que a preferência resulta, como diz o autor, de contingências individuais ou nacionais, teremos o novo aspecto ou o traje novo com que nos reaparece a antiga tese.

A terceira é a de que falando embora de contingências individuais (que não podem certamente ser ilimitadas) e de contingências nacionais, o autor vinca principalmente o que se refere às segundas, pois é êsse mesmo o assunto do seu artigo, e deixa na sombra as pri-

meiras. Dir-se-á que se tal é o tema do trabalho êle estava no seu direito de fazê-lo. Mas não é bem assim, porque o exame atento dessas contingências individuais pode atenuar a importância das conclusões no que se refere às outras. Se vamos, por exemplo, encontrar já na filosofia grega correntes incompatíveis, dentro das contingências nacionais, creio que o facto naturalmente nos previne contra a generalização vasta, no domínio das contingências nacionais como determinantes.

O autor mesmo parece reconhecê-lo, quando ao estabelecer o que tem por mais adequado, como fronteira espiritual filosófica, julga preferível a separação relativa, (visto afirmar a unidade profunda do pensamento europeu), entre pensamento pròpriamente ocidental e pensamento centro-europeu, repelindo expressamente a distinção entre estrutura espiritual germânica e latina, que em muitos aspectos só dificilmente poderia manter-se. Um exemplo, diz êle, o mostra. Na antítese latino-germânica, a Inglaterra pertence sem dúvida ao mundo germânico, ao passo que na outra ela representa, ainda melhor que a França, o tipo do espírito ocidental.

E aqui surge outra dúvida: Se a distinção de estrutura espiritual nada ou muito pouco terá que ver com a separação geográfica, que são as diferenças nacionais, no caso de não podermos referi-las a condições genéricas da raça, como o exemplo, aliás perfeitamente claro do autor, ali aponta? Porque representa a Inglaterra, de raiz germânica, ainda melhor que a França, o tipo do espírito ocidental? Quando digo «porque representa a Inglaterra...» não quero dizer que peço me dêem as causas da discordância — sou o menos exigente possível em matéria de causalidade — ; mas apenas que se justifique uma classificação, que falando de diferenciações nacionais, certamente por caracteres próprios e individualizantes dos povos de que se trata, reconhece desde logo uma anomalia exemplificante, isto é, perfeitamente característica. E ocorre ainda preguntar se nas «contingências nacionais», da colectividade a que nos ligam «o sangue e a história», é afinal o primeiro ou a segunda ou ambos, mas em que proporção (e se não nos é possível sabê-lo, não vale a pena insistir na vaga generalidade) que determina essa atitude.

Se é o «sangue», agora muito em moda como determinante, na opinião de certos magarefes que fazem discursos políticos, não se vê muito bem como possa falar-se de característica nacional em qualquer nação da actualidade, onde a mescla de sangue e a fusão de grupos diferentes só não é evidente para teóricos de caserna; se é a «história», quere dizer a longa comunidade de vida, a existência de características é por si mesma uma contingência, objectivamente subsistente, mas a que não deve exagerar-se o valor significativo. Será então um traço de certa continuïdade, que não deve servir-nos como informação de carácter individualizante e distintivo. Demais, neste último caso, não há que examinar abstractamente caracteres mas verificar se de facto podemos encontrá-los na evolução real. Pode até acrescentar-se que se não dermos à palavra «história» qualquer significado transcendente e mítico, transformando-a em uma entidade misteriosa, ela não poderá servir de explicação para além do plano da realidade, que é o mesmo em que se encontra, e de que não podemos adequadamente fazê-la sair, como chave de interpretação.

O autor entende que o fundamento do espírito centro-europeu, representado nuclearmente pelo pensamento alemão, se caracteriza pela sua estrutura irracionalista. Seja. Mas parece-me que a afirmação pode levar a conclusões um pouco divergentes das suas.

Temos primeiro que examinar em que sentido êle toma neste caso o têrmo «irracionalismo». De acôrdo com a sua convicção, anteriormente afirmada, da «unidade profunda do pensamento europeu», êle marca, naturalmente o mesmo ponto de referência ao racionalismo ocidental, para opô-lo inteligìvelmente ao irracionalismo da Europa central. Teria de ser assim, pois que, por exemplo, o irracionalismo eslavo nem é menos característico nem de menor horizonte; antes pelo contrário. Para o autor, êste irracionalismo alemão seria o resultado de um instinto obscuro e de uma intuïção original, que ultrapassando aparentes antíteses, conhecidas na história do pensamento, levaria à crença em uma *unidade superior*, «como se a manifestação do absoluto só pudesse fazer-se por dupla e discorde exteriorização.»

Ora as antíteses como antíteses não podem resolver-se senão racionalmente, ou, se se

prefere, intelectualmente, pois que em geral se toma a razão em sentido estrito, como o próprio autor faz, quando até se serve de metáforas concretas espaciais para caracterizá-la. Aceitar porém que o instinto (porquê, instinto?) e a intuïção original (como é que uma intuïção original e portanto humana é apenas nacional?) resolvem a antinomia, estabelecendo que para além das antíteses *existe* (o sublinhado agora é meu) essa unidade absoluta, é resolver intelectualmente a questão, e se não o é racionalìsticamente é porque a razão não define nem delimita existências, que são sempre intuïtivas. E se racionalmente é ininteligível o absoluto a manifestar-se pluralìsticamente como «unidade superior», qual é o supra-instinto e a supra-intuïção (creio que poderemos chamar-lhes assim) que servem para justificar essa crença e essa existência, que de crença afinal não pode passar?

Parece, pelo contrário, que essa antítese forjada, de intuïção instintiva por um lado, e razão por outro, é que aparece como fonte de mal-entendido, como justificação ilusória de outras antíteses, que só aparentemente se apresentam no real, ou melhor, que por uma intuïção primitiva e ilusória projectamos no real. Assim, o conflito liberdade-determinismo põe-se evidentemente em plano metafísico; mas se assim se põe, é porque, na prática, o resolvemos quási sempre como se a liberdade existisse, e na doutrina podemos ter grave ou insuperável dificuldade em continuar a admitir a primeira alternativa, em especial se continuarmos a considerá-la alternativa rigorosa. Mas a liberdade é intuïtiva e talvez não seja real; o determinismo é de base intuïtiva porque é uma generalização da experiência, que em dado momento da evolução mental parece possível estender ao mundo da vontade humana; o conflito estabelece-se portanto entre uma intuïção viva e uma conclusão discursiva; e só apelando para uma supra-intuïção poderia dizer-se que êle ficava resolvido; mas entre o que poderíamos chamar perifràsticamente supra-intuïção analítica e o que chamamos tradicionalmente e com rapidez «razão» não há diferença alguma; são dois nomes para a mesma coisa. Não há, como é evidente, uma razão ditatorial a dizer como as coisas devem ser e contraposta à realidade das coisas que teimem em não obedecer à ditadura. Tal forma antropomórfica e cousificante de conceber a razão é a trincheira de certos irracionalistas. Há efectivamente, e ao longo da história do pensamento podem exemplificar-se, oposições entre inteligência discursiva e intuïção imediata; mas tais conflitos não autorizam de modo algum a generalização lògicamente viciosa a um suposto conflito entre a razão e a intuïção, entitativas, cousificadas; a não ser que essa generalização dependesse, não da lógica mas de uma nova intuïção, superior à primeira; com o que voltamos à hipótese acima formulada.

O caso de escolha entre dados da razão (melhor diríamos da análise, que é razão aplicada a objecto determinado) verifica-se efectivamente na história do saber. Já Poincaré dizia que, devendo a análise permanecer impecável, não havia senão que negar direito à intuïção; mas a oposição respeita a problema determinado e se a escolha se faz, é em obediência a razões fortes de método e até de êxito anterior e actual; pretender porém que uma intuïção especial e típica possa resolver, aceitando simultâneamente aquilo que se opõe, é pressupor:

a) que só a razão cria as oposições;

b) que essas oposições são ilusórias por serem racionais.

Uma e outra suposição é manifestamente falsa. Ainda quando a razão discursiva seja falível, qual o privilégio da intuïção mística para alegarmos que a razão se ilude, como se ela (ainda uma vez, para não esquecer) fôsse alguma coisa independente e subsistente em nós?

Melhor viu e mais claro disse o génio de Pascal, quando alegou que o preferível era segurar «os dois extremos soltos da cadeia» e mantê-los firmemente, dada a impossibilidade de ligá-los um ao outro. Mas ainda aqui se trata de problema determinado, o mesmo que êle pràticamente resolvera pela «aposta» célebre; não da antítese (poderíamos já agora chamar-lhe super-antítese) entre uma intuïção, de carácter místico e uma razão, igualmente mística.

Afinal, esta oposição basilar também se desfaz, e agora em prejuízo de certos anti-racionalistas, quando se nota que a razão a que êles se referem é um fantasma criado pela sua imaginação; e a intuïção salvadora para que apelam outro fantasma para opor ao primeiro. Para muitos espíritos, e entre êles me conto, é perfeitamente intuïtiva a necessidade de des-

truir uma contradição clara, e é perfeitamente racional procurar fazê-lo, assim como só racionalmente pode chegar-se a êsse resultado, a não ser que se adoptasse sempre a forma prática da atitude pascaliana; mas o processo não pode em caso algum dar-se por modêlo, ou valorizar-se especialmente em prejuízo de uma pretensa impotência da razão, idéia antropomórfica, talvez muito intuitiva para certos pensadores, mas para outros absolutamente destituída de sentido.

Claro que, como nestas coisas é sempre possível argumentar em círculo e fazer crer a muita gente que se produziu argumento de pêso, poderia voltar-se à idéia de que tudo isto resulta da incompreensão nossa e de que tal solução prática, pela atitude assumida, é justamente a mais perfeita; e que essa atitude caracteriza certa forma de mentalidade, neste caso a mentalidade germânica em oposição à mentalidade ocidental; mas a isto pode também continuar a responder-se que seria necessário valorizar por uma supra-intuïção a intuïção primitiva, e, como verificação, basta deixar êsse ponto de vista que nada nos afirma não seja precipitado e ver se de facto tal intuïção não só predomina mas individualiza êsse pensamento.

Será legítimo estabelecer uma dinastia típica de misticismo irracionalista e prático, iniciada por exemplo, em Nicolau de Cusa, continuada por Boehme, Hegel e os irracionalistas modernos, contrapondo-a a um Ocidente que poderíamos por brevidade considerar de formação cartesiana?

Se pusermos de parte as diferenças individuais — que o autor aponta mas em especial não considera, limitando-se a indicar-nos os trabalhos de Dilthey — o cardeal de Cusa, só trinta e dois anos mais velho do que Marsilo Ficino, o célebre tradutor de Platão e de Plotino, está, como disse Höffding, na fronteira da Idade Média e do Renascimento em filosofia, e a sua «coincidência dos opostos» nem é a da tríade hegeliana, nem é essencialmente mística, senão que profundamente analítica e perfeitamente racional.

Alegar que a mística alemã se distingue por ser uma regra prática de vida é passar em silêncio que muitos místicos e não apenas o Cardeal de Cusa, a quem só imperfeitamente a designação se aplica, foram igualmente reformadores notáveis e cheios de bom senso nas questões práticas, como se sabe, por exemplo, de Santa Teresa; e poderia citar-se uma série de *ocidentais*, a que pertencem o «doutor seráfico», que é toscano, Jean Charlier (Gerson), a quem se atribui a *Imitação de Cristo*, e no nosso tempo o teórico da intuïção original como fonte de conhecimento, oposta a uma pretendida razão raciocinante, que é o francês Bergson. Dir-se-á que êste último não é místico; mas além de que outros o foram, e assim contraditam a doutrina, segundo a qual o Ocidente nunca seria capaz de atitude igual, êsse argumento só poderia deixar supor que o que verdadeiramente caracterizaria então o pensamento centro-europeu seria, não a intuïção original, não o irracionalismo assim entendido, mas o uso imoderado dessa intuïção e dêsse misticismo, que em tal caso se reduziria a um abuso de metafísica, a uma orgia mental do transcendente.

Considerar a «unidade absoluta» refúgio supremo da alma, desnorteada pela falta de racionalidade do real, corresponde por um lado a dar à razão o que nenhum verdadeiro racionalista lhe daria: a função de determinar a realidade ou o seu carácter (e assim não admira que depois o espírito se refugie onde lhe apraza); por outro lado, falar de «contemplação» da unidade absoluta, unidade de que o «contemplador» está fora, traz à idéia a comparação justa de Schopenhauer, relativa à *causa sui*. Diz êle: «...Por mim nada mais vejo nela do que uma paragem audaciosamente arbitrária, na cadeia infinita da causalidade; é análoga, a meu ver, ao caso daquêle austríaco, que não podendo chegar com a mão à mola do capacete, para apertá-la, trepou a uma cadeira. O verdadeiro emblema da *causa sui* seria o barão de Münchhausen, prestes a cair na água com o cavalo que montava, e elevando-se com êle no ar, puxando-lhe pelo rabo».

Mas onde o autor nos dá medida curiosa das conseqüências diversas das suas, que é possível tirar, é ao dizer-nos que êste ideal não é só contemplativo, como a divindade para certos religiosos místicos; mas que é também ideal a realizar, porque o que pode satisfazer o espírito ansioso de *conhecer o absoluto* (outra contradição, que obriga a apelar para uma supra-intuïção) constitui igualmente o limiar da nossa actividade. Mas que é «o que é capaz de

conhecer» o Absoluto, senão o Absoluto mesmo, absurdamente revelado em uma intuïção cousificada e transcendente? E se assim é, como é que êsse contacto místico com o Absoluto nos fornece directrizes de acção, transformando em *ideal* realizável, portanto humano e parcial, o que fôra inefável e supra-racional? Nêsse ponto a posição religiosa é incomparàvelmente mais clara, porque se nos dá o modêlo ideal, no-lo apresenta como revelação e não como intuïção. Afinal, tudo isto se apresenta bastante informe; e nesse mesmo amorfismo pretende, como é da psicologia mais vulgar, achar motivo de superioridade.

E para não faltar uma verificação bem prática, se é ao misticismo típico e orientador do ideal do centro da Europa que se deve a acção por êle agora desenvolvida, e se é êste elemento de interioridade que o Ocidente não poderia fornecer, o Ocidente com tôda a probabilidade descrerá cada vez mais da «glória incontestável» do pensamento do centro da Europa, e nem no misticismo, nem em qualquer outro de seus aspectos fundamentais quererá disputar-lha. Deixá-lo-á gozar sòzinho, narcizar-se, como já vai fazendo agora, com essa maravilha.

Mesmo no ponto de vista histórico há certamente muito que dizer na actualidade a esta concepção, que se me afigura um pouco esquemática. Se, por exemplo, considerarmos um dos mais representativos da tese, Jacob Boehme, e pusermos de parte na doutrina o que é fantasia sem grande conseqüência, um dos pontos fundamentais é, sem dúvida, a afirmação da impossibilidade de alcançar a verdade sem iluminação (sem intuïção original, diria um exegeta moderno); mas êsse ponto como também o da origem do mal, encontram-se repetida e fortemente acentuados por Santo Agostinho, que, sem prejuízo do seu platonismo, era também místico prático. Nem colhe a distinção que pudesse querer estabelecer-se neste caso — embora em outros possa ser válida — de que a interioridade de Boehme não fôsse como a de Agostinho, uma absorção na divindade, pois que precisamente essa absorção é ponto de doutrina na identidade da alma e de Deus, quanto à essência, e sua diferença, quanto à forma.

Pretender, por outro lado, que o Ocidente é estritamente lógico, por causa da preparação escolástica, é certamente afirmação aventurosa quanto à lógica e quanto à escolástica, sem falar da unilateralidade (e portanto, neste caso, da falsidade) da causa apontada. Porque não frutificou, supondo que assim é, o exemplo de Alberto Magno? Talvez porque no declínio de uma filosofia sistemática como fôra a escolástica do século XIII, que marca um dos nodos do movimento ondulatório, se acentua sempre um ventre da mesma curva, representado pelas modalidades várias do cepticismo e do misticismo: os que descrêem das tentativas anteriores e julgam poder concluir que tôda tentativa análoga é inútil, e os que pelo mesmo motivo se desiludem, mas aspiram a achar caminho transcendente e pessoal capaz de levar aonde os outros não conduziram.

Lutero aparece aqui, e não poderia deixar de ocorrer, como representativo de essa mística activa e reformadora; já em Portugal, alguns escritores do século XIX, influenciados pelo que havia ou parecia haver estranho em um pensamento que aliás, salvas algumas excepções, não lhes era familiar, criam ver em Lutero êsse espírito representativo da liberdade, que tão justamente os atraía e tão ilusòriamente simbolizavam no reformador alemão. Eça de Queiroz chamou-lhe nas *Prosas Bárbaras* «a grande voz do Norte» e ou êle ou Ramalho referem-se-lhe algures crismando-o de alma alemã. Ora êsse misticismo parece-se bem singularmente com uma revolta ambiciosa e uma organização calculada; e ainda no plano da pura espiritualidade, o homem que achara na Bíblia ponto de partida doutrinário para a sua reforma e a proclamara única regra de fé, acrescentando-lhe o livre-exame como base da atitude religiosa, êsse mesmo contraditòriamente pretende que todos hão-de salvar-se por aquela forma que impõe; e se não se tratasse de domínio em que só a liberdade individual pode ser norma, pois que a nenhum homem pode consentir-se que nos salve a alma à fôrça, vê-se que o misticismo luterano se esvai, afinal, em um racionalismo da pior espécie, ou antes em uma caricatura de racionalismo, que consiste em decretar para todos os homens a lei geral sem a qual não pode haver salvação, acrescentando-lhe por uma das tradicionais «intuïções germânicas» o livre-exame que na prática renega.

Posta assim com esta generalidade e principalmente com êste valor, que é o que o autor pretende, a tese tem pois de sofrer muitas e muito graves restrições; ainda que real-

mente seja possível encontrar exemplos actuais (que julgo não dever citar aqui) de filósofos para quem certas formas de intuïção da mais aventurosa, e até destituída de sentido aproveitável, se sobrepõem orgulhosamente a qualquer forma do saber; mas por outro lado é possível também encontrar hoje correntes que desmentem essa filiação rígida, porque certas formas de pluralismo actual, ou de anti-monismo, se se prefere, não podem estar naquela linha de seqüência a que por serem de medula mística pertenciam a tendência panteísta e monista.

E para terminar, apenas duas preguntas que deixo suspensas e creio condensam o que fica dito:

Supondo com ilimitada generosidade que tudo isto estava certo, e que tal justificação era possível, não seria a razão que afinal justificava essa atitude? Não seria o próprio artigo de Vleeschauwer uma forma discursiva de justificação?

Se se trata de uma «intuïção original», de um espírito colectivo tão caracterizado que por ela se oporia a outro espírito colectivo, para que serve a aludida «mensagem» individual do filósofo? E como pode o que não é universal para o homem revelar-lhe o «verdadeiro» sentido da vida?

Estas rápidas notas à parte mais simples do artigo, pois que se entrássemos na aplicação à história feita pelo autor, o caso seria, mesmo sumàriamente tratado, de muito maior complicação, não impedem que haja no seu trabalho pontos de evidente interêsse pela generalidade, e capazes de sugestão. Mas no domínio estrito que neste momento nos importa, estas objecções só tiveram em vista desbravar o caminho para uma hipótese principal: a de que no complexo da vida de uma colectividade, seja qual fôr o seu mérito ou o seu contributo para a obra cada vez mais comum, a diferença (e não é pequena) consiste, não nos elementos — quási sempre os mesmos — mas na proporção em que se encontram combinados. E se alguma conclusão prática pode tirar-se é a de que os imperialismos culturais perdem terreno como os outros, e que se algum grupo étnico pretende exercer hegemonia rendosa e frutífera, em conseqüência de real ou pretendida superioridade, prudente seria que pusesse de parte certas veleidades de domínio, porque fora dêle e sem a menor necessidade de recorrer ao seu primado, pode qualquer colectividade procurar em diverso ambiente mais e melhor do que lhe daria uma espécie de fornecedor titulado, de pretensões que já vão sendo ridìculamente anacrónicas.

Pospondo qualquer preocupação de valorar e limitando a tentativa à determinação de hipóteses que parece decorrerem da primeira observação de factos, a falta de grandes ou pequenas construções sistemáticas na história do pensamento português não depende apenas porventura de condições inatas ou incapacidade intrínseca, mas também de condições de ambiente, quer na formação mesma quer no desenvolvimento. Até o fim do século XIV pode dizer-se que não cessa a luta pela estabilidade nacional, o que em parte deve tornar a cultura portuguesa reflexo de outras; e a primeira organização importante do saber em Portugal é a fundação da Universidade dionisiana. Ora Universidade, como conteúdo ideal, quere dizer sistematização do saber e transmissão do já adquirido como se fôra definitivo; quere dizer que passáramos de uma vida social absorvente, pelo cuidado de existir e vingar, a uma organização de cultura de maturidade, o que provàvelmente representa a impossibilidade de fermentação de certos gérmens, como os que no século XV, apoiados em uma tradição notável e múltipla agitaram a Itália, especialmente hesitante entre o seu neò-platonismo e a tradição aristotélica, dividida também. E no século XVI, o da fecunda actividade portuguesa, as condições históricas envolventes impelem a inteligência nacional para o estudo e conhecimento de uma realidade que ultrapassava muito em interêsse o domínio da especulação freqüentemente retórica das escolas.

Porque é preciso notar que tal conhecimento da realidade e tal apêgo ao conhecimento concreto não representava — ou pelo menos podia não representar — incapacidade de especulação, mas pelo contrário, reconhecimento de que ela não dava satisfação bastante à necessidade de conhecer, e que a realidade viva não só excedia em muito o que pela especulação pura tinha podido supor-se, como transformava de facto a concepção do mundo criado ou sustentado por essa especulação. O cepticismo de um Sanches (1562-1632) quanto à especulação,

como o seu livro revela, é irmão da atitude de Galileu, desprezando as causas ocultas, como é parente próximo do pensamento de Camões, de Duarte Pacheco Pereira ou de Garcia da Orta, quando sentem e proclamam a pobreza da escritura perante a riqueza e fecundidade do conhecimento vivido, experimental. Todos êles viam a importância superior da «interpretação», relativamente à monótona esterilidade da especulação usual. Nem isto significa necessàriamente desdém pela actividade especulativa, mas apenas redução do seu âmbito e perigo do seu emprêgo para além de certas proporções.

E — sem dúvida possível — para exacta (ou mais apròximada) concepção do mundo, a astronomia de Galileu, e em plano mais modesto a actividade de navegadores e descobridores, têm certamente importância muito maior do que a teoria das causas de Aristóteles; e qualquer pessoa ambiciosa e sensata preferiria ser o primeiro circunnavegador do globo a ser o teórico da causalidade. O mais grave é que em tôdas as épocas de pequeno rendimento os homens adoptam e defendem posição contrária, na ciência como na política, preferindo especulações tranqüilas (e se vácuas tanto melhor) a actividades criadoras; o caso dos médicos pseudo-eruditos de Molière ou o daquêle que na *Dona Branca* de Garrett, pretendia confundir os colegas de opinião diferente por um silogismo *in Barbara,* não passa de caricatura de personagens reais. A evidente desproporção entre a especulação vazia e o largo horizonte do que precisava saber-se, integra-se, radica fundo na mentalidade seiscentista portuguesa e frutifica duplamente no século seguinte.

Neste, com efeito, o amor ao saber experimental ressurge, concretiza-se, e até em certos casos se despolariza um pouco na convicção um tanto ingénua do seu iluminismo, que aliás não é propriedade exclusiva nossa, e da superioridade de uma ciência tida como fonte de mil bens e solucionadora de todos os problemas. Atitude que mais tarde veio a dar — como à escolástica sucedera — a abastardada concepção que neste último caso foi a mania de um cientismo com que a ignorância ou a meia-ciência julgavam poder responder a tôdas as dúvidas, fazendo involuntàriamente o jôgo fácil de certos intuïcionismos delirantes. Ao mesmo tempo, a crítica áspera ao que representava a forma especulativa e inútil da filosofia tradicional aparece ou transparece na obra e plano de reformadores de estudos, em especial na de Luís A. Verney. O «Verdadeiro método de estudar» oferece-nos três aspectos característicos, e confirma por êles o que ficou dito, se nêle procurarmos não só o seu conteúdo mas o ambiente que o explica e em parte por êle se explica:

Primeiro, a agudeza crítica, que percorre com segurança o trabalho das escolas nacionais e vê com justeza e rapidez defeitos graves da ensinança e falhas sérias de cultura em que êles se apoiam. Revela-se ali apreciável trabalho de análise, e o grito de em-guarda da inteligência contra vagas, repousantes afirmações tradicionais.

Segundo, a acentuada preferência pelo saber experimental, revelada na admiração pela obra de Bacon; e a tal ponto se vinca essa atitude que à penetração do autor não escapa o mérito de Descartes, pelo que fêz nas ciências e pelo que pode explicar; mas apesar da franca admiração e da cáustica censura aos que desdenham da obra cartesiana, Verney declara não ser cartesiano, por lhe parecer o sistema do grande filósofo «mais engenhoso que verdadeiro». E pelo contexto se vê que tal restrição apenas resulta de que a tentativa de interpretação analítica e abstractíssima de Descartes naturalmente repele um pouco os partidários de uma causalidade secundária e genérica, empenhados em reservar para o domínio do transcendente uma especulação última, o fecho da abóbada (o que não o salvou dos adversários mais exigentes). O que ainda o aproxima de Bacon, ou da idéia que êle tinha de Bacon, é a sua preocupação do conhecimento causal, que dá como tipo do verdadeiro conhecimento filosófico, seja qual fôr o domínio em que surge.

Há portanto aqui uma tendência crítica indiscutível, cujo mérito é o de exigir credenciais à especulação; e além disso, o de não se ficar em uma espécie de empirismo imediato, crendo que o empírico só verdadeiramente se entende por uma forma racional de interpretação, que a época, a influência ambiente localizam neste caso na interpretação causal. Não veste ao mundo um sistema; exige que o contacto — o mais directo — com a realidade, se exprima no seu aparente polimorfismo pela unidade de interpretação; e se por condições vá-

rias, que não importam agora directamente, êle desconfia um pouco do sistema cartesiano, isso não impede que admire o autor, em quem vê uma tentativa análoga, embora posta de pé por via diferente da sua.

Claro que êste mérito pode ter a contrabalançá-lo o inconveniente de em espíritos de acanhado horizonte — o que é inevitável na turba epígona de qualquer escola — restringir ou menosprezar a especulação fecunda; aliás é o que sucede com qualquer orientação em qualquer época. Até em caracteres permanentes pode talvez rastrear-se compensação análoga; assim, a superficialidade francesa, de que tanto se fala, e que em parte é real, talvez não seja mais do que o inconveniente da clareza, nos espíritos vulgares, que só podem ser claros mantendo-se em nível trivial do conhecimento; o que não impede — pelo contrário — os autênticos sábios da França de terem nessa qualidade característica mais um título de superioridade. Pelo contrário, o excesso de metafísica, a mania especulativa generalizada, dando um tom de ridícula profundeza a trivialidades, entre os homens de inteligência vulgar, não deixa de ser defeito grave, mesmo nos de nível superior.

Terceiro, a própria contextura da obra revela o tipo de hostilidade que devia provocar e provocou e o ambiente fechado e estreito em que se move.

Ora êstes caracteres, fáceis de marcar naquela obra, parece serem na multiplicidade modal com que se apresentam, permanentes no ambiente do pensamento português. No ambiente, digo, porque me parece temerário tentar a determinação de caracteres intrínsecos, ainda quando julgássemos ter classificado perfeitamente os da ambiência, revelados na história; e a razão é simples: para transitar da história a uma realidade essencial é preciso sair do domínio da história mesma, que só é inteligível e só existe com e pela variação. Certamente os que julgam tranqüilamente o que chamam *causas* dos factos históricos, dão o passo sem escrúpulo por não lhe medirem a dificuldade e o perigo de êrro; os que vêem a confusão de idéias aí revelada, não podem fazê-lo.

Que na história, portanto, isso se tenha assim passado, parece difícil de contestar; que tal condição seja permanente, incontestável e sem possibilidade de modificar-se um dia no curso da história, não é fácil afirmá-lo. E em resumo, tais caracteres podem ser:

— O abismo (existente ainda hoje) entre o meio dos que podem interessar-se por qualquer forma de especulação e a quási totalidade dos outros. Em *Les femmes savantes*, Molière põe as suas sabichonas a discutir Descartes; claro que para o efeito cómico, elas dizem coisas ridículas e exprimem preferências que nada têm científico ou filosófico; mas revelam que a influência cartesiana se generalizara até os meios em que não podia ser compreendida. Neste aspecto ainda não mudou o ambiente nacional, onde as discussões de tal género nunca encontraram possibilidade de descer, penetrando no interêsse de grande número, e onde coisas elementares são por vezes consideradas abstrusas, ao passo que verdadeiras frases sem nexo mas de certa rotundidade oracular, como diria Eça de Queiroz, nos são apresentadas como sínteses... de quem é incapaz de análise. Houve em Portugal um homem de qualidades apreciáveis, prejudicadas por um desprêzo do público que o levava ao charlatanismo consciente; houve um dia quem lho fizesse notar; pois o mesmo jornal em que êsse aviso crítico aparecera, ridiculizava dias depois o mesmo pensador, supondo que êle falara sem nexo e empoladamente, quando apenas se servira de têrmos técnicos, e de sentido perfeitamente claro. Não se sabe até que ponto o que poderia chamar-se «atrito mental» é favorável ao despertar e ao formular de grandes hipóteses e a construções de certa envergadura; *êsse atrito tem faltado* ao ambiente português, talvez por duas razões: o desnível cultural e a conseqüente desconfiança das formas especulativas do conhecimento.

A tendência crítica encontramo-la constantemente no pensamento português, sempre que um homem se eleva acima do seu ambiente. De todos os cépticos (e neste caso até com a contraprova do domínio especial do seu cepticismo) da mesma época, Sanchez (1) é o mais decidido; mas a sua negação refere-se justamente à interpretação de tipo aristotélico, ao que opõe em certos casos, o conhecimento directo, repelindo — e muito justamente — uma espécie de intermediário metafísico, colocado entre a realidade observada e a sua interpretação. Assim, quando pede irònicamente a prova de que o homem é ente, e mostrando que tal prova

é impossível na forma procurada e tradicional, substitui-a de forma notável pela interpretação prévia da palavra «ente», que determinando-lhe o âmbito, necessàriamente faz que o homem nêle esteja incluso.

Se fizermos a mesma observação cuidada na obra de Verney encontraremos freqüente apêlo ao bom senso, quando uma metafísica delirante interpõe divagações complexas e pseudo-explicativas, entre um objecto simples de conhecimento e sua interpretação.

No século XIX, talvez o mais brilhante da história do pensamento português, essa tendência é nítida nos homens mais representativos, para quem a importação de idéias não se fêz nunca sem rigorosa inspecção alfandegária. Como essa inspecção é também forma de pensamento, claro que está por igual sujeita a êrro; mas quando o haja, êle não é resultado de simples e inútil passividade. Para não alongar exemplos, vejam-se as restrições de Antero aos seus autores preferidos e o modo como se opôs a idéias em voga no seu tempo, dentro e fóra de fronteiras; o que disse dos filósofos naturalistas; o que pensou da pseudo-decadência dos povos latinos, em confronto com a pseudo-superioridade dos germânicos; veja-se por exemplo, a maneira como Amorim Viana, fêz a «defesa do racionalismo», em livro hoje quási desconhecido, a que deu êsse título. A época seguinte, no movimento pendular que revestem as atitudes de origem medular, nada pôde fazer melhor contra certas conclusões irrecusáveis do que inventar o têrmo *hiper-crítica,* como se houvesse possibilidade de exagerar uma análise justa, ou de limitar arbitràriamente a fronteira onde essa análise devia parar.

E aqui pode inserir-se a alusão ao inconveniente correlativo da atitude e do tipo de conhecimento, històricamente insertos na vida da inteligência portuguesa. Todo amor à experiência pode tornar-se empirismo restrito. E tal tendência pode revestir aspectos vários, desde o horror à dúvida (geradora da especulação e do saber) até o refúgio no transcendente concreto, fornecedor de um como ponto de apoio para a dupla necessidade: a do saber positivo, que alguns são tentados a valorizar excessivamente, como se êle fôsse possível sem o aspecto ideal de todo conhecimento; e o da transcendência, a que por motivos diferentes, e até diferentes segundo o temperamento individual, outros pretendem atribuir o carácter do saber positivo. É talvez nesta confusão prática — quando devia ser correlação ideológica — que está a chave da desconexão e porventura de certa instabilidade no pensamento português de carácter filosófico, e que embora não lhe recusando o benefício da análise, o priva dos planaltos de grande horizonte da sistematização. O resultado aparente é um como desenfeixar de conhecimento, de que resulta porventura catalogação mais fácil mas simplificação muito menos rica. Os místicos portugueses, por exemplo, são místicos quási puramente contemplativos e se nêles encontramos a doçura da atitude e a pureza do enlêvo, não nos dão a estrutura filosófica com que um João de Fidenza arquitecta o seu mundo, e o desenha como o vê.

É que se o cepticismo, como Vleeschauwer pretende no artigo referido, é apenas uma forma de dogmatismo (o que aliás só é exacto se êle não consistir em deliberada e permanente atitude de análise e crítica) o próprio misticismo pode ser forma requintada de positivismo radical, apenas sublimado até o domínio de uma realidade transcendente. A atitude radical de Sanchez no domínio do saber é idêntica à atitude radical de um místico para quem é vão tudo quanto ultrapasse o âmbito daquela única realidade.

Se o que vale nos sistemas é o grau de coerência interna do pensamento, e se por isso o que nêles mais envelhece é o que por novo âmbito do conhecer torna impossível essa coerência, claro que um dos valores do sistema é justamente êsse esfôrço e a convicção da sua necessidade, o que não pode verificar-se em um pensamento dispersivo. Condições de desenvolvimento histórico modificam e determinam a modalidade dessa dispersão. Uma das formas possíveis é a acomodação prática de oposições e incompatibilidades, a que certos valorizadores chamam «intuïções superiores», formas notáveis de «irracionalismo», como se não fôsse já confusão estranha colocar contradições em planos diferentes, ou como se a ultrapassagem e portanto a dissolução de oposições, quando no mesmo plano, não fôsse precisamente uma das mais importantes formas da actividade racional. É indiferente para o caso da dispersão, que o pensamento em tal caso derive no sentido do misticismo ou no do intuïcionismo divinatório; o carácter permanente será um luxo metafísico de mau gôsto, valorizado à fôrça.

A diferença real está em que o cepticismo crítico (se é que sem abuso as duas palavras podem juntar-se) tem no progresso e ajustamento dos meios críticos de análise correctivo indispensável e possibilidade de reforma; ao passo que os que introduzem no raciocínio o *absoluto como elemento* e se entregam a uma tendência orgíaca de metafísica realista podem baptizar como lhes apraza essa orientação, que ela não passará em caso algum de um crédito permanente a que nunca vem corresponder a operação honrada de provar que êle tem base e pode sem perigo conceder-se.

Por outro lado, a tradição nossa de dualismo rígido, de que poderíamos achar exemplo múltiplo na literatura, e tìpicamente em Camões, criou profunda raiz no espírito nacional; o mundo da realidade imediata não solicitado pela aspiração do conhecimento integral (que é o que dá as grandes linhas sistemáticas) produziu uma estratificação do conhecimento imediato ou quási-imediato, expresso abundantemente na produção de provérbios, sentenças, no amor à sensatez, à sizudez, tão fundamente vincada no nosso tipo popular (onde precisamente êsse dualismo é concreto e radical) mas fácil de observar em época diferente, nos mais típicos representantes como Sá de Miranda, no século XVI e Alexandre Herculano, no século XIX.

Esta abundância de carácter sentencioso, estratificação de aspecto sintético imediato, parece pela permanência e pela proporção a contracorrente, parcialmente explicativa da falta de ambiente filosófico; mas entre a deficiência resultante desta atitude de ilusória certeza, desconfiada da especulação, e a tendência especulativa delirante de povos que fazem dessa capacidade forma superior do espírito, a escolha não é tão difícil como parece. Claro que pode alegar-se que tal escolha, no sentido crítico, revela já por si a tendência de um povo; mas êsse argumento far-nos-ia regressar ao ponto inicial. E êsse retôrno mostra-nos:

a) que a extrapolação metafísica, como aliás o exemplo, entre todos clássico, de Descartes provaria, não é de modo algum incompatível com a racionalidade ou com a busca do racional;

b) que se uma dada forma do racional pode vedar-nos, como ao próprio Descartes sucedeu, a possibilidade de visão clara de certo domínio, isso não resultou de irracionalidade essencial do objecto — afirmação gratuita e fácil — mas de qualquer má interpretação do racional ou do *alargamento metafísico de certo aspecto do racional* a domínio que não se prestava a ser assim reduzido. Quere dizer, o defeito proveio de uma atitude análoga à que nos querem agora apontar como superior; e o remédio não está na aceitação da fantasia de qualquer misticismo laico ou intuïcionismo divinatório, mas na intensificação e alargamento dessa racionalidade, que é, como da verdade já se disse, critério distintivo do racional e do irracional;

c) que se o filósofo, como qualquer outro homem, não pode inteiramente libertar-se das prisões do ambiente histórico e étnico, isso mesmo prova que o que nêle mais importa não é a atitude caseira e racial, mas o em que pode entender-se com os outros homens, — isto é, o domínio da racionalidade.

Nunca se formou, é evidente, um grande ambiente filosófico português; mas as manifestações individuais positivas — e só com elas deve contar-se — revelam tendência crítica, vontade de pôr à prova as idéias, amor ao experiencial e fraca aptidão a perder pé em devaneios que se prestam à dissertação interminável mas se revelam inacessíveis à estruturação demonstrativa ou verificadora. Não parece que tais qualidades possam menosprezar-se. E se levarmos a preocupação étnica a ponto de querer ver indiferentemente contribuïções específicas de grupo neste ou naquele aspecto, é imprescindível tirar a conclusão, aliás generalizável sem esfôrço, de que nenhum grupo pode gloriar-se de uma superioridade intrínseca, pois nêle apenas se afirma uma característica definidora. Isto nos leva ainda a reconhecer que a vaidade da cultura é entre as manias heráldicas uma das mais grotescas, uma das demonstrações mais nítidas de atraso mental, seja qual fôr a massa do saber acumulado e nem sempre bem construído. Nesta como na outra nobreza, há muito de ilusão e vilania secreta.

Ao pensamento português, porventura enfraquecido por falta de densidade e por condições históricas da sua vitalidade conviria reforçar-lhe as qualidades, e se a expressão «ocidentalismo filosófico» é justa, ou na medida em que o é, deveria intensificar-se tal ocidentalismo, capaz, em todos os campos, desde a análise minuciosa à crítica diligente, ou à dia-

léctica disputadora, de medir-se com certo intuïcionismo da moda, com certos irracionalismos que se têm por fecundos e que na mor parte dos casos até agora não deram de si outra coisa mais do que a exposição confusa, nebulosa, mascarada de transcendente, do que fôra visto com agudeza, precisão e lucidez por homens que não pertenciam à grei romântica dos devaneadores.

Impõe-se a união cultural do Ocidente, com tôdas as conseqüências que dela possam advir, quer da cultura típica, quer da solidariedade consciente. E nela não parece que o pensamento português, criado finalmente o meio favorável ao indivíduo, não possa vir a ter lugar tão digno como o de qualquer outro colaborador, sem as ridículas, ilusórias, místicas e míticas vaidades de superioridade filosófica racial.

---

(1) A discussão sôbre a nacionalidade de Sanchez não tem aqui lugar; a fronteira política não coincide com a distinção de tipo intelectual; e neste caso Sanchez integra-se perfeitamente nas correntes do pensamento português, se o não é de facto.

BIOGRAFIA E ROMANCE

POR OCTÁVIO TARQUINIO DE SOUSA

TEM-SE feito nos últimos anos grande confusão entre biografia e romance, e até surgiu um produto híbrido, muito do gôsto de leitores mais frívolos, que se chama biografia romanceada, em que excelem com os seus por vezes sedutores golpes os Maurois, Zweig e Ludwig. Mas a biografia romanceada não passa de contrafacção, de embuste: não é romance, nem biografia, burla as características essenciais de um e outra.

Os generos literários, embora não constituindo compartimentos estanques, possuem objectivos definidos, servem-se de uma técnica própria, configuram-se por elementos inconfundíveis.

Inicialmente, é preciso não esquecer que enquanto o romancista tem liberdade de acção, imagina, inventa, cria, e é quem estabelece para as suas personagens um plano de vida e de duração, mais ou menos próximo do que a contemplação do mundo lhe proporciona, embora, no fundo, sempre arbitrário e pessoal, o biografo está adstrito a uma vida já vivida, com a sua seqüência de acções, o seu ritmo, os seus limites, o seu cunho personalíssimo, a sua grandeza e a sua miséria.

Sem dúvida o romancista há-de fincar raízes da vida e sem tal base nenhum romance merecerá êsse nome. Mas isso não implica uma subordinação à vida de qualquer homem em particular, a qualquer combinação ou sucessão de acontecimentos ou de contingências vividos. O romancista busca, sim, no meio em que vive, os elementos, o material humano, impregna-se do espectáculo da vida, capta-lhe, se possível, a própria substância ; tudo isso, porém, para criar vida nova, dar existência a homens que se parecerão com os de carne e ôsso, insuflar almas que terão problemas semelhantes aos que nos atormentam a nós pobres viventes, mas, almas e homens arcados do seu cunho próprio, vivendo no plano e segundo o destino da sua criação e do seu mundo.

O médico que certo romancista faz viver num livro e que tantos traços terá do Dr. X., que conhecemos, ou do Dr. A., de que nos fala um amigo, não é um nem outro, não os copiou o romancista, não os retratou: é uma personagem que tem a sua fisionomia característica, a sua vida, a sua alma e que apenas nos dá a impressão de mais verossímil pela parecença que apresenta com pessoas de nosso conhecimento.

Essa parecença decorre do dom peculiar ao romancista de surpreender o que há de mais particular nos outros homens, de interessar-se acima de tudo pela tragicomédia humana. É assim que êle pode fazer de suas criaturas como que pessoas vivas, tão vivas que impressionam e perduram mais que tantíssimas outras a cuja imagem e semelhança foram construídas.

O romancista verdadeiro não trabalha nunca à vista de um modêlo vivo, copiando-o servilmente, retratando-lhe as menores particularidades. Como o pintor que para chegar a fixar uma figura feminina, representando uma mulher em êxtase amoroso, ou noutra expressão qualquer, teve de longamente pintar diante de modelos, até dominar todos os recursos da arte, o romancista é o escritor que observa ou adivinha como é a vida, como os homens sofrem, como reagem em face de tal ou qual circunstância — e depois cria os seus tipos, as suas personagens, com sentimentos e acções que poderiam ser de gente viva, de gente verdadeira, mas não são simples cópias, meros retratos.

Bastante diferente é o trabalho do biógrafo. Êste tem sempre em mira um homem, um certo homem, uma vida já vivida, um tempo já escoado, e, sob pena de transformar-se num simples mistificador, está confinado nos limites dêsse tempo, dessa vida, dêsse homem.

Para ser verdadeiro, o biógrafo está impedido de criar. Sua tarefa é tôda de reconstituïção, de restauração, e, se lhe fôsse concedido o poder do milagre — de ressurreição. Mas a ninguém é dado ver, no fundo do seu segrêdo, a face que a morte velou.

A biografia assenta em regra nas acções de um homem, na sua vida aparente, e o certo é que êle terá muitas vezes o melhor quinhão de sua natureza no lado impenetrável, no fundo de suas intenções, no seu mundo interior. (Quem não se tem por mal julgado?).

O romancista, porque cria as suas personagens, pode vê-las sob todos os ângulos e no-las mostrar completas, íntegras, numa coincidência ou identidade, entre as acções e os sentimentos; o biógrafo mais atento raramente atingirá êsse fim. O biografado será muitas vezes o oposto do que pareceu ao que lhe traçou a vida, baseado em seus actos, avaliando-os à vista de documentos e testemunhos. Desconfio muito de que raros biografados se reconheceriam nos livros que os retrataram!

Quanto mais riqueza e complexidade de vida tiver um homem, mais difícil será fixá-lo num livro, mais êle escapará à argúcia do pesquisador.

A mais trivial das criaturas esconde quando menos se espera problemas de confusa decifração. Onde há vida humana, onde há sofrimento, há sempre a possibilidade de incomensuráveis tragédias. E quem, salvo o romancista, que tem a forma e a chave das almas que cria, é bastante lúcido para ir ao fundo das consciências? E não será que as próprias personagens de romance, quando logram a verdadeira vida que os Proust e os Balzac lhes insuflam, não se sentiriam em certas ocasiões tão contrafeitas como os homens célebres dentro dos livros que os biografaram?

O biógrafo perfeito estaria próximo do bom tradutor, do que porfia em ser o

mais fiel possível ao texto original, e, mais que ao texto, ao espírito que o inspirou, à mão ágil ou lenta, paciente ou nervosa que o escreveu.

O biógrafo traduz na sua linguagem, no seu ritmo, através de sua visão do mundo, uma outra vida, que tinha outra visão, outro ritmo, outra linguagem. Que não seja, que evite o mais possível ser um deformador leviano. E, então, ao contrário do romancista, que dirige — e nem sempre —, cumpre-lhe servir, subordinar-se aos dados mais certos, aos documentos, aos factos como se passaram, à vida como decorreu, ao homem como êle foi.

Romancear uma vida é profaná-la, é conspurcar-lhe a essência humana. Se uma biografia suscitar o interêsse de um romance, que seja menos por obra do biógrafo do que do biografado. O romancista pode evitar vácuos e zonas obscuras, altos e baixos, manter a narrativa num tom ou numa tensão que será a atmosfera, o ambiente do romance. O biógrafo, não. Não lhe é dado suprimir, preencher, substituir, trechos, actos, situações, em que a monotonia, o tédio, a incerteza se impõem.

Nada mutilar na vida que se quer refazer, nada acrescentar, eis uma regra a ser seguida sempre pelo verdadeiro biógrafo. É mister, pois, muita imparcialidade, muita humildade, ao lado de grande tato, um imenso esfôrço de compreensão e de simpatia humana.

Certo, os documentos não devem sobrecarregar inùtilmente a obra. Cumpre saber escolhê-los e apresentá-los. Mas hão-de sustentá-la, como as provas do quanto vai afirmado.

Por outro lado, se o biógrafo tem realmente o propósito de mostrar nos traços identificadores a fisionomia do homem cuja vida decidiu estudar, se quer transmitir aos leitores a sua imagem verídica, há-de colocar-se numa posição de dúvida receptiva, que não exclua a simpatia. Para recriar a vida extinta serão necessários alguns dons próprios ao escritor de ficção, mas numa posição e usando métodos próximos aos do homem de ciência na investigação de certos fenómenos e das leis que os regem.

Assim procedendo, o biógrafo evitará as idealizações do panegírico ou as falsificações do panfleto demolidor e terá maiores probabilidades de captar a personalidade do biografado, a sua ao mesmo tempo inconfundível e enganadora essência humana. Talvez muitos heróis fiquem reduzidos a sombras, muita grandeza se venha a medir por bitolas mais modestas. Mas haverá uma compensação: As criaturas serão mais humanas, mais verdadeiras. E isto vale sempre a pena.

ENSAIO DE EXEGESE DE UM POEMA DE MANUEL BANDEIRA

POR OTTO MARIA CARPEAUX

A FLORESCÊNCIA da poesia lírica em nosso século — própria das épocas de crises e transições — corresponde a abundância de teorias de crítica literária, o afinamento dos métodos exegéticos cada vez mais subtis, particularmente nos países anglo-saxónicos. A crítica literária dos séculos XVII e XVIII, a última que conhecia e apreciava a terminologia finamente elaborada da antiga retórica, encontrava-se embaraçada, na aplicação daqueles têrmos, por uma estética normativa, rìgidamente dogmática ; e a crítica literária do século XIX, liberta dêsses estorvos, deitara fora, com êles, a velha terminologia também, entregando-se ou a um vago impressionismo de vocábulos de apreciação, ràpidamente abusados, ou a uma exegese determinista, alheia e até hostil à arte, e particularmente à arte mais individual: a poesia lírica. Só nos países anglo-saxónicos, muito leais aos estudos humanistas, sentia-se sempre a necessidade íntima de uma exegese específica da poesia, e os têrmos da poética e retórica aristotélicas voltam hoje, de surprêsa, nos estudos dos I. A. Richards, dos Lascelles Abercrombie, dos Kenneth Burke, dos I. C. Ransom, que iniciaram uma nova compreensão da poesia de língua inglesa.

Fora da Inglaterra e da América inglesa, essa nova ciência hermenêutica está ainda pouco divulgada e ainda mais raramente aplicada. E as vítimas principais dêsse atraso são os poetas contemporâneos. Os velhos poetas, os chamados «clássicos», protegidos pela pátina escolar, suportam tudo, até a interpretação tipo ensino secundário ; podem esperar. Os poetas contemporâneos, porém, vítimas de incompreensões partidárias, e que precisam sobretudo de uma interpretação objectiva, acham-se sacrificados, na melhor das hipóteses, ao impressionismo jornalístico que, dispondo de um pobre vocabulário crítico, os sufoca numa admiração que êle não é capaz de apoiar com razões suficientes. Êsse impressionismo que erige os sentimentos pessoais e bastante vagos do crítico em critérios gerais, torna-se ainda mais perigoso quando anda vestido de autoridade professoral. Pensei nisso, ao ver o poeta brasileiro Manuel Bandeira tornar-se vítima de tal incompreensão que não pode ser desculpada pela circunstância de estar êle felizmente vivo entre nós, não mere-

cendo, ao que parece, os cuidados de informação prévia devidos aos ilustres mortos dos manuais.

Manuel Bandeira, se bem que não se conheça poeta maior entre os poetas vivos de língua portuguesa, ainda não encontrou um estudo compreensivo da sua poesia ; está rodeado de admirações respeitosas que não chegam à verdadeira interpretação. Não basta a valorização da primeira fase, romântico-simbolista, do poeta (revelando as próprias preferências do crítico pela poesia romântica) ; nem é bom exagerar o valor da rápida fase regionalista do poeta (revelando uma grotesca ignorância do crítico com respeito às «regiões» do Brasil), para, afinal, quási passar sob silêncio a evolução ulterior do poeta, ignorar justamente a poesia mais significativa que êle nos deu. Dêste modo, Manuel Bandeira seria um poeta de bons começos românticos, que se tornou mais «original» na poesia «regionalista» à maneira de Catulo da Paixão Cearense. Manuel Bandeira, porém, merece mais ; merece mais do que essa comparação que equivale quási a uma perturbação das boas relações luso-brasileiras. Impõe-se uma reparação.

Uma informação mais cuidadosa, evitando certos erros fàcilmente evitáveis, adiantaria algo, mas pouco. O crítico que dispõe de informação completa quanto aos antecedentes nacionais e pessoais de um poeta, informação como um Sainte-Beuve sempre a procurava, encontra-se hoje, na época das ideologias de transição, numa tentação perigosa: na tentação de explicar e julgar a poesia com critérios alheios à poesia. O conhecimento perfeito do ambiente ou do subconsciente do poeta pode dar resultados que interessam a sociologia ou a psicopatologia, sem entrar na apreciação estética do poema. Manuel Bandeira, como todos os poetas, está sujeito a tais desvios, hoje tão freqüentes, da interpretação, naquele poema também, *Momento num Café* (*Poesias completas*, p. 141 ; pela primeira vez, em *Estrêla da Manhã*, 1936), que escolhi para objecto de uma primeira tentativa tímida de interpretação, e que me permito de transcrever:

MOMENTO NUM CAFÉ

Quando o entêrro passou
Os homens que se achavam no café
Tiraram o chapéu maquinalmente
Saüdavam o morto distraídos
Estavam todos voltados para a vida
Absortos na vida
Confiantes na vida.

Um no entanto se descobriu num gesto largo e demorado
Olhando o esquife longamente
Êste sabia que a vida é uma agitação feroz sem finalidade
Que a vida é traição
E saüdava a matéria que passava
Liberta para sempre da alma extinta.

Nenhum leitor capaz de sentir com a poesia pode deixar de ser profundamente emocionado por essas treze linhas. Ao fundo da conclusão inédita, paradoxal, do último verso — como a *pointe* de um soneto espirituoso—sente-se uma compreensão dolorosa, mas já tranqüilizada, da vida humana. Não se tratando de uma compreensão intelectual, e sim de uma penetracção poética, a conclusão não é fruto de um raciocínio, mas de uma «disposição» (de uma «Stimmung», «mood»), ocasionada pela cena de rua que a primeira parte do poema representa. A oposição violenta entre a indiferença optimista dos muitos e a experiência dolorosa do homem solitário transforma-se em oposição entre duas formas de existência humana, e a dúvida terrível que surge diante do esquife, está acalmada pela resposta muda do próprio morto que venceu; na identificação com o morto — identificação («Einfuehlung», «empathy») é o segrêdo da poesia lírica — o homem solitário encontra o remédio para a sua própria dor que a alma consciente imprime a tôda carne mortal; e como — no dizer kierkegaardiano — a «doença à morte» é a própria condição humana, repete-se o milagre da identificação, desta vez entre o poeta e nós outros; aceitamos a conclusão que nos esmaga e, ao mesmo tempo, liberta.

Não é fácil explicar os motivos estéticos da nossa emoção. A análise formal fornece uns elementos; a diferença entre os versos curtos do movimento banal da rua, e os versos compridos da meditação impõe-nos atitudes diferentes, adequadas, de leitura; e na separação das estrofes pela partícula lógica «no entanto», descobre-se a construção perfeita do poema. Mas não se revelou ainda o motivo porque a identificação se tornou possível. O estudo das motivações exteriores do poema parece indispensável, para encontrar o paralelismo escondido entre o sentimento actualizado do poeta e o sentimento virtual do leitor. Será bom demorarmo-nos um momento nessa investigação; mas não sem advertir que o resultado será negativo.

Quem conhece o Rio-de-Janeiro, reconhecerá na cena do poema uma qualquer esquina de rua dessa cidade: não é na Avenida elegante, nem no subúrbio proletário, antes no velho centro pequeno-burguês, talvez na Lapa, onde o poeta morou tantos anos. Mas, afinal, as esquinas são assim em todo o mundo, e os homens e a vida e os enterros também. O que dá ao poema certo colorido local é a famosa «tristeza brasileira», elevada aqui a sentimento do mundo. Não tem nada de sentimental — como a conclusão prova —; é antes resultado do que motivo da identificação, que aparece, agora, como identificação misericordiosa com o conteúdo desanimado do caixão. Sente-se até uma simpatia social com o morto, que era decerto, um homem pobre que não saüdavam quando carregava ainda a alma humilhada; sentimento de ajustamento das revoltantes injustiças sociais pela morte — motivo arquivelho da poesia e, decerto, não alheio ao poeta dos *Meninos carvoeiros*. Mas Manuel Bandeira, apesar de seus fortes sentimentos e até, talvez, convicções sociais, não é um poeta social; é, poèticamente, um egoísta perfeito a quem nada interessa senão a própria dor e a própria doença. É a doença mortal, que êle carregava pela vida, e que o incitou, às vezes, a blasfêmias, das quais o último verso de *Momento num Café,* na sua calma serena, é a mais violenta. Não deixará de encantar a um amador de poesia «satanista», ao passo que um leitor de ideologia oposta encontrará a desculpa no estado físico-psíquico do poeta. A interpreta-

ção «satanista», porém, — banalidade enorme — seria o fim da compreensão estética; aquilo poderia ser dito, muito melhor, em prosa. Enquanto a justificação físico-psíquico-patológica — digna de Polónio das «trágico-cómico-histórico-pastorais» — põe em evidência a particularidade do caso do poeta, tornando perfeitamente incompreensível a identificação do leitor com o poema. É muito possível que *Momento num Café* signifique o equilíbrio, enfim conseguido, do poeta, tão gravemente ameaçado; mas o que importa isto a nós outros? Dêste modo, ficamos admirando o poema sem saber dizer porquê. Bastam-nos uns pobres vocábulos convencionais de admiração, revelando a relação inadequada entre a crítica e a poesia.

Com efeito, o critério da própria crítica é o seu vocabulário. O vocabulário do crítico já contém, por implicação, o seu julgamento. Um vocabulário impressionista não chega a ultrapassar as impressões vagas da primeira leitura. Um vocabulário transcendente, porém, já contém, por implicação, tôda uma estética inconsciente. É o primeiro dever do crítico: tornar-se consciente da significação do seu vocabulário.

Aos dogmáticos da estética normativa, assim como aos dogmáticos do impressionismo — êste paradoxo existe — essa afirmação não pode deixar de ser chocante. Pois acreditando que o vocabulário não (ou pouco) importa, acreditam, conscientemente ou inconscientemente, que existe só um vocabulário crítico, mais pobre ou mais rico, isto depende da capacidade literária do crítico. Mas não é assim. A logística ensina-nos a existência de várias lógicas, em plural paradoxal, que se contradizem entre si, mas que se salvam, cada uma, por estarem livres de contradições interiores. Do mesmo modo, a crítica literária dispõe de vários vocabulários, cujo número é, por princípio, ilimitado. A escolha do vocabulário adequado a um poema estudado, é determinada pelos conceitos da estética à qual o crítico adere, ou pela particularidade do poema — cada poema é único, é *sui generis* — que não admite outra medida.

O sistema estético, aplicado implicitamente na exegese de um poema lírico, há-de ser aberto aos valores especìficamente líricos. A estética classicista do século XVII, por exemplo, era inadequada para fornecer um vocabulário capaz de interpretar poesia. A estética crociana, no centro da qual está o «lirismo», como expressão artística máxima, é particularmente capaz de fornecer um vocabulário adequado. Tem, como critério da expressão, o par: «expressão articulada — expressão inarticulada». A articulação aparece «gramaticalmente» no metro e na estrofe, isto é, na construção sintática das partes e na construção arquitectónica do conjunto.

Momento num Café é rìtmicamente muito variado. Observam-se, na primeira parte, as frases, sem *enjambement*, de tamanho médio, caracterizadas no próprio poema, como «maquinalmente», reproduzindo o movimento mecanizado da vida quotidiana, resumidas nas duas linhas curtas, aforísticas:

Absortos na vida
Confiantes na vida.

A segunda parte contém também um verso-aforisma assim:

Que a vida é traição...

mas é só um, é o têrmo médio do silogismo libertador, entre os versos compridos que dão, como premissa, a atitude diferente diante da vida, e os versos compridos da conclusão, um pouco menos compridos do que os da meditação anterior, porque já calmos, definitivos. Dêste modo, ambas as partes do poema, apesar das variantes rítmicas, estão articuladas em si; estão também articuladas em relação entre si, completando-se: a primeira parte, de ritmos mais rápidos, com mudança regular entre dois pretéritos, o perfeito e o imperfeito, fornecendo a cena humana, e a segunda parte, em ritmo lento, com preferência ao imperfeito, elevando o sentimento pessoal a validade geral, transformando o acontecimento urbano em algo de cósmico. Na correspondência das duas partes, marcada pela mudança do ritmo e dos tempos, reside a construção fechada do poema, que liga a cena local e o sentimento individual, ligando-os à cena universal da poesia. É isto a que John Crowe Ransom chama a *structure* do poema. A perfeição do poema reside na circunstância eventual de que as belezas parciais — a *texture* — são mais do que meramente parciais, isoladamente citáveis. Realmente, o vocabulário do poema serve de fio no tecido: correspondem, na primeira e na segunda parte, às expressões técnicas, aparentemente banais, «maquinalmente» e «sem finalidade», dissolvendo-se a primeira no três vezes reptido «vida», «vida», «vida», e a segunda na oposição «Liberta» — «extinta». De modo que os: «vida», «vida», «vida» estão sempre ao fim dos versos, como indicadores de caminho para o «sem finalidade», enquanto «Liberta» e «extinta» começam e encerram o último verso, terminando a «agitação feroz» pela calma da eternidade. Só um vocábulo significativo é comum a ambas as partes do poema: o «saüdava» do quarto e do penúltimo versos. Mas no penúltimo verso

— *E saüdava a matéria que passava...* —,

constitui um defeito. «Saüdava» é poèticamente imperfeito porque é uma rima involuntária com «passava»; e é «imperfeito» também, onde a *texture* sintática exige o pretérito. Êsse «saüdava» é um bloco errático na segunda parte do poema; pertence mais à primeira parte, que narra a anedota, do que à segunda, na qual o acontecimento individual já está elevado à dignidade do presente definitivo. Uma crítica rigorosamente crociana condenaria êsse «imperfeito» imperfeito, elimina-lo-ia criticamente, sem, no entanto, o explicar. O vocabulário da nossa estética revela-se incompetente para essa explicação. Estamos na obrigação de escolher outro vocabulário.

O novo vocabulário deve corresponder à índole específica do poema: cada poema é *sui generis*. *Momento num Café*, como todos os poemas líricos, consiste essencialmente na transformação de uma afirmação *(statement)* em sentido *(meaning)*; mas parte de uma premissa que não é lírica, e sim dramática, ou antes: dramàticamente narrativa. *Momento num Café* é um poema intensamente lírico, mas

na forma de uma anedota dramática. É conveniente, por isso, a aplicação de um vocabulário crítico de dramatização — a «dramatistic perspective» de Kenneth Burke. A «perspectiva dramática» ilumina, quando se trata do drama, um enrêdo narrativo, representado em acções e culminando num acto. O poema, porém, mesmo quando narrativo-dramático, é diferente: as «acções» são substituídas por afirmações (*«statements»*) e o acto final é puramente simbólico, revelando na afirmação o sentido, o *meaning*. O «acto» do poema lírico, enquanto é possível falar disso, consiste num não-acto (*stasis*), terminando acções superadas, ou «a state of emotion conveyed as a moment of stasis», no dizer de Kenneth Burke, que cita oportunamente a definição da poesia lírica por Wordsworth: «Emotion recollected in tranquillity». A conseqüência de emoções meramente afirmadas seria um grito inarticulado. O que é articulado é o *meaning* que põe fim à emoção. À emoção sentimental segue-se o sentido simbólico. Qual sentido?

O sentido do *Momento num Café* é exemplo perfeito dessa dedução: o acto da libertação interior está simbolizado pelo «gesto largo e demorado», a *tranquillity* após a emoção. Essa tranqüilidade seria impossível, inacessível, se a vida da alma continuasse, de modo qualquer, após a morte. O poeta da *Morte absoluta* precisa considerar absoluta a morte da alma, para dar a calma definitiva à carne torturada, à «matéria que passava». Tôda a fôrça lírica do poema reside na transformação integral dessa afirmação em sentido simbólico, válido primeiro para o morto; depois para «o que se descobriu», identificando-se com o morto em vez de estar «absorto na vida»; depois, para o poeta, identificado com aquêle espectador que encontrara na extinção a vida; enfim, para o leitor, para nós outros, identificados com o poeta. Pela identificação, a afirmação particular transforma-se em sentido simbólico.

Essa transformação reflete-se no próprio poema: na transição da anedota emotiva em lirismo universal. Mas a anedota deixou um resto na segunda parte do poema: o «imperfeito», sublinhado pela rima involuntária, do segundo «saüdava». Eis o defeito do poema. A anedota não foi integralmente superada. Eis a herança que Manuel Bandeira carrega do romantismo.

Tôda a evolução poética de Manuel Bandeira tem êsse sentido: superar o romantismo inato. A forma simbolista da *Cinza das Horas* — simbolismo duvidoso, aliás — não resolveu o problema de Bandeira: transformar o romantismo, condicionado pelas particularidades psico-físicas do poeta doente, em algo de simbólico, de validade geral. O regionalismo da *Evocação do Recife, Belém do Pará,* e *Mangue* não passa de uma etapa daquele caminho de purificação; foi abandonado pelo poeta porque não resolveu o problema. Em vez de dar à sua poesia a base procurada, mais geral, substituíu apenas um aspecto do romantismo — o elemento sentimental — por outro: o elemento pitoresco. Essa poesia regional só é verdadeiramente lírica — no sentido crociano — quando é puramente pessoal; dêste modo, as lembranças da *Evocação do Recife* preparam a lembrança de *Profundamente* e a presença de *Andorinha:* poema com que começa a «poesia pura» de Manuel Bandeira, «poesia pura» só entre aspas porque o elemento romântico, sentimental (às vezes anedótico e sempre individualista) nunca se perdeu inteiramente.

Outro elemento romântico, sempre presente na poesia de Bandeira, tem a mesma fonte que o anedotismo sentimental: Heine. Na obra de Bandeira, a influência de Heine é menos marcada, mas talvez mais omnipresente do que as influências de Nobre, Lenau e Verlaine. Heine representa para Bandeira a tentação de duvidar humorìsticamente da própria dor. Essa carne doente, vale a pena queixar-se? Não seria melhor satisfazer-lhe os desejos violentos, gastando êsse pouquinho de vida e morrendo a morte absoluta? Não sei que heranças tradicionais, íntimas, impediram o poeta, durante muito tempo, de abandonar-se, deste modo, ao elemento contingente da existência, até encontrar êle, na afirmação calma do contingente, a extinção da alma e a libertação da matéria que passa. Neste momento supremo da sua poesia, momento num Café, a banalíssima esquina de rua do Rio-de-Janeiro transformou-se-lhe em teatro do mundo, sôbre o qual passa a procissão de vidas contingentes e da morte absoluta; e, então, o homem solitário, enfim já não sòzinho, identificado com o morto liberto e com nós outros prisioneiros, anunciou-nos a libertação, a sua e a nossa. Passou, com o entêrro, a anedota da vida contingente; e ao poema, em que a agitação da rua se acalmou perante o caixão silencioso, segue-se o silêncio, a calma da liberdade absoluta.

NO TEMPO DO PAÜLISMO E DO "ORFEU"

(PÁGINA DE MEMÓRIAS)

POR AUGUSTO CUNHA

FOI num liceu e em trágicas circunstâncias que conheci Mário de Sá Carneiro, que seria, poucos anos depois, um dos mais entusiásticos e valiosos elementos do grupo do «ORFEU». Já lá vão mais de trinta anos e parece-me ver, ainda hoje, a sua expressão transtornada, lívida, ao entrar numa aula de latim do meu sexto ano de letras, para anunciar, como já fizera em tôdas as aulas dos outros cursos, de olhar esgazeado, a voz perturbada e trémula, que um dos nossos condiscípulos no liceu, um dos seus mais queridos camaradas das lides literárias, a êsse tempo, incipientes, mas já prometedoras, tinha acabado de suïcidar-se.

Todos corremos num precipitado alarme ; de tôdas as aulas saíram em tropel os rapazes e professores que a trágica notícia tinha impelido, irresistìvelmente, a abandonar os seus trabalhos ; e pouco depois tôda a população escolar daquele estabelecimento de ensino se comprimia, numa ansiedade profundamente comovida, junto da escada que do pátio dava acesso ao primeiro andar e onde, já sem vida, o pobre rapaz ficara estendido, a cabeça sulcada de rios de sangue que o tiro no céu da bôca lhe fazia brotar e correr, no rosto largo, em todos os sentidos.

Era o poeta Tomás Cabreira, que pouco antes publicara o primeiro livro de versos e, de colaboração com Sá Carneiro, tinha feito uma peça cujo título era o do sentimento que os ligava : «Amizade».

Foi, estou certo, êste exemplo do amigo querido, o gesto precursor daquele que mais tarde, em Paris, num quarto de hotel, decidiria Sá Carneiro a pôr também, inesperada e inexplicàvelmente, um têrmo à vida.

Três ou quatro anos volvidos sôbre essa manhã trágica, um grupo de que eram o centro e o fulcro Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro, agitava novas idéias e novos conceitos literários, que levariam à publicação do «Orfeu», revista trimestral de literatura, cujo primeiro número, lançado a público em 1915, consubstanciava e reünia, nas suas páginas, muito do que, em largas palestras e tertúlias literárias às mesas dos cafés, fôra revolucionàriamente forjado e premeditado para agitar a opinião.

As mais audaciosas e estranhas produções, umas propositadamente excessi-

vas na forma e no conceito, outras premeditadamente exageradas no seu destrambelhamento, preconcebidamente irritantes e ofensivas da rotina e dos cânones literários então correntes, nasceram dêsse movimento irreverente e iconoclástico que perturbou a tranqüilidade até aí gozada na pacífica pacatez do nosso meio literário, irritou os críticos e provocou a indignação do grande público, habituado ao lirismo ingénuo e calmo e ao romantismo dos folhetins.

Com Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro, constituíam os mais assíduos elementos do grupo: Luís de Montalvor, Pedro de Meneses, Almada Negreiros, José Pacheco e António Ferro, que foi o editor do «Orfeu», apesar dos seus 19 anos — idade em que legalmente o não podia ser.

Por vezes, no «Martinho», aparecia também Santa Rita Pintor, chegado havia pouco de Paris e de quem se contavam as mais estranhas «blagues», as mais sensacionais «boutades», os mais espirituosos ditos.

Já a sua figura, no meio apagado e morno do café, fazia sensação. O seu ar fúnebre emergindo do fato prêto, a sua figura esguia e angulosa, o colarinho muito largo e direito, meio coberto por um laço também prêto, o chapéu negro enterrado na cabeça rapada à navalha, o próprio galgo hierático que o acompanhava e ficava em atitude submissa junto da mesa onde êle se concentrava a encher largas tiras de papel, davam-lhe um aspecto estranho, quási irreal, naquele ambiente banalíssimo e burguêsmente pacato do café.

A idéia de uma revista literária de novos moldes e novos ritmos, no propósito «de formar, em grupo ou idéia, um número escolhido de revelações em pensamento ou arte», partira de Luís de Montalvor e de Ronald de Carvalho que no Brasil tinham projectado criar uma publicação «Orfeu» — destinada a provocar uma renovação do gôsto e a reünir novos desejos e características de arte e de beleza.

Acolhida entusiàsticamente a idéia, por Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro, que em Lisboa procuravam agitar idêntico movimento renovador, foi decidida a publicação do «Orfeu», sob a direcção de Luís de Montalvor, chegado havia pouco do Brasil, e de Ronald de Carvalho, que no Rio-de-Janeiro tinha a sua parte directiva.

O primeiro número da revista, em cuja introdução Montalvor explicava os propósitos e intenções de «Orfeu», foi, para o grande público, a ruïdosa e sensacional revelação da nova escola literária.

O poema «Os Paúis», de Fernando Pessoa, dera ao movimento o nome de guerra: — o Paülismo.

Nas longas conversas de café, nas digressões nocturnas pelas ruas da Baixa, discutindo em voz alta por forma a despertar as atenções e a curiosidade intrigada da multidão, os componentes do grupo tinham criado uma série de novas formas e de audaciosas expressões, procurando todos, numa estranha competição, exceder-se a si próprios e a cada um, em exotismos, em extravagantes conceitos e opiniões, nas mais imprevistas e complexas frases deliberadamente destoantes da vulgaridade corrente e, quási tôdas, com o principal propósito de irritar.

Do convívio diário com todos êles já me eram familiares a forma e a maneira de dizer dos vários expoentes da nova escola literária.

Estavam-me sempre no ouvido as frases que maior sensação despertavam nesse saüdoso cenáculo, os mais belos versos com que, dia a dia, cada um vinha acrescentar a grande produtividade dêsse grupo literário.

Cantavam-me na memória os belos versos de Mário de Sá Carneiro, dos «Indícios de Oiro»:

«*Eu não sou eu nem sou o outro*
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte do tédio
Que vai de mim para o Outro.»

Os que mais barulho haviam de provocar:

«*Às mesas do café endoideceram feitas ar...*
Caíu-me agora um braço... Olha lá vai êle a valsar
Vestido de casaca, nos salões do vice-rei...

(Subo por mim acima como por uma escada de corda,
E a minha ânsia é um trapézio escangalhado...)»

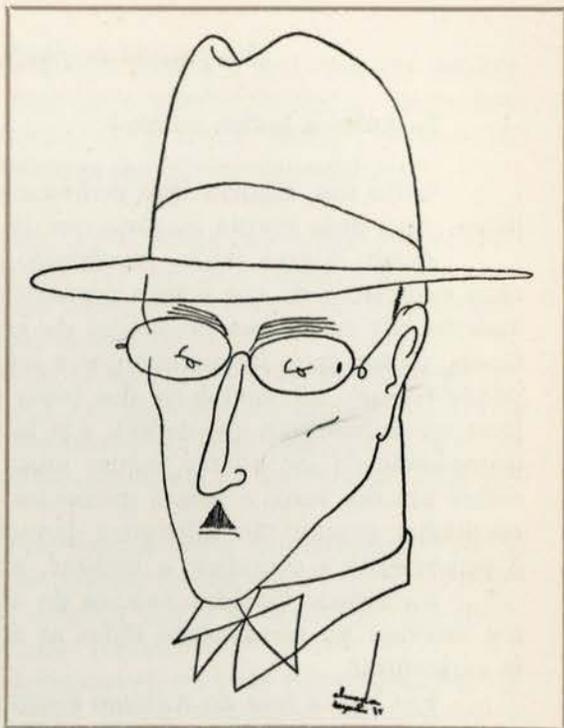
E tantos outros, cujas frases e desusadas expressões sem querer se fixavam no ouvido:

«*Basílicas de tédio, arnezes de crispado,*
Insígnias de Ilusão, trofeus de jaspe e Outubro...

E as frases audaciosas e sensacionais de Fernando Pessoa:

«*Trepadeiras de despropósito lambendo de ora os aléns...*»

E os seus «Poemas Interseccionistas», e a «Ode Marítima» do seu heterónimo Álvaro de Campos, o primeiro dos heterónimos em que o seu talento prodigiosamente se desdobraria!

E as princesas, os cisnes, os lagos e os pavões de que estavam cheios os versos do Pedro de Meneses:

«No palácio os pavões são apenas dizê-los...»

E tantos e tantos outros!

Certo dia, alguém veio pedir-me um artigo humorístico, de sátira ao Paülismo, para uma revista literária que ia sair.

Acedi, e uma tarde, revolvendo na memória todos aquêles versos e estranhas expressões de que o meu pensamento andava tão cheio, mercê da quotidiana audição das sucessivas produções do grupo, pus-me ao trabalho e, numa rápida tirada, de um jacto inesperado que a mim próprio me espantou, escrevi «Um serão paülista», que me saíu logo dos bicos da pena, espontâneo e fácil como eu desejaria que saísse, sem que depois, e já lá vão quási trinta anos, alguma vez sentisse necessidade de lhe alterar sequer uma expressão ou uma vírgula. Foi-me dado escolher um dos raros e felizes momentos cuja oportunidade podemos aproveitar, de resultados sempre tão diferentes daqueles em que forçadamente procuramos levar o pensamento a conceber, a realizar, ainda que seja a mais ligeira produção.

Facilidade também nascida do assunto, que me estava todo na mente, como me estavam no pensamento tôdas as formas e novos ritmos que o meu propósito ia caricaturar.

Fui logo a casa do António Ferro para lhe ler, entusiasmado e feliz, o meu artigo, e pouco depois fomos, como tôdas as tardes, para a Baixa, em busca de mais alguém que o pudesse ouvir, satisfazendo aquela necessidade, que sentimos sempre, de reler e de mostrar imediatamente aos outros aquilo que produzimos e nos deixou plenamente satisfeitos.

E foi precisamente Fernando Pessoa, o expoente máximo do Paülismo que o meu artigo visava, o primeiro que encontrámos ao voltar uma das esquinas da Baixa.

Tão grande era o desejo, que os meus entusiásticos vinte anos mais justificavam, de tornar a ler o artigo pouco antes concluído e ainda fresco da tinta que o fixara numas tiras de papel, que ali mesmo, junto à montra de um livreiro, o dei a conhecer a um dos mais brilhantes espíritos daquela geração.

Fernando Pessoa dispôs-se a ouvir, numa curiosa expectativa e, pouco a pouco, numa alegria crescente, naquele riso franco que no seu elevado espírito crítico era indício do mais sincero agrado; e tão entusiasmado ficou que quis logo ir procurar o Sá Carneiro, para novamente lhe lermos o artigo.

Fomos encontrá-lo no «Martinho» e a uma das mesas do Café tive a satisfação, natural num autor, de tornar a ler, pela terceira vez nesse dia, o meu «Serão Paülista».

O entusiasmo de Sá Carneiro não foi menor e ainda nessa tarde o artigo foi mostrado e lido por diversas vezes, sempre com êxito crescente, a vários camaradas e amigos daquele grupo literário.

Tanto que nos dias seguintes, pelas referências que os primeiros ouvintes tinham feito, eu era forçado, a cada passo, a ler o artigo àquêles que ainda não o conheciam.

E tão solicitado e compelido fui a essa leitura que, por fim, quando chegava ao «Martinho» e numa mesa me pediam para ler o «Serão Paülista», eu já nem mesmo o procurava nos bolsos, nem precisava de o trazer comigo, porque, de tanto o ter lido, o dizia todo de ponta a ponta sem lhe falhar uma vírgula.

Mas a tal revista que mo encomendara, como tantas outras que não passam do pensamento e do projecto dos seus autores, não chegou a publicar-se, e por sugestão e desejo dos componentes do grupo do «Orfeu», de que o «Serão Paülista» fôsse conhecido, procurou-se um jornal que o publicasse.

O saüdoso Ponce de Leão, êsse espírito vivíssimo tão prematuramente desaparecido quando tanto dêle havia a esperar, inolvidável companheiro de tantas horas que a sua graça esfusiante, as suas histórias e as suas «blagues» tornavam breves e fugidias, era a êsse tempo freqüentador da caixa de um teatro onde um actor seu amigo se estreara.

Freqüentava, também, o camarim do mesmo actor um humorista muito conhecido, redactor de um jornal da tarde de grande tiragem que então se publicava, e o Ponce de Leão, convencido de que resolvia assim o problema, deu-lhe o artigo para que êle procurasse publicá-lo nesse jornal.

Passaram alguns dias, e uma tarde atravessava eu num carro certa rua da Baixa, ouvi o meu nome pronunciado em altos gritos. Voltei-me surpreendido e alarmado, e vi o Ponce de Leão que em grandes gestos me chamava e me fazia desesperados sinais para que descesse.

Corri para êle, ansioso por saber do grave acontecimento que o afligia e o obrigava, assim, a alarmar a rua inteira, fazendo com que todos se voltassem intrigados.

E fui encontrá-lo furioso, na mais sincera indignação, porque lhe fôra comunicado, pelo amigo actor, que o humorista a quem se pedira a interferência, devolvera o artigo dizendo ser impossível a publicação, porque daí a dias, no fim dessa semana, o jornal ia precisamente publicar, de um outro humorista também muito conhecido, um artigo sôbre o mesmo assunto.

O Ponce de Leão, que muito melhor do que eu nesse momento, conhecia a vida e as veredas por vezes tortuosas e menos dignas de que ela é feita e que à sua correcção e lealdade aliava já uma grande experiência dos homens e das coisas, não vira nesse caso uma simples coincidência e, como outros dos nossos companheiros a quem contara o sucedido, dava ao facto uma bem diversa classificação.

E terminou por me dizer que era preciso publicar o artigo antes do fim da semana, fôsse onde fôsse, e que todos tinham combinado, movidos pela mesma indignação, pôr-se em campo para o conseguir.

Desvanecido pelo interêsse que o meu caso despertara, mas a êsse tempo desconhecedor de jornais e de jornalistas, nada por minha parte tentei fazer; mas tive o prazer de verificar que as várias pessoas que tinham tomado essa deliberação, incluindo o próprio Sá Carneiro, se não pouparam a esforços para a efectivar.

Poucos dias depois dessa competição de boas vontades, em 17 de Abril de 1915, precisamente na véspera do dia em que o tal artigo sôbre o mesmo assunto

devia sair, foi o Bustorff Silva, grande amigo e companheiro na Faculdade de Direito, quem conseguiu que o «Serão Paülista» surgisse num jornal da manhã, mais político que noticioso, que então se publicava.

É claro que, no dia aprazado, o tal artigo sôbre o mesmo assunto não apareceu.

Assim consegui também, a partir dêsse momento, não mais ser obrigado a declamar aquelas páginas de tão difícil e acidentada publicação e que tão inesperada agitação tinham provocado, porque todos compraram o jornal, que nesse dia teve decerto um imprevisto excesso de venda, pois só o Sá Carneiro, à sua parte, comprou grande soma de exemplares.

Eu, pela minha parte, também comprei alguns, de que ainda hoje conservo êste recorte:

NO ANO 87 DO "ORFEU"

"UM SERÃO PAÜLISTA"

Na pequena sala dos Monteiros havia naquela noite um movimento enorme. Os convidados, intelectuais, espíritos elevados de ambos os sexos, discutiam animadamente questões de arte. Era a segunda reünião literária dada pelos Monteiros e para ela haviam sido convidados os mais celebrados poetas, prosadores, pintores, escultores e todos os artistas enfim que o movimento impetuoso e agitador do século XX tinha produzido e derramavam no século nascente, em luminosíssimas obras de arte, o seu extraordinário talento.

A nova escola, o «Paülismo», tendo por órgão o «Orfeu», essa revista que viera agitar profundamente a literatura até aí calma e tranqüila, fôra a poderosa alavanca impulsionadora de tão espantoso movimento.

Se não entro agora na descrição merecidamente circunstanciada dessa escola é porque todos por certo a conheceis; se, porém, dentre os que me lerem alguém houver que, irreverente, a não conheça, lamentando-o, apenas lhe aconselharei a leitura de algumas das maiores obras que tão abundantemente produziram êsses grandes génios, êsses fulgurantes espíritos, como foram Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro e tantos outros.

Mas, voltando à casa dos Monteiros, façamos o possível por descrever essa brilhante e artística velada.

Enquanto no piano a gentil Cristina Pereira fazia ouvir a deliciosa sonata dos «Eflúvios Roxos», a assistência dispersava-se nas mais variadas e artísticas divagações; uns conversavam, outros discutiam, outros ouviam, outros não ouviam, outros subiam pelas escadas de caracol das suas almas, nimbando-se de pensamentos, outros ainda se afastavam em ternos idílios, e enfim todos mais ou menos perturbavam o silêncio que demandava a esplêndida partitura que estava sendo executada.

Finalmente, esta terminou; tôda a assembléia ascendeu em aplausos, em fanfarras de «bis», numa ânsia côr de bravos, num cheiro acre de palmas.

A executante ergueu-se em embaraço, agradeceu, e desceu novamente em rubor sôbre o banco do piano.

Todos então se dirigiram ao grande poeta Jorge de Castro, também presente, para que êle, em pequenos gritos de ânsia, pusesse na voz correias de transmissão e diluísse em som alguma das suas últimas produções.

Êste, depois de muito instado, ergueu-se em *smoking*, dirigiu-se para um dos ângulos da sala, e afastando de si o monóculo, começou, aureolado de silêncio:

«REENTRÂNCIAS DE ÓPIO»

(Poesia original)

Grita a côr em ânsias de ouro
Além, além grita o som
Grifam-se as almas em louro
Que pesadelo tão bom...

....

O meu Eu, e o meu Ser-me
Ergueu-se em Ter-se, noutro Eu...

....

As almas vomitam luz...

....

Ópio aos montes, ópio aos montes,
Em fluido um minuto é hora...
Desperfumam-se os pinheiros...
Os portões não são portões
São anseios de porteiros...

....

Fantasia de horizontes
Ânsia verde de não ser
Prelibações de foi-se... embora...

A isto seguiu-se o impossível de descrever; houve como que um rodopio ascendente de palmas, flores, gritos, bravos, que o poeta envolviam, num delírio de triunfo, transparente de som, transbordante de mais...

Tudo ruía sôbre êle em abraços triangulares, em labaredas de excesso, num ruído de perfume...

Sòmente uma senhora, já ôca de vida, cabelos em neve, lunetas em riste, com ar de teimosa religiosidade, preguntava a uma outra, de igual formato, que lhe estava próxima, o que era e porque chamavam àquilo «escola Paülista», como ouvia dizer?

A outra também não sabia, mas de conjectura em conjectura chegaram à conclusão de que aquilo vinha de S. Paulo, e daí por diante ambas estagnaram em orações.

A seguir muitos outros poetas, com as suas produções aureolaram de ânsias outras tantas senhoras; dançou-se ainda uma «gavota paúlica», que não era bem uma gavota, mas sim a ânsia de um «pas-de-quatre» muito interessante em que a dama dançava em espírito mas continuando sentada, e em que o cavalheiro, levantando um dos pés e uma das mãos, dançava ao som do perfume das rosas que adornavam as consoles, com acompanhamento de piano e uma iluminação feérica de lâmpadas roxas.

Terminou a dança, as crianças em eflúvios de sonho, estagnavam já pelas cadeiras.

Então um criado grave e hierático, todo vestido de verde com laivos dourados, chegou à sala e disse, dando três voltas sôbre si mesmo:

«Senhoras e senhores, chávenas prelibam na ânsia de ser asas, trepadeiras despropositadas de chá estão lambendo de água os açúcares».

Todos ascenderam em Ir-se; os cavalheiros saíram primeiro, as damas depois; o criado deu outras três voltas e saíu também.

Sòmente a um canto dois namorados, esquecidos de propósito, e perdidos no além, na ânsia de não serem parvos, perdendo tão bela ocasião de conversar, faziam voar as suas almas em fantasias alouradas de futuros saüdosos.

Êle dizia: «A tua alma que foi, está junto de mim imponderalizando-se de posse...
«O meu não esquecer-me, ôco de Ser, estiliza-se no vácuo dos teus olhos... Reúno-me todo na dispersão que roça pela minha alma em prata dourada só para que o meu Eu possa ser teu...
(E na sala o açúcar não se diluía nas chávenas...)
Ela respondeu-lhe: «Mas para que está prelibando, senhor? Nimbe-se de comedimento que pode aparecer a mamã...»
Efectivamente não apareceu a mamã em eflúvios de descompostura, mas ao salão chegou o perfume cinzento dos gritos das crianças, e hip... hip... hip... ânsias se ouviam, sinal de que os brindes e o banquete expulsando de si tempo tinham pôsto asas nos dentes... que na sala os «pudings» eram apenas comê-los...
Ergueram-se em descontentamento os dois prelibantes; os convidados singravam já nos tapêtes do salão, outros entravam, ébrios de chá, rubros de pão de ló, ansiantes de torradas... Ondas de recuo envolviam em fumo as almas ansiadas, porque a teoria arrepiadora dos fósforos de cêra se arremessara estridentemente sôbre os charutos, zombando dos acendedores automáticos e dos fósforos de dez réis.
E a um canto a pequenina Judite, tôda contorcionada, dizia para a mãe com as mãozitas enclavinhadas em conter-se:
— Ai mamãzinha estou sentindo umas ânsias ruivas com laivos amarelos que me estão aglutinando todo o estômago aladamente em brumas de nostalgia...
— Foi do chá, filha, foi o chá verde que te causou êsses eflúvios alaranjados...
Transmigraram as horas; ruivamente os pares, em hélices de braços, dançaram em grandes turbilhões de corpos emaranhados...
E as crianças, pressentindo um grande intervalo, corriam por baixo dos paúlicos meandros das pernas das cadeiras.
Então novamente ascendeu à porta o criado, referindo:
— «Destroços de reminiscências de açúcar procuram nostàlgicamente a melodia de uns lábios que os diluam no fluido amarelo do chocolate... uplá... uplá... ho... o... o... o...»
Tudo emigrou em romaria, os sofás desertos eram monges cogitando e os espelhos eram resvalamentos de não ser.
E na sala o silêncio estagnou num vácuo delgado e louro com laivos côr de castanha e um sabor acre a trofeus de inverno.

A TRADIÇÃO DO MARACATU

POR ADEMAR VIDAL

EM Pernambuco se tem a impressão que lá vive e nasceu o maracatu. Desde que o Brasil é Brasil que se tem notícia dêle. Praticado a rigor, obedecendo aos estilos clássicos, existem organizações que funcionam como sociedades, havendo até directoria, gerência — tudo organizado como se fôra casa comercial. Porém o resultado vem sendo o melhor possível. Aparentemente, essa organização dá a entender uma coisa quando na realidade se mostra bem diferente. A disciplina e um sentido prático chegam a parecer um tanto antipáticos, fora dos hábitos de nossa gente, mas tal acontece apenas à primeira vista, é uma visão errada que se tem, dissipando-se logo ao mais leve exame que porventura seja feito. Na verdade há motivo para êsse engano. Exteriormente a gente pensa que a disciplina dominante é de ferro com o fim de ser obtido um resultado tão completo.

Os negros que praticam o maracatu ou outra qualquer tradição se revelam obedientes a um ritmo de organização tão exacto que se pensa que a disciplina domina entre êles com uma tirania extraordinária. No entanto, aquilo é natural, ninguém fêz fôrça para conseguir. Veio tudo como uma conseqüência imposta pelo génio do próprio afro-brasileiro: rebelde a tôdas as formas de expressão social, porém singularmente e religiosamente apegados aos ensinamentos de suas tradições.

As tradições do nosso negro seguem uma linha que não se afasta jamais do que vem do passado. Sofrem essas tradições uns recheios provenientes das imposições do momento. O carnaval sem dúvida que é a grande mola que influi nessas movimentações mistificadoras. Suas canções e suas danças tomam generalização tamanha como poder social que forçam tôdas as portas. Mesmo as portas mais bem fechadas. E então se instalam dentro de casa como hóspedes incómodos que não se pode despedir assim fàcilmente. Explicável essa interferência que não pede nem pensa em pedir licença. Basta que um indivíduo tenha a palavra para se fazer ouvido: sabe aproveitá-la para um «repente» que nem sempre consegue agradar. Entretanto, os «repentes» prosseguem até que alguns dêles pegam — e ficam. Daí a explicação das tradições populares apresentarem às vezes uns enxertos como sinal

do tempo que passa. Acreditamos não ser evitável essa transformação vagarosa e continuada, não obedecendo nem a um desejo oculto, mas sujeita aos assaltos dos mais audazes na inteligência e nos sentimentos de comando. O resultado é que não se encontra maracatu com a pureza de outrora, nem congo, nem coboclinho, nem bumba-meu-boi, nem barca, pois que tôdas estas lindas tradições luso-africanas se apresentam diferentes, não sòmente do primitivo como ainda dos lugares onde são representadas, isto é, cada qual ostenta a feição característica da região e até mesmo da localidade.

O facto é que o maracatu não se encontra mais com o rigor de outrora. Nem em Recife. Na Paraíba pode dizer-se que foi um dia, não existindo senão detalhes e reminiscências esparsas. Trechos são cantados aqui e ali. Poderiam ser representados pela nitidez com que são repetidos. Mas não se conhece mais qualquer organização destinada à sua prática como existem as dedicadas à barca e ao congo, ao caboclinho, à lapinha, ao cavalo marinho e a tantas outras tradições de natureza popular. O maracatu era praticado muito na cidade que agora tem o nome de João Pessoa. Isso mais ou menos até por volta de 1910. Recordo-me de em criança haver assistido a um, dançado na porta da igreja da Misericórdia. Outros passavam às carreiras pela rua Direita, num tumulto de gente, de som e de muita côr vermelha, de luz em grandes tochas encarnadas. Também paravam em frente ao Rosário, para uma homenagem à Nossa Senhora que protegia os pretos. A irmandade assistia a tudo com uma seriedade circunspecta. Como que fazia parte daquela representação de alguma coisa com raízes na religiosidade do povo. E de preferência, o maracatu só dançava diante dos templos cristãos. Na Mãe dos Homens êle se fazia representar todos os anos com uma pompa que os antigos não conseguem esquecer. Ouvi a descrição da bôca de um velho do tempo. Tudo bonito como será mais adiante explicado em coincidência com tôdas as informações colhidas. Todavia num ponto jamais deixou de haver modificação: é que o pau gemia à vontade na cabeça dos partidários como acontece agora nas lapinhas. Não havia defesa de cordão encarnado nem cordão azul, mas o «sereno» tinha suas preferências exigentes, o que determinava barulhos em que o sangue era derramado na certa. E todo comêço de Janeiro ou meados de Junho se repetia a cena: pelo Natal, pelo Carnaval ou nos festejos de S. João.

As perturbações da ordem eram tão freqüentes que o delegado Santos Coelho — um homem gordo e respeitado, eterna autoridade policial com um prestígio sempre crescente — resolveu acabar com o maracatu e outras tradições do paraïbano tão apegado ao passado. As exigências da ordem pública determinaram a morte de notáveis representações de folguedos populares admiráveis de beleza e significação folclórica.

O negro dominava inteiramente no maracatu da rua Direita, não se vendo nem — uma cara branca. Na assistência preponderavam os brancosos que aplaudiam e tomavam partido por uma das figuras. Ouvia-se o característico rumor monótono dos atabaques. Uma coisa só, ali, constante, sem variar. A multidão aplaudindo e aumentando o barulho com as suas ovações alegres. O chapéu-de-sol encarnado era o centro de movimento, vendo-se ao longe a sua oscilação graciosa.

Aquilo regulava e dava sentido ao maracatu. Sem o chapéu-de-sol se tinha a impressão de que êle não poderia marchar. Não iria para adiante por maneira alguma. Era a razão de ser, eram as pernas, as mãos e a cabeça do folguedo, enfeitado de côres. De modo que maracatu sem chapéu-de-sol não é e nunca foi maracatu.

Então na Paraíba, o vulto que aquêle objecto tomava era absorvente, sôbre si reünindo tôdas as atenções, atraindo um público frenético que não tirava os olhos do símbolo de movimento, de orientação e graciosidade. E em meio de tudo, o batuque sempre o mesmo, invariàvelmente, o mesmo, sem relaxar — uns tocadores afeitos ao ofício, não se exaltando com a multidão nem se conduzindo através da alegria dos figurantes do maracatu. Uns figurantes de cara fechada, porém que revelavam satisfação e comunicabilidade, apreciando as palmas e os gritos de vitória. Quem estivesse à distância, vendo aquilo, experimentava uma emoção estranha, um recolhimento íntimo, espontâneo. Mas os meninos sentiam mêdo.

Não era sòmente o chapéu-de-sol que se via ondulando como um desesperado, fazendo movimentos gentis e, como se fôra uma batuta, regulando os ritmos do folguedo; também se notava a presença de uma bandeira colorida, predominando, entretanto, as côres de sangue e ouro. O vermelho e o amarelo. Aliás estas côres nunca se acham ausentes das tradições nordestinas das festas populares. Figuram nas bandeirinhas, nos enfeites, nas roupas dos homens e das mulheres, tudo indicando que obedecem a uma determinação de carácter. Os índios apreciavam sobremodo o encarnado e os negros não o fazem por menos, gostando ainda do ouro e do azul, aquêle provàvelmente como sintoma de poder e êste por motivos de religiosidade num meio em que o céu se mostra puro, limpo de nuvens e profundamente belo. Tanto que o negro gosta de pôr em tôdas as suas manifestações de arte — pelo menos se verifica isto na vida rural em que êle participa com uma fôrça preponderante; é verdade que não mais através de sua côr original de raça, mas de puro afro-brasileiro no físico e nos costumes — os sinais do firmamento no azul celestial com as estrêlas, a lua e o sol em todo o esplendor de sua beleza. Sendo assim, a bandeira do maracatu não podia fugir à regra comum: ostentava o amarelo e o vermelho, porém não dispensava o azul. E fixassem a vista, lá estariam as estrêlas e a lua, o sol e até um cometa arrastando uma cauda brilhante.

O lê-lê, vamos quebrá, quebrá.
O lê-lê, vamos passá, passá.

Tudo muito importante. Os negros vestidos a rigor nas suas túnicas bordadas a vermelho e amarelo. As mulheres de saias largas traziam turbantes e corpetes vistosos. O vidrilho faïscava à luz dos archotes, umas enormes lamparinas de azeite de carrapato e querozeno. Extravagantes imagens religiosas indicando a influência fálica preponderante. Também o maracatu mostrava aquilo sem mesmo saber porquê. Não era da tradição? Pois que se observasse tudo com a maior probidade possível. Essas imagens fálicas nunca se acham ausentes das tradições conhe-

cidas e praticadas pelo nosso povo. São imagens indispensáveis. Depois das figuras apontadas, seguia-se a majestade do rei e da rainha em trajes de luxo. Mantos compridos. Mantos azuis e vermelhos onde figuravam estrêlas e lua, também o sol e peixinhos isolados, sobressaindo em côres amarelas — o vidrilho rebrilhante à luz do maracatu. Os soberanos conduziam cetros na mão e coroas douradas à cabeça. Mostravam-se imponentíssimos e circunspectos, inteiramente compenetrados do papel que estavam desempenhando. Marchavam a pé, representando um espectáculo brilhante e amargo. E de ordinário, as principais figuras eram grandes no físico para uma melhor demonstração de respeito. Um rei e uma rainha de maracatu sabiam representar bem o papel que lhes era destinado. A sua quási imobilidade entrava em contraste com a pessoa que conduzia o chapéu-de-sol numa movimentação incansável.

E atrás, por último, vinham os músicos dos atabaques e puítas, marimbaus plangentes, todos tocando com disposição e gôsto, tendo-se a impressão de que não havia ninguém dirigindo aquela estranha orquestra onde não se via sequer um instrumento de sopro.

A sinhá está no fogo, ô-lê
Está boa de casá, ô-lê.

O bando cantava alegremente, mais parecendo festa carnavalesca (quem sabe se o carnaval não procedeu no Nordeste do maracatu?) de indisfarçável sentido religioso. A mulher mais bela e mais ágil conduzia uma enorme boneca de pano tôda enfeitada. Uma boneca-orixá de mais de metro e com uma saia de roda. E com a côr vistosa do vermelho enfeitado de ouro e azul, algumas pintas brancas e pretas para dar melhor realce, além de rosários de contas grandes ao pescoço, fazendo um volume enorme e sobretudo bonito, pois que as contas eram de côres variadas em que se salientavam o branco e o prêto. Uma boneca que tinha movimentos leves nas mãos de quem a conduzia com simpatia e graciosidade.

A mulher que conseguia a preferência não dissimulava a sua ventura de carregar um símbolo para o qual as atenções não se cansavam de convergir. Os aplausos eram, no entanto, para a moça núbia — a «dama do paço» — que se sentia feliz, orgulhosa e altaneira no porte, fazendo «traços» coreográficos com extrema elegância e agilidade. E a uma certa altura do folguedo, quando o maracatu parava em frente do Rosário ou da Misericórdia, da Mãe dos Homens e da igreja da Conceição, junto ao Palácio do Govêrno, então vinha o chapéu-de-sol para junto da boneca, cobrindo-a, enquanto o rei e a rainha proferiam palavras litúrgicas que ainda hoje são guardadas pela memória popular:

Zarinzê, qui-quibundo, zarizê,
Catiri-ti, rendó, tiquí, zaringuê.

Não era só nas portas das igrejas que o maracatu parava para uma repre-

sentação. Costumava também parar em frente das casas dos poderosos do dinheiro e da política (aqui já estava evidentemente se distanciando de seus primitivos fins de natureza religiosa) para umas demonstrações que não correspondiam à pureza da tradição. Fazia as suas danças ondulantes de uma beleza admirável. Cantava canções da moda, deturpando extraordinàriamente a finalidade do maracatu e, para entrar por êste caminho escuro, os personagens tão cheios de dignidade e majestade perdiam inteiramente a compostura. Como que faziam de propósito um intervalo para se entregar a outra ordem de brinquedo exigido pelo momento que estavam vivendo. É sòmente como se explica a mistificação. Findava tudo na mais desabalada intimidade. Servia-se bebida, o rei recebia dinheiro do dono da casa e, depois dos cumprimentos, lá retomava a marcha para outros lugares.

O ambiente tresandava um cheiro misturado de oriza e budum, despertando fôrças de lubricidade colectiva. E mais adiante parava na porta de uma igreja para continuar o seu destino. A representação que fazia não se modificava em nada, era uma representação em plena conformidade com as determinações tradicionais. O que houve há pouco não afectava aos rígidos costumes da liturgia; fôra uma variação necessária para o descanso da seriedade e solenidade indispensáveis ao maracatu. As linhas gerais do folguedo não sofriam quaisquer modificações que viessem afectar a sua essência. As modificações notadas eram tôdas no sentido dos cânticos adoptados conforme a fôrça da hora. E essas modificações não conheciam paradeiro: conforme as novidades na música e nas canções, nos côcos e nos sambas, conforme também o jeito do maracatu se apresentar dentro da nova ordem.

Assim é que letras conhecidas de côcos praieiros passavam a ser cantadas, notando-se, porém, uma particularidade no estribilho invariável e sempre o mesmo; servia para acompanhar tôda e qualquer manifestação dessa natureza. Um estribilho que não escondia a procedência legítima do maracatu. As variações não podiam dispensar essa presença. Talvez que fôsse uma espécie de «marca registrada» no intuito de mostrar que nem tudo fôra sofisticado: havia alguma coisa de verdade. Tal como se faz com o bumba-meu-boi, que se apodera do que «existe de novo», adopta fàcilmente a última canção carnavalesca, ditos e anedotas, mas não relaxa num ponto — e que é aquêle de revelar a pureza da tradição quando entra no principal «momento da representação». É um momento em que se sente o «regime fechado a tôdas as intromissões fora do estilo». Quem tiver a pachorra de assistir uma encenação do «cavalo marinho» há-de observar a excessiva liberdade refreada instantâneamente ao entrar na fase tradicional do folguedo.

E assim acontece ainda com o congo, com o caboclinho e com a nau catarineta, fazendo-se pausa para as «brincadeiras com a assistência», até se cantando coisas fora de vila e têrmo, apenas como «variações para distrair». Porém, que subverte fundamente o carácter da tradição. De modo que o maracatu admitia loas acompanhadas de um côro geral:

Menina me dá uma lima
Da limeira de teus pais,

Me dá uma, me dá duas,
Me dá três, não quero mais.
— Ai-uê
— Ai-uê
Uma coisa me admira
Chega a fazer confusão,
É o trem correr na linha
Sem braço, sem pé, sem mão.
— Ai-uê
— Ai-uê

O «ai-uê» vinha directamente do maracatu para seguir as letras de samba e côco que eram cantadas. E a nota original era que o povo entrava na composição: fazia parte do côro, dizendo aquêle estribilho; enquanto um personagem (o rei e a rainha) não «desciam» a tirar loas (quem se encarregava dêsse serviço quási sempre era alguém da orquestra), ia resmungando em voz meio baixa uns versos simpatizados na época e que andavam na bôca de meio mundo:

Yaya, me diga adeus,
Olhe que vou embora.

E respondiam noutro tom, salientando o «sinal» que era dado pela tôrre da igreja da Conceição (os festejos se realizavam à noite e, não obstante, se sabia das menores particularidades que diziam respeito à vida da capital, os costumes do meio social, mesmo que fôsse uma novidade de última hora que logo se espalhava), onde a cruz de pau-prêto que lá ainda existe ostentava, ora bandeira azul (vapor do sul), ora bandeira encarnada (vapor do norte) e, às vezes, as duas juntas. Daquela tôrre se avista o oceano. E havia um esquisitão, o barbeiro Agostinho, que era o almirante da nau catarineta, que não abandonava o seu pôsto; gostava de verificar a entrada ou saída dos navios do Lóide para anunciar à população da cidade:

O vapô entrou na barra
A tôrre já deu siná.
— Ai-uê
— Ai-uê

Ou então, se ouvia ainda a voz se manifestar isoladamente:

Ai, minha Yaya,
Vamos ri, vamos chorá...

Enquanto a multidão respondia, animada de entusiasmo:

O vapô entrou na barra,
A tôrre já deu siná.
— Ai-uê
— Ai-uê

Também acontecia que todos diziam em côro, numa voz cheia de alegria, enquanto a música não descansava de bater, fazendo seu acompanhamento ritmado:

Zomba, minha nêga,
Zomba, meu sinhô,
Quem quiser embarcá
Venha logo, não perca tempo,
Venha tomar o trem de Cabedelo
Resfolegando na estação...
— Ai-uê
— Ai-uê

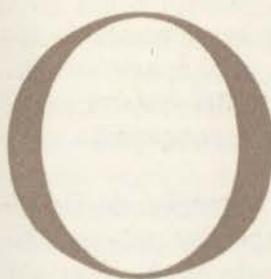
Depois de fazer êsse intervalo nas suas representações, terminada a bebedeira e quando o rei metia no bôlso o dinheiro arrecadado, então o maracatu retomava a sua anterior seriedade, reorganizando-se em préstito solene e rebrilhante, indo todo êle para o meio da rua (nas manifestações aludidas, o maracatu entrava no terreiro da casa onde se detivera, no alpendre ou copiá, no jardim ou, mesmo, ficava em frente da residência do homenageado, mas sem a organização de quando parava para dançar nas igrejas) com o fim de prosseguir a marcha batida para outros pontos escolhidos. A manobra era dirigida pelo mestre da orquestra, cada qual se colocava no seu lugar e, após as formalidades do estilo, lá se ia rua afora o folguedo mais solene que se conhecia entre as tradições populares da Paraíba.

Tinha uma grande fôrça de expressão. Tinha muito carácter. Todavia não conseguiu resistência suficiente para evitar o seu desaparecimento total como organização de rua. Existe ainda quem saiba cantar alguns versos e loas, estribilho monótono como o acima apontado (ai-uê, ai-uê), porém não se sabe da menor tentativa para se fazer uma recomposição. É que daria trabalho, pois o maracatu depende de bom-gôsto, dinheiro e dedicação extremosa. As outras tradições (nau catarineta, congo, bumba-meu-boi, lapinha, caboclinho) não dependem de muito luxo, salvo a barca, para demonstração de todos os anos. São organizações modestas, que vivem fora da capital, pelos arrabaldes, incansáveis nos trabalhos de ensaios, algumas delas possuindo até salas para as representações; terreiros enfeitados com fôlhas de bananeira e uma bodeguinha por perto, para ir «alimentando as fôrças» dos figurantes. A cachaça não falta. Ela tem de andar presente. Faz parte integrante dêsses festejos populares.

Na antiga igreja do Rosário, hoje demolida, havia uma irmandade composta de negros, que tinha um comendador português como presidente, apreciando fornecer dinheiro para os gastos da religião que deveriam ser bem poucos. Mas o facto era que essa irmandade de S. Benedito gozava de um prestígio enorme entre os escravos e os senhores, ao ponto do branco aceitar o govêrno da sociedade que lhe trazia decerto algum prestígio social. De contrário, não aceitaria a incumbência. Pois era essa irmandade que sustentava o maracatu como festejo pagão, que tôda gente adorava pela beleza com que aparecia nos lugares públicos, para os espectáculos mais rigorosamente tradicionais. A irmandade deixou de funcionar — e foi o bastante. O maracatu sofreu o inevitável colapso, desaparecendo por completo da vida urbana ou mesmo rural, uma vez que não se tem notícia de sua existência no interior do Estado, onde sempre se fêz ouvir e dançar.

Até parece que os pretos de S. Benedito dirigiam o folguedo em todo o território paraïbano. Se assim era, devemos apelar para que a irmandade se reorganize quanto antes. Mas aonde encontrar negros?

OS "BONECOS" POPULARES DE BARRO DE ESTREMOZ

POR LUÍS CHAVES

OS presépios do século XVIII, feitos por escultores de preparação artística, tiveram duas conseqüências benéficas na arte portuguesa. Primeiro, conseguiram centralizar os modelos de acção dispersa, vinda já do século anterior, concentrando-lhes o sabor de arte e disciplinando o espírito dos escultores na directriz estabelecida. Segundo, os barristas levaram ao povo o modêlo de presépio, que perdurou, mantendo-lhe a expressão artística, sem deturpar as intenções do artista popular.

Não é necessário acentuar que desde sempre o oleiro popular ou o curioso, estimulado por impulsos de criar formas e de lhes incutir sentimentos seus, se serviram de calcáreo brando e de barro plástico em modelações de sua feição e de técnica mais ou menos espontânea e habilidosa.

Quere dizer: havia o coroplasta popular, antes do grande século da arte do barro ; continuou a haver coroplastas do povo, após êste período artístico da glória e expansão triunfal do barro. Apenas esta diferença: antes, sem unidade nem comunidade ; depois, continuïdade de formas sugeridas, que venceram integralmente, quer pela aliciação do assunto, apresentado e desenvolvido com grandeza de arte, quer pela fantasia que animava, integrando tôdas as liberdades de figuração plástica na unidade perfeita da homenagem ou romaria ao grupo central do presépio.

Ora, das olarias e oficinas de escultores de barro dos centros maiores, e podemos considerar por maiores os de Lisboa, Pôrto e Coimbra, irradiaram por todos os lados, onde havia tradições e contemporaneidade artística do barro, artistas de primeira e de segunda categoria, que eram satélites, comparsas e auxiliares dos grandes criadores da armação do presépio de Setecentos.

Estas influências reconhecem-se no Norte, no Centro e no Sul. Reconheçamos, agora, que a êstes centros sucedeu o mesmo ; irradiando influências, outros menores lhas aceitaram e as seguiram. Êstes, com artistas mais hábeis e preparados na educação artística da sua profissão, aquêles menos dotados ou com menor disciplina de arte, havia de acontecer que os resultados fôssem diferentes de terra para terra.

Dentro de cada terra, a oficina ou as oficinas formadas não mantinham cré-

ditos da primeira hora, porque nem os mestres eram eternos, nem a competição sobretudo económica lhes permitiria a êles o equilíbrio artístico do comêço, nem às oficinas a necessária disciplina, capaz de conservar glórias conquistadas. O resultado foi êste: quanto mais a «moda» do presépio se impunha, mais se activava o trabalho das oficinas; os exemplares, feitos nos centros maiores, haviam de ser muito mais caros e difíceis de adquirir pela acumulação de encomendas. Eram mosteiros, catedrais, igrejas paroquiais, capelas, solares, palácios, casas mais modestas, a mandar fazer presépios. Eram presépios de capela, de altar, de sacristia, de procissão, de arruar em desfiles de pastoradas e manifestações sucessivas, e presépios de canto de casa, de cima de mesa, de oratório, uma série de obras magistrais e de exemplares secundários, até outros mais humildes e toscos que vamos encontrar inteiros, fraccionados, dispersos, em museus, templos, casas, arrecadações, lojas de antiguidades.

À medida que se iam amesquinhando os intuitos pela pressa mercantil de fazer a obra, os presépios provinciais e até nos centros maiores, onde apareciam oficinas menores e artífices caseiros do barro, decaíam artìsticamente, embora mantivessem o decôro e a composição correntes.

É o caso, por exemplo, de Estremoz, onde podemos apreciar presépios de épocas sucessivas, desde os de 1700 até hoje. Se, de uma forma geral, a densidade em quantidade e a qualidade de presépios entontecem, admira-se como numa povoação provinciana, se bem que dotada de tradições oleiras e com arte de cerâmica, subsidiária aliás da de Lisboa, foi possível prestar tamanho incremento, e de valor, à escultura barrista.

Não faltam os presépios, chamemos-lhes clássicos, dos moldes melhores da capital portuguesa, alguns requintados, como um, formosíssimo, do «Convento das Maltesas» (Misericórdia, hoje); nem faltam os de charola e de cima de mesa, como nem os de oratório, grandes e pequenos.

A fantasia do armador de presépios ficou sempre livre, como já observei. Maior foi a liberdade, se o artista dos «bonecos» era popular. Guardadas as reservas necessárias, e mantido no lugar proeminente o que justificava a existência de todo o aparato composicional, isto é, o que fazia que o presépio fôsse presépio,

tôda a figuração servia, e tôda ela representava de aumento em aumento a homenagem social e total ao Deus-Menino. Estamos a compreender que os presépios se encheram de figuras profanas, espécie de romaria de todos, a concorrer na totalidade para a gruta ou estábulo de Belém.

O que pelos artistas da grande criação do presépio foi lançado e desenvolvido, dentro do equilíbrio de arte e da cronologia, expandiu-se, redobrou, desbordou em catadupas de figuras. Que personagens poderiam representar os barristas populares, nas suas vilas de província, tão apartados do bulício inspirador da cidade de Lisboa, com a vida da côrte? É evidente que nos presépios de província tinha de reflectir-se a vida social da província. As personagens de maior evidência, as que o povo formava, as que via, sentia e compreendia, quer por atenção séria de reprodução de indivíduos, de grupos e de episódios da vida familiar, quer por acinte sarcástico de sátira social, lá estão nos presépios. O resto, como ligação recíproca de figuras e cenas, cronologia de trajes e costumes, pouco importava.

Tive ocasião de ver um presépio, talvez da segunda ou terceira década, mesmo, do século XIX, onde pelo torrão acima, deveras acidentado, os caminhos estavam guardados por soldados de espingarda erguida ao ombro, com as fardas, o correame branco, as enormes barretinas dos nossos infantes da Guerra Peninsular e das lutas civis.

Hoje continuam-se a fazer presépios, bem característicos; reduzidos em número de figuras, mantêem a feição de tipos e de figuração, que à primeira vista afirmam a derivação dos presépios antigos.

Fazem-se também figuras avulsas, que, vendidas nas feiras e mercados, revelam o mesmo pensamento e igual derivação. Eram afinal os «bonecos» preparados para encher o torrão do presépio total. Predominam os pastores com os seus presentes levados à Virgem.

O campo largo, onde tudo o mais cabia, e todo era ocupado, apostava ao delírio do número e da variedade figurada. Algumas dessas figuras representavam festas locais ou regionais, como as «maias» e porventura certos grupos de bailados; são, por exemplo, as «primaveras», conforme chamam lá a figurinhas femininas, evidentemente vestidas com a fantasia indumentária e simbólica das danças e pan-

tomimas ; seguram e erguem nas mãos um arco florido, que lhes passa por cima da cabeça.

Outras figuras representam mulheres pretas, de saias curtas, vermelhas, com um pano vermelho disposto em volta da cabeça, da fronte ao occipital, e pontas do nó caídas ; de pé, com flores nos braços, levantam à frente uma haste de que pendem frutos exóticos. Aludem, sem dúvida, a grupos festivos de desfiles, que incorporavam em procissões como as de *Corpus Christi*. Estas figuras são bem pretas, com todos os caracteres raciais distintamente apontados.

Pode supor-se que na verdade, o que não é singular nem inédito para visitantes, que atravessaram o Alentejo, houvesse aí danças de pretos, cujos modelos andavam nos criados e escravos setecentistas dos senhores, que fôssem ao Brasil ou os trouxessem de África, quando os não compravam cá.

Ainda mais faz pensar nisso a figura de pretos a cavalo, como criados de casa fidalga, que os tivesse por criados e serviçais das terras de lavoura e «montes» de ostentação.

Ora, pela interpretação dos trajes garridos e pelas razões de ordem histórica e social, êstes pretos são mocambos provenientes do Brasil, que o século XVIII trouxe a Portugal e por Estremoz, em campos de agricultura e de casas ricas, cujos restos pululam em tôda a região, fizeram seu tempo ; impressionaram os indígenas ; eram aproveitados na ostentação das casas e nas festividades públicas, para as quais assim contribuíam, e ficaram na iconografia popular do barro.

Não posso agora averiguar se algumas destas personagens figuraram nos presépios locais, que tantos foram, no meio das cenas e episódios de casa, de rua, de campo e de retiro. É de presumir que em alguns dêles aparecessem. Nos últimos tempos, e quando os vi nas mãos da velhota, que as fazia, a Gertrudes Rosa Marques, que já morreu, e vivia numa casa de quintalito ao pé das muralhas do castelo, ela não as incluía no grupo das figuras, «bonecas» e «bonecos» de presépio. Punha-os de lado, em outra classe, e dizia-os bailarinos pretos, a par das «primaveras», feitas igualmente por ela.

OUTRAS "VIAGENS NA MINHA TERRA"

POR AFRÂNIO PEIXOTO

PENHA VERDE

D*E Dom João de Castro, o herói das Índias, o «Castro forte» dos «*Lusíadas»*, sabia sua altivez digna ; sua pobreza honrada ; cortando a alfaia em que o filho ia ter bela roupa e mandando-lhe que comprasse armas ; as barbas empenhadas e desempenhadas pela Pátria ; capaz de dar uma vida de filho, por cada pedra da fortaleza de Diu... Sabia muito, mas não sabia tudo. Vim a Penha Verde, em Sintra, para sabê-lo... O culto do desinterêsse...*

Não é esta vida só interêsse? Ama-se acaso a Deus, como quisera São-Bernardo, apenas porque êle é amável? Não. É sempre pedindo, sempre rogando, graças, bens, prolongação da vida, salvação da alma... Toma lá, dá cá. O amor, que é, senão retribuïção? E ciência, e arte, para quê? Tudo interêsse. Só a escala, dos baixos interêsses, aos nobres interêsses... Os mesmos estudos, ditos desinteressados, porque não são profissionais, para dar largueza ao espírito, elevação e nobreza ao espírito, são utilidade — sempre !

Dom João de Castro, por prémio de seus serviços, aceitou apenas «um rochedo e seis árvores»... Deram-lhos : êsse rochedo é o monte das Alvíssaras, na Serra de Sintra, no mais belo dos panoramas. Se num rochedo não pode haver utilidade, na Penha Verde, nas seis árvores, haveria fruto... Cortou-as, plantando em seu lugar árvores silvestres e estéreis, mostrando que nem da terra, que cultivava, quisera paga dos benefícios, diz o cronista... Nem eram árvores conhecidas, amigas, senão «árvores peregrinas». Ao morrer, distante, na Índia que ilustrara, com a bravura e a integridade, disse apenas, com a saüdade do que perdia para sempre : «Eu tenho uma quinta, a par de Sintra, a qual eu fiz, e lhe tenho grande afeição, pela fazer...».

Nem na obra prima, nem no milagre de bravura ou heroísmo, de dignidade e inteireza... em nada há vã glória... Só há glória em fazer, dar de si... o resto não importa. Êxito, vitória?... é para os outros ! «Em fazer» é que está o mérito... «Pelo fazer». Cumprir consigo. Imenso mestre, meu Dom João de Castro ! «E lhe tenho grande afeição, pelo fazer»... Penha Verde, és um altar, à celebração dêsse herói, sem outro igual, o herói do desinterêsse, meu Dom João de Castro !...

Os olhos se me enevoam, de comoção. Penso em Portugal, que eu amo assim, sem interêsse.

Meu coração proclama-o, alto e formal :

De Portugal nada quero,
Quero só podê-lo amar...
O puro amor não tem prémio...
Gôsto de amor, é gostar...

Mas Portugal, é doce, terno, amoroso, amável, como é belo, nobre, heróico, portanto amável. Que importam essas demasias? Vejo-me no espelho do desinterêsse: eu o amaria, mesmo que não fôsse amável... Se êle é meu! se meu sangue é dêle!

LEÇA DO BAILIO ONDE NOIVOU D. LEONOR

DONA LEONOR, RAINHA DE PORTUGAL

Do alto do eirado, ela dissera para um rapaz que descia ao burgo:

— Apanha-me, no fôsso, aquelas flores...

E descera, para tomá-las. Ao se aproximar, o rapaz, que tinha consigo um molho de margaridas estivais, desamparado de si, com o vê-la, abriu a mão e as flores semearam o chão.

Ela sorriu, do efeito que produzira a sua beleza. Até uma criança, da plebe, era sensível a êsse prestígio... Esperou que êle, enfiado de vergonha, colhesse de novo as flores caídas, e lhas entregasse, cabisbaixo, agora sem mais a olhar:

— Vá com Deus!

Depois de um fumo de vaidade, o rosto angélico que se abrira na alegria, recolheu-se, sombrio. E pensou, consigo:

— Era isso... Como as outras... Mulher, — só mulher. Era só o que era, — só o que nela se via...

E sua precoce inteligência ambiciosa, já revoltada, pronunciou o nome bárbaro e terrível, com que se castigava, cada vez que sentia o desejo dos outros, e os ímpetos da própria natureza:

— ..., como as outras...

Dessa obsessão não a libertavam nem os poetas dos Cancioneiros, que lia, nos serões, nem os livros de Cavalaria, com que passava o mais do tempo... A natureza, periòdicamente, conduzia-a a reconhecer o seu domínio... Contingências do sexo, desejos que rondavam em tôrno, diziam-lhe, a tôda hora:

— Lembra-te que és mulher...

E ela, no seu despeito recalcado, respondia a si mesma, com o baldão, para castigar-se:

— ..., como as outras...

Que importava o amor? Era o com quê os homens agrilhoam as damas, para as conduzirem à necessidade... Que importava o sangue de reis, que tinha nas veias? Era, seria, como as outras... O poeta lhe segredava sua mentira:

Mia fremosa
Vos sodes mia morte, e meu mal, e meu bem!

— Só isso... «meu mal», se me esquivar; «meu bem», se me der... É só o que querem. E o nome terrível, de injúria, voltava como obcecação:

— ..., como as outras...

Pois bem, ela não o seria...

E tôda sua vida foi uma luta, um combate, corpo a corpo, divino corpo de bela mulher, com alma forte de mulher senhora, ora uma vencendo a outra... E as duas lutando... sempre!

Casaram-na com Dom João Lourenço da Cunha... dezóito anos... venceu a mulher à senhora. Mas foi à Côrte, fêz pela mulher apaixonar el-Rei: venceria a senhora! Foi rainha e teve Dom Fernando ali, rendido, no seu regaço. Mandou e desmandou. Mas a mulher sobreveio, com a maternidade. Era preciso ser mulher, para ser rainha e prender êsse Dom Fernando. E prendeu-o, e mandou nêle, como senhora... Mas foram precisas adesões, aos seus

designios, de rainha e ambiciosa, e foi preciso comprar o ministro, com o corpo. Deu-se a João Fernandes Andeiro, a quem fêz Conde de Ourém. Era amante? Não, era instrumento, de domínio. A mulher apenas pagava as contas da senhora... Era a senhora, porém, que mandava. Casa a filha com um rei. Agora tem Portugal e Espanha. Tem tudo...

Mas morre o marido, como morrerá o genro... Perde Portugal e perderá Espanha. Não! Tem ainda o amante, e, regente ou regedor, governará pelo Conde Andeiro. O Mestre de Avis mata-lhe, no Limoeiro, êsse amante e ministro. Teve de fugir para Espanha... Um mosteiro é o seu destino... Prendem-na em Tordesilhas, seis anos... Ao cabo, está livre, porque morre, desastradamente, êsse rei de Espanha, que a inclausurara...

Quantos anos tem, essa mulher que revolvera a Península, fizera guerras, subira a trono, dera trono a sua criatura, matava, sorrindo, marido, amante, genro e cumpria seis anos de mosteiro? Trinta e quatro anos apenas... Todos os dons de agradar, de seduzir, de vencer... A mulher fatal, a mulher de trinta anos, a mais mulher das mulheres...

Teve um arrepio, de nojo... Essa seria apenas instrumento da outra... A outra, a senhora, é só o que ela quisera ser... Mas, aonde os homens, em que mandar? Rei morto, rei posto em Portugal... Filha viúva... Outros reis, em Espanha...

Ela, em Valhadolide, no exílio. Só... Só com a sua beleza, o seu feitiço, com os seus trinta e tal anos... A senhora abandonava-a, ficava a outra... Abaixou a cabeça, e chorou...

Aproximou-se um fidalgo. Vira-a chorar e, mesmo na igreja, cumpria socorrê-la. De que podia servi-la?...

— Una mujer que llora es un apelo... de señora, a defenderla... Que debe hacer un caballero, para desagravarla?

E Dom Zoilo Iñiguez curvou-se, não diante da rainha, que não reconhecia, nem da mulher, que não defrontara, mas diante de dama que o devia mandar. Levantou o rosto e viu o fidalgo, de cabeça baixa, que esperava o mandado... Pareceu-lhe que êste não a contemplara, não lhe vira a beleza, fôra sensível apenas à mulher que chorava e devia ordenar... Agradeceu-lhe e compôs-se. E se foi, pensando nêle...

Encontravam-se na Igreja. Falavam-se depois da missa, atrasados em sair... E foi assim que a «flor de altura», dona e orgulhosa, circe fatal, Leonor Teles, casou com Don Zoilo Iñiguez, que lhe deu dois filhos... Esquecendo a ambição, o ter sido rainha, madre de reis, regente, amante de ministro, mulher diferente das outras...

E agora, aos trinta e tal anos, bela como sempre, ainda bem mulher, antes de tempo, morria... Lembrou-lhe o nome de calão que se dera, diante do efeito das flores caídas ao chão, ainda menina e moça, já com a beleza que considerara um rapazelho da plebe, como entontecera a fidalgos, a ministros, a reis :

— ..., como as outras...

Era só o que era, o que fôra, o que seria, se vivesse... E despedindo-se do pobre fidalgo espanhol que no seu destêrro se enamorara dela, por ela, sem nunca saber quem fôra, beijando pela última vez os filhos que o amor lhe dera, por consôlo, na sua degradação, repetiu o verso do Poeta, outrora detestado, agora aceito, a aceitação final da renúncia :

Vos sodes mia morte, e meu mal, e meu bem!

D. BEATRIZ, RAINHA DE ESPANHA

Por ser «louçãa e aposta e de bom corpo», diz de Dona Leonor, o cronista Fernão Lopes, «se começou a namorar maravilhamente» dela, El-Rei Dom Fernando. Ela entrou com alguma coisa, nesse namôro. A flor de altura era ambiciosa. Era casada com João Lourenço da Cunha, mas o casamento seria anulado, e, Leonor Teles, Rainha.

Mas era mulher e não foi insensível a João Fernandes Andeiro, pelo qual traíu a El-Rei. Quando morre Dom Fernando, quando Dom João I mata o Conde Andeiro, fica Dona Leonor viúva de seus três amores. Mas a fama lhe concede um espanhol, amor de exílio, um

Don Iñiguez, que a zelou, enciümado, e a dotou de filhos... A flor de altura curvou a cerviz ao jugo do sexo e, de rainha ambiciosa, se fêz, ou se reduziu, a amante feliz, a mãe amorosa... A redenção de Dona Leonor... Em todo o caso, quatro homens, pelo menos, teve na vida...

*De Dom Fernando tivera uma filha, «se a corrompida fama», diz Camões (*Lusíadas, *IV, 7,4), pondo em dúvida a autoria, a infanta Dona Beatriz... que vem a casar com Don João, rei de Castela. Daí guerra, quando morre Dom Fernando, e Don João se cuida, pela mulher, rei do resto da Península. É o advento do outro Dom João o I, e da dinastia de Avis, que amanhece em Portugal.*

Dona Beatriz enviüvaria de seu Rei e, passado o tempo de luto e de saüdade, ainda moça e bem mulher, manda-lhe embaixada o Arquiduque de Austria, a pedi-la em casamento. Dá de ombros ao pedido e responde :

— Mulher, como eu, não casa duas vezes...

Filha de Leonor Teles... E ainda falam em pecado original, ou em herança, que lhe é a tradução leiga... Conheci um filho de borracho que não podia, sequer, suportar a vista do vinho. Se Don Juan tivera um filho, de uma das suas mil e trinta e três, seria monge e virtuoso... O profeta disse a verdade : os pais comem as uvas e são os filhos que têm os dentes embotados... O povo diz que o dia do demais é véspera de nenhum... O fastio, filho da indigestão...

Sou sensível ao amavio de Dona Leonor... Vejo-a como João Lourenço da Cunha, como Dom Fernando, como João Fernandes Andeiro, como Don Zoilo Iñiguez, como todo o mundo a viu, louçã, aposta, de bom corpo, mulher feita e bem feita, de lindos e ardentes cabelos ruivos entre cobre e oiro ; vejo-a com os outros os que a possuíram e os que, através mesmo do tempo, de séculos, a desejaram e a desejam — ai de todos nós — sem a possuírem... (Que melancolia dá essa fraqueza de imaginação !) Pesar de tudo, sou namorado de Leonor Teles... Confesso !

Mas, a filha, essa é que me enche o orgulho de homem, na medida de cada um, e cada uma, para uma só, para um só : —

— Mulher, como eu, não casa duas vezes...

Esta, sim, é minha... Bem Portuguesa, essa Rainha de Espanha?

S. JORGE DE ALJUBARROTA

Saindo da Batalha, a vinte quilómetros apenas, no campo de Aljubarrota, a capela de S. Jorge... Aí, a 14 de Agôsto de 1385, estava a vanguarda do Condestável. Dom Nuno invocou a S. Jorge... teve sêde, mas não de beber... mais um sacrifício, e investiu contra o inimigo.

Realizou o seu voto, reconhecido... Uma capela ao Santo, que lhe deu a vitória, e, no nicho da fachada, uma bilha, uma quarta cheia de água, para que outros, ali, não sofressem sêde...

Desde então, os dias passam, desde êsse fim do século XIV, seiscentos e cinqüenta anos, e a água todo o dia se renova... Se tem sêde como o Condestável, tem o peregrino, ali, água oferecida... Uma oração a S. Jorge... e água... a água que a tradição não esquece. A mesma família, que vem dêsse tempo, que irá a outros tempos, tem, como honra, não faltar a êsse dever... De geração a geração, não é o facho, de mão em mão, é a bilha, todos os dias, que êsses zeladores anónimos esvaziam de água velha, por água nova...

É uma tradição, é um sacerdócio, êsse voto... Passam os impérios, as dinastias, as famílias nobres, as casas ricas, as igrejas sumptuosas... a mesma capelinha humilde votada a S. Jorge, sempre que nestes seis séculos e meio tem sido preciso refazer-se... Tudo vem, tudo passa, tudo vai, nesse rio do tempo, que corre sem parar. Homens, mulheres, crescem, de crianças a rapazes e raparigas, florecem, amam, criam, envelhecem, morrem, gerações após gerações, seis séculos e meio faz, desde que começaram...

E hão-de ir por além, outros séculos, sem fim, amen... Só a água é nova, todo dia, porque a fé não passa, a fé não muda, como os homens, as pedras, as dinastias, os impérios. A Fé sempre presente ali está, de sentinela, ao monumento humilde... Rezará a S. Jorge. E não terá sêde o peregrino.

Portugal cumpre dia a dia, trezentos e trinta e tal mil dias, outro tanto, mais, muito mais, o voto do seu herói... Portugal não esquece a quem deve, a quem quere... Querem levá-lo, ao Condestável, ao céu, como santo ; seus descendentes foram reis e sê-lo-ão ainda talvez ; bibliotecas sôbre êle se escreveram ; monumentos que o lembram perduram, como a Batalha, se arruínam como o Carmo, em Lisboa. Que importa? A Fé vence o Tempo. O voto de Aljubarrota se vem cumprindo ; está cumprido ; se cumprirá... Portugal está aí, para isso...

Bebo da água, mesmo sem sêde. Rezo a S. Jorge, a Nuno Álvares, a Portugal... Ajoelho, inclino-me, e beijo o chão humilde, que produz dêsses milagres... sinto uma quentura úmida nos olhos, que transbordam pela face e as lágrimas se misturam a água de Nuno Álvares, que inda me está nos lábios, que me ficará na alma...

SERRANOS

Nas minhas viagens tenho visto muito camponês. E cada um... Parece que lhes foge a inteligência para a cidade e êles ficam broncos e rudes, como se não foram mesmo homens, como os outros. A regra é geral. Rústico vem de rus, *campo ; polido vem de* polis, *cidade. De vila, vilão, vilania ; urbanidade é de cidadão. Portanto, de longe.*

Isto, no tempo. No espaço é o mesmo. Nunca vi gente mais obtusa que o campónio de França, o mais inteligente país do mundo... Ora, em Portugal, por excepção, no mundo, a rusticidade se tempera de tanta gentileza, que vem a ficar inteligente, nesse campo, por tôda outra parte rústico. Em Portugal, cidade ou serra, tudo é gentileza.

Lembra-me agora uma fineza que li, em velho livro sôbre a Beira Alta. Li ou tresli, dá no mesmo. Andava Dom Dinis a monte. Perdera seus monteiros e numa casa rústica veio a bater, pois tinha sêde. O camponês, a quem por favor pedira água, lavou e relavou o seu copo de estanho, tanto que el-rei, sedento, interveio :

— Porque perdes tanto tempo, amigo, com essas lavagens?

— Não tendo copo de prata para servir-vos, Real Senhor, como devera, areio e limpo êsse que tenho, para vos servir, como posso...

El-Rei sorriu à cortesia e bebeu da água com dobrada delícia, pela limpeza que vinha com ela, e entretanto de casa rústica.

— Desde quando és fidalgo, amigo? preguntou Dom Dinis, emborcando o copo, para escorrer as últimas gotas, do sobejo...

— Saiba Vossa Alteza que desde Adão...

Sorriu El-Rei e replicou :

— Então, amigo, sois mais nobre do que eu, que não venho de tão longe...

— Senhor, eu disse desde Adão, porque êste é o meu nome...

— Como, pois, amigo Adão, sois nobre?...

— Senhor, um Rei de Portugal não tem tais amigos, como a mim me chamais, senão para honrar a um pobre a quem quere enobrecer...

— Sois nobre porque vos reconheço tal, amigo, mas o éreis pelos modos e pela agudeza... Mas, dizei-me, como me reconhecestes, vós, sem o saberdes, por vosso Rei?

— Senhor, porque mandais, pedindo, enquanto os outros, se pedem alguma vez, é mandando... Não vos degradais, por bom, se vos inclinais ; êles, como são inclinados, alteiam-se, para não ficar mais baixos... Senhor, rei é quem é, e logo se vê. Vestido de serrano, tangendo gado, lavrando a terra... haveis de fazer tudo règiamente. Outros, na posição, mesmo no trono, mandando, serão vilões, apenas com a vara na mão. Não é a vara ou o cetro que é El-Rei... é a pessoa, a mão que segura a vara e que dela faz um cetro... Sem cetro na mão,

Senhor, sois rei, por vós... honrando a tudo e a todos, e até ao mais humilde dos vossos súbditos...

El-Rei sorriu de novo e disse :

— Amigo, nobre Adão, já não parto, aqui fico, vosso hóspede... a aprender convosco a arte de reinar, que não ensinam as Côrtes, mas se aprenderá, estou certo, convivendo com a boa terra e a nobre gente de Portugal...

— Portugal é que é nobre, Senhor, e foi êle que vos enobreceu, no vosso real tanto, e a mim, o menor dos vossos súbditos e dêle, no meu pobre quanto, Real Senhor. Nobre é Portugal.

— Bem dito, Amigo, replicou por fim Dom Dinis, comovido... bemdito ! Nobre é Portugal.

Isto me vem à mente, porque vi o meu quinteiro de Lamego, o Zé Rabêlo, num dia colher algumas dezenas das mais belas peras que já vi, de uma pereira a par de casa, e no dia seguinte, com particular carinho, acercar-se do arbusto e pôr-se a tratá-lo, amorosamente. Deu-lhe terra ao tronco ; pôs-lhe adubo ; cortou galhos inúteis, tirou fôlhas sêcas... alindou-a, como se lhe fizesse um afago. Não se trataria melhor uma mulher. Preguntei-lhe pela preferência...

— Não viu V. Ex.ª as lindas peras que nos deu?

— Mas porque não faz o mesmo às outras?

— Não sabem dar o mesmo trôco...

— E só vale o trôco?

— Deve-se tratar bem a tudo... a todos... Porém melhor, a quem melhor responde...

Levantou-se, o dorso desempenado, e, parada a faina um instante, disse, respeitosamente :

— Releve V. Ex.ª a comparação... No seu tempo, os melhores agrados eram para as cachopas mais dadas... Dar a quem nos dá... E, ainda hoje, é assim... Faço um agrado à boa da companheira... umas frutas... um coração de filigrana... uns rebuçados... um vestido novo... — «Como tu és bom !...» diz-me ela... e não pára : «Como tu és bom !...» E paga-me, senhor, com perdão da palavra... dá-me o trôco, e com um jeitinho, meu senhor, que ainda lhe fico a dever...

E inclinado de novo sôbre a árvore, a que chegava adubo às raízes, o Zé Rabêlo resmungava :

— Deve-se dar... a quem nos dá !... e que bem que há-de dar !

Não tem o meu campónio mais inteligente arte da vida, do que soberanos, ministros, grandes mandões do mundo? Faze para que te façam... pelo menos. É a sabedoria egoísta da vida. Porque egoísmo? Juízo é que é. Se todos o fizessem, tudo iria bem. Até o campo, em Portugal, tem juízo.

VALE-DE-LOBOS

Vim a Vale-de-Lôbos. Como faltar a uma das minhas admirações, a Herculano? É «um homem», como os grandes da Pátria. Não só de engenho, melhor. Talento e estudo, às vezes, dispensam carácter. Êste não, teve tudo : talento, estudo, carácter. Êste foi um Português...

Saí de Santarém, rumo de Alcanena, por uma estrada acolhedora, vendo, às margens, a vegetação sadia e fresca dêsse Ribatejo, que é abundância e fartura. À passagem saüdam-me acácias, choupos, pinheiros, faias, salgueiros, eucaliptos, espaçados, pelos campos de milho, de trigo, olivedos, que as sebes protegem, dos caminhos, onde viçam os sabugueiros, as murtas, os troviscos, as plantas anónimas, que, entretanto, me conhecem, e me sorriem, pelas suas flores... Bom dia, me dizem os pássaros, que revoam, riscando no ar úmido e fresco, seus itinerários de fantasia e vagabundagem... Não lhes posso aceder ao convite tácito, de buco-

lismo... Vou à solenidade de encontrar, na sua casa humilde, a memória augusta de Herculano...

Vale-de-Lôbos é simples... um portão, uma alameda, árvores, canteiros de flores, a casa... Dependências, em ribanceira, à esquerda. À direita, outra alameda, em cuja encosta corre o fio de água que vai a Azóia, o riozinho, a ponte, o povoado próximo, Azóia-de-Baixo. Oliveiras em tôrno, para o azeite de Herculano... E é tudo.

Entro à casa. Se não fôra hábito descobrir-se a êsse ritual doméstico, da entrada, ainda assim descobrir-me-ia... Ajoelho, mentalmente. Estou diante do abrigo rústico, a que se recolheu um grande homem, que fugiu aos homens... Não quis ver, de perto, a decadência da Pátria. Refugiou-se na História, dos grandes tempos. Não foi bastante : buscou, para morrer, o asilo do silêncio, das árvores, do campo, da terra eterna de Portugal... Como o lôbo silencioso de Vigny, buscando a dignidade da morte...

Mas, até aí, o foram aborrecer. A ironia fizera dizer, do «solitário de Vale-de-Lôbos» — «o solitário lôbo do vale». Nem aí, no retiro, que desejara obstinadamente só... o deixavam... Em Lisboa, na Ajuda, quási todos os dias, o ia visitar El-Rei D. Pedro V... Em Vale-de-Lôbos, na sua toca, quis ir vê-lo D. Pedro II. Escreveu, vinha do Brasil, a Portugal, para isso : que fazer?

Foi em 77. O escritor quis dissuadir, ao monarca, com as incomodidades de viagem, com a humildade da casa... Em vão, o Imperador do Brasil era teimoso e grato. Herculano que o fôra desconvencer a Lisboa, envia, então, à casa, um telegrama : «Não pude convencer o homem». Era um soberano, não importa ; era apenas «o homem», para Herculano. Quando êsse homem errava a prosódia, e dizia, citando :

— No seu «Monge de Císter»...

O Mestre corrigia :

— Perdão, Senhor ! Cistér...

Era de um chefe de Estado, não há dúvida, mas era mais um êrro, a corrigir. Não é uma obra de misericórdia? Herculano era pio. Era anti-clerical, mas escrevera a «Harpa do Crente». Queria uma Igreja cristã, sobretudo um clero digno dela. Para a mulher construíra, em Vale-de-Lôbos, uma capela, e era êle mesmo quem lhe colhia as flores, para o altar... A piedade não é apenas uma fórmula, ou só uma prática : é sentimento ou aspirações...

Essa visita de Pedro II matou-o. Teve de pagá-la, indo a Lisboa despedir-se do Imperador, que partia, a 1.º de Setembro de 77. Estava incomodado : tornando, veio a febre ; a 6, uma pneumonia se declarava ; a 12, era cadáver. De 77 a 88 esteve enterrado no humilde cemitério de Azóia-de-Baixo, ali perto... Em 88, levaram-no aos Jerónimos, em Lisboa. Deus exalta os humildes... Do pobre retiro de uma quinta de aldeia, ao mausoléu de reis, na Capital do País... Ao orgulho de Dom Manuel, não bastava a Batalha, onde D. João I e a dinastia teria túmulo... Fêz os Jerónimos para si e descendentes... A Posteridade deu-lhe companhia... Camões, na intenção,... Herculano, realmente. Todos os deuses lares : é um panteão.

O panteão do Velho Portugal não é porém de pedra, é escrito... é a «História de Portugal», onde vivem Afonso Henriques, — mesmo sem o milagre de Ourique e as Côrtes de Lamego, — e Egas Moniz, e o Lidador... tantos, tantos, dêsses grandes de Portugal, — êsses

E outros, em que poder não teve a morte...

E, êsse, edificou-o Herculano...

VILA-VIÇOSA

Vou a Vila-Viçosa... É um dos sacrários de Portugal. Berço e túmulo de uma Dinastia. Dinastia que reinou no Brasil...

Por causa dessa, há várias Vilas-Viçosas, em Portugal, e no Brasil. Em Espanha, também, mas, é, aí, «Vila-Viciosa». Viço e vício : não é, essa letra de permeio, documento de

uma era do espírito humano? Viço seria vício : o vale de lágrimas do mundo devia ser triste, murcho, minguado. Alegria, fartura, pompa,... seria viciosa ! Tôda a religião aí está !...

Vila-Viçosa tem passado arqueológico, romano, celta, mosárabe, lusitano... Para nós começa com Afonso III, 1270. Vem a ser o solar dos Duques de Bragança, que vêm de D. João I e Nuno Álvares, donde sai D. João IV, rei de Portugal e do Brasil, uma dinastia... De Vila-Viçosa, o burgo, são filhos Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de Sousa, que estão na história do Brasil e das Índias : Públia Hortência de Castro, a musa-doutora ; Pedro de Andrade Caminha, o poeta invejoso de Camões ; Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, que governou, comprida e felizmente, o Brasil ; Fr. Manuel Calado, que, no «Valeroso Lucideno», historiou a restauração de Pernambuco... Vila-Viçosa não é apenas nossa, por portuguesa...

Percorro o Palácio Ducal, sóbrio e vasto monumento clássico, do Renascimento, que começou com o Brasil, 1501, e foi dos mais ricos e recheados paços reais do mundo, até D. João IV... Com os duques feitos reis, lá se foi parte do recheio para Lisboa, e parte para o Brasil, com D. João VI... E não tornou. O que resta é pouco do antigo, e é quási moderno. Mas restam as memórias.

Aqui o duque D. Jaime, que o construíu, matou, a suas mãos, a duquesa Dona Leonor de Mendonça e Gusmão, filha dos Duques de Medina Sidónia... Filho do duque D. Fernando II, que D. João II, por conspiração, fizera decapitar em Évora, fôra proscrito em Espanha, D. Jaime. Dom Manuel, irmão da duquesa viúva, repõe o sobrinho nos seus domínios, e fá-lo herdeiro do trono.

Com isso, contrata êle o casamento com a pequena Medina Sidónia, de doze anos, que ainda será criada, até mulher, mas já traz, de dote, vinte e seis contos de marevedis (com um e quatrocentos mil, que Isabel dera a Colombo, se descobrira a América...) os quais Dom Manuel logo toma a juro, para as despesas das armadas, Índia e Brasil... Enquanto espera a menina, cresça a moça, o marido em espectativa, sombrio, místico, pensa em fugir para Roma, pedir perdão do vínculo, e meter-se frade num convento de Jerusalém... E já fugia, por terras de Espanha, quando o foram deter. El-Rei apressa, triste remédio para maus nervos, a consumação do casamento...

Na horta do Reguengo levanta-se o Palácio Ducal. A duquesa tem tempo de dar dois filhos, ao lar. Mas, uma noite alta, acorda o paço em alvoroço e o duque, com as suas mãos, degola a duquesa, um serviçal o pagem António Alcoforado, que saltava uma janela, por os «achar ambos e entender que dormiam juntos e lhe cometiam adultério» : 2 de Novembro de 1512...

A justiça dos poderosos é justa, por definição, mas a das vítimas acaba por falar. António Alcoforado seria amante de uma das damas da duquesa. O amor é temerário. O Poeta disse que, por êle, se sobem a paredes e telhados... Bastou que um válido, de alcateia, visse um pagem escalando uma janela, para a honra do senhor estar em jôgo... A delação, o escândalo, a justiça...

Dona Leonor foi enterrada no Convento da Luz, de Montes-Claros, de onde uma neta a trouxe, para o da Esperança, em 1590. Outra Medina Sidónia, D. Luísa de Gusmão, será a duquesa de D. João IV, e, agora, quem adultera sem castigo, será êle... Os Medina Sidónia esqueceram... D. Luísa punida, como D. Leonor, diferentemente... É tudo !

Sôbre esta campa vinha rezar, quando em Vila-Viçosa, a rainha Dona Amélia... Dobrei também os meus joelhos. Tôdas as vítimas do amor são inocentes.

No Paço modernizado vivem as memórias dos últimos reis. Dom Carlos dormiu aqui sua última noite, antes do martírio. Seus livros aí estão, que depõem de leis, estudos, informações de sociologia, política, economia, administração... rei moderno, enfim. Junto ao salão, onde comia a Família Real, outro salão igual, para as refeições da «Família». Duas famílias? Não, a «Família» eram os criados, os serviçais de El-Rei, que a delicadeza lhes fazia chamar assim... Pobre Dom Carlos, pela gentileza estava condenado ! O Povo não gosta de ser bem tratado. Só dos maus tolera govêrno. Pobre Dom Carlos, que tão bem representou a gentileza de Portugal... Rendo-lhe minha homenagem. Todos os mártires são inocentes.

Saio do Palácio Ducal, para o ar livre da vida, cujas tragédias são anónimas e indiferentes...

Saio da história, das pedras, dos móveis, das alfaias, das telas, dos livros, das memórias... Venho para a rua, para a praça de Vila-Viçosa... E que vejo? Em pleno inverno, toucadas de pomos de ouro, que riem de entre a folhagem, laranjeiras graciosas, carregadas de frutos... Mão alguma se estende para tomá-las. Os garotos da rua, os homens desocupados, à noite, de dia, ninguém as colhe... às laranjas de Vila-Viçosa...

Estão à guarda da gentileza de Portugal, que passa, porque pertencem à Santa Misericórdia. Quem lhas deu? Ninguém. A bondade... Vem o dia que se colhem e vão para os doentes... vão alegrar os olhos e a bôca dos que sofrem... A mitologia clássica pôs, à bôca do Mediterrâneo, o jardim das Hespérides, mas fêz guardar os pomos de ouro por dragões inexpugnáveis. Nós, todo o mundo, pomos muros e grades em tôrno, para guardar nossas laranjas. A gentileza dos que vivem, e passam, por Vila-Viçosa, é mais que dragões e muros, cães de guarda ou cêrca de pomar : vê, admira, não toca, e leva no coração uma terna emoção... Aquêles pomos alegrarão o gôsto de um necessitado. E a privação de prazer nos faz melhores. E é na alma que sentimos o perfume, e a doçura, das laranjas de Vila-Viçosa...

Os turistas que vêm e vão, ingleses «globe-trotters» ou sábios germânicos informativos, não tiram fotografias do Paço dos Bragianças — êles têm tantos palácios e tantos castelos — tiram é o retrato às laranjeiras estreladas de pomos intactos, e, levam na alma, o cliché comovido da gentileza de Portugal !...

Também eu tenho o meu álbum, para os meus retratos. Que faço eu aqui? Descubro minha terra. Acho minha nova terra, na minha velha terra. Reivindico minha velha qualidade de português : antes de brasileiro, isto é português da América, fui, sim, português de Portugal. Daqui saí, faz mais de quatrocentos anos, e aqui torno, reconduzido pela mesma e longa saüdade, com que parti..., que não me deixou nunca, que meus maiores sofreram com esperança, saüdades que mato agora, para consôlo dos meus, que vivem sempre dentro de mim... Não venho a Portugal, torno a Portugal...

E, aqui, colecciono imagens, para o meu álbum. Encho o coração de imagens de Portugal. Êle é hoje, meu velho coração, um álbum dessas imagens, que folheio nas horas caladas de recolhimento, com a comoção nos olhos, nas mãos, na memória, na ternura, no orgulho...

Como é bela minha terra, como é digna minha gente ! Tenho o meu álbum replecto, tenho o coração cheio de imagens de Portugal. Mas hoje, vindo a Vila-Viçosa, não foi para o álbum o Paço Ducal e o seu recheio de arte e história... foram apenas as laranjas da praça, foi a gentileza de Portugal ! Laranjas de Vila-Viçosa... não é uma nova «parábola» ?

VIOLA MINHOTA — Eduardo Viana.

DÍPTICO

I — ANTE A VENUS DE MILO

Não tens braços, não tens, Venus de Milo!
Mas como o teu tão imperfeito abraço,
Frio, suave, exânime, tranqüilo,
Afoga a alma do Homem como um laço!

O teu olhar de estátua, claro e ausente
Nem nos fixa! Voltou-se a outro Céu.
E como o mármore é sagrado e ardente,
Se almas do Par se fundem num só Eu.

Só pelo amor se te completa a alma.
Ensimesmada, és só a Natureza,
Fecunda, misteriosa, indiferente.

Para nós, és a forma da Beleza,
A Bondade, enigmática e silente,
A Verdade da Vida, cega e calma.

II — IN PORTA INFERI

Quantas e quantas radiações obscuras,
Que não aprende a humana condição!
Sete côres são grades da prisão
Em que penam as nossas conjecturas.

Como cegos seguimos às escuras
Só pela luz da interior razão.
Mistério imenso para nós é vão
Sonho pueril de nossas amarguras.

Que somos nós e para onde vamos ?
Vamos ? A terra é quem vai. E singramos
Num mar em trevas, e sem leme e arrais,

Desta aventura no Desconhecido
Que a efémera alma entenderá jamais.
E achamos só, nosso dia cumprido,

A solidão, a morte, nada mais.

ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO

OMEGA E ALPHA

A Sir Edward Aleister Crowley

Vou pôr o fim no começo
Para melhor explicar...
. . . .
Onde é que está a verdade
— P'lo menos a que eu suponho —
E onde é que a realidade
Se mistura com o sonho ?

Deus fêz as coisas em fumo
E misturou-se lá dentro!
E é Êle que é o centro
De tudo a que deu o rumo!

Mas o rumo é a vertigem
Sempre em plena confusão,
Em tremenda convulsão
Desde o fim até a origem!

. . . .

Eu ponho o fim no comêço
Para melhor explicar...

AUGUSTO FERREIRA GOMES

SETE CONTAS PARA UM ROSÁRIO

1

Pontos de luz, estrelinhas
A luzir no céu, que sois ?
Sois de certo grandes sóis,
E par'ceis tão miüdinhas !
Imensas ou pequeninas,
Sois maravilhas divinas !
Pois êste assombro sereno
E esta funda aspiração
Que sinto em mim, que serão ?
Que é ser grande e ser pequeno ?

2

Nuvem que vem, densa, orlada
De ourelas opalescentes,
Tu és de Deus enviada,
A alegria das sementes.
A elas trazes frescura,
Ao nosso olhar formosura.
Aos que teimam em descrer
Seres de Deus mensageira,
Perdoa! só sabem ver
No pão da hóstia... a masseira!

3

Há não sei que íntimo laço
Entre os seres do Universo,
Que une tudo o que é disperso
No mesmo fraterno abraço.
Cabe dentro dum só verso
Quanto existe sob os céus...
Voltam sempre a serem meus
Mal ou bem que aos outros faço...
Tais de Deus, com vário passo,
Vamos todos para Deus...

4

Quando sofre, a gente diz
Que a Vida é má. Sem razão;
Pois muda de opinião
Quando se julga feliz.
Homens, tentamos em vão
Julgar a Vida, maior

Do que o prazer ou a dor
Que sentimos, e mais bela!
Tratemos, sim, de abrangê-la,
Inteira, no nosso amor!

5

Una e simples, a Verdade,
(Há quem duvide que exista!...)
Descuidosa de ser vista,
Mora longe da vaidade...
Por isso a sua conquista
É tão difícil, talvez...
Vistoso, o Êrro, ao invez,
Enche as ruas, enche as salas,
E veste tôdas as galas
Da mundana insensatez!

6

Que sombrios e cruentos
Os nossos tempos de agora!
Parece que andam os ventos
Da insânia à solta, ares fora!...
«Hora a hora Deus melhora»,
Diz o povo; e isso nos valha.
Mas a vida é uma batalha,
E há que vencê-la, em verdade.
Com recta e firme vontade,
Não com ódio ou com metralha.

7

À minha humilde morada
Desça, meu Deus, vossa Graça!
Sem ela, por mais que faça,
Sou como brasa apagada
Ou como areal deserto...
E no que faço, vacilo,
Não sei se erro, ou se acerto. .
— Dai-me fervor, dai-me unção!
E aquêle acento tranqüilo
Dos que vão por vossa mão!

ANTÓNIO FERREIRA MONTEIRO

ANTI-SONHO

Não me tragas o Sonho para a beira
Que a luz do Sol pôs hoje nos meus dedos
Um jeito amargo de estragar brinquedos...
. . . .
E estrago-os... queira ou não queira...

Não me tragas o Sonho para a beira,
Porque hoje os véus da boneca
Rasgavam-se nos dedos do meu tédio...
Menina Vida
Ficava tôda despida...
E morria de frio... sem remédio...

Não me tragas o Sonho para a beira
Que eu já o sei de cor, vazio e fútil ..
Névoa fingida e tonta...
O Sonho é inútil
Pra quem o correu já de ponta a ponta...

Não quero gestos vagos no vazio,
Jôgo de Cabra-Cega, a esbracejar sem tino,
Bom pra enganar o Menino
Incapaz de outros segredos!...
Eu quero a forma e a linha, a côr e a dor,
A limitar a vida interior...
Palpar o pensamento nos meus dedos!

Só quem dá forma realiza a vida!

E transcende no Céu a idéia erguida!
Pensar é talhar estátuas!
O Sonho apenas
Basta prás almas pequenas
Com um Além do seu tamanho...

Porém a alma que eu tenho
Nem se ilude nem se cansa:
Talhou-a Deus à sua imagem e semelhança!

Deixa-a sòzinha comigo!
— Antes só e abandonada
Ao frio e ao vento, sem abrigo!

Entre a minha alma e o Céu, não há lugar pra nada.

Não me tragas o Sonho para a beira
com falsos lumes de postiço e lua...
Antes eu quero a noite fria e nua
Nítida, exacta, sem relêvo ou côr.
Depois rasgar nos dedos o negrume,
E plos rasgões abertos como lume
Ver frente a frente a face do Senhor!

AMÉRICO CORTEZ-PINTO

FRANCISCANA

PAULO SILVEIRA

U quisera ser pobre, muito pobre
E viver na miséria,
Pedir esmola à porta de uma Igreja,
Uma esmolinha pelo amor de Deus!
Eu quisera sofrer humildemente
A imensa desventura
De estender minha mão, timidamente,
Pra receber o óbulo cristão,
Dos que entram no templo pra rezar
E que também vão pedir
Ao filho de Maria
A santa esmola do perdão!
Eu quisera ser pobre, muito pobre
E guardar no coração
A luz interior daquela calma
A piedade solar daquela alma
Que irradia do corpo de Jesus.
E à sombra, Senhor, da tua Cruz
Eu quisera sofrer a tua dor
Todo inundado pela tua luz!
Eu quisera resgatar os meus pecados
Velho, enfêrmo, triste, abandonado,
Sentado à porta da casa do Senhor
Tendo perto de mim a tua imagem
Meu Cristo Redentor!...
Uma esmolinha pelo amor de Deus!

Balbuciando, assim, eu poderia
Aos que vão pedir ao filho de Maria,
O pão nosso de cada dia...
Minha dor, minha espôsa, minha amiga
Sempre junto de mim,
Eu peço a Deus que sempre te bendiga,
Consoladora fiel dos meus tormentos,
Máter dolorosa dos meus pensamentos!
Ser pobre assim, num canto desprezado,
À porta de uma Igreja
Vendo o Orgulho ouvir missa,
Bater no peito e ajoelhar-se
Diante do Senhor!
Uma esmolinha pelo amor de Deus!...
E ungido de fé e de humildade,
Não entrando na memória de ninguém,
Eu só conto com a tua Caridade,
Minha única alegria e meu único bem!
Se fôsse pobre assim, se fôsse mendigo,
Alguém teria, ainda, ódio de mim?
Existe nesse mundo tanta gente ruim! ..
Eu quisera ser pobre, muito pobre
E viver na miséria,
Para sentir, Jesus, a tua Misericórdia
Agasalhando o meu frio
Com o manto do teu perdão!
Nada quisera ter, como o Pobre de Assis.
Eu quisera sòmente ter o coração
Sangrando eternamente ao pé da tua Cruz!
Se pudesse apagar, com as minhas lágrimas,
O fogo de um Amor infernal que me consome,
E ser um pobre mendigo à tua porta,
Vendo a vaidade morta
Diante da minha fome;
Sentir, então, a beata liberdade
Que a Pobreza dá aos que tudo abandonam
E não saber o que é a Necessidade!...
Senhor, estou cansado de pecar,

Cansado de sofrer a inveja afectuosa
Dos que transformam a Amizade
Numa fria operação comercial.
Eu que tanto necessito de Perdão
Imploro a ti, meu Deus e meu Senhor,
Aumentar cada dia essa Paixão
Que tenho pela minha Dor,
Companheira da minha Desventura,
Suave criatura,
Minha flor de ternura
Perfumando a minha solidão!
Eu quisera ser pobre, muito pobre
E viver na miséria,
Sem orgulho e sem ódio de ninguém,
Beijando a mão que me agredisse,
Agradecendo a Deus todo o castigo
Que o meu corpo ferisse...
Como eu gostaria de ser Bom,
Bom como o trigo e como o sal
Fraternizado no Pão que Êle multiplicou
Para que o teu Santo Corpo fôsse o eterno alimento
Dos que na tôsca mesa, sem ricas iguarias,
Encontrassem o consôlo da sua pobreza...
Há um outro mundo na vida que vivemos,
Um mundo imenso, cheio de renúncias
Que não compreendemos...
Eu quisera ser pobre, muito pobre
E viver na miséria, à porta de uma Igreja.
Uma esmolinha pelo amor de Deus!...
Senhor da minha tristeza,
Cristo dos meus tormentos,
Acolhe a minha voz que pede o teu socorro,
Pois carrego nos braços a minh'alma ferida
Que procura tuas mãos propiciatórias...
Mãos que acendem as pupilas dos cegos,
Mãos que erguem os mortos para o martírio da vida!
E ao pé de ti, meu Cristo sofredor,
Onde goteja o sangue da tua agonia,

Eu quero colocar, como se fôssem círios,
O espectro do meu Pecado e o fantasma dos Vícios
Cujas chamas, se abrindo como os copos dos lírios,
Recolhessem gota a gota o sangue das tuas chagas
Como o mais puro de todos os Vinhos;
Vinho que me embriaga com os teus sacrifícios,
Revelando os teus Passos, subindo o Calvário,
Para gravar no peito de tôda a Humanidade
A cruz da tua Dor e da tua Piedade!...

Madride, 2-XII-42.

S U M A

Poesia é a Virgem
Por entre as árvores.
Poesia é a asa
Contra o vento.
Poesia é o remorso
Florindo em lágrimas.
Poesia é a voz que cantou
E se perdeu na poeira.
Poesia é o sorriso
Da mártir.

Poesia é o presente
Da pobre Morta.
Poesia é o ar
Da grande noite.
Poesia é o que ilumina
Os caminhos do tempo.
Poesia é o que revelou
O sempre incompreendido.
Poesia é o olhar de amor
Úmido da humilde verdade.

Poesia é a lembrança das tranças
Da que foi o Amor e morreu.
Poesia é o sentimento
Que emergiu da música.
Poesia é a mão que se abriu
No fundo da terra.
Poesia é o desejo modesto e irrealizado,
É a noiva impossível.
Poesia é a fuga e o encontro,
É o último e o primeiro olhar.
Poesia é o ninho velho
E vazio.
Poesia é a Adormecida
E os seus pés brancos.
Poesia é o túmulo,
É o balanço do túmulo,
É o sono no túmulo,
Poesia é o túmulo!

II

Poesia é Josefina
Dormindo.
Poesia é Josefina
Em viagem.
Poesia é Josefina
Trabalhando.
Poesia é Josefina
Cantando.
Poesia é Josefina
Descalça.
Poesia é o lenço e
São os cabelos
Da velha Josefina.
Poesia é a velha Josefina
Na aurora.
Poesia é a morte heróica.
Poesia é a morte de fome.
Poesia é a morte de frio.
Poesia é a bandeira ao vento.
Poesia é a música de guerra.
Poesia é o silêncio dos pequenos cemitérios.
Poesia é a graça esquiva e inocente.
Poesia é Josefina,
A dançarina exausta.
Poesia são as mãos molhadas de lágrimas.
Poesia é a flor nos cabelos.
Poesia é a primeira namorada.
Poesia é a mulher que não reverei.
Poesia é a praia onde o mar suspira cansado.
Poesia é o fogo do teu corpo.
Poesia é o frio do teu corpo.
Poesia é o teu corpo fecundo.
Poesia é o teu corpo incendiado.
Poesia é o pôrto.
Poesia é a bruma.
Poesia é o porão,
É a velha mala.
Poesia são os nomes imaginários
E as terras longínquas.
Poesia é o baile
E a música,
O corpo leve dançando
E a Morte
Esperando.
Poesia é a morte de cachos,
São os cachos da morta,
São os cachos castanhos
Da que morreu.
Poesia é o coração rasgado,
É o último beijo,
É o passado.
São as janelas
Com tinhorões.
Poesia é o que está escorrendo
Pelo silêncio.
Poesia é o fruto da árvore!
Poesia é Josefina na vala comum.
Poesia são as velas acesas
E o corpo da criança.
Poesia é a morte natural,
É a graça natural,
É a flor se abrindo.
São os perfumes subindo aos céus.

Poesia são as vozes rezando,
São as desprezadas,
As torturadas.
É a voz que cantou,
É a voz que fugiu.
Poesia é a Noite.
Poesia é a mão da Noite.
Poesia é a Noite
Dançando,
É a noite cega
Sem estrêlas.
É a Noite!
É a nau da noite,
É o mar nocturno,
São os peixes na treva,
São os bancos de coral,
São as flores dos abismos.
São os pássaros do mar!
Poesia são os ninhos do mar,
São as árvores da mar,
São os infantes dos abismos
Caminhando em massas,
Movendo-se cegos
Pelos espaços longos,
Pelos paços longos.
São os infantes reais.
Poesia é o mar,
O barco errante,
A noiva errante,
O vento do mar.
Poesia é o mar,
A onda clara
Na claro dia,
A onda escura
Na escura noite.
Poesia é o grito
Do errante pássaro.
E é a espuma,
Flor mal se abrindo.
Poesia é o mar,
É o corpo jovem
Ao mar descendo.
Poesia é o mar,
Rosa das águas,
Rosa dos ventos,
Rosa da aurora,
Rosa nocturna,
Estrêla nua,
Estrêla fria,
Descendo ao mar.
Poesia é o moinho d'água.
Poesia é o canteiro.
Poesia é o trigal.
Poesia são as raparigas,
Tôdas as raparigas:
As dos campos, de mãos fortes,
De lábios frescos;
As das usinas, desesperadas
E tristes;
As do amor, vadias e esplêndidas
— As raparigas nascidas para o amor
Flores nos cabelos,
Rostos tranqüilos,
Olhares de sombra,
Mãos macias,
Mãos molhadas,
Mãos tão quentes!
Poesia são as raparigas:
As fecundas, as infecundas,
As doces e cariciosas,
As pérfidas dissimuladas,
Esquivas e fatais.
Poesia é o campo,
É o sossêgo pousado
Nas árvores, nas cêrcas dos caminhos.
Poesia é a lua.
Poesia é o regato,
É a fonte, é o rio,
É o ruído do mar.
Poesia é o caminho
Sem têrmo.
Poesia é o soluço,
É a voz do sino,
É a voz do galo
Ferindo a noite,
Cantando o dia.
Poesia é a valsa.
As trepadeiras,

A rêde,
E o corpo moreno e morno.
Poesia é a voz misteriosa
Da desgraçada,
É a voz rouca
Da amorosa,
É o sorriso fugidio
Da amada do pântano.
Poesia é o abandono
Da que nasceu para a tristeza do amor.
Poesia é a lanterna acesa
Na noite esquecida,
É a chuva caindo,
É o silêncio no quarto.
Poesia é a viajante,
Os pés da viajante,
Seus olhos serenos
E o seu sortilégio.
Poesia é o que vi
E os outros não viram,
E se vai perder.
Poesia é o soluço
Que os outros não ouviram,
Que eu só ouvi.

III

Poesia é o silêncio
Das coisas finais,
É a lágrima última,
É a última imagem
Que os olhos guardaram.
Poesia é o silêncio
Dos que compreenderam
Que é inútil clamar.
Poesia é o silêncio.
Das ruas estreitas
Dos bairros longínquos.
Poesia é o silêncio
Do túmulo novo,
Da rosa já velha.
Poesia é o passado,
O presente e o futuro,
Unidos, guardados,
Libertos da morte.
Poesia é o perfume
Que vem da experiência,
Que sobe da vida,
Que vem do que foi.
Poesia é o que sobe
À incerta memória,
E sobe ainda vivo
Do grande mistério
Do fundo do sono.
Poesia é a vida
Do que já morreu.
Poesia é o encontro
Do eterno no efémero.
Poesia é a estrada
Que leva ao passado,
Ao que se fechou,
Ao que se escondeu,
À árvore antiga,
À flor quási murcha,
Ao parque deserto
Outrora povoado
De sonhos de amor.
Poesia é a partida,
O adeus soluçante,
Os últimos tempos,
Os traços finais,
E o vulto gracioso,
Um adeus acenando.
Poesia é o delírio,
A sombra angustiada,
Os lábios gelados,
O beijo final,
O sangue escorrendo.
Poesia é a música
Que volta ao passado.
Poesia é a neve,
É o bicho ferido.
É o olhar humano
Brilhando entre lágrimas.
Poesia é a sonâmbula
De longos cabelos.
Poesia é a tristeza
Dos sonhos que foram

E formas tiveram,
E foram mulheres,
E amadas e amantes.
Poesia é a renúncia,
É a sombra do claustro,
É a Musa sorrindo
Na alta janela.

IV

Poesia é a pobreza,
É a triste pobreza,
Os quartos escuros,
Os vagos misteres,
As mãos sem beleza,
Os rostos marcados
P'las duras fadigas.
Poesia é a pobreza,
Os pobres desejos
Jamais satisfeitos.
Poesia é a pobreza,
As noivas sem dote,
As crianças sem pão.
Os lares sem lume
E a morte sem eco,
As grandes tragédias.
Poesia é a pobreza,
O que foi desejo
Tormento e esperança,
E nunca chegou.
E porque não veio
Em canto é lembrado.
Poesia é a pobreza,
É nua pobreza.
Poesia é a alegria
Dos bandos errantes,
As ceias nos lares
O fogo a aquecer,
Poesia é o suspiro
Que d'alma se evola,
E vai à procura
Do além, do infinito,
Do incerto, do vago.
Poesia é o galo
Cantando sòzinho
Na noite sem lua.

V

Poesia é o lírio entreaberto,
É orvalho, é rosicler,
É aurora, é o leve vento,
É a criança quási mulher.
É o sonho, é o perfume, é o cheiro
Que vem dos campos do mar,
Onde as sementes germinam,
Sementes que os ventos trazem
Nas asas, das longas viagens,
E espalham pelo infinito
Das águas móveis e verdes.

Poesia é o incêndio lavrando
Nas cidades assaltadas,
É Natália, a fugitiva,
Pelos campos, perseguida
Como um bicho real ferido
Que busca o escuro refúgio.
É Natália, ruiva e clara,
Num trigal adormecida;
São os seus olhos fechados
Sôbre as tristezas do mundo,
Sôbre a tragédia da vida.

Poesia é o pastor sonhando
Sob as árvores tranqüilas;
Sonhando que o tempo é eterno,
Que a mocidade não passa,
E o inverno não chega nunca;
Sonhando que a vida é mansa
Como o regato que corre
E dessedenta o rebanho;
Sonhando o amor, transparente
Como um céu de primavera,
Sem uma nuvem sequer.

Poesia é o nocturno seio,
São as estrêlas luzindo,
São os adeuses pungindo.

É o vulto, da noiva morta,
Debruçada na janela.
É a lembrança de Estela,
Que se perdeu, que fugiu,
Que se foi de madrugada,
Pelos círios alumiada,
Para o noivado da morte,
No fundo da escura terra!

Poesia é o Poeta dormindo
Na humildade do seu túmulo,
Num cemitério da aldeia;
É o poeta das moreninhas,
Que passam pelas estradas,
Com flores nos samburás;
É o poeta no cemitério,
Embalado pelas ondas,
Pelo eterno cantochão,
Do verde mar brasileiro,
Do mar encrespado e triste.

Poesia é a pátria perdida,
Onde nem o pensamento,
Como um pássaro cansado,
Pode um momento pousar.
É a pátria devastada,
É a terra calcinada,
É o deserto onde foi
Outrora um jardim feliz,
Com roseiras e violetas.
É a pátria em sangue lavada,
Triste, morta e amaldiçoada.

Poesia é o grito, é o comando
É o domínio, é a imposição,
É a vitória da fôrça,
É a beleza da acção,
É a alegria da vida,
Sem melancolias vãs.
É a liberdade sonhada,
É clareza, é redenção,
É o fruto que vem sorrindo
Depois da luta soturna
Pelas raízes travada.

Poesia é o vento do largo,
Soprando, cantando e rindo,
Soluçando, e conclamando
Na sua guerra amorosa
Com as águas do grande mar.
É o peito largo do vento
No seio do mar profundo,
No móvel seio do mar,
Arrepios provocando
De mistura com gemidos.

Poesia é a breve alegria,
É o que se foi e passou.
É o tempo, a doçura, a glória,
É tudo o que veio um dia
E sôbre nós mal passou,
Que veio por um momento
Que veio mas não durou
Deixando maior tormento,
Porque é bem que se provou,
Canto um dia e, após, lamento.

Poesia é a inquieta esperança,
É um breve sinal na treva,
Um luzir, um grito, um eco.
É a borboleta encantada,
É tudo o que dança e canta,
É tudo o que chora e ri.
É a campanha dormindo,
É a cidade acordando
Nas luzes da madrugada,
No fogo de ante-manhã.

VI

Poesia é o castelo,
O lago sombrio,
Os ágeis e esbeltos
Corcéis galopando.

Poesia é a varanda,
As plantas escuras
E o corpo moreno,
Na rêde sonhando.

Poesia é Maria,
É Maio, é a doçura
Dos cantos crescendo
Nos céus estrelados.

Poesia é a Igreja
No escuro perdida,
E as vozes ingénuas
Cantando e rezando.

Poesia é a beleza
Com a flor nos cabelos,
Na triste miséria
Surgindo súbito.

Poesia é a experiência,
É a luz que não brilha,
É a leve presença
Do que não se espera.

Poesia é a Princesa
Cantando e embalando
O berço vazio,
Nas sombras da tarde.

Poesia é a esperança
Nos dias melhores,
E as almas no frio
Sonhando com o sol.

Poesia é a aventura,
A tarde de caça,
Os sons das trombetas,
Tropéis, correrias.

Poesia é a gloriosa
Lembrança de outrora,
Dos tempos heróicos
De morte e de amor.

Poesia é o orgulho
Dos que já se foram,
Do sangue ilustrado
Da fama e da honra.

Poesia é a renúncia
Das coisas do mundo,
É a alma vencendo
As vãs seduções.

Poesia é a estrada
Fecunda, a alta luz,
A luz que floresce,
Que salva e que eleva.

Poesia é gesto fecundo
Que as almas vai enlaçando,
Gesto eterno e imperceptível
Como um sôpro.

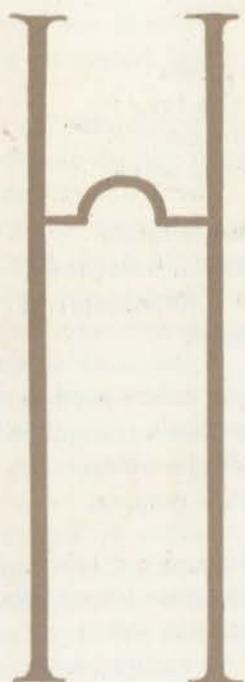
Poesia é o que existe e vibra
Nos domínios mais tranqüilos
Da morte e do desespêro,
E nêles reina e respira.

Poesia é o Anjo, é a criança,
É a Rosa, é a triste Espanhola,
De negros cabelos soltos
Nos balcões de antigamente.

É a silente Isménia prêsa
Nos espinheiros do Amor,
Com as carnes róseas sangrando
E os olhos pasmos de dor.

Poesia é a Donzela Musa,
Nos jardins, na solidão.
É a voz que se evola e acorda
Acentos de compaixão.

É a Prisioneira, a Engeitada
Que nos pede protecção.
É esta lira quebrada,
Partida, a triste, no chão!

AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT

A FACE PURA

Homem-sombra, homem-luz, homem-loucura:
Tenho pena de ti que nos espelhos
Buscas, sofrendo, a tua face pura.

Tenho pena de ti, que além dos risos
Buscas sentir o amor, a esquiva morte,
E mergulhas na sombra desgraçada.

Tenho pena de ti, homem-tormenta,
Tu que buscas o amor e nada alcanças
Senão o desespêro que ensangüenta.

Onde os sonhos de paz da adolescência?
Onde as manhãs, os corpos das mulheres,
Primaveris e brancos de inocência?

Onde a esperança de viver nas praias,
Além da sombra, muito além da sombra,
Nesse silêncio que fugiu das coisas?

Onde a presença da pureza ingénua
Dos teus livros-de-reza, dos teus têrços,
Das tuas colecções, dos teus retratos?

Onde a alegria de viver os olhos,
De viver, de viver seios nascentes,
Corpos desabrochando, risos claros?

Onde a certeza de vencer a morte,
De ver o mundo se curvar ao sonho
E o corpo extinto se fazer mais forte?

Homem-sombra, homem-luz, homem-loucura,
Onde a paz que não veio, onde a alegria
Da que não veio, da que não soubeste,
E foi por isso, e para sempre, pura?

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

FLOR TROPICAL

Nessa fulva manhã tudo sorria,
Certo morno torpor andava no ar,
Suspirosa e sensual desfalecia
Na morna areia e languidez do mar...

Essa tão estranha e singular magia
Era a tua presença singular,
Que às areias, as mar e no ar trazia
A ardente sinfonia de se dar...

Eras tu, graça e sonho, que passavas,
Flor tropical filha de reis e escravas,
Nessa manhã de oiro poeirento e velho...

Ó misteriosa e bárbara rainha
Queimavas como o Sol... porque o Sol vinha
Nos teus lábios pintados de vermelho!

Rio, 16-8-43.

MARCELLO MATIAS

Aquêle gerifalte sáfaro
de que fala Bluteau
é bem a língua arrevesada e estranha
que o Mestre tanto amou.
Á língua de Vieira e de Camões,
altiva e singular,
com os seus *ches*, e os seus *ões*,
e o seu lirismo sem par.
Lirismo todo feito de incerteza
ortográfica e gramatical, —
matéria-prima principal
da Língua Portuguesa.
Por isso, quando a ouvimos
a magoar e a sofrer,
temos saüdades das palavras que sentimos
mas não sabemos escrever.

ANTÓNIO LOPES RIBEIRO

CONVERSA COM NOSSA SENHORA

Mãe do Céu, Virgem Maria,
Querida mãe, Senhora minha!
Deixa dizer-te o que penso
Com os meus sentidos gastos
Na miséria a que me prendo.

Deixa dizer-te, não cales
Com teus olhos silenciosos.
Com olhar doce não olhes
Os meus tão chorosos olhos
Dados a prazeres nefastos.

Já em pequeno sabia
Teu lindo nome, Maria!
Nos braços de minha mãe,
Como teu filho Jesus
Um dia brinquei também.

Não tenho melhor lembrança
(Tudo esquece uma criança),
Mas indo pela vida fora
Por caminhos que não sei,
Quantas vezes te lembrei!

. . . .

Assim teu poder de graça,
Sôbre um jovem que chorava
Derramou lágrimas santas,
E um desejo profundo
Sagrou novas alianças.

Dizer-te o que sinto, posso,
Mas se o coração se prende...
Avé Senhora do mundo!
Perdoai a quem por vosso
Se confessa e arrepende.

RUY CINATTI

UM DIA

Foi num dia como o de hoje:
lento, sereno e triste.
Uma réstea de sol
espreguiçava-se pelas ruas.
Caminhei ao acaso.
Levava em mim
a ânsia de qualquer coisa
que não defini.
Não olhei o céu,
não olhei a vida,
fechei-me sòzinha
no meu pensamento.
As horas passaram,
o dia esmoreceu.
Voltei para casa,
o coração parado.
E aos meus ouvidos,
num murmúrio amargo,
uma voz soava: Nada aconteceu...

MARIA CARMO

(Do livro inédito: *Vôo Curto*).

SENHORA E MENINA
— Noémia.

O Baptismo de

Dom Quixote

TRAGICOMÉDIA

POR JOÃO DE CASTRO OSÓRIO

FIGURAS DA TRAGICOMÉDIA:

DOM QUIXOTE — O ESTALAJADEIRO — A «TOLOSA» — A «MOLEIRA»

O MOÇO DA ESTALAGEM — O ALMOCREVE DO TOBOSO

ARRIEIROS — OUTROS HOMENS E MULHERES

ACTO 1.º

Uma pousada em meio da terra inumana e árida. A massa das casas é, sôbre a terra, abrigo humilde.
Um caminho, traz até junto dêle o inesperado do longe.
A distância, recortados no céu, de um crepúsculo sangüíneo, vêem-se moinhos, asas girando ao vento.
O primeiro plano é um pátio exterior formado por dois corpos da estalagem. Ao fundo, poço com bebedoiro de bêstas.
Vindo do longe aparece Dom Quixote, figura esguia, sôbre um cavalo esquelético.
O cavalo, trôpego, avança para a porta da estalagem.

CENA PRIMEIRA

DOM QUIXOTE — *(iluminado)* — O que tiver fé vencerá! Tende fé, e nada vos será impossível. Depois que me iluminaste, Senhor, ofereci-me, obediente, aos teus desígnios. E eis que tu pões no meu caminho o castelo onde posso sagrar-me instrumento da Tua vontade, armando-me cavaleiro.
Abandonei-me ao acaso dos passos do meu cavalo e eis como o guiaste, Senhor! *(num crescendo de exaltação.)* Que fazer, senão entregarmo-nos ao acaso das aventuras dos caminhos?
Quem poderá construir a sua acção? Construa Deus a minha acção. Proteja-me Aquêle que me iluminou.
Eu creio!...
(Ouve-se neste momento a buzina de um porqueiro que aparece ao fundo recolhendo os porcos.)

DOM QUIXOTE — Algum anão dá sinal da minha chegada. Castelo como êste é realmente maravilhoso ver e prodígio encontrar. Altas tôrres que tocam os astros...
Mas encantado parece, que não desce a receber-me o seu castelão.
(O porqueiro repete o chamamento da buzina. Neste momento aparecem à porta da estalagem duas mulheres, duas rameiras pobres.)

DOM QUIXOTE — *(avançando para elas)* — Muito altas senhoras...

A «TOLOSA» — Oh! Pai do Céu, um fantasma!
(Recuam espavoridas; mas o mêdo lhes tolhe fugir)

DOM QUIXOTE — *(com espanto)* — É estranho! Como posso eu causar mêdo às mulheres ou aos fracos, se tenho o coração cheio de ternura por êles? Pois não exprime o meu ser o que deseja a minha alma?
(Num gesto de calma, avançando) — Nada temais. Que posso eu fazer senão servir-vos?

A «MOLEIRA» — Valei-nos, Pai do Céu, que é um homem mau que quere matar-nos, ou algum avejão.

DOM QUIXOTE — Não fujam Vossas Mercês, nem temam mal algum. Sou cavaleiro andante e a ordem que professo me faz vosso servidor.

A «MOLEIRA» — Mas porque tendes uma lança tão comprida?

A «TOLOSA» — Mas porque apareceis assim ao anoitecer?

A «MOLEIRA» — Se sois alma penada ou cavaleiro andante ou lá o que é, não nos façais mal.

DOM QUIXOTE — Nada temais, Senhoras, farei tudo o que mandardes. — *(falando para si)* — É amargo isto, é amargo... Então a vida não me reconhece quando eu lhe apareço como combatente? E não verem qual é o sonho que anima êstes meus gestos. Então eu ponho em acção um sonho e tomam-me por coisa má?
Decerto é da noite que cai. Decerto é da noite! — *(Para as mulheres)* — Nada temais senhoras! Dizei-me, antes, se o Castelão de tão nobre castelo pode acolher um cavaleiro andante ou se é mister vencer algum gigante para o desencantar?
(As mulheres vão-se familiarizando aos poucos com os gestos e as falas do Cavaleiro. Atraído pelo barulho aparece o estalajadeiro).

O ESTALAJADEIRO — *(entre riso e mêdo)* — Se Vossa Mercê, Senhor Cavaleiro, — e Deus me perdôe que tudo pareceis menos um homem vulgar — se Vossa Mercê busca pousada, pode apear-se que, ainda que mal, tentarei servi-lo.

DOM QUIXOTE — Humilde sois. Por mim sei, porém, que não preciso de humildade para me satisfazer com o que me derdes, Senhor Castelão.

O ESTALAJADEIRO — Castelhano, castelhano haveis de querer dizer e castelhano sou realmente, e de honrado nome. Mas apeie-se Vossa Mercê que deve vir cansado do caminho.
(Dizendo isto vai segurar-lhe no estribo e se apeia com dificuldade Dom Quixote.)

DOM QUIXOTE — *(dando-lhe o Rossinante)* — Tende muito cuidado neste cavalo, Senhor Castelão, que é o melhor animal dos que no mundo comem palha.

O ESTALAJADEIRO — Acostumar-me-ei a ver pelos vossos olhos, Senhor Cavaleiro. Por enquanto ainda me parece apenas uma derrancada alimaria. Mas podeis descansar em mim — *(para as mulheres)* — Ficai vós a ajudar a desarmar o Senhor Cavaleiro.
(As mulheres ajudam D. Quixote a tirar as peças da armadura e entretanto êle lhes fala com suavidade e placidez).

DOM QUIXOTE — Vós não podeis saber o enternecimento que há no mundo quando um sonho novo nêle se revela! Tudo se curva à sua beleza.
(As mulheres olham-no com espanto estúpido).
E dizer que foi à vossa alma que primeiro êle apareceu!
Decerto porque a vossa pureza e a virgindade dos vossos corações para isso vos preparava, Altas Donzelas.

(As mulheres param pasmadas e indecisas sem saberem o que hão-de entender).

A «TOLOSA» — A quem falais, Senhor Cavaleiro?

DOM QUIXOTE — A quem senão a Vós, Gentis Donzelas?

A «MOLEIRA» — Donzelas, a nós?!
(Rompem ambas numa gargalhada estrepitosa).

DOM QUIXOTE — Porque Vos rides? Não Vos faz antes chorar a revelação de um grande sonho? Tudo que é profundo enternece até às lágrimas! Uma felicidade profunda entristece o coração! O coração humano é frágil; a vida humana é frágil!... As coisas profundas pesam demais sôbre os nossos pobres corações e fazem subir o nível das lágrimas.
Porque Vos rides, Donzelas?
(Cresce a gargalhada nas mulheres com as falas e os gestos do Cavaleiro.)

DOM QUIXOTE — Acabareis por parecer-me estranhas, Senhoras minhas. Isto já não parece um riso de alegre encantamento mas rir de sandice que não tem explicação. Não vos agasteis com estas palavras pois o meu desígnio não é outro senão servir-vos! ...E talvez eu não perceba... talvez eu não perceba...
Mas acabai, por Deus! — *(Colérico).*
(As mulheres não cessam de exclamar e gargalhar num grande desprêzo e assombro como quem descobre, de repente, tôda a loucura de alguém que lhe causa espanto).

(Entra o estalajadeiro que volta da cavalariça e percebe a exaltação do cavaleiro e a troça das mulheres).

O ESTALAJADEIRO — Raio de mulheres! Que será isto?... Não se agaste Vossa Mercê, Senhor Cavaleiro...

DOM QUIXOTE — Em boa hora veio, Senhor Castelão, para me explicar o que faz rir tão desboucadamente estas comedidas e gentis donzelas?
(As mulheres riem mais)

O ESTALAJADEIRO — *(rindo)* — Não diga mais Vossa Mercê que mais não preciso saber. Decerto isso de donzelas lhes parece coisa extranha, a elas que quási nasceram já para o não ser.

DOM QUIXOTE — *(exaltado)* — Desfarei o encantamento dêsse gigante tôrpe e malvado que as faz descrer de si próprias.

O ESTALAJADEIRO — *(rindo mais)* — Olhe Vossa Mercê que isto não parece coisa de encantamento nem de desencantamento sequer. É assim! E Deus as proteja em tudo o resto que nisso não lhes vale.

DOM QUIXOTE — *(crescendo em indignação)* — Também vós, enredador e alma pequena, também vós quereis manter o castigo em que vivem estas pobres donzelas, negando a sua pureza?

O ESTALAJADEIRO — *(já meio amedrontado com a cólera de Dom Quixote)* — Oh Senhor Cavaleiro, já nem há que negar-lhe!

DOM QUIXOTE — *(indignado)* — Calai-vos, alma ruim! Donzelas são. ¿Sois capaz de ver até onde vai a virgindade do mundo? ¿Porque elas o negam? — *(num espanto doloroso)* —

Deve ser encantamento! Pois ¿pode haver alguma vida que duvide da sua própria pureza, da sua ingénua virgindade em face do mundo?
Seria o pior, o mais horrível dos castigos! Uma alma, uma pessoa, uma vida sentirem-se abjectas sôbre a terra!
Como poderia êste castigo pesar sôbre fracas mulheres? Por alguma coisa se sentirão puríssimas e perfeitas e voltarão a ser o que já foram... Quando findar o encantamento... Elas mesmas refarão a sua virgindade ao sentirem-se puras. Isso bastará.
Quanto a vós não aumenteis a tristeza que já nelas pintada vejo.
(As mulheres foram entristecendo de uma tristeza de terror ao sentirem objecto de uma luta o que para elas é tão simples ; nem trágico nem reles, indiferente. Inconscientemente entristeceram e olham agora, espantadas, o herói, que não entendem.)

O ESTALAJADEIRO — *(medroso das exaltações do cavaleiro)* — *(baixo)* — Esta me parece rematada tolice,... mas enfim... *(alto)* — Lembre-se Vossa Mercê, Senhor Cavaleiro, que eu já lhe disse que estava disposto a ver pelos seus olhos. Se bem que me continue a parecer assim a modos impossível que uma pessoa que perdeu uma coisa só por imaginá-la a venha a ter. E então uma coisa destas, que não há que tirar-lhe nem que pôr-lhe e não cresce nem diminui.
Lá virá outro que acredite que um arrependimento possa mudar um tal estado... mas enfim... Vossa Mercê o diz...

DOM QUIXOTE — Ande lá, ande lá, Senhor Castelão, que nisto não há que discutir.

O ESTALAJADEIRO — Também me parece, Senhor Cavaleiro, também me parece!...

DOM QUIXOTE — Vê como o arrependimento até faz desaparecer um crime como o seu?! Perdõe-me também Vossa Cortesia a minha exaltação.

O ESTALAJADEIRO — Por quem é, Senhor Cavaleiro!...

AS MULHERES — *(avançando, receosas)* — Perdôe-nos Vossa Mercê.

DOM QUIXOTE — Oh, Senhoras minhas, como pedis perdão ao Vosso servidor? Que grandeza há em perdoar ou deixar de perdoar pelo nosso julgamento? Grandeza há, sim, em colocarmo-nos em atitude de perdão. Grandeza há também em colocarmo-nos em atitude de implacável fôrça, que obriga tudo a cumprir a sua justiça. Ser o látego, ou ser o acolhimento que perdoa...

A «TOLOSA» — *(interrompendo a mêdo)* — Quer Vossa Mercê comer alguma coisa? Deve estar precisado...

DOM QUIXOTE — *(comovido)* — Vêde como a vossa ternura já cuida de mim! Muito agradecido vos serei...

O ESTALAJADEIRO — Aqui mesmo vos porei a mesa, Senhor Cavaleiro. Comereis mal, que hoje é dia de jejum.

DOM QUIXOTE — Manjar será, naturalmente, digno dos deuses.
(Sai o estalajadeiro.)
E vós, Senhoras minhas, vêde quão fraca é a natureza humana que de sonhos e esperanças não pode alimentar-se.
Dura verdade esta, Senhoras minhas, ainda que eu muito viva do meu sonho.

...Vida material... Sonho... Se fôssem duas vidas separadas! O horror é que mesmo os gestos da alma se alimentam com a vida material.
Oh! se o sonho fôsse puríssimo e perfeito!

CENA SEGUNDA

(Entra o Estalajadeiro com uma mesa que tem pratos e uma caneca de vinho.)

O ESTALAJADEIRO — Vamos a isto, Senhor Cavaleiro. Temos um prato digno do jejum de um santo e um vinhinho que daria vida a um morto.

DOM QUIXOTE — *(com um sorriso meio amargo, imediatamente interrompido por outro, ingénuo e espontâneo)* — Vamos lá, Senhor Castelão! Se bem que me tivésseis vindo interromper em mau ponto dos meus pensamentos.
(Senta-se à mesa) — Quando mais amargo me poderia ser... *(Após um silêncio)* — Mas agora vejo, reflectindo, que vós pensais como aquêles sábios que descobrem no homem três almas. *(após um momento de reflexão, enquanto começa a comer)* — Sim, além daquela que é o princípio da vida e que se esconde no mais fundo do coração, um espírito animal habita o cérebro e um espírito natural reside onde o nosso alimento se elabora.

O ESTALAJADEIRO — Essa, Senhor Cavaleiro, essa é que é a verdadeira alma. E veja Vossa Mercê como se diz de um bom bocado: que até dá alma à gente. Alma que venha de fora e de que a gente tome quanta quiser, essa é que me convém. Alma, Senhor Cavaleiro! Esqueça-me essas tristezas. E nada de almas que venham lá dos interiores, do mais fundo do coração.

DOM QUIXOTE — *(Triste, mas continuando a comer, distraído e lento, enquanto as mulheres o vão servindo)* — Alma vegetativa lhe chamaram. Alma vegetativa! Mas o que é em relação ao sonho tudo quanto vive e quanto sofre em nós? Forma vegetativa do que já o sonho imagina criador.
Tudo que vibra no homem sonha-se para além de si. É com o sonho que nós avaliamos tudo. Esta é a miséria... Pois não nos faz julgar tudo imperfeito, em face do que quere? Pois não nos faz julgar tudo sujo em face da sua pureza?
(A exaltação foi crescendo ; gesticula ; levanta-se e senta-se com grandes gestos desencontrados e tristes.)

A «MOLEIRA» — Arrefece-vos a comida, Senhor Cavaleiro!

O ESTALAJADEIRO — Quanto a mim, Senhor Cavaleiro, se mo permitis, tenho por certo que não se deve sonhar mas comer. Isto é uma espécie de balança, saiba Vossa Mercê. Se puxa para um lado, fica-se prêso à vida, bem assente na vida e, portanto, satisfeito e seguro. Se puxa para o outro é logo um magicar em tôdas as tristezas, isso lá de sonhar e sofrer ou o quer que é.
Quando o homem está muito leve vá de entristecer e magicar porque não sente já a vida, nas suas grandes verdades. É preciso tornar o homem pesado, puxá-lo para as coisas cá da vida, puxar a balança para o lado do que se come e bebe.
Tornemos o homem pesado, Senhor Cavaleiro. Comer, para aproximar o nosso homem da terra.

DOM QUIXOTE — *(docemente)* — Também é um sonho, êsse vosso.

O ESTALAJADEIRO — *(Um pouco atrapalhado)* — Sim?... Ora não estive eu para aqui a dizer tolices!... Já nem sei quais. Nada de discursos. Comer-lhe bem e nada mais. Só isto.

E eu a empatar-lhe a comida... Tolosa, chega aí mais vinho ao Senhor Cavaleiro.
(Passam arrieiros que vão dar de beber às bêstas. Anoitece lentamente. Um pouco de doçura amacia a luz.)

A «TOLOSA» — *(Que vai servi-lo)* — Senhor Cavaleiro, ainda tem o prato cheio!

DOM QUIXOTE — O cuidado que trago nem me deixa comer — *(Com um sorriso de ingenuïdade e entusiasmo reparando nas mulheres)* — Porém vós, Senhoras minhas, como tratais de um tão indigno cavaleiro? Comparar-vos-ia ao meu sonho de amor se êle me fôsse doce como vós sois... Maior ternura não poderia esperar!
(Risonho, recita para elas)

Eu sou aquêle a quem nem a Ternura
Vencerá qual o amor a Lançarote!
Vivo quero o meu sonho e a Terra Dura
Será como um jardim sem amargura
Conquistado a sorrir por Dom Quixote.

Esta minha antiga poesia me lembrou, Senhoras, pela vossa bondade. E ela me fêz esquecer o que a mim próprio tinha prometido — não revelar o meu nome antes do triunfo. Mas na verdade, Senhoras, eu sou aquêle D. Quixote de la Mancha que fará reviver no mundo a Idade de Oiro. Eu sou Aquêle que é esperado.
Mas não queria dizer-vo-lo antes que em vosso serviço eu fizesse algumas façanhas apreciáveis.
Já me conheceis; e podeis saber tôdas a minhas dores. Um homem como eu deve estar ou tão longe dos homens que nem o conheçam ou tão perto dos corações dos homens que sempre o possam amar. Podeis amar-me?

A «TOLOSA» — Oh! Senhor Cavaleiro!

A «MOLEIRA» — Que quere dizer Vossa Mercê?

DOM QUIXOTE — É que eu padeço muito, Senhoras minhas. Sinto-me o braço direito de Deus mas ainda não tive consagração. Como hei-de eu acreditar no meu génio? Eu sinto-o! É uma sensação de todos os meus gestos, de todos os meus pensamentos, de tôdas as minhas dores. Mas como senti-lo consagrado? Deus me sagrou cavaleiro andante, pondo êsse desejo ardente na minha alma. Mas perante o mundo não me sinto consagrado.
Sou um iluminado, apenas? Ah! não me basta para o meu sonho. Preciso de o ver consagrado em verdades no mundo. Não me limito ao sonho. É êste o mal? É êste o bem? Se tenho génio devo consagrá-lo pelo contacto com a vida.

A «TOLOSA» — Sossegue Vossa Mercê, Senhor Cavaleiro. Não percebo muito bem o que é lá isso de génio mas deve fazer doer.

A «MOLEIRA» — O melhor seria não pensar mais nisso.

DOM QUIXOTE — Não. A minha vida está prêsa às qualidades da minha alma. Entendeis? As qualidades mais profundas da minha alma. Não posso ser feliz anulando-as para evitar a dor. Não posso ser feliz realizando-as imperfeitamente.
Mas quem sabe, fôrça mísera e mesquinha, se poderei atingir o meu sonho?

O ESTALAJADEIRO — *(baixo)* — Começo a temer pelo seu juízo. É demais, isto de levantar preguntas a torto e a direito — *(para Dom Quixote)* — Olhe; Senhor Cavaleiro, que está a

sofrer por sua vontade. Porque há-de um homem fazer preguntas a que não pode responder? Melhor me parecia que se inventassem as respostas primeiro e só depois as preguntas para lhes dar pretexto.
Mas não há que fiar em discussões. Paz de espírito e poucos trabalhos na vida é o que Deus nos deve dar.

DOM QUIXOTE — Amigo, cada um nasce para criar a sua vida. A vida não passa de uma matéria comum de que cada homem faz depois esta coisa mais viva que é um destino pessoal. Trabalhos na vida seriam para mim o sossêgo, e que a vida fôsse tão natural e tão simples que a minha heroicidade passasse incapaz de criação e sofrimento.

O ESTALAJADEIRO — Será assim, Senhor Cavaleiro, que eu disso não entendo nada. Mas a respeito de tristezas e torturas sei muito bem que o que há a fazer: — é não as ter. É uma espécie de êrro da sorte e um mal que cai sôbre os homens. Não podeis dizer que a tristeza seja do homem. A nossa vida cá segue direitinha por outros caminhos. É, antes uma espécie de castigo. Evitar! Evitar!...

DOM QUIXOTE — E a profundidade da vida?

O ESTALAJADEIRO — ¿A quê, Senhor Cavaleiro?

DOM QUIXOTE — A profundidade da vida!

O ESTALAJADEIRO — Hum!... É verdade... A profundidade da vida...

DOM QUIXOTE — Sim, a profundidade da vida! Então?
Não padecendo as tristezas e as torturas, não intensificando o sentimento das coisas, até à dor da própria intensidade, como saber ou viver a vida na sua verdade?
Imaginais que a vida tem uma verdade para mim e outra para vós? Que tem sentimentos e coisas diversas para cada homem? Por cada homem passam os mesmos acontecimentos. A diferença é só na profundidade.
Viver as coisas profundamente, ou deixá-las correr em tôrno a nós... Que podeis dizer contra as tristezas e a tortura se elas são conseqüências desta maneira de viver e instrumentos de melhor aprofundar, também, a vida?

O ESTALAJADEIRO — Hum!... Lá me parecia a mim... A profundidade!... Pois senhores... não é nada disto. Eu não quero tristezas. E cada um é como o que é e não se deve mudar.

DOM QUIXOTE — Engano. O homem deve torturar-se. Que cada um se torture para conseguir a máxima profundidade daquilo de que é feita a sua vida: ou sentimento ou sonho ou fôrça... Que todo o homem se torture para se conhecer e para achar a razão mais íntima de tudo e a unidade... e a alma do mundo... e o grande sonho...

O ESTALAJADEIRO — *(com espanto e exaltação)* — É demais! Isso de torturas é para os infiéis, para entrarem na fé de Nosso Senhor Jesus Cristo.

DOM QUIXOTE — Pois é isso mesmo, cada homem para encontrar a sua fé, a fé da sua alma, a fé na sua capacidade de viver...
Que cada homem para encontrar a sua fé se torture e procure a dor e a sofra tanta quanto puder.

O ESTALAJADEIRO — Nada disso! Com padecimentos e males nem brincar é bom. Muita paz de espírito, muita paz de espírito e principalmnte sabermos furtar-nos ao que a vida nos pode

dar de doloroso. Saber furtar-lhe o corpo e saber furtar-lhe a alma. E que Deus nos proteja e nos dê o sossêgo.

DOM QUIXOTE — *(exaltado)* — Nunca!
É preciso estender a tortura sôbre o mundo para salvar as almas dos homens, que são fracas. A vida é quási sempre maior do que as almas dos homens. Para dominar a vida é preciso senti-la e sofrê-la. Só sofrendo uma coisa, a alma cria a fôrça de a dominar. As almas devem dominar a vida... Ou tôda a dor do mundo, seria inútil!... Impossível...
Fortaleçamos as almas. É preciso estender a tortura sôbre o mundo.

O ESTALAJADEIRO — *(exaltado de mêdo e indignação)* — Ai, agora é que eu estalo. ¿Pois então eu hei-de padecer e torturar-me só por prazer? Qual domínio da vida, nem qual carapuça! Quem lhe disse a si que a vida era para ser dominada? Deixe-se lá arrastar pela vida que vai muito bem.
Oh, senhores, é demais! Sofra e torture-se à vontade mas deixe os outros em paz. Quere agora obrigar os outros a serem como o Senhor?!
Se quere ser diferente seja à vontade mas não nos obrigue a padecer. Olhe que êste nosso sossêgo é sagrado!

DOM QUIXOTE — Não há nada sagrado perante o próprio destino da vida! O destino da vida decide-se em nós. Ou triunfa a tortura do homem ou triunfa o sossêgo da vida natural. Eis--me a lutar contra a vida. Como quereis que pense na satisfação das criaturas vulgares, ou mesmo dos outros sonhos menores? Ou torturo a vida inteira para a fazer alcançar a alma que eu quero e a verdade suprema ou a minha alma morre. Matem-me a alma ou vencerei na vida e dar-lhe-ei a tortura que desejo *(num grande ímpeto de fé)* Hei-de torturar a vida! Hei-de torturar a vida! Ou vencerá a tortura, ou morro...

O ESTALAJADEIRO — *(tremendo de indignação, aterrado e colérico)* — Pois morra! Morra e deixe-nos em paz. É demais! Pois esta vida já nos custa a levar e ainda nos quere impor outra mais difícil! Morra! Ninguém tem o direito de viver a incomodar os outros...

DOM QUIXOTE — *(que foi entristecendo, pouco a pouco.)*
Não me atemorizam as vossas palavras. A tortura será a redenção deste mundo em fôrça e dor.

O ESTALAJADEIRO — Qual redenção? qual tortura? qual esfôrço? Vá-se a deitar esconjuros para outra parte ou morra e o leve o diabo.

DOM QUIXOTE — As vossas palavras entristecem-me. Não me atemorizam, entristecem-me. Pus um sonho em vós que aniquilais com essas palavras. Entristece-me ter de vos desprezar!

O ESTALAJADEIRO — *(mudando repentinamente, medroso)* — Oh! Senhor Cavaleiro pelo amor de Deus! Isso é ir longe de mais. Palavras são palavras. Não querem dizer mais nada. Quere torturar a vida? Pois tortura Vossa Mercê tôda a vida se lhe é preciso para viver!
Não me parece lá muito necessário. E talvez se o Senhor Cavaleiro reflectisse... Mas enfim... Lá fará o que quiser. Sim, que a vida presta-se a tudo!
Naturalmente o Senhor Cavaleiro tortura a vida mas a vida não muda em nada para muitos. Que isto da vida é muito grande. Poderá haver uns recantos para alguns homens que não gostam do esfôrço!...

DOM QUIXOTE — Torturarei todos... todos.

O ESTALAJADEIRO — *(covarde)* — Bem... Muito bem... Senhor Cavaleiro... Mas não se zangue Vossa Mercê com êste seu criado... E em todo o caso isso não vem já.
Pois, sim senhores, a tortura... grande coisa a tortura... Conte Vossa Mercê com êste seu servo para tão útil trabalho.

DOM QUIXOTE — Muito me agradam as vossas palavras, Senhor Castelão. Vêm salvar-me de uma grande tristeza. Acreditava já que seríeis infiel ao sonho que em vós pus.

O ESTALAJADEIRO — Oh, Senhor Cavaleiro!... Fiel... sim senhor... fiel é realmente o que mais me quadra.

DOM QUIXOTE — Fiel ao sonho que em vós pus. Por êle caminhei iluminado, entregue ao acaso da marcha, até ao vosso castelo. Nêle, desde que estou aqui, tenho pôsto os olhos, sem mais ver nem olhar.
Pois não é verdade que vós sois o meu anunciador e aquêle que me pode consagrar?

O ESTALAJADEIRO — *(um pouco atrapalhado)* — Eu já fui pregoeiro, lá isso é verdade, mas em todo o caso, tamanha honra...
E quanto a consagrar...

DOM QUIXOTE — *(perdido em seu sonho)* — Sim, é preciso que anuncieis o meu sonho. É preciso que eu tenha um precursor.
Que a verdade esteja fora de nós e nos consagre e eis-nos serenos. Antes disso não.
(Ingènuamente para o estalajadeiro) — Dizei, pelo amor de Deus, dizei que me ides consagrar com a verdade exterior que meus olhos já vêem.

O ESTALAJADEIRO — *(sem perceber, mas querendo tornar-se agradável)* — Pode Vossa Mercê descansar que eu já me estou sentindo um poucochinho precursor. É verdade!... Vai indo. É uma questão de boa vontade. E quanto a consagrar... continuo a não perceber lá muito bem.
Mas com vontadinha... vai, não há dúvida...
Mas não quererá antes Vossa Mercê ir descansar? Arranja-se uma caminha dura mas bastante forte... Sólida é o que se quere.
Mas se é preciso primeiro consagrar vamos a isso.

DOM QUIXOTE — *(amargamente)* — Ah! vós não entendeis, vós não entendeis o meu sonho. E no entanto a vida inteira chora e grita em mim. É a sorte da vida inteira que se decide na minha alma.
Como podeis não me entender, dizei?... *(vinca-se-lhe a face inteira de amargura)* — *(um longo silêncio.)*

CENA TERCEIRA

(Misturada à última luz do poente foi crescendo a claridade lunar. Uma ascensão de lua enorme e sangrenta mas de um sangue etéreo. Tôdas as formas, no extase do luar, tornaram-se doçura).

A «TOLOSA» — Está-se a magoar, Senhor Cavaleiro! Tenha paciência e não pense mais nisso.

DOM QUIXOTE — *(vagamente)* — Pois como pode haver quem não me entenda?

O ESTALAJADEIRO — Oh, Senhor Cavaleiro! Pois então eu não o entendi? Isto foi assim a modos um escrúpulo que eu tive. Mas sim senhor, entendi-o e muito bem.

Precursor, consagrar...
Então? Percebi, ou não percebi? O que me custava era vê-lo sem descansar.

DOM QUIXOTE — *(com o entusiasmo interior do seu sonho)* — Amargo seria que vós não me entendêsseis. Vós ou outro homem qualquer. Todos os homens são um pouco os precursores do génio que a sua vida antecedeu. Como poderia haver alguém que não o entendesse e consagrasse?

O ESTALAJADEIRO — Não há dúvida... não há dúvida...

DOM QUIXOTE — Mas o meu sonho, e o sonho dos maiores quere Aquêle que viu já a verdade. Não sereis vós? Mas quem me trouxe aqui quando eu o sonhava? Haverá, então, na vida, passos inúteis e errados?... Terei lutado e sofrido para chegar a um momento errado? Impossível! Impossível!
A vontade de Deus me trouxe onde vós estais.
Como poderiam enganar-se a vontade de Deus e o meu sonho? Quando um homem está sonhando um sonho grande ¿como poderá ser levado a encontrar pessoas inferiores, e casos banais, e sentimentos comuns? Impossível!

O ESTALAJADEIRO — Não há dúvida! Não há dúvida!

DOM QUIXOTE — O sonho interior dá dignidade à vida. E todos os passos dela são grandes, necessários, quando o génio a ilumina interiormente. E cada sonho traz o seu gesto imediato. Se eu sonhava o Precursor e vos vim encontrar foi porque a Divindade vos marcou para tal.

O ESTALAJADEIRO — Cá me estava a parecer; sim senhores. Não há dúvida. É isso mesmo.

DOM QUIXOTE — ¿Sentis que sois chamado a sagrar o meu sonho?

O ESTALAJADEIRO — Lá sagrar sagro, que não me custa nada. Mas faz-me cá espécie que Vossa Mercê precise de mim para o seu sonho ou o quer que é.

DOM QUIXOTE — Porque procurou Cristo, que era Deus, o baptismo de João? Como é que a fôrça que há num génio pode sentir-se próxima da vida e consagrada pelos homens?
Vós não sabeis a nossa covardia em vir tocar a vida com a nossa alma. Hesitação de horror, de não saber. Como sentir a fôrça que em nós vive necessária à vida e interessada por ela? Quem me dá a consciência do que sou e a fé no que devo realizar?
Entendeis-me, Senhor?

O ESTALAJADEIRO — Não resta dúvida! Hum!... Isso do génio, hum... o génio é assim a modos uma fraqueza na vida. É bom não ter. É bom não ter.

DOM QUIXOTE — E o meu único mêdo é não ter bastante génio para o meu sonho. É não vencer em alma. Que a minha alma não tenha a fôrça para vencer.
Mas não! Eu hei-de vencer o mundo. Eu sou o criador. O meu sonho de acção enche êste mundo. O meu sonho de acção vai pelos céus.
Se não posso vencer! oh, o meu sonho foi tão alto!... a amargura encheria a Eternidade. E como eu caíria, como eu seria reles no meu sonho. E ridículo!
Sinto quebrar-se-me o coração, sinto-o fender-se de amargura, só de o pensar.
(Após um silêncio pesado.)
Compreendeis que de vós preciso? Necessito uma bênção sôbre mim.

O ESTALAJADEIRO — Às ordens, Senhor Cavaleiro. Arranja-se aí uma bênção que há-de dar que falar.
Que no entanto, Senhor Cavaleiro, é tudo mais uma questão de sorte que outra coisa.
Sim, é cá a minha opinião.

DOM QUIXOTE — Sorte? Como podeis acreditar em mim se acreditais na sorte? Ou a espada do Homem ou a Sorte do Destino! Sou a Espada do Homem. Como podeis acreditar em mim?

O ESTALAJADEIRO — Mas eu acredito em Vossa Mercê! Não restem dúvidas. Parece-me que Sorte...
Sim, mas eu, afinal, vejo Vossa Mercê e não vejo a Sorte. O melhor é decidir-me por Vossa Mercê.

DOM QUIXOTE — Decidir-vos por mim? Decidir-vos por mim porque me vêdes? — *(um momento de hesitação, amarga)* — Mas para quê sofrer, com aquilo que pensais? Se eu sou a fôrça não preciso que entendam o meu pensamento; não preciso que vejam a minha alma mas a fôrça.
Apenas quero a sagração da fôrça. Não me abandoneis quando eu espero...
(Ajoelhando de repente deante do Estalajadeiro pasmado de quási temor, suplicando-o com os gestos e as palavras) — Não me abandoneis! Sagrai a minha acção.

O ESTALAJADEIRO — *(comprometido e aflito)* — Pelo amor de Deus, Senhor Cavaleiro, pelo amor de Deus, levantai-vos. Ora esta! — *(puxando por Dom Quixote para o erguer)* — Levantai-vos. Eu sou um pobre homem, um pobre estalajadeiro, um pobre homem. Nem vos posso ver assim.

DOM QUIXOTE — *(Erguendo-se, num repelão de cólera irritada)* — Não ouseis dizer isso! Não vos apouqueis, por Deus! ¿Como me podeis supor ajoelhado aos pés de um rústico sem alma, aos pés de um homem reles? Se eu me ajoelho ante vós é porque vejo a vossa superioridade. Vós sois Aquêle que é capaz de baptizar o Herói. Eu vejo-o. Porque tentais iludir-me? Porque quereis fazer-me passar por esta prova de amargura? — *(como que tomando consciência dessa possibilidade amarga)* — Pois seria eu, Dom Quixote, o escolhido entre os homens, o primeiro a rebaixar-me? Eu não posso descer, eu o mais alto.
(De novo tomado pelo seu sonho) — Se ajoelho a teus pés, ó Precursor, não é por seres maior mas porque em ti andou o início do meu sonho.

O ESTALAJADEIRO — *(baixo)* — Sempre esta mania de chamar-me precursor. É capaz de ser alguma piada... Mas como eu não percebo não faz mal.

DOM QUIXOTE — Foi porque em ti andou o meu sonho ainda ingénuo, o meu sonho ainda esperança dos homens e das coisas antes da fôrça se manifestar.
Não me recuseis a sagração, não tortureis o meu sonho. — *(Ajoelhando)* — Lembrai-vos de quem sois sem procurardes tentar-me. Lembrai-vos do destino que Deus vos assinou. Neste momento o mundo resume-se a êste gesto, e a dois sonhos um em face do outro, o meu sonho que espera uma sagração e o vosso sonho que cumpre nela o seu destino e morre.

O ESTALAJADEIRO — *(aflito)* — Morre?!

DOM QUIXOTE — Morre perante o sonho eterno. Cumpris o vosso destino realizando o sonho que podeis realizar. Quando um homem cumpriu o seu sonho, aquêle que vivia e de que era capaz, morreu com a sua alma para a vida dêste mundo. Só pode vegetar ou então sagrar-se com uma imensa tragédia. Sempre a morte vem para o sonho logo que realizou todo o seu possível. Neste gesto, realizando o vosso milagre, morrereis!

O ESTALAJADEIRO — Para o sonho! Hei-de ralar-me muito com isso! Não percebo, nem quero. Quando a gente percebe as coisas elas acontecem-nos. Se eu a percebesse, a tal morte do sonho vinha ter comigo. É por eu perceber muito bem a morte com a cova e caixão e tudo o mais, que tenho mêdo dela. Quais mistérios da morte! Tretas... Tomara eu que fôssem mistérios! Era sinal que não os conhecíamos.

DOM QUIXOTE — *(alheado)* — Senhor, ouvi o meu sonho. Sois vós decerto o escolhido! Armai-me cavaleiro para eu poder levar ao combate a minha fôrça. Ouvi-me: Eu não era nada. Era, como todos, uma vida entre tantas vidas. Como tôdas as vidas. Mas a minha fôrça enchia a alma de gloriosa aspiração.
Era a fôrça enorme, mas para si própria uma vida inútil. Mas ¿o que é a fôrça dos homens todos, do Homem sôbre a terra; o que é ela senão uma fôrça infinita mas prêsa numa vida inútil e banal que não se faz realização?!
Mas se a verdade é a fôrça... e não o que a contraria, se a verdade é a fôrça como o sente a minha alma, é preciso agitá-la e erguê-la contra tudo, erguê-la em face dos céus. Eu era a vida amarga que apenas tem a fôrça. Mas vieram as idéias heróicas, as idéias exaltadoras, e fizeram de mim um cavaleiro andante.

O ESTALAJADEIRO — *(àparte)* — Não percebo nada. Estou meio doido. E depois, um homem que não responde ao que a gente lhe diz nem fala para que a gente lhe responda. Está para para aí a falar só. E é cada discurso! A falar só ou lá com isso a que êle chama alma.

DOM QUIXOTE — O exemplo daqueles que levam a sua fôrça a triunfar no mundo me deu alento e fé.
¿Nunca ouvísteis dizer o que fazia Rolando, aquêle que levou a violência a vencer por sôbre a terra, e o Santo Galaaz que, pela sua acção, da terra aproximou o sangue do Senhor?
Oh, tantos! A vida humana erguendo-se divina de triunfos. Monstros da natureza, torturas, dores, misérias, e o cansaço, e a matéria indefinida e escura. E por sôbre isto tudo, como um rastro de luz, a sua acção.
Cavaleiros de Deus! Gládios do Senhor!
(Cala-se místico e assombrado.)

O ESTALAJADEIRO — *(àparte)* — Está doido! Está doido, não há que ver. Desgraça a minha ter que aturar um doido. Já o deixava ir sem pagar só para me ver livre dêle.

DOM QUIXOTE — *(acordando)* — O que dizeis, Senhor? Pensais no sonho eterno?

O ESTALAJADEIRO — *(baixo)* — Penso na porca da vida!

DOM QUIXOTE — Quereis apressar a sagração da minha alma? Pois serei armado cavaleiro amanhã de manhã. Até lá velarei as minhas armas. Se bem que a minha alma tenha já por muitas noites velado junto ao meu sonho.
Mas fá-lo-ei. Talvez precise ainda escutar o que me diz a alma, a profundidade que dirige os meus gestos. *(para o estalajadeiro)* — Levai-me à capela do vosso palácio.

O ESTALAJADEIRO — *(baixo)* — Com os doidos fingir de doido é a única maneira. Quero cá saber que êle veja no mundo coisas que eu não vejo. O mundo é um repôlho? Pois, sim senhor, é verdade, é um repôlho. O mundo é alma ou lá o quer que é, como êste diz? Pois sim senhor, é alma. Alma ou repôlho, repôlho ou alma, tanto se me dá. Mas não me venham cá maçar. Quero é livrar-me dêste avantesma. — *(Para Dom Quixote)* — Então Vossa Mercê sempre quere ser armado cavaleiro?

DOM QUIXOTE — Sim. Levai-me para a vossa capela. Na adoração a alma encontra às vezes a sua razão e fôrça mais profunda. A adorar a Deus verei a minha alma mais profunda e maior. Descobrirei a minha alma e velarei as armas de que posso servir-me. Levai-me à vossa capela.

O ESTALAJADEIRO — Qual capela? Ah, é verdade! Mas... é verdade, Vossa Mercê tem que velar as armas ao relento da noite. Sim, porque foi um voto que eu fiz, de ter a capela ao ar livre. É aqui mesmo, veja, Senhor Cavaleiro. Cá está a Imagem, e isto que lhe parece um poço é o altar. Um altar redondo...

DOM QUIXOTE — Está bem. Agrada-me ajudar-vos a cumprir êsse voto de humildade tão profunda. Deixai-me que é o momento último de hesitação do sonho. Amanhã, ainda de noite, partirei.

O ESTALAJADEIRO — *(baixo)* — Em bôa hora e há mais tempo. Safa!

DOM QUIXOTE — Que dizeis?

O ESTALAJADEIRO — Estava a orar pela sua glória, Senhor Cavaleiro. Vou deixá-lo — *(manso)* Mas diga-me cá uma coisa: Vossa Mercê traz dinheiro?

DOM QUIXOTE — Dinheiro?! Não, pois nunca li nas histórias dos cavaleiros andantes que qualquer dêles o tivesse.

O ESTALAJADEIRO — Mas isso são histórias! Pòde lá ser. Não faltava mais nada...

DOM QUIXOTE — Pensei no sonho que me conduzia e no caminho a seguir. Como poderia pensar nos meios que os homens têm para auxiliar ou contrariar os gestos da alma. O mundo é uma tragédia em que êste meu gesto de alma se decide. O resto que importa?

O ESTALAJADEIRO — *(exaltado)* — Então e os meios de viver? — *(baixo)* — Agora é que eu digo que é louco furioso. É única esta, é única. Alma, mundo, mais alma, mais mundo, como se isso pudesse ter alguma coisa que ver com a vida.
É doido! Já não digo por mim. Se me vir livre dêle fico satisfeito. Mas não pensar no dinheiro! Nunca imaginei.

DOM QUIXOTE — *(prosseguindo)* — Quando o sonho é enorme a vida inteira deve encher-se dêle. Tudo o resto o que importa?

O ESTALAJADEIRO — Ó Senhor!, mas não pensar na vida imediata! Como quere sonhar, ou lá o que é, sem ela? Convença-se disto, Senhor Cavaleiro, se êsses livros não falam disso é porque é tão claro que nem vale a pena dizer-se.
Dinheiro e camisas lavadas. E um escudeiro, pense bem Vossa Mercê, um escudeiro que arrecade tudo isto e que trate com os hospedeiros. Sim senhor, um bom escudeiro sensato. Sem isso não faz nada!

DOM QUIXOTE — Seguirei os vossos conselhos. Antes de prosseguir nas minhas aventuras voltarei ao meu solar e tomarei escudeiro. E êle que traga as coisas necessárias que êste meu sonho não vê.

O ESTALAJADEIRO — Ora até que enfim uma palavra sensata. Até a gente fica com outra consideração por Vossa Mercê. Mas vamos a isto. Despachar e breve.
(Retiram-se todos deixando Dom Quixote só.)

(Acumula as armas sôbre a pia do poço) — Deixo-o, Senhor Cavaleiro e vou-me à deita. Logo virei para o baptismo. Sonhe, muito embora, mas não alto. Não é o sonho que incomoda os outros, é o sonhar alto.
(Retiram-se todos deixando Dom Quixote só).

ACTO 2.º

(Um luar frio e alto recorta as formas das coisas. As sombras claras repetem burlescamente os gestos de Dom Quixote. A sombra do herói parece extranha ao solo que acaricia, ao mundo em volta, a tudo. Nítida e extranha, com desmarcados gestos.)

CENA PRIMEIRA

DOM QUIXOTE — *(embraçando o escudo e tomando a lança)* — Até que enfim! Eis-me só, junto de vós, Heróis!, e Tu, Sonho de amor, oh, Dulcinéia.
(Em face das armas, erguendo a lança, num grande gesto de saüdação) — Eis-te junto do sonho heróico, ó minha alma! Onde conhecer-te melhor? Onde sentir a alma senão perante o sonho heróico dêste mundo? Primeiro conhecimento da minha alma perante o sonho heróico que criei. Mas só posso sentir tudo o que valho perante vós, perante vós todos, ó Heróis!
(Em grandes passadas, batendo com a lança e crescendo no delírio.)
Escuta, Galaaz, pureza da alma humana a quem o mundo nunca pôde tocar, pureza da alma em seu sonho sôbre a terra, sonho eterno de acção. Vê-me, a ti igual!
Eis que vens para mim, ó fôrça de Rolando, fôrça da alma na terra, prolongando-se sempre, a golpear a dor. Vê minha fôrça, vê. Por mim um mundo pode erguer-se. Farei do céu um altar de maravilha.
Lançarote, Tristão, Perceval, e tu, ó Rei Artur, que hás-de voltar a reger o mundo, todos, todos, vinde julgar a minha alma. Vinde assistir por mim à sagração de todos vós — *(mais baixo, como que temendo continuar a invocação)* — E vós, ó cavaleiro vitorioso e divino do amor, Amadis!, ó vitória do amor que nos protege na mais violenta e mais longínqua acção. Amadis!, vinde e vereis que a minha alma é essa certeza de amor, ainda mais do que vós. — *(Num delírio novo em que a voz vibra infantil e divina)* — Oh o sonho de amor que vem convosco, o meu sonho de amor! Sonho para além de mim. Meu amor, Dulcinéia! Vinde vós também, Senhora minha! Esquecei a crueldade que vos separa de mim pela culpa do mundo, que não sabe juntar as almas quanto deve.
Sim, oh meu amor! espero-te. Espero a tua sombra divina e as sombras de tragédia, as sombras dos heróis.
Invoco-vos na noite. Vinde sagrar-me...
(prostrado, deixa-se cair sôbre um joelho, a face voltada para a noite.)
(mais baixo) — Vinde sagrar-me filho de Deus.
(Neste momento entra no pátio e dirige-se para o bebedoiro um dos arrieiros que vem buscar água para dar às bêstas.)

DOM QUIXOTE — *(Num grito, levantando-se e recuando)* — De quem sois vós a sombra? Dizei!...

1.º ARRIEIRO — *(sobressaltado)* — Raios o partam, que até tive mêdo. Vá de brincadeiras! Tire lá essa cangalhada que preciso de dar água às bêstas.

DOM QUIXOTE — *(crescendo para êle indignado)* — Sois um cavaleiro inimigo que vem tentar-me para que eu não cumpra a velada das armas. Covarde. Esperai ainda um pouco. Covarde.

1.° ARRIEIRO — Esperar, o quê — *(avança para o poço e vai a retirar as armas.)*

DOM QUIXOTE — Quem quer que sejais, não ouseis pôr mão nessas armas ou vos matarei imediatamente, apesar de não estar armado cavaleiro.

1.° ARRIEIRO — Vai matar o diabo e deixa-me em paz — *(dá um sacão nas armas, atirando-as ao chão).*

DOM QUIXOTE — Maldito! — *(levanta a lança e derruba o arrieiro com uma pancada na cabeça).*
Vós, me deste fôrça, Senhora!, e vós, Irmãos. Perdoai-me se o meu sonho teve que defender-se antes de sagrado. Quanta luta na vida sem o perdão do sonho, mas para que êle possa aparecer enfim.
Oh, saber ser cruel e forte no princípio e quando ainda não nos justificaram! — *(Uma pausa)* — Saberei ser forte, saberei ser grande, saberei ser cruel. Assim a minha honra crescerá sôbre o mundo, a minha honra em que êste mundo poderá compreender-me e amar-me como eu sou. E vencerei...
(Entra um outro arrieiro que sem dar pelo corpo caído de bruços no chão, se dirige para o pôço, começando a tirar as armas).

2.° ARRIEIRO — *(reparando em Dom Quixote que avança para êle)* — Raio de avantesma!

DOM QUIXOTE — Vil cavaleiro, não seguirás teu irmão apenas no crime. — *(Levanta a lança e racha-lhe a cabeça. A pancada porém deixa ficar em pé o arrieiro que, escorrendo sangue e com a dor começa a gritar).*

2.° ARRIEIRO — Ai, que me mataram. Acudam. É o próprio diabo em pessoa. Acudam. Acudam que me matou.
(Vai correndo e fugindo para dentro).

DOM QUIXOTE — Quantas lutas sem beleza tereis de perdoar-me, ó heróis meus irmãos, quantas lutas no mundo sem grandeza divina, sem sentido; quantas lutas apenas defendendo a a nossa fôrça capaz de maiores lutas.
(Ouvem-se gritos de dentro da estalagem ; depois, uma balbúrdia confusa.)

ARRIEIROS, OUTROS HOMENS E MULHERES — Ai o meu rico irmão, ai que mataram o meu rico irmão.
— Eh Zé, coragem. Deixa cá ver isso, homem.
— Ai que mo mataram.
— Também para lá foi o Xainha ; se calhar matou-o.
— Vamos ver. Vamos ver...
(Aparecem à entrada do pátio)
— Tomai tento nesse escomungado. É capaz de ser o Porco-sujo!
— Mata-se já êsse avejão.
— Lá está o Xainha caído!
— Eh homens!, vamos a êle à pedrada.
(Começam a apedrejar o Cavaleiro, gritando sempre insultos. Dom Quixote apara as pedras com o escudo, e de lança levantada, espera impassível o ataque dos cavaleiros inimigos.)

DOM QUIXOTE — Avançai, canalha soez e rasteira. A todos darei o pago do insulto e da cobardia, a todos darei o pago de terem interrompido o meu sonho.
Deixai sonhar, vilanagem!

Não vos basta contrariar a acção do herói? Deixai sonhar! Ou a minha vingança será terrível. A cólera do sonho contrariado é terrível. Tende cuidado!

OS ARRIEIROS — *(continuando com os insultos e as pedras, sempre acobardados; Dom Quixote avança para êles).*
— Atira-lhe agora. Manda-lhe à cabeça.
— Foge, que é capaz de nos matar. Tem o diabo com êle, que nem as pedras o racham.
— Matem-no. Matem-no.
— Eh, malandro, avança que há aqui homens para ti.
(Recuando quando o cavaleiro avança).
— É capaz de nos matar a todos com o diabo da lança.

O ESTALAJADEIRO — *(que acorreu aos gritos e andou de grupo para grupo sem se fazer ouvir, gritando, gesticulando)* — Eh, homens, tende mão. Pois não vêem que é doido?! É capaz de nos matar a todos e não pagará nada por isso, que como louco se livra. Deixem-mo lá que eu vou acalmá-lo. São tão doidos como êle. E não vêem que o Xainha está para lá a esvair-se em sangue!

DOM QUIXOTE — *(reparando no estalajadeiro)* — Ainda bem que vejo entre a canalha vil êsse Castelão traidor que assim paga eu tê-lo elevado à eternidade e à beleza pela escolha que dêle fiz na minha alma.

OS ARRIEIROS — É doido. Mata-se! Mata-se!

DOM QUIXOTE — A vós não escuto, canalha baixa e vil. Mas houve um homem que, sem talvez compreender o meu sonho, a vida sagrou, no entanto, precursor da minha acção. Êsse, porque me atraiçôa? A maldição de Deus o cobrirá se assim é.
Pobre dêle! Maldito por Deus, sem sossêgo na alma, condenado e sem sentido na vida.

O ESTALAJADEIRO — Rala-me bem isso tudo. Mas quero o sossêgo na minha estalagem — *(dirigindo-se a Dom Quixote)* — Senhor Cavaleiro.

OS ARRIEIROS — Huha, Huha! é doido, é doido!

O ESTALAJADEIRO — *(recuando, para os arrieiros)* — Calai-vos por uma vez, súcia de parvos. Só lhe acirrais a cólera. ¿Quereis dar comigo em doido?

OS ARRIEIROS — Que nos deixe ir buscar o Xainha.
— É capaz de estar morto!

O ESTALAJADEIRO — Calai-vos e eu arranjarei tudo.
(Avançando para Dom Quixote) — Senhor Cavaleiro, êstes malandros insultaram Vossa Mercê sem que eu soubesse. Juro pelas almas. Mas Vossa Mercê venceu-os. O melhor é deixá-los ir. Bem castigados ficam do seu atrevimento.

DOM QUIXOTE — Se vós me dizeis que não o sabíeis isso me basta. O que dói é ser atacado por aquêles que ligámos ao nosso sonho e julgámos por êle iluminados.
E essa gente que leve os feridos e se vá. Com gente baixa não há que ter rancor nem há que ter bondade.
Só se castigue ou perdôe, só se tenha rancôr ou bondade para aquêle que sonha e quere as coisas na profundidade da sua alma. Isto, a canalha, é como um rebanho ou como uma alcateia. Chicote implacável enquanto luta contra nós. Logo depois, a paz. Nada de represálias.

O ESTALAJADEIRO — *(interrompendo)* — Então, Senhor Cavaleiro, com sua licença deixe-me chamar alguém que leve êste homem que está aqui estendido.

DOM QUIXOTE — Seja como vós dizeis. E que a sorte não seja mais cruel do que eu quis ser para êle.

O ESTALAJADEIRO — *(para os arrieiros)* — Eh homens!, venham cá ajudar-me a levantar o Xainha.
Raio de sangueira. Se escapas desta és de ferro.

DOM QUIXOTE — *(abstracto)* — Quantas vezes a crueldade do herói pertence apenas à sorte. O Herói é o que desencadeia a sorte, os combates e os destinos. É o que agita a sorte quieta e a faz nascer dos choques da vida. Por isso sôbre êle caem, como se dêle fôssem, tôdas as crueldades da sorte, da morte e da vida. Mas quantas crueldades não são da sua vontade interior! A crueldade que lhe pertence é querer, na sua vontade implacável. O resto... ¿que culpa tem o Herói que a vida seja cruel, que a sorte seja cruel? Podíamos com a mesma acção despertar a vida e ela ser doce. Mas que a sorte dos homens siga a sua fatalidade. E que esteja o Herói tão longe dos homens que não possa ter os seus rasteiros sentimentos. Assim o seu sentimento se abrirá mais belo; e maior bem fará aos homens. — *(Entretanto, avançaram vários homens e quatro dêles seguram o corpo ferido e o levam, falando alto e praguejando sempre.)*

O ESTALAJADEIRO — *(que acompanha o corpo por um bocado)* — Afinal não é nada. Passa com vinagre. Era mais o mêdo que estava a segurá-lo ao chão. Mas é preciso acabar com isto de vez. Para fantochada já basta.
Quero o sossêgo da minha estalagem, que diabo.

UMA MULHER — *(que vem de dentro)* — Ai o meu rico filho! Ai o meu rico filhinho, que mo mataram. Assassinos. Ai o meu rico filho. Ai o meu rico filho!

DOM QUIXOTE — *(entristecido, baixo)* — A maior dor do gestos heróicos está nas pequenas coisas, nas pequenas vidas, numa dor pessoal quási sem importância, numa dor de mãe, numa dor particular e tão banal. Oh, como os grandes gestos ficam outros quando sob êste aspecto são olhados! Um pequeno coração, sem importância, que padece uma dor sem importância, porque um Herói passou. Como isto tudo é triste!... *(procurando a razão eterna, exaltado)* Eu sei que isto é um êrro, que a vida não se pode ver assim.
Outra razão mais alta arrasta a vida inteira. A dor é o acaso. Mas não pode impedir a acção humana. A dor é o acaso.
Não importa... Não importa... É triste!...
Sobretudo estas lágrimas que não compreendem. As outras têm em si uma compensação. Mas estas! É triste. É triste, triste e amargo para mim.

(Um silêncio de interiorização dolorosa.)

CENA SEGUNDA

O ESTALAJADEIRO — *(voltando para D. Quixote)* — Eh, Senhor Dom Quixote, estive cá a pensar que a única maneira de acabar com tudo isto é armá-lo já Cavaleiro. Isto são inimigos seus que não querem vê-lo Cavaleiro. Ora, morto o bicho, morta a peçonha; armado Cavaleiro já não há quem lhe tire isso dos hombros.

DOM QUIXOTE — ¿Não tendes escrúpulo em fazê-lo sem que eu tenha completado a velada das armas?

O ESTALAJADEIRO — Oh, Senhor Cavaleiro, tanto tempo consigo só e a pensar na mesma coisa é até demais. Agora o mais depressa é o melhor.

DOM QUIXOTE — Só alegria me dais com isso. Quanto mais breve, melhor para o meu coração. Consagrar o sonho como razão da vida é couraçar também o coração contra os males que êle pode causar.

O ESTALAJADEIRO — Então vamos a isso!
(àparte) — Até que enfim e já não é sem tempo. Toca a encarreirar isto e que mo leve o diabo e me deixe a estalagem em paz.
Eh, Zé Quitolas, vai lá dentro e que te dêem um côto de vela e o livro dos assentos da palha e da cevada; é o grande; corre!
Olha, e a Tolosa e a Moleira que venham.
(O herói, quieto e alheado, espera junto das armas)
Eh, Senhor Cavaleiro, faz-se aqui uma funçãozinha que há-de dar que falar.
O peor é a capela ter de ser ao ar livre. Quando não há... ou por outra, já me esquecia, quando não pode ser, por causa do voto...

DOM QUIXOTE — Sossegai, Senhor Castelão. Basta-me o sonho, e a vós a fé na minha fôrça. Tudo o mais de que vale? Se a fé consagra o sonho, o resto é inútil. O que eu procuro é apenas a consagração que a fé nos dá ao sonho e à fôrça. Antes vos visse vestido de uma pele de camelo... E de um rio pudésseis tirar a água com que me consagrásseis...
Mas também êste Castelo forte e místico, e o vosso sonho de guerreiro, serve como fé que consagre.
(Entra o moço com uma vela, que acende, e um grande livro sujo, de capa preta; atrás entram também as duas rameiras).

O ESTALAJADEIRO — *(satisfeitíssimo)* — Oh, Senhor Cavaleiro, melhor que isto não pode ser. Isto é o que se pode chamar uma consagraçãozinha mesmo ao calhar.
Eh, Tolosa!, eh, Moleira!, ponde-vos aí uma de cada lado do Senhor Cavaleiro. E tu, Zé Quitolas, alumia aqui estas palavras sagradas que mais sagradas não as encontras tu. Até engordam as bêstas e a mim, que não o sou. — *(Riem-se ambos à sucapa.)*
(Para Dom Quixote) — Agora ajoelhe Vossa Mercê que eu me encarrego do resto.

DOM QUIXOTE — *(antes de se ajoelhar erguendo os olhos e os braços ao Céu)* — Senhor Deus, eis o teu filho humilde ante a tua grandeza. Todo o meu sonho e tôda a minha fôrça ante os homens e Deus. Ante Ti, ó meu Pai! Coròa-me de fé. Pai! dá-me êste milagre, sem o qual todo o sonho nada pode fazer. Dá-me que desperte a fé pelo meu sonho, ou faz a minha fôrça tão imensa que possa obrigar o mundo inteiro a segui-lo e a querê-lo. Pai!, ante todos os homens vou curvar-me um momento. Deixa que êles unjam o meu sonho de fé.
(Ajoelha mìsticamente ante a figura pesada, incompreensiva e bestial do Estalajadeiro.)

O ESTALAJADEIRO — *(desconsertado com as palavras que não entende, mas imediatamente recuperando a serenidade).*
Que está êle a falar em fé? Não percebo nada! E eu a dar-lhe! Não percebo, nem quero. Se fôssem todos como eu não havia complicações no mundo. Porque êstes doidos é que vêm cá fazer mal.
Não percebo nem quero. Mas toca a intrujá-lo, senão é capaz de zangar-se. E demais falou logo em fôrça e em obrigar e não sei que mais... Toca a intrujar...
(o Herói espera, de cabeça curvada, serenamente, mìsticamente.)

O ESTALAJADEIRO — Senhor Cavaleiro; estive a rezar cá de dentro por Vossa Mercê. Agora

farei o baptismo que deseja — *(abrindo o grande livro)* — Esta é a oração dos Cavaleiros que vão a baptismo.
(Começa a murmurar, imitando os padres na missa, e destacando palavras, ao acaso, ora sugestionado pelo livro dos assentos que tem ante os olhos, ora querendo lembrar as palavras da missa).
.... Dominus ....
.... Deve cevada..
(a meio da lenga-lenga dá uma pancada forte no pescoço de Dom Quixote, que continua curvado).
.... A fé, a fé .... É verdade, sim senhor, sim senhor.................. Dominus tecum ....
(para o moço) diz Amen, rapaz.

O MOÇO DA ESTALAGEM — Abem.

O ESTALAJADEIRO — *(continuando)* ....Duas sacas de cevada .... Tudo tem fé quando quere............ Dominus ....
(Para o moço) — Passa-me a espada, Zé Quitolas.
(o moço passa-lhe a espada do Herói, com a qual êle dá uma pancada forte nas costas de Dom Quixote, sempre mastigando frases).
.... A fé é que nos salva .... Dominus tecum, tecum, tecum, tecum.

O MOÇO DA ESTALAGEM — *(gritando)* — Abem.
(Riem, procurando que o cavaleiro não veja).

O ESTALAJADEIRO — *(entregando a espada à Tolosa)* — Agora tu põe a espada à cintura do Senhor Cavaleiro, tu, Dona Tolosa, donzela e menina.
(a mulher em silêncio, humilde, cinge a espada ao Herói).

DOM QUIXOTE — *(místico)* — A minha alma vos agradece e vos lembrará sempre, ó coração puríssimo.

A «TOLOSA» — *(ainda com um sorriso, mas enternecendo-se e admirando)* — Deus o faça a Vossa Mercê venturosíssimo cavaleiro e lhe dê vitória nos combates.
(Dom Quixote beija-lhe a mão).

A «TOLOSA» — *(com lágrimas na voz)* — Deus o proteja.

O ESTALAJADEIRO — Agora vós, Dona Moleira, não menos donzela, se não mais ainda, calçai as esporas ao Senhor Cavaleiro.
(A Moleira calça as esporas ao Herói, e comprometida e respeitosa, se afasta).

O ESTALAJADEIRO — Agora, Senhor Cavaleiro, que já o sois, só me falta, fazer o sinal da cruz para vos deixar sagrado. Depois disso podereis ir pelo mundo, e abandonar-nos, e fazer tudo quanto vos aprouver.
Enfim, Deus vos abençõe.
(Traça no ar com um gesto rude e ridículo, um sinal da cruz, enorme, sôbre o cavaleiro).

DOM QUIXOTE — *(erguendo-se num ímpeto, iluminado).*
Abriram-se os céus ante os meus olhos. Abriram-se-me os céus.

O ESTALAJADEIRO — Ui!? Começa outra vez? Então, nem assim sossega?

DOM QUIXOTE — Abriram-se-me os céus e eu vejo o espírito do mundo! Em mim puseste a tua complacência, Senhor. Sou o teu filho. Sôbre mim desce o espírito de Deus. Deus iluminou-me. O espírito do mundo sou eu, é a minha acção, o meu sonho.
Milagre! A minha acção começa agora, começa agora só.
Eis que vejo a minha alma. A luta, só agora começa. Trazei-me o meu cavalo. É preciso que a luta não demore, pois que Deus iluminou o meu sonho divino.

O ESTALAJADEIRO — *(gritando e agitando-se, amável)* — Ó Zé Quitolas, corre a buscar o cavalo de Sua Merçê. Muito bem. Muito bem. Até que enfim vejo um homem não demorar a luta.
É começar já, já.
Eu ajudo a armar Vossa Mercê.
(Com a ajuda do estalajadeiro vai-se o Herói armando ràpidamente).

A «TOLOSA» — *(baixo)* — Deus o proteja que é de má fé estar a empurrá-lo para os perigos, quando tanta vontade já tem dêles.

DOM QUIXOTE — Ó Precursor, eu levarei a vossa bênção para a espalhar pelo mundo em espírito de acção. Eu baptizarei o mundo com o meu gesto e o meu sangue.
(Entra o moço com o Rossinante, arreado à pressa).

O ESTALAJADEIRO — *(hipócrita, oferecendo-lhe o cavalo).*
Senhor, abandonais-nos?

DOM QUIXOTE — Sim! Quero entregar-me já à acção divina — *(monta no Rossinante e segura a lança ao alto).*
A luta! É preciso que imediatamente o mundo ma ofereça. A luta!
(Olha em redor, desvairado de acção, os olhos esgazeados).
A vida deve ouvir a minha glória. Vai oferecer-me a luta.
(Reparando nos moinhos que, ao fundo e à esquerda, agitam as suas grandes asas nítidas no luar claríssimo). — Obrigado meu Deus! Vejo além gigantes. ¿Que quererão dizer na Natureza? Não importa. São a fôrça. Começarei a acção pela luta da fôrça contra a fôrça.

O ESTALAJADEIRO — ¿Onde raio é que êle vê gigantes? Oh diabo, os moinhos! Com a maluqueira é capaz de se espetar contra êles. — *(retendo o Rossinante)* — Oh Senhor Cavaleiro!, pelo amor de Deus, olhe que são moinhos!

DOM QUIXOTE — *(alucinado de luta)* — Não vêdes os seus braços que me chamam e ameaçam?
Quereis repetir a luta dos Titãs? Pois irá contra vós o Homem. O Homem que não teme tôdas as fôrças do mundo.
Typheu! Encelado! Inimigos da fôrça divina que vos doma. Aí vou! Aí vou!

O ESTALAJADEIRO — *(esforçando-se por o deter)* — Oh, meu Deus, que desastre!
¿Pois não vê que são moinhos e que se vai matar?!

DOM QUIXOTE — O Homem que combate vê as coisas doutra maneira! Vê as fôrças ocultas que há nas coisas — *(o vento faz rodar as velas dos moinhos)* — Ei-los que acenam, vêde. Deixai-me ir lá, por Deus — *(a um assômo, mais colérico, o Estalajadeiro abandona as rédeas ; o cavalo esporeado parte num galope derreado contra os moinhos).*

DOM QUIXOTE — *(dando altos brados)* — Não fujais! Aí vou!

Malditos! Titãs, filhos da Terra. O Homem vos combaterá! Malditos. Tu, Briareu, que agitas os teus cem braços...
Matar-vos-ei a todos.
(Galopa, de lança em riste para o moinho mais próximo).

CENA TERCEIRA

O ESTALAJADEIRO — *(aflito)* — Oh Pai do Céu, que vida a minha!
Lá se me vai espetar nas asas do moinho que nem a alma se lhe aproveita! E quem é que há-de dar contas disto?

O MOÇO DA ESTALAGEM — *(gritando)* — Acudam. O cavaleiro foi-se atirar contra os moinhos.
(As duas mulheres gritam e afligem-se. Começam a aparecer homens e mulheres de dentro da estalagem. Nas suas exclamações e nos seus gritos repete-se o acontecimento que ao longe se precipita.)

ARRIEIROS, MULHERES — Ai Pai do Céu! Valei-lhe. Já está perto.

O ESTALAJADEIRO — Vejam lá se correm a fazer parar os moinhos. Ai a minha vida. Lá me vai ficar às costas.

HOMENS, MULHERES — Ai Nosso Senhor!, como êle se atira ao moinho. Ai desgraçado!
(As mulheres e os homens rompem numa gritaria alta e discorde. Percebe-se ao longe o combate do Herói com o Gigante mais próximo: o cavaleiro precipita-se com tôda a fôrça, num lançada; um dos braços do gigante rasga-se... e a asa do moinho parte a lança em pedaços; derruba o cavalo; levanta ao ar o cavaleiro, dando, depois, com êle por terra).

HOMENS — Ai, o pobre, como terá ficado?
(Alguns homens saiem a correr para o sítio do desastre).

O ESTALAJADEIRO — *(aflito, apertando as mãos à cabeça)* — Ai a minha vida! O que será de mim? O que será de mim? Se êle morre têmo-la bonita. Cai-me aí a justiça que ainda fico pior do que êle.

A «TOLOSA» — *(chorando)* — Pobre Senhor Cavaleiro. Pobre Senhor Cavaleiro.

ARRIEIROS, HOMENS, MULHERES — *(Em gritos e exclamações discordantes)* — Há-de ter ficado em bom estado!
— Está vocemecê a lamentá-lo? Também êle rachou a cabeça ao seu filho.
— Deixá-lo, não o fêz por mal.
— Raios de mulheres, ninguém as entende.
— Eu penso como a tia Caetana. Não é preciso ser mulher pra ver que êle é bom.
— Calem-se, aí vem êle.
(Entram dois homens trazendo o corpo desmaiado e escangalhado de Dom Quixote. O elmo partido e a viseira aberta deixam ver a sua figura pálida, exangue.)

O ESTALAJADEIRO — Oh raio de vida, não há maneira de sossegar. Ao menos vem vivo.

MULHERES — Desgraçado. É preciso deitá-lo — Nosso Senhor, como êle está.

O ALMOCREVE DO TOBOSO — Olha quem êle é! Conheço-o muito bem, é o senhor Quixada, é lá da minha aldeia. Mas como diabo é que foi isto?

MULHERES — Pobre! Pobre!...

O ESTALAJADEIRO — Pobre mas é de mim que vou ficar com êle a meu cargo. Sorte a minha!

O ALMOCREVE — Eu levarei o fidalgo lá prá terra.

DOM QUIXOTE — *(acordando do desmaio, num meio delírio).*
Cavaleiro, combates já no céu — *(erguendo-se um pouco)* — Os Titãs os Titãs! Esperai! Eu sou a espada do Homem. Eu sou a fôrça do Homem. Sou o gládio.

O ALMOCREVE — Coitado, nem dá acôrdo do nome! Senhor Quixada, senhor Quixada, lembre-se Vossa Mercê quem é.

DOM QUIXOTE — *(num sobressalto)* — Eu sei quem sou.
Eu sei... sou a espada do Homem, sou o gládio!...

A «MOLEIRA» — Ai pobrezinho, Deus lhe valha.

DOM QUIXOTE — *(acordando melhor, e deitando em volta olhos esgazeados)* — Os gigantes!
Ah que amargura, a fôrça vencida!!!
Horror e amargura, a fôrça vencida!
A minha alma ainda não soube querer, ainda não soube vencer.
As fôrças esconderam-se atrás de coisas naturais, que não se combatem. Foi a minha alma que não soube lutar.

O ESTALAJADEIRO — Trazei um pouco de vinho, talvez lhe faça bem.

DOM QUIXOTE — *(Em delírio)* — Foi a minha alma! Que me importa ser Imperador de Trapisonda, ser Imperador do Mundo, se a minha alma não venceu! Se ela não sabe vencer! Se a alma vence, tôdas as outras coisas são contingências. Que importa o resto? Mas eu fui vencido? Preciso velar junto à minha alma! Preciso exasperá-la para que chegue aos céus!
(Em delírio, gritando) — Olha o meu cavalo alado, Rossinante-Hipógrifo, com a poeira das estrêlas sôbre as asas. Vou vencer-te, Mistério! Vou levar a face humana às coisas longínquas. Caminham os cascos do meu Rossinante na estrada láctea dos mundos.
(Num desespêro, quando as dores o chamam à realidade) — Oh! meu pobre Pégaso. Um cavalo de pau, um cavalo de baloiço, em que me embalo a olhar as estrêlas.
(A reagir) — É o encantamento!
Vejo a Hidra a avançar para o meu amor. Como estremece a sua carne, de mêdo!
(baixo) — Dói-me... dói-me o corpo.

A «TOLOSA» — *(acarinhando-o)* — Veja se bebe um poucochinho, faz-lhe bem.

DOM QUIXOTE — Dói-me... Dói-me a alma.

A «TOLOSA» — Veja se pode beber para se animar.

DOM QUIXOTE — *(bebendo das mãos da Tolosa)*
Que filtro me dais, Donzela? Tristão e Iseu para sempre ficaram ligados por magia de amor. Mas o meu coração é como o de Amadis, firme no amor escolhido, nem todos os filtros o podem desviar.
(Num delírio) — Mas não vêdes o meu amor amarrado à rocha dura, enxarcada das ondas nas quais avança o Orco, terrível?

(Tentando erguer-se)
Espera, Dulcinéia! Vou salvar-te, vou arrancar o amor humano à miséria da vida e à tortura da morte. Recua, monstro de tôdas as torpezas! Oh Dulcinéia!, senhora de infindáveis terras, pastora de rebanhos inumeráveis, Dulcinéia do Toboso.

O ALMOCREVE — Do Toboso?! Só se é a Maria Doçuras que tem umas belgas ao pé da Corte do Rio.

DOM QUIXOTE — O amparo da tua ternura, Dulcinéia!, tornou-me mais forte — *(erguendo-se, a custo, amparado à Tolosa e ao Estalajadeiro)* — Eis-me capaz de marchar de novo para o meu Destino. Sòzinho, se fôr preciso. O nosso desamparo no universo é que nos dá a grandeza...

O ESTALAJADEIRO — *(baixo)* — Não está má grandeza! Se o largasse caía como um fantoche.

DOM QUIXOTE — Tenho ainda que sofrer outros males?
Venha tôda a dor ao meu peito para eu a redimir. Que importa, ante o Eterno, mais ou menos dor? O que importa é saber se sou capaz de vencer o Mundo e o Eterno.

O ESTALAJADEIRO — Vencer o quê? Vencer o quê? Veja lá se encontra a vela de algum moinho!

DOM QUIXOTE — *(misticamente)* — Pressinto o meu martírio sôbre a terra. A ceia da traição; o passeio sôbre o Rossinante, entre palmas; a exposição na varanda de Pilatos! Rei-ridículo, com uma vara na mão...
E a difícil vitória!
Jesus Cristo passou a vida vencendo fàcilmente. Era Filho de Deus.
Mas de que vale ressuscitar um morto? Eu sonhei muito mais, sonhei ressuscitar a vida inteira! De que vale modificar as leis da vida ou da morte? É a fôrça da alma o que importa. A fôrça da alma o que poderá contra tudo que a rodeia? Quando os gigantes assim te derrubam, que farás, Dom Quixote?

O ESTALAJADEIRO — Já torna com os gigantes! Eu bem dizia que isso do Mundo e do Eterno deviam ser moinhos capazes de lhe moerem os ossos — *(alto, para Dom Quixote)* — Vamos, Senhor Cavaleiro, está a precisar de descansar.
Deixe lá o Mundo e o Eterno.

DOM QUIXOTE — *(desprendendo-se)* — Descansar? Cristo quando é maior é quando, abandonado, Homem fraco, morre, crucificado num madeiro.
Foi por esta grandeza de desproporção que fui vencido, mal o meu sonho se consagrara?
Então, abençoada seja a dor. Abençoada a minha fraqueza ante os gigantes. Abençoada a minha impotência ante os Eternos e Terríveis — *(cambaleia)*.

A «TOLOSA» — Jesus de Misericórdia!, o desgraçado morre sem se deixar tratar.

DOM QUIXOTE — *(num delírio)* — Os homens gritavam-lhe: «Tu que te dizes o Cristo, filho de Deus, porque te não salvas?»
Escarneceram-no. Tôda a vida nos escarnece, Senhor!
É que a nossa fôrça não tem as proporções do nosso sonho. E caímos no ridículo. É que nunca o homem pode com as fôrças do Eterno, mesmo quando é filho de Deus. Mas não se convence! Não se convence... E caímos no ridículo!
(Cai estatelado, como crucificado sôbre a terra. Depois, soerguendo-se a custo :)
Mas quem nos diz a nós que não havemos de vencer?!

A LUZ CINZENTA

DEPOIS da angústia terrível, depois da terrível luta, sùbitamente um estado de tranqüilidade, de doçura. O sangue não bate mais, fragorosamente, aos meus ouvidos como um mar que ameaçasse romper os diques. Caíu, como orvalho nocturno, uma grande serenidade sôbre mim. Côres se desenham e se sucedem em confusão, num calmo desdobrar, ante meus olhos. É um vermelho nunca sonhado, um côr de ouro opulentíssimo, um violeta profundo. Associo a idéia das côres em círculos que se sucedem, iluminados, a uma estranha, divina, aurora boreal. Depois dêsse perpassar de matizes, tudo clareia sob uma luz neutra. Uma luz cinzenta, prateada. Julgo reconhecer, de repente, Padrinho e Madrinha a meu lado.

— Vocês... disse. Pensei...

Uma vergonha tôla paralisou-me.

Ouvi um côro, um sussurro, como a voz do vento em imensa floresta, repetir:

— Pensei...

Padrinho beijou-me os olhos. Ao seu contacto senti-me imensamente feliz. Reparei que usava a mesma roupa de... quantos?... quinze anos atrás.

Mas isso não tinha importância. O que tinha importância é que estavam a meu lado. Madrinha enlaçou-me longamente; senti-me esvaindo-me para ela, com ela fundida num longo abraço. A onda de felicidade cresceu, subjugou-me. O perfume que Madrinha Luísa usava... há quanto, quanto tempo... envolveu-me com delícia.

— Você... a nossa predilecta... e se tinha esquecido de nós...

De novo, num lamento, o côro enorme, mas em surdina, e sibilando como o vento:

— Esquecido de nós...

Não protestei. Qualquer coisa se resolvera — e tão bem — dentro de mim, que não tinha mais necessidade de usar a mentira como defesa habitual.

Padrinho, então, começou: «Lembra-se, lembra-se?» — que não acabava mais. Parecia prêso irremediàvelmente a um passado tão longínquo... Cada vez que terminava um período das suas evocações, o côro, o imenso côro, sibilava, murmurava as suas últimas palavras.

— Lembra-se, preguntava êle, dos nossos passeios, das nossas pescarias? Lembra-se como eu punha, escondido de sua irmã, peixinhos no seu anzol?

A risada de madrinha rompeu doce como o murmúrio da água.

Senti-me de novo pequenina vagando pela fazenda de Madrinha Luísa. Podia ver o cafèzal rebentando em flor, podia sentir o cheiro forte da terra aberta pelo arado. Podia ver o quarto de menino «dêle» com a lousa pregada junto da janela, que recortava um canto do pomar. Era uma inteira volta ao passado. Álvaro

abria seu armário com a alta porta de espelho e, dentro de um lenço de côr viva, tirava uma caixinha. «Veja quantos «felipes eu tenho, Nenem»...

Ali estavam os preciosos e raros frutos gémeos do café, que as crianças tanto gostam de coleccionar.

— Êste de quatro... Álvaro... que maravilha!

O filho de meus padrinhos colocou-o em minha mão com ar misterioso:

— Não diga nada a Julinha que eu lhe dei. Ela também vai querer.

Madrinha agora intervinha nas lembranças que meu padrinho despertara:

— Você sempre foi a nossa preferida. Você sempre foi a melhor. Julinha nunca pôde suportar essa luz que vinha de você. Julinha sempre teve inveja...

Achei natural repetir com o côro, apesar de se tratar de minha irmã:

— Sempre teve inveja...

E me revi, em tôda a parte, desde os bancos da escola, desde os mais longínquos tempos, assediada pela inveja de minha irmã.

Pensei, sem disfarce: «Sempre fui a mais meiga, a mais inteligente. Sempre fui suave, enquanto Julinha foi áspera, recalcada. Lembro-me da sua fisionomia carregada de sofrimento a custo reprimido no dia de meu noivado. E, rápida, no meio do meu bem-estar ao lado de meus padrinhos, punge, doidamente, uma saüdade.

— Álvaro onde está?

O côro repete, agoniadamente, a minha pregunta, num sussurro inenarrável:

— Onde está?

— Ali... — é meu padrinho quem mostra; e as vozes estranhas repetem: Ali...

— Porque chora você, Álvaro, quando eu me sinto tão feliz?

Porque essa gente tôda no meu quarto? Que fazem meus pais, que se abraçam e se consolam como se alguma desgraça houvesse acontecido? Minha Babá... porque treme tôda, convulsa e nervosa? Porque Julinha adoçou a fisionomia e vai de papai a mamãe, a Babá e a Álvaro, com palavras de ternura — ela que nunca as teve? *Que faz essa horrível intrusa deitada no meio de flores em meu quarto? Parece-se com alguém...*

A voz da multidão oculta murmura:

— Com alguém...

A idéia se esboça em mim, e depois me penetra com fôrça, de certa maneira fulgurante.

Lembro-me do desastre de trem que deixara Álvaro na orfandade. Sem que me expliquem, posso compreender. O desastre tremendo onde centenas de pessoas perderam a vida. E pregunto por preguntar, referindo-me às vozes que nos acompanham:

— São os que viajavam...?

— Os que viajavam... faz o eco soturno, enorme, como se as minhas palavras reboassem numa catedral. Sei o que são êles, o que são meus padrinhos... o que sou eu, agora.

Padrinho e madrinha colocam-se junto a Álvaro, mas a presença dos pais não o consola. Meu noivo chora, chora, aflitivamente. Toma aquela coisa inerte que foi a minha mão, beija-a, beija-a com fervor e carinho. Olhe aquela face de olhos apagados, descidos, violáceos, com o ímpeto de quem quere remover todos os obstáculos. Olha meu rosto como se dissesse:

— Eu te olharei tanto, eu porei tanta vida em meus olhos, tanta vontade de te trazer de novo para mim, que voltarás. Teus olhos se abrirão, tuas faces ficarão de novo coradas. Tua querida bôca sorrirá para mim, e me oferecerá todos os teus mais doces beijos.

Babá, passada a crise nervosa, mira as paredes, as cortinas. Terá pressentido ela que nós viemos para cá com uma enorme multidão? Terá pressentido, terá reparado que o ar está tenso, carregado? Que as paredes do quarto contêm tôdas

aquelas vozes que se atropelam e nos seguem para sempre, numa espessa união?

Julinha aproxima-se de Álvaro. Oferece-lhe uma chícara de chá que êle recusa. Minha irmã desaparece e volta novamente para junto de meu noivo.

— Álvaro, diz ela. Não se desespere. Não pense que está sofrendo sòzinho... Eu também, eu sofro demais, mas procuro conter-me, não mostrar meu sofrimento.

Meu noivo toca, com doçura, no ombro de minha irmã.

Julinha continua:

— Você não sabe como Nenen me fará falta. Você não sabe quanto orgulho, quanta fôrça eu tirava da companhia dela. Pobrezinha...

Julinha afaga, debruçada sôbre as flores, os meus cabelos; beija-me a testa.

— Nunca fui muito expansiva. Mas agora... como sinto, meu Deus, como tenho pena!... desejaria que ela soubesse quanto a queria.

Álvaro diz, contendo as lágrimas que insistem em voltar:

— Era o homem mais feliz do mundo e não sabia... Agora que a perdi... Mas será possível... Será que nunca mais?...

Julinha atira-se soluçando em seus braços:

— Você sempre será um dos nossos... Você sempre será meu irmão. A nossa dor agora nos vai aproximar ainda mais.

Álvaro se desprende do abraço, comovido. A luz das velas reflectida em seus olhos o faz mais belo ainda. Nunca o vi assim.

Julinha pensa, *e agora eu posso saber todos os seus pensamentos:*

«Chegou o meu dia, chegou o têrmo de tantas preterições. Não estará mais em minha vida aquela que me roubava em tôda a parte. Aquela que me tomava os amigos, que absorvia tôdas as minhas amizades, que queria tudo para si e não me deixava coisa alguma. Álvaro um dia será meu... meu só... Um dia, quando tudo estiver esquecido...»

Julinha toma a mão de Álvaro. Êle a olha, dolorido.

Então arremesso-me entre êles. Tomo nas mãos o rosto de meu amado e beijo-o, beijo-o com tôda a ternura. «Estou aqui, digo-lhe, procurando entrar em seu pensamento, procurando comunicar-me. Estou aqui e nunca te abandonarei. Ah, Álvaro, não sentes meu beijo? Não sentes a minha presença que te envolve de doçura? Meu amor, eu estou a teu lado e agora seremos um só... A nossa união começou agora, querido...»

Quero infundir-lhe essa idéia de que não desapareci, quero que sinta a minha presença.

Ouço o côro gemer:

— Começou agora, querido...

Julinha olha-o nos olhos sofredores, longamente, *através de mim.*

Sinto que algo se desenha, algo novo, no pensamento de meu amado.

— Mas... estou reparando, diz êle fitando minha irmã como se despertasse — é extraordinário... eu nunca tinha visto antes... — como você é sensível... Perdõe-me Julinha. Mas há... como uma simpatia extraordinária em você. Uma ternura que é um encanto...

Continuo entre os dois. Sofro fundamente porque sei o que há-de vir. Uma longa e pérfida história de sedução se insinua.

Meus padrinhos vêm em meu auxílio. E Madrinha Luísa, tão serena quanto um regato, procura suavizar a minha mágoa:

— Não é só com você que isso acontece. Todos os dias, no mundo, um homem é enganado, julgando descobrir nova luz, novo amor, nos olhos de uma nova mulher. É sempre a amada, a mesma amada, a antiga e morta amada — que está perto...

— Que está perto... — repetiu surdamente, doloridamente, a grande voz anónima.

DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ

O CALHANDRIZ

A GRAÇA que, por entre pigarreados e latinório, o senhor abade lhe prantara, havia mais de vinte e sete anos, lá na pia benta da igreja da Boa-Morte, não podia ter sido aquela — mas feito era que, por tôdas as redondezas, desde as chãs do Barredo aos cocurutos do Monte Agudo, todos lhe chamavam o Colarinha.

Só o demo saberia donde êsse nome lhe viera — que não da banda materna, fanfarrona da sua alcunha de «traga bois», nem do apelido do pai, cuja lembrança não afrouxara nos da sua criação, o pai, o Rèmundo Charco, a melhor vara de campinagem que luzira nas tardes de picaria, e soubera fazer da lida uma festa, lá nas pastagens da quinta do amo.

Não tinham levado seis meses um ao outro, o pai e a mãe. A esta, finara-a uma nascida ruim que, ainda antes da lua nova, lhe pusera o pescoço num santo sudário. Aquêle ficara-se nas pontas de um capirote, estùpidamente, quando, já finda a apartação do curro para a tourada do Asilo, o garrano que montava tropeçara nas junceiras e, caindo, deixara que o boi os malhasse.

O Colarinha era então miúdo, pouco mais que de peito ; mas vida fora, ouvira muitas vezes contar a desgraça.

Sempre que, na *espera* da «feira-grande», o gado, ao tresmalhar-se pelas ruas, pregava com alguém nos catres do hospital, não faltavam comadres a martelar na tragédia. Contudo, muito que as mulheres o carpissem — bem se tinham elas feito de mel para ver se o levavam ao altar... — era a taberna do Calhandriz que lhe guardava a nomeada.

Devia-lhe a vida o Calhandriz, e em penhor de gratidão mandara pintar, na parede azulada da locanda, um retrato ingénuo do campino, face vermelhusca,

perna escarranchada na èguazita baia, barrete verde cortando o ar qual esguia vela enfunada.

Fôra na herdade do Canelho que o sarilho se armara. Êle deitara até lá, a mandos da «velhota» que Deus tinha, para fechar ajuste de quatro pipas com o seu compadre Maurício, e esquecera-se a dar à taramela, beata colada ao canto da bôca, olhos a debicar em certa gaibéua roliça que por ali cirandava. A fôlhas tantas o amigalhaço desandara, visto o negócio estar arrumado, e não fôsse êle espertar os madraços que andavam a levantar o palheiro novo, nunca mais a empena botaria pau de fileira. O Calhandriz, pupila marota e passo de fidalgo, caminhara então em direitura à moçoila, dera as boas tardes, metera conversa.

Arrimada a um dos fardos de palha, ali esparralhados na aguarda do carreto, a gaibéua ia migando, para dentro do panelão da ceia, a abada de couves, trazida no riscado do avental. A menos duma pedrada, um catraio acabava de acender o lumaréu entre duas lajes bojudas, e já seguia carreiro abaixo, na pachorrice desenganada de quem ganha o mesmo quer moireje ou não. Em risadinhas brejeiras o Calhandriz galhofava:

— Veja lá se lhe chega o fogo à palha e você começa praí a arder...

— Isto nam quêma tam depressa como vomecê pensa...

— Pois olhe que eu, quando olho para si, é a modos como 'ma labareda cá dentro...

— Ora o alma de cântaro, a fazer pouco...

— Q'al pouco, nem mêo pouco... Antão um home...

E o derrete animou-se, tomou vento em pôpa. Ao sabor da parolice a rapariga já mostrava, no arreganhar dos beiços carnudos, a fieira dos dentinhos ralos; o taberneiro, achegando-se, abaixava a voz, a dar-lhe maior convencimento, e, porque estavam agora muito perto, o lódano que êle trouxera já se especava rente à rodaria da saia. Mas, num repente, a mulher deu um berro, pinchou como se a ferrasse cobra e, endireitando-se, apontou com o dedo e regougou, sufocada de mêdo:

— Ai o boi, home... Olhe o boi...

Assarapalhado, o Calhandriz virou-se e lobrigou, correndo para êles, negro, enorme, cornadura alta, um bicho que vinha sem sombra de pampilho na cola, a ponta da unha mal beijando o torrão.

Durante segundos sentiu-se perdido, tôda a iniciativa de salvatério a fugir na maré do atontamento; depois, o instinto de conservação venceu: esquecendo a cachopa, alapardada já entre os feixes de palha, largou correndo para o muro que se alongava à esquerda e talvez o boi não saltasse.

Num pronto — valera-lhe o ser esgalgado, lépido, pernalta — estava-lhe à beira, punha-lhe as mãos no rebôrdo mal jeitoso, passava-se para o outro lado; mas a vedação era de pedra sôlta e alguns calhaus rolaram. O toiro ladeou uns cem metros a parede, buscando sítio, por mais baixo, mais fácil de transpor; acabou por a galgar, lançadas em jôgo as suas belas energias de saltão; e o Calhandriz via-o vir de levada sôbre êle, quando pulou novamente, entre um maior rolar de pedregulhos, por atabalhoada ter sido a curva do salto. Desta feita o carapinha

já não hesitou: armou a cabriola, qual palhaço contente, querençado pelo vulto que bem via naquele tira-te e põe-te; mas assustou-se com o ruir duma laje. puxou as mãos para trás e despediu, truca, truca, paralelo à vedação.

Colado ao muro, o taberneiro parecia sentir-lhe o bater das patas no peito... Percebendo que o boi se afastava, veio-lhe uma nesguinha de ânimo, afastou-se um pouco afim de olhar melhor; e logo ouviu um matraquear de rebos lá em baixo, onde o boi agora rompia.

Bufando, o carapinha deteve-se; virou a cabeçorra na direcção em que o homem tornava a coser-se com a murada; principiou a escavar a terra, cheirou-a, arrancou...

O Calhandriz quis valer-se mais uma vez do estratagema que até ali o pusera a salvo; tentou repetir o pinote; mas as fôrças traíram-no; só conseguiu acavalar-se no muro; e acabou por trambulhar para o outro lado, abraçando uma das pedras que compunham o cimo da defesa.

O sangue a subir-lhe às têmporas, os ouvidos em zoeira aloucante, êle ainda ganhou tento para se estender de bruços, respiração suspensa, a fingir de morto — e na alucinação desmaiante do seu mêdo, nem ouviu a grita — Hoi... Zoina!... Hoi... Hoi, Zoina!... — que um campino vozeava, a faca andarilha lançada a galope, o braço rijo dando choupa ao touro que esquecia o homem, engodado pelo flanco da èguazita baia.

Um pouco mais tarde, o maioral, voltando, veio encontrar o outro ainda de bôrco, com uma pasta de sangue na testa. Sacudiu-o, reanimou-o.

— Foi o boi que lhe deu... ahn?...

— Nam senhor... acho que foi 'ma pedra...

Ajudou-o a erguer-se; cortou, com a ponta da navalhazita afiada, uma tira da cinta, que lhe apertou em redor do toutiço grenhudo. Pô-lo à garupa e ia a largar, quando o taberneiro se lembrou:

— Home... eu estava aí com 'ma rapariga... nam sei dela...

O Charco relanceou o campo, a atenção a endurecer mais as linhas angulosas do rosto morenaço e, não enxergando viv'alma, encolheu os ombros, sentenciou:

— Isso... pôs-se ao fresco... Mulheres... é má raça...

Adivinhando a coxa do dono, a montada abalou em direitura à vila — e não tinham corrido dois meses já um «fingidor» de Santarém, que sabia a valer da poda, retratava, com grandes esmeros, numa parede da «venda», a figura magra do campino, tal qual aparecera ao Calhandriz naquela tarde aziaga.

Essa pintura, onde o tempo quási não amortecera o berrar das tintas, dera à locanda muito dinheiro, pois que os moços-de-gado, ao deixar a lezíria nas manhãs de sábado, por 'mor de aviar o alfôrje, não se lhes dava de entortar caminho, só por favorecer quem tanto sabia prezar a galhardia da malta.

Perpendicular ao balcão e fronteiro à taipa onde se pavoneava a figuração labrega, corria o tampo de pedra de certa mesa comprida, tão escarolada como tudo em redor na meia-claridade da lojeca. E nos bancos a ladeá-la acachapavam-se, a quando do aceso da faina, corpos suados de ganhões e de gaibéus; beberri-

cavam pescadores, de cara encorreada e séria, poucas falas; e cuspinhavam no soalho campinos de torso enxuto, busto afogado nas dobras da cinta, perna moldada pelo calção de surrobeco. De onde em onde aparecia Mestre Bento, de seu ofício barbeiro, mas ao qual ninguém levava as lampas, se era preciso medicar bêsta ou sangrar homem. Já de uma vez, andando o da taberna de doutor em doutor, à cata de melhoras, gastando grossa maquia sem proveito que se visse, Mestre Bento o pusera bom num pronto, só com duas sangrias e uma xaropada milagrosa — e não se botava conto aos dias em que êle lhe havia cruzado a soleira, para dar saúde a alguma alimária que já parecia só ter remédio no guano. Por isso o Calhandriz lhe festejava sempre a chegada: Mestre Bento para aqui, Mestre Bento para ali, sua roda de branco do melhor e, se em dia de cozedura, era certo fazê-lo arranchar à tiborna.

Quando por alturas do São-Martinho, a Chica ajudava à festa, atafulhando-lhe as algibeiras cansadas da samarra com mancheias de castanhas cheirosas que, lá no seu poiso da ombreira, fizera saltar havia pouco dentro do bojo do assador. O barbeiro simulava não querer aceitar; fechava, em grande escarcéu, a entrada dos bolsos. Ela teimava, com um «Hom'essa, Mestre Bento... Era desfeita!... Era desfeita!... Hom'essa...».

Então, sob as vistas do pai, o magano dava-lhe, nos braços arremangados e levemente penujentos, palmadinhas gulosas; às vezes atrevia-se a beliscar-lhe a curva enxuta do quadril. Os seus olhinhos piscos, matreiros, de quarentão bem fornido de carnes, luziam de cobiça e rimavam a preceito com o jeito codicioso da mão; dir-se-ia menos pesado o seu arcaboiço tronchudo, de homem mais tirante ao baixo do que ao alto; e o riso que alagava a sua cara oleosa, mal barbeada, afogava-lhe o esverdinhado, ganho nos males da figadeira.

Aos ditos, aos remoques facetos, a tôda a brincadeira que viesse da parte de Mestre Bento, a Chica mostrava sempre a mesma feição: dava gôsto ouvir-lhe as gargalhadas; vê-la, rebolada de estouvanice, armar em chacota as brincadeiras — e a sua figura gorducha, desenxovalhada, cheirando a lavado, tornara-se, com o retrato do campino sobressaindo no azul mortiço da parede, o chamariz honesto da taberna.

Como o pai, desde rapazelho, não fôra peco a amealhar, o palmo de cara da herdeira tomava valor dobrado, e uns por bem, outros por mal, os pretendentes andavam em roda do seu donaire, numa teimosia submissa, à laia de cão esfaimado, a que prometem um ôsso. Faceira e casquilha, grande pendor para o derriço, mas sempre em receio de mau passo, ela jogueteava com todos, prometendo mundos, não dando migalha — e nos orgulhos da sua donzelia rústica, jurava-se guardada para partido melhor que valadores e maiorais.

Adivinhando-lhe o pensar, aparecia, mercado sim, mercado não, vindo na caminheta da Alhandra, o capataz do Telheiro-Novo, que tinha a criar, ali perto, uma filha da sua defunta. O Senhor Albertinho não largara ainda a camisa preta, mas quem morre, morre, e um homem trabalhador, com seu vintém na arca e seus cómodos, não é justo que passe tôda a vida só, sem fralda de mulher a alegrar o coradoiro, nem braço que lhe amanhe a trincadeira. Mal engrolado o primeiro ano

de viüvez, o capataz achou-se a deitar contas ao pé de meia do vendeiro, a planear ver-se livre da somiticaria do patrão; e à noite, na enxêrga muito larga, custava-lhe a adormecer, as idéias filadas na brancura do pescoço da Chica, a sair, liso como um seixo da praia, dentre os folharecos da blusa aceada.

Mas entre todos, velhos e novos que, chamados por algum negócio, pelo regalo da boa pinga de Almeirim, pelo vício da jogatina a cervejas, freqüentavam a casa do Calhandriz, um soubera acordar na moça alvorôço escondido a capricho: era o Colarinha, o abegão da Quinta da Grulheira, de quem se dizia mandar mais do que os amos e vir a ser mais rico do que êles.

Quando o rapagão chegava, se um sangue vivo subia às bochechas da moçoila, a sua «boa-tarde» não tinha saibo a derriço; contudo, ao ouvir chalaça à sua beira, só mostrava semblante de comprazer, enquanto ajeitava, presumida, os riçados fugidos ao monete, o cair das pregas do aventalinho, algum refêgo da garibalda de percal.

Já por duas vezes ela abandonara o seu banquinho da soleira, passada a quadra das castanhas estalejarem no assador, ao contacto bruxo do sal — e o da Grulheira, se não cessava de a rondar, também lhe não dera falas de namôro. Em mais de uma altura lhe trouxera das feiras, aonde o levava o garrano russilho, a sua prendazinha de loiça, a sua caixa de sabonetes vistosos. Ela fazia-se rogar; depois aceitava, mergulhando fundo nos olhos dêle, verdes como o jade, as pupilas acastanhadas, expressivas, um tantinho duras no mirar. Na entrega da prenda as mãos de ambos tocavam-se; êle segurava-lhe, à sucapa, os dedos entre os seus, muito compridos e fortes, bem enrugados no lugar dos nós; risonha, com mansidões de borrega, a rapariga ficava-se a olhá-lo desvanecida; e quando a mão dêle a soltava, um ligeiro tremor se lhe espraiava à flor da pele, qual aviso de quartãs.

Foi na labuta das «festas-grandes», no meio da grulhada da freguesia em acréscimo, que êle se resolveu a falar. Abancara havia quási uma hora, e acabava uma canequita de branco, regadia dum pãozinho com presunto. Estava, talvez, um pouco bêbado de sol e de vinho, êle que tão raro bebia, e deu-lhe para ali, quando a viu chegar-se, risonha e frescalhota, a servir o Senhor Albertinho, que se amesendava à ilharga. Segurando-lhe pela manga, disse-lhe algumas palavras, baixinho; a rapariga esquivou-se, num riso casquinado, embora ficasse a mirá-lo, alterada, muito vermelha, da parte de dentro do balcão. Mas ao fundo da mesa um velhote bateu palmas; a Chica passou rente ao Colarinha outra vez; e, no olhar que lhe deu, o capataz do Telheiro adivinhou ter aquêle segredinho bastado para consertar o namôro...

O Senhor Albertinho decerto não tinha pressa, pois encetou com um «nam-presta» qualquer uma biscazinha lambida; o Colarinha acabou por se ir encostar ao umbral, a dar paleio a quem vinha. Sem que a Chica amainasse o pé de vento com que se apressava de um a outro freguês, servindo a êste o belo tinto do Cartaxo, àquêle o pires de azeitonas para fazer peito, aqueloutro o dedalzito de bagaceira, a tarde foi correndo: e o Senhor Albertinho, a despeito do cuidado nas jogadas, pôde notar que, se ela se abeirava da porta, o seu olhar buscava o abegão, tão carinhoso, tão aloucado, que lembrava abraço e beijo. Quando o Colarinha se meteu

à estrada, ao trote do garrano, ambos ficaram com êle nas meninas dos olhos: ela por amor, o viúvo por despeito, e iriam muito tempo trazer, como diante de si, aquela figura desempenada, um poucochinho tragalhadanças, peito largo de campónio saüdável, pernas entortadas do jeito de montar, braços compridos nascendo duns ombros de lutador.

Arredio, por egoísmo, das fraquezas do coração, só os sentidos alerta lá nalgum bródio à sorrelfa, o Calhandriz não vislumbrava migalho do embeiçamento da filha. De resto, se o descobrisse, isso não lhe daria mossa ; a Chica era filha de gente casada, portanto nascida para casar também...

Durante algum tempo a rapariga viveu feliz, tão enfeitiçada pelo homem, tão sôfrega de o ver, que parecia lhe tinham feito bruxedo. Desvanecia-a o saber-se escolhida, recordar os galanteios dêle ditos às furtadelas, se a topava sòzinha à beira do balcão. Depois, isso deixou de bastar-lhe; começou a tecer projectos, a lembrar-se de que, ela era tamanina, já a mãe principiara a ajuntar-lhe rendas e linhos para o bragal — e ainda agora, fechada na desgraça do entrevamento e da surdez, seus dedos de rendilheira não paravam. Então passou a desfazer-se em mimalhices e astúcias meigas, na tineta de que «êle» falasse ao pai...

Mas o rapaz esquivava-se. Continuando a cocá-la, à laia de cobra que viu pardaleja, não queria porém meter compromisso entre a sua mão aventureira e as redondezas da elegância rústica da moça — e fingia não lhe entender os amuos quando a aconselhava a guardar segrêdo, a esconder, como pecado, amor tão limpo de culpa.

Naquela noite tinham acabado de correr os taipais. O Calhandriz sentara-se na cozinha a conversar com Mestre Bento sôbre a pulmoeira do macho. Lembrando-se de que não levantara a rouparia da semana, a rapariga ajustou um chalinho aos ombros e foi, de corrida, ao fundo do quintalório, onde lençóis esticados em arames drapejavam à ventaneira outoniça. Já desprendia a última peça quando enxergou um vulto que se arrimava à cancela, e, antes que armasse alarido, logo a voz do Colarinha, a sossegá-la súplice:

— Sou eu... chega aqui...

Voou-lhe ao encontro, trémula, o busto mais afogado no chalito felpudo. Com ar mazombo, cariz de descontente, êle foi dizendo que o patrão velho tinha aparecido na véspera e resolvera mandá-lo para a Cumiada, por causa do plantio do bacelo, maluqueira que se lhe metera nos cascos... Agora, Deus sabia o tempo que o ia fazer demorar-se por lá, aquela alma danada! Vinha por isso a despedir-se... Tinha deixado a égua lá em baixo, para não dar nas vistas, e andava ali em redor da casa havia mais de uma hora, para ver se conseguia falar-lhe a sós... Depois, bispara a roupa ainda no secadoiro e resolvera esperar que ela viesse a buscá-la... E estava um diacho de uma ventania... se não fôsse ter tido a idéia de trazer a manta!... Não lhe escrevia para evitar falatórios... mas logo que o dianho do homem lhe desse ordem de volta, vinha por aí abaixo com uma palheta...

Ela calava-se, dorida daquele segrêdo de que não augurava coisa boa; e subiam-lhe do coração queixas magoadas a que, todavia, não se afoitava a dar forma. Entrementes, como a cancela era a meia-altura, o Colarinha passou-lhe pela cinta o braço, achegou-a a si, peito com peito, encostou-lhe ao rosto a face azulada pela barba de dois dias... Sem trocar palavra, demoraram-se alguns instantes assim; depois ouviu-se um estalido sêco — talvez bicho, talvez espreita. Soltou-a, quási brusco.

— Vai-te embora... nam dê o tê pai p'la tua falta...

A cachopa ainda ciciou qualquer coisa, mas êle já traçava a manta lezirenta, já largava congosta abaixo — e então foi como se o vento lhe trespassasse os ossos e a garganta se apertasse, apertasse...

Daí em diante, no afã do seu comércio, na lidairada da casa, no trato da

paralítica, no remendar das camisas, na solidão calada da hora de adormecer, sempre o mesmo espinho: a ordem de segrêdo que êle dera; a mesma saüdade: o arranhar da sua barba nessa noite. E como a pintura grosseira que lembrava o Rèmundo Charco quási podia supor-se o retrato do filho, tantas parecenças com o pai o Colarinha lograra, a Chica, ao encontrar-se só, de manhãzinha, na lojeca, beijava às vezes, empoleirada num banco, a face vermelhaça do campino montado na èguazita baia...

Na taberna, de contínuo, os mesmos comparsas: ganhões, gaibéus, maiorais, pescadores, mulhericas tagarelas, campinos, algum maltês de máscara inquietante e vícios pobres. E na Chica, mau grado as tristezas da alma, não esmorece, por causa do lucro do «estabelecimento», e mêdo de que o pai desconfie, aquela garridice honesta que faz da sua locanda a mais alegre em tôda a cintura da vila.

Certa manhã chovisquenta, ainda se não deitara fora o Entrudo, o Calhandriz, muito ajoujado com sacos e cestas, passa a soleira e vai pôr-se de plantão na estrada, à espera da caminheta do Lancisco que tem a carreira de Tomar. Vai por 'mor duns presuntos, mercados lá mais finos e em conta do que por tôda a borda-de-água; e aproveita palpitar o seu compadre Estãna, que possui a mais rica bagaceira do mundo e bem lhe pode ceder dois pipos. Demais, o Lancisco fazia sempre vista grossa ao cobrar dos bilhetes; como paga, bastava-lhe alguma garrafita de cerveja, ao passar, alguma golada de água-pé, «para afinar a voz», como costumava dizer. Só pela passeata valia a pena!... Antes de se avistar a bizarma, o homem foi recomendado miùdamente à filha várias exigências do seu negócio, e, tossicando, rematou:

— E agora toma tento... vê lá se enquanto eu ando a dar ordem à vida, deixas tudo por aí ao Deus-dará...

— Bó... Antão Vomecê julga que eu fico a dormir?!... Eu bem sei olhar p'lo que há... Vá Vomecê com Deus...

A caminheta abalou. Como a chuva era de molha-tolos, mas gelada que repassava, a cachopa tornou para dentro, ligeira, enxotou o cachorro que a festejava e, arremangada, principiou a pôr em ordem, lá no interior da casucha, a loiça usada no almôço.

De vez em vez deitava sua olhadela à loja, não fôsse algum tratante botar mão-baixa à ceira dos figos, aos rosários de pinhões e de peras sêcas, desfalcar o cogulo matutino do alguidarinho dos tremoços; e, entanto, esmerava-se a escarolar tudo, varrendo a primor o soalho, cuidando do viveiro dos canários, que eram o encanto do pai. Como, finda a labuta, nem viva alma pisasse o degrau, veio sentar-se cá fora, num dos bancos da freguesia, e recomeçou a renda encardida que nunca lhe largava o bolsinho do avental. Na meia luz a encher a taberna, a sua cara rosada, a trunfa loira, as chitas berrantes, davam-lhe um sabor a luxos, faceirices ricaças — e a sensação de estar só com a paralítica, sem o respeito que vinha dos braços rijos do taberneiro, emprestava seriedades à sua atitude, varria-lhe os fumos de estarolice a que era afeita.

Entrementes, lá fora arrefecera ainda mais e chovia bem. O zimbro abrira caminho a bátegas teimosas, e as cordas de água, impelidas pelo vento, punham,

frente ao rectângulo da porta, uma cortina translúcida. Um ganhão macilento entrou, encharcado, sacudiu o jaleco, pedi um copo de aguardente que bebeu de um trago. Depois ficou-se a olhar a chuva, entre ensonado e idiota; seguidamente começou, calado e triste, a contar e recontar alguns níqueis que tirara do bico do carapuço. Mas um fogacho de atenção luziu nos seus olhos baços, enviezados à entrada: é que lhe chegara aos ouvidos um ruído surdo, som de trote largo em chão molhado, e já um vulto desmontava junto da casa e avançava por aí dentro, puxando a montada pela rédea.

— Tenha paciência, oh Chica, mas eu nam posso botar o animal a um tempo dêstes.

— Antão que tem?!... — fêz ela alvoroçada, a voz ressoante de júbilos, vermelhidão de ventura a afoguear-lhe as bochechas. E mal êle prendera o cavalo à perna da mesa, logo desejosa de o servir: — E tu nam queres nada quente, por via da molha?...

Ao «tu nam queres», o rapagão olhou-a surprêso, mas ela sossegou-o: — O pai nam está... foi a Tomar, na caminheta... Só torna amanhã...

— Ah... pois olha que vai ter um dianho dum dia... Venho num pinto...

Enquanto bebia uns goles para fugir ao resfriado, foi contando: metera-se à viagem, com o céu já a fazer caretas, nuvens muito negras para o lado do mar. De repente o vento virara, pusera-se tudo numa cerração, e principiara a chover à bruta. Dizia tudo isto quási sem a olhar, muito ocupado em despir a samarra, sacudir a água do chapeirão, limpar a cara com o grande lenço de barras de côr. Em seguida achegou-se ao cavalo, cujas patas trazeiras sapateavam o degrau; com um panóilo trazido pela rapariga, pôs-se a enxugar a garupa do bicho, a curva arredondada da barriga marcada da espora, o pescoço, as orelhas que mexiam ao sentir a mão do cavaleiro. E falava-lhe, acarinhava-o com palmadas brandas, acabou por o livrar do freio e lhe dar ração. Movendo a cabeça, o cavalito olhava-o, numa expressão fiel, compreensiva, e junto do Colarinha, a Chica, mãos sob o avental, luaceiro de embevecimento a alumiar-lhe a face, emparceirava com o garrano em qualquer coisa de terno e submisso boiando à flor das pupilas de ambos.

Por artes do demo, talvez, o abegão começou a espirrar. Logo ela alvitrou que pusesse os tamancos do taberneiro, enquanto o calor da fornalhita esperta lhe secaria os botins. O Colarinha riu-se: «que nam era home de nicas, tinha apanhado muitas cargas de água, nenhuma lhe quebrara osso...» Mas voltou a espirrar, três, quatro vezes, duma assentada; insistindo ela, foi descalçar-se à cozinha, a cujo janelo a paralítica fazia renda, na sua cadeira de rodas. Ao passar de novo o balcão, viu que a chuva abrandara. Foi à cavalgadura, desprendeu-a, fê-la recuar para a estrada, e, a conselho da Chica, deu a volta à morada, tornejando o quintalório, para abrigar a alimária no palheiro onde o Calhandriz albergava os dois machos, a cabra e o burro. Muito açodada a servi-lo, a moça apressou-se a resguardar os lombos da bêsta com o listrado dum cobrejão velho.

A esta prova de carinho pelo que era seu, a ternura dêle acordou finalmente — mas não a soube dizer. Como as suas mãos, ao compor a manta, roçassem o

braço da namorada, beliscaram-no ao de leve; a sua bôca beijou-a, ao escapar, junto à concha da orelha.

Agora, na venda, o tempo clareava; a freguesia começava a aparecer. Uma ou outra caminheta já parava, o motorista em busca de tabaco ou de lumes. Sempre catrapiscando o da Grulheira, a mulher atendia todos, aviava-os solerte, sorriso aqui, bom modo acolá, mas, no fundo, mal os ouvia... Dava-lhes automàticamente o que pediam, recebia o dinheiro, fazia os trocos, marcava a giz na ardósia esboicelada, posta a um canto, os copos dados a rol — mas tôda ela se sentia enlaçada pelos braços do abegão, a face a sentir o picar da sua barba, como naquela noite de frio e ventaneira, a orelha a corar ainda do seu beijo de há pouco. E vinha-lhe um desejo amolecente de o beijar também, anseio feito mais de inocência que de malícia, em que se baralhava dentro dela um mundo de sensações novas.

— Vou destrocar isto...

Ela levantou a prancha que fechava a abertura do balcão. Foi empós o Colarinha até aos ladrilhos da chaminé, lá onde o calçado dêle secava ao calor do lume. Ambos falaram um instante com a paralítica que mal respondeu, sempre esparvoada, apática. Ao retirar-se, o campino disse, muito baixo, costas voltadas à doente, não fôsse ela seguir-lhe o mexer dos lábios:

— Vou levar o cavalo ali... ao... ao João Cigano — e restituindo-lhe a samarra que ela acabava de lhe entregar: — Esconde isto aí... guarda até logo...

Sem compreender, fixou-o surpreendida; mas êle ajuntou:

— Depois de fechares, eu espero-te ali à cancela, para falarmos à nossa vontade... Com esta tropa, nam pode ser... — Como a rapariga fôsse a replicar, ouviu-lhe um *schiu* rápido, cortante.

Submissa, a Chica foi guardar a samarra, acautelá-la da vista de comadre esquadrinhadora que entrasse, e, já senhora de si, veio dissimulada até junto da mesa onde alguns parceiros jogavam, molhando as cartas sebosas com o indicador salivado. Pareceu interessar-se pela manilha de espadas, que um dos jogadores hàbilmente retinha, e quando o rapagão, ao sair, deu as boas-tardes à malta, ela, indiferente, preguiçosa, boa-serás, retrucou apenas:

— Antão boa tarde... e saùdinha!...

«Guarda isto... até logo...» A frase soava-lhe ao ouvido, perturbante e melada, como certos sons de harmónio.

Já passava da meia-noite quando ela o adivinhou contornando a sebe do quintal. Saíu de mansinho, como se a mãe houvesse recuperado o ouvido, arrimou-se à cancela, muito embiocada no chaile; e a noite, prenhe de umidade, foi avançando sôbre as suas juras e a sua turbação. Uma cortina de nuvens baixas estendia-se de lés a lés do horizonte, de forma a não pintalgar estrêla em tôda a meia-laranja do céu. Árvores, campos, casas, tudo parecia dobado em novêlo de negrume; o próprio silêncio dir-se-ia vir dêsse coalhamento de sombra — e a escuridão não deixou ver à coitada o ar contrariado do filho do Rèmundo Charco, quando, entre nervosa e confiante, ela aventurou:

— Mas tu òspois recebes-me... nam recebes?...

Foi o Senhor Albertinho quem, roído de ciúme, badalou a Mestre Bento que a Chica andava sevandijada pelas más línguas do mundo — e Mestre Bento, após uns dias de hesitação, conta não conta, cala não cala, pespegou tudo ao pai.

As duas léguas que distanciavam aquêle arrabalde da vila do portão da Grulheira, fê-las o machinho esperto sem o taberneiro serenar a raiva.

Fôra quási ao cerrar da lojeca que o barbeiro surgira com a novidade. Contara decerto que, visto «o travesseiro ser bom conselheiro, o decorrer da noite ajudasse o amigo a escolher o caminho melhor; e desconsertou-o vê-lo largar de repelão para o interior da casa, onde, com modos brandos, a Chica ia despindo a entrevada para a aninhar entre os lençóis grosseiros da cama de casal.

O berro que o da venda atirou à filha, berro que valia por bofetada cega, fê-lo arrepender-se. Mas estava dito... paciência... Apurou o ouvido, chupando nervosamente o cigarrito de onça.

— Com quem é que tu andas praí metida, oh minha sem vergonha?!

Duas ou três preguntas mais, a ficar sem resposta que não fôsse o pranto desabalado da pobre; um: «Eu devia era escangalhar-te, minha...» baixo, rouco, a assemelhar-se a soluço, e logo o bater da porta, com tal repente que, ao fechar-se, a maçaneta saltou.

Foi a Chica quem, lavrada em pranto, queixo a tremer, veio pôr os taipais, pois o Calhandriz nem voltou à loja. Despedira em direitura ao palheiro pela entrada da cozinha; selara a bêsta, trazendo-a para fora da cancela; pulara-lhe para cima do albardão, dera-lhe com o calcanhar, largara a trote rijo... O alveitar só percebeu que êle saíra quando o viu passar frente à porta. Ainda gritou, assustado: — Oh, «seu» Calhandriz, que é isso?! Antão você vai assim...?! — mas o outro já se sumia lá em baixo, na volta.

Agora, na noite muito quente, o caminho vai deserto. Só de quando em quando algum caminhão passa roncando, fazendo o Calhandriz arrimar-se à berma. Ao luar de Agôsto, que tudo encharca, a planície ganha vagos aspectos de embruxamento; as árvores ribeirinhas são borrões de escuro, postas de pé, ao longo das abertas, no mar intérmino da chã; e para a direita, no rio, cujas águas a planura mal deixa ver lá do piso do macadame, vão, uma atrás da outra, duas velas enfunadas, que fingem correr sôbre o próprio terrunho da lezíria. Mas o taberneiro, afeito desde catraio à paìsagem da borda-de-água, não lhe vê o ar de feitiço manso, nem sequer repara na maravilha do luar. Só pensa que «fizeram pouco» da filha, o desfeitearam dentro da sua própria casa, nas suas próprias barbas. A cólera cega-o para tudo o resto, ensurdece-o a todo o apêlo que venha da quietação da noite; e ao lembrar-se de que deve a injúria ao Colarinha, que vira crescer e medrar, parece que nêle dobra a violência da raiva e o sangue lhe vai espirrar pela cara, tão vermelha a sente.

O que vai dizer, o que possa ouvir, não sabe; sabe apenas que o seu temperamento impulsivo lhe não consente vagares. Planeia, confusamente, saltar o muro da Grulheira — que a uma hora daquelas o portão está a cadeado —, subir o atalho

travessio do vinhedo, ir ter à pousada do abegão que fica ao fundo da casa da malta. Para cão a atravancar-lhe o passo, para moinante a envergonhar-lhe a cara, leva o cacete ferrado, bem justo entre a coxa e o albardão; e a fúria que o espicaça ao ver burlada a sua confiança, empresta-lhe à máscara contraída desacostumada dureza.

Não foi preciso galgar o muro, a feitio de namorado ou salteador. A despeito da noite velha, o da Grulheira, vestido à campino, acabava de entrar o portão, quando o Calhandriz ia a passá-lo, visto o muro do hortejo — que melhor se prestava ao salto — começar mais adiante. Acompanhavam-no três moços, e chegava das pastagens da Quinta de Cima, onde tinha ido apartar o curro para a garraiada do Hospital.

Reconhecendo logo o Colarinha, o taberneiro parou e, sem mais conversa, atirou-lhe:

— Chega aqui fora, que tenho que falar contigo...

O outro voltou-se, seguido pelos moços que, farejando rixa, achegaram os garranos à garupa da montada do abegão. Descavalgando, o Calhandriz disse:

— Salta pra baixo e manda embora êsses homes, que é só contigo que eu venho falar...

O Colarinha hesitou um momento; depois desmontou também, — mas não mandou seguir os três acompanhantes.

— Manda embora essa gente, já te disse!... Ou tens mêdo?...

— Nam tenho mêdo, nem tenho que o ter!...

— Pois... se o nam tens... isso é que eu gosto...

— Mas despache-se lá a dizer o que é que quere!...

— Manda embora os homes... raio!... Eu nam te mato...

— Nem eu sou borrego nenhum, pra se matar praí quando se quere.

Entretanto, picado nas suas farroncas de valentaço, resolveu-se a dar aos campinos ordem de ir recolher os animais. À cautela, porém, acrescentou:

— Vão andando... eu fico aqui com o «seu» Calhandriz, para uma palavra...

Os homens largaram a passo mole, alameda acima, entre as duas fieiras de eucaliptos. Conheciam o taberneiro, sabiam da história do retrato, que tanta vez tinham mirado, nalguma escapada ao moirejo... Aquilo não passaria de conversa... e foram até à cavalariça acomodar as montadas, como o abegão mandara.

O vendeiro então recuou um pouco, prendeu o macho a um braço de oliveira que se esgalhava no valado; medindo o rapaz, atirou o pau para a valeta; lembrando-se sùbitamente que trazia a navalha, foi pô-la junto do lódano. Fazia tudo isto aparentemente sereno, mas os seus dentes rilhavam; finalmente, encarando o Colarinha, que não arredara pé:

— Se fôr preciso rebentar contigo, ainda me bastam as mãos.

O que depois se passou, nunca Mestre Bento o soube — nem Mestre Bento, nem ninguém...

Às primeiras arremetidas do Calhandriz, o da Grulheira não negara, dissera

logo «que lhe dava *rezão*, estava bem de ver, e que nam tinha que pôr à moça, nam senhor, mas nam casava porque se nam sentia virado praí... Boi solto lambia-se todo... pronto... Gostava da rapariga, sim senhor, e nam tinha que lhe dizer, achara-a moça direita... Mas lá casar... nam senhor; nam lhe tinha pôsto a faca aos peitos... Podia o «seu» Calhandriz tirar daí o sentido, que recebê-la, nam na recebia... Boi solto...»

O taberneiro varava-o com os olhos, muito calado, sem que nada traísse aquela dor aguda que lhe descia do peito e abarcava as costelas. Unhas a cravar-se nas palmas das mãos cerradas em punho, sua faùlhazita de lume a riscar-lhe quanto via, supôs, por um momento, que ia estoirar ali mesmo, de furor sopeado, de vergonha, de pasmo pelo descôco dêsse mariola que lhe abandalhava assim a casa, a rapariga, as suas fumaças de homem de teres. E o abegão, vendo-o silencioso, para ali especado como se fôra de pedra, tomou-o por machucado, sem remédio a dar ao vexame, e imprudentemente rematou:

— E estamos entendidos... Se vomecê e ela quiserem assim, está muito bem; eu nam a dêxo sem motivo... Agora recebê-la, nam estou praí virado... Se quiser, muito bem... Se nam quiser, homes há muitos, e mulheres tamém... É o que falta praí, por êsse povo, é mulheres...

Então pareceu ao Calhandriz que a figura do Colarinha, a égua que êle prendera à grade do portão, os dois eucaliptos que se debruçavam para a estrada, tudo se mexia, oscilava. Estrelinhas vermelhas pontuaram a noite; e a sua cabeça, de que o chapeleco fugiu, encontrou, numa arrancada bruta, o peito ossudo do rapaz.

Alguns segundos lutaram os dois, ainda de pé, resfolegantes, fôrças iguais — que, se o da Grulheira era novo, o outro tinha mais rija a punhada. Depois, aquêle desequilibrou-se, bateu de ilharga no chão; e logo o corpo do vendeiro tombou sôbre êle, ao murro e às joelhadas... Mas o Colarinha, muito elástico, escapou-se qual azougue de sob o pêso do adversário; quis prender-lhe os braços com os seus braços — e os dois deram na poeira duas ou três voltas completas. Por fim, o Calhandriz subjugou o abegão; botou-lhe o joelho à arca do peito, e as suas mãos grossas, de dedos nervudos, acharam-lhe a linha dos tendões, lá onde a camisa se acabava nos pespontos do colar...

Esvaído de fôrças, peito amolgado sob a pressão brutal, o Colarinha compreendeu que o outro, enfurecido, nem perceberia que o matava; chamou a si tudo o que lhe restava de energias para uma cabeçada violenta, mas não conseguiu soltar-se; a sua cabeça, de que o barrete verde, muito justo, por milagre se não soltara em tôda a refrega, bateu duramente no piso — e o dedo de Deus, talvez, fêz com que na queda êsse barrete verde se estendesse um pouco.

Enfrascado em ódio, bôca a espumar de raiva, o Calhandriz, segurando-lhe sempre o pescoço, afastou-se um pouco para lhe cuspir na cara — e o luar, assim, veio entornar claridades na face convulsionada do campino, cordoveias retesadas pelo esfôrço, barrete alongado no chão tal uma vela enfunada...

Então foi como se um fantasma lhe aparecesse, ali deitado na estrada, sob os golpes do seu punho que não conhecia o cansaço. Um nadinha ficou-se a olhá-lo, narinas alargadas, queixo descaído, um pavor esquisito a entrevecer-lhe os mem-

bros. Depois os seus dedos alargaram-se, o joelho desfincou-se, uma alucinação estúpida fê-lo preguntar-se se não seria o próprio Rèmundo Charco que êle estava há pouco disposto a matar...

Cambaleando, levantou-se. Uma grande agonia, em que se misturavam, sem que pudesse destrinçá-los, desgostos e nojo, lancinava-o. Sem uma palavra para o abegão, que se erguia também, penosamente, foi até junto da oliveirita, desprendeu a alimária com mão trémula, cavalgou-a a custo, esquecido do cacete e da navalha — e à medida que fazia o caminho de retôrno, começavam a correr, pelo seu rosto encorreado e lívido, grossas bagadas de chôro.

ADELAIDE FÉLIX

R E N I

«Ó homem, quem és tu para discutires com Deus? Porventura o vaso de barro diz ao oleiro:

— Porque me fizeste assim? Acaso não tem poder o oleiro sôbre a sua argila para fazer de uma mesma massa um vaso de glória e um outro de ignomínia?»

(S. Paulo — Rom. IX, 20-21)

SE a família Vilar dispusesse de uma dose de espírito de observação um pouco maior e se, por outro lado, não fôsse tão boa, tão bem formada, tão destituída de malícia, teria certamente notado qualquer coisa de fundamentalmente errado, de ruim mesmo, logo nos primeiros movimentos conscientes da pequena Reni. Mas os Vilar sempre tinham vivido sem que a idéia de desconfiar de algum dêles lhes ocorresse. Uma suspeita dessas nem sequer podia lhes passar pela cabeça. Reni desenvolveria em paz tôdas as suas más tendências: avô e avó, tios e primos, todos saberiam encontrar explicações plausíveis e absolutórias para não importa qual dos seus pequenos actos: brinquedos estùpidamente quebrados, animais domésticos perseguidos com afinco, dissimulações inúteis e teimosas, intriguinhas insignificantes. Não era a orfãzinha que todos deviam mimar? Não era a vítima da sorte a quem qualquer pequena falha devia ser perdoada? E se havia alguém cujos caprichos podiam ser satisfeitos sem maior pecado, não era ela, a doce e irrequieta pequena Reni?...

Assim pensavam os Vilar. E o que os Vilar pensavam tinha fôrça de lei para a maioria dos seus íntimos e conhecidos. Sobretudo se a opinião vinha com o aval do velho Leopoldo Vilar, cujos setenta anos, perfeitamente bem vividos, eram para muitos um padrão de dignidade e elevação moral. Álvaro Barrosa, avô de Branco, chegava mesmo a assegurar que não conhecera homem mais honrado do que êle, em todo o decorrer da sua vida.

Filho único de um senador do Império que trazia o mesmo nome e cuja rectidão de costumes fôra proverbial, Leopoldo Vilar fizera carreira no comércio, prosperando ràpidamente com o comêço da República. Monarquista e conservador como o pai, jamais quisera se imiscuir em política, não obstante as constantes solicitações dos amigos. Ainda moço, aos vinte e sete anos, casara com Sara Bontoni, uma linda menina de dezanove anos, companheira admirável de uma existência bastante longa e que a desgraça visitara freqüentes vezes, ceifando inoportunamente alguns dos membros mais queridos da família.

Leopoldo e Sara tinham tido quatro filhos — Bruno fôra o mais velho. Depois viera Manuel, a quem se tinham seguido, igualmente com dois anos de diferença um do outro, Antonieta e Marcos. No momento, sòmente Manuel e Marcos

existiam, ambos solteiros, ambos já tendo passado da casa dos quarenta. Aos vinte e dois anos, Bruno casara com Ana Bernardes, tendo tido três filhos: Sérgio, Vera e Clara. Seis anos depois do nascimento de Clara, Sérgio estando com dez, Bruno morrera, vitimado pela tuberculose.

Essa desgraça não fôra a primeira da série a que nos referimos. A doença impiedosa perseguia obstinadamente os Vilar. Já cinco anos antes, Antonieta morrera do mesmo mal. E provàvelmente fôra ela quem contaminara o marido, um fazendeiro do Paraná, André Palevski, que não lhe sobrevivera senão três anos, ficando então a pequena Reni, filha do casal, orfã de pai e mãe aos seis anos de idade.

Mesmo antes da morte de André, Ana Bernardes Vilar tomara a si o cuidado de Reni. E o fizera como se a natureza lhe tivesse dado realmente mais aquêle rebento. Assim, quando, anos depois, André e Bruno desapareceram, só havia uma família em casa dos Vilar e a mais unida de quantas existiam. Ana era o seu centro, verdadeiro eixo em tôrno do qual giravam todos os Vilar. Cuidava das quatro crianças: Sérgio, Vera, Clara e Reni, sem diferenciar a sobrinha dos filhos. E nesse trabalho, a que se entregava de corpo e alma, era assistida com rara eficiência pelos dois cunhados, Manuel e Marcos, e pelos sogros, na realidade verdadeiros pais, de tal modo tinham conseguido tomar, junto a ela, o lugar dos velhos Bernardes, de há muito falecidos.

A união da família, a cordialidade existente, espantavam a muitos. Ninguém se lembrava de ter ouvido falar num desentendimento, numa discussão mais violenta, mesmo a propósito dos problemas da educação dos meninos ou de questões económicas, muito embora a situação dos Vilar não fôsse das mais brilhantes, principalmente nos anos mais recentes. Diziam mesmo os íntimos da casa que, como compensação dos sofrimentos imerecidos pelas mortes de Bruno, Antonieta e André, Deus concedera aos Vilar a harmonia e a paz de espírito que, em geral, nem duas ou três famílias reünidas logravam possuir. É certo porém que, se Deus os recompensara dêsse modo, manda a verdade também que se diga que em poucas casas se lhe prestava um culto tão grande e tão sincero. Do velho Leopoldo Vilar, que cumprira rigorosamente os seus deveres religiosos ao longo de uma existência inteira, até a pequena Clara, então com os seus quinze anos incompletos, todos respeitavam e amavam a Deus. O próprio Manuel, se não praticava a religião com assiduïdade, não estava longe de poder-se considerar um bom católico, de tal maneira tinha vivo no coração o sentimento de culpa decorrente das suas fraquezas e descuidos. Digamos logo: a tudo isso fazia excepção a pequena Reni. E, naturalmente, através dela, por via indirecta, Sérgio se transformaria num contraste vivo à tradição dos Vilar...

Ao justo, quem era Reni? Ou melhor, como se explica que no seio de uma família tão boa, no segrêdo de um lar tão calmo e tão espontâneamente inclinado ao culto de Deus, tivesse podido crescer, dissimulada, despercebida de todos e a tal ponto venenosa, semelhante flor de pecado, semelhante ser de tentação e maldade? Pobre e pequena Reni, doentia Reni, que triste destino trouxe para o teu sangue — originàriamente bom e generoso — essa estranha peçonha capaz de destruir a se-

renidade de tôda uma família, de ensombrar a velhice pura e digna de quem julgava já ter passado por tôdas as provações que lhe eram destinadas?

Reni, tormentosa Reni, minha mão ainda treme ao escrever o teu nome, ao pensar nas noites de agonia que o teu corpo trará à fraqueza de vontade do pobre e vacilante Sérgio, teu primo, teu quási irmão. Muitos anos se passarão muitas e muitas noites eu me inclinarei, triste e humilhado, sôbre o teu destino miserável de menina-perdida. O sono fugirá de mim, as mãos estarão crispadas. Pensarei em Ângela, em Renata e em outras que são fracas, mas não são más, não são perdidas no mais íntimo de si mesmo. E a madrugada virá e o sol iluminará o quarto antes que me seja dado descobrir o mistério da tua natureza. O demónio? Simplesmente a presença permanente e hàbilmente dissimulada do grande inimigo? Mas como, então, tanta graça, tanta feminilidade, tanta sedução nesse teu ser fraco e triste, destinado a uma morte próxima, já marcado por tôdas as debilidades de uma constituïção física eminentemente humana, eminentemente em processo acelerado de aniquilamento?...

Não sei. Renuncio a compreender Reni. E me ponho a cismar nos antecedentes de André Palevski, tão mal conhecidos. O pai, Igor, emigrante, era russo. A mãe, Dália, brasileira, filha de fazendeiros. Ambos bem conceituados, bem nascidos. Mas, quem sabe lá o que não abrigavam aquêles corações, a ardência daqueles sangues? Ou, uma geração antes, quem eram os bisavós paternos de Reni, lá na longínqua Rússia imperial? Algum sangue mau, criminoso, teria se infiltrado então e, retido, concentrado, só teria vindo irromper três quartos de século depois naquele pequeno corpo irrequieto e doente?...

Do pai directamente é que não viera. Do pai, Reni recebera, sim, a fraqueza orgânica, aquêle corpo predisposto para o mesmo mal que o iria levar deixando-a orfã em plena infância. E mais nada. (A não ser aquêles olhos verdes, tão claros, tão tranqüilos, motivo da admiração de todos os que buscavam na sua fisionomia, agradável mas desprovida de verdadeira beleza, um detalhe a destacar, a elogiar...). Aliás, um óptimo homem, André Palevski. Bom, generoso, um verdadeiro cavalheiro. Óptimo marido, viúvo inconsolável, o mais extremoso dos pais. Podia ser êle a origem, a verdadeira fonte da maldade de Reni?

Essa fonte, muito menos fàcilmente poderia ser encontrada em Antonieta Vilar. Quem se lembrava de alguma coisa que pudesse ser aduzida em seu desfavor? Existira para outra coisa do que para dar bom exemplo, consôlo aos pais, felicidade ao marido, carinho à filhinha?

Assim, resultam, infrutíferas as nossas buscas. O problema colocado pela existência de Reni permanece irresolvido e só nos resta acompanhar passo a passo e piedosamente trémulos o desenvolvimento do ser estranho que temos diante de nós como um dêsses casos anómalos de que só Deus possui a explicação última.

OCTÁVIO DE FARIA

(Do romance em preparação: *O Anjo de Pedra*, IV volume da série: *Tragédia Burguesa*).

CAPÍTULO DO ROMANCE "MARIA DA LUA"

A tia Emiliana, mal os sobrinhos desapareceram, dirigiu-se para a cozinha:

— Então, Guilhermina?

— Então, lá está... Diz a comadre que não é para já... Talvez lá para a noite, se tudo correr bem...

— Há-de correr...

— Deus a ouça!

Em bicos de pés, encaminhou-se para o quarto da sobrinha. À porta, parou indecisa, com a mão no puxador. Parecia-lhe difícil demorar mais a visita, mas, por outro lado, não estava certa de poder esconder o que verdadeiramente sentia, essa espécie de aversão que lhe revolvia o estômago. Estranha, curiosa impressão! Que se passaria nesse recanto sombrio da sua alma, que inexplicável repugnância a faria detestar a sobrinha doce e frágil, a contas com a vida e com a morte? Teria a mãe razão quando lhe dissera naquele dia de triste memória:

— Fazes-me pena, Mariquinhas... A vida não é, como pensas, essa disciplina dura, austera, que transforma os homens em máquinas de pensar e de sofrer... A vida não é um castigo, um degrêdo, é infinitamente mais bela, mais simples, infinitamente melhor...

— Melhor ou pior? — duvidara ela.

— Pior, se quiseres, mas infinitamente mais humana... A perfeição não é dêste mundo, tem qualquer coisa de repugnante, de monstruoso, como tudo o que é falso, artificial... Tu não vives, Mariquinhas! Pensas, falas, respiras, mas não vives! A vida repugna-te como tudo o que é susceptível de imprevisto, de fantasia... Um dia de sol, no inverno, parece-te uma afronta à razão, aos princípios... A chuva, no verão, irrita-te como um contra-senso, uma falta de lógica... Andas na vida de olhos fechados e achas que todo o sentimento é pecado, criminosa fraqueza.

— Exagera, minha mãe...

— De propósito, Mariquinhas... de propósito para que me entendas... Desconfias de todos e és o teu pior inimigo... Estragaste a vida por orgulho e não o confessarás nunca, nem à hora da morte! Muito bonito, sem dúvida... o orgulho, a fôrça de carácter... E agora, Mariquinhas? Agora tens a cabeça branca e um corpo sêco, mirrado, de árvore que não dá fruto... Estéril, Mariquinhas... estéril como vinha morta, como terra salgada!

— Minha mãe!

— E foi pena, Mariquinhas! Eras nova, eras bonita, tinhas um corpo onde cabia a vida... Mas não quiseste, preferiste a camisa de fôrças do orgulho, da virtude!

— Minha mãe, por favor!

— Não quiseste filhos... — acrescentara baixando a voz — e é por isso que detestas os filhos dos outros!

— Cale-se, minha mãe!

— Ah, sem o saberes, acredito! Mas lembra-te, lembra-te... Quando nasceu um dêles, não me lembro qual, vi-te tôda a tremer, com os dentes apertados e um tal nojo, uma tal repugnância nos olhos, na bôca, nas mãos, que, instintivamente, senti a necessidade de pô-lo ao abrigo, fora do teu alcance...

— Veja o que diz, minha mãe! De que me acusa?

— De nada, de nada... Bem sei que eras incapaz de fazer-lhe mal, de tocar-lhe com um dedo... Tocar-lhe, que horror! Eras lá capaz de tocar-lhe! Mas pondo-o nos braços da mãe, não o defendia de ti, defendia-o da tua repulsa, da tua reprovação. Uma criança, para viver, não precisa só de calor, de alimento, precisa de amor... E tu, Mariquinhas, não gostas de crianças!

— Não gosto de recém-nascidos, é diferente! — respondera ela com a cara em fogo e a alma a transbordar de cólera impotente.

Mas se fôsse verdade? Se a mãe tivesse razão? Ali, no limiar daquela porta, lembrara-se de pormenores que a mãe esquecera ou propositadamente calara. Quando vira o sobrinho, acabado de nascer, mole e viscoso nas mãos da parteira, mal tivera tempo de debruçar-se sôbre o balde de zinco em que boiavam compressas e algodões ensangüentados. Sacudida de vómitos, assistira ao primeiro banho, vira a mulher vestir-lhe a primeira camisa. E só Deus e ela sabiam que fôrça de vontade lhe fôra necessária para tocar ao de leve, com os lábios, aquela coisa mole e gelatinosa que era a mão do sobrinho. E agora, pela quinta vez, recomeçava a obra da carne. Pela quinta vez teria de abrir aquela porta e de dissimular, num sorriso que não enganaria ninguém, os seus verdadeiros sentimentos.

— Dás licença, Anica?

— Entre, minha tia.

— Então, como te sentes?

— Cansada, fraca...

— Que admiração, desde ontem que não comes nada...

— Paciência... Será o que Deus quiser. Os pequenos?

— A brincar, na quinta. Às quatro, a Carolina leva-lhes a merenda.

— Obrigada, minha tia. Desculpe a maçada.

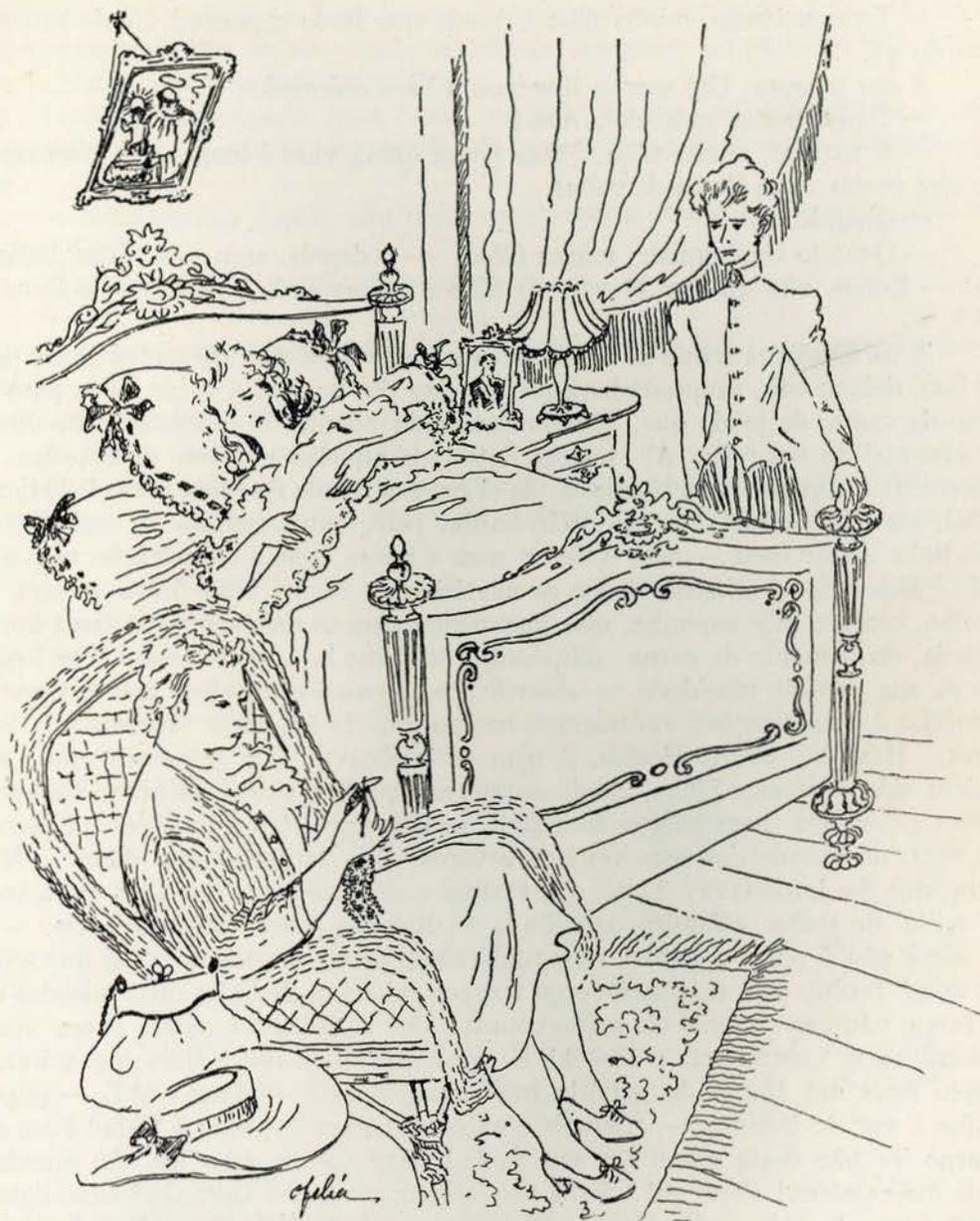
— Ora essa, não tens de quê.

Sentada na beira da cama, com o busto hirto e os joelhos apertados, viu a sobrinha extenuada, pálida, com os olhos debruados de roxo. E se morresse? Se o fio de vida que a prendia à vida, desta vez se quebrasse? Um princípio de piedade começou a amolecer-lhe o coração.

— Não queres um caldo, uma gotinha de chá?

A sobrinha, porém, não lhe respondeu.

Uma dor aguda, violenta, que vinha lá de dentro, das raízes da vida, sacudiu-a da cabeça aos pés, cobriu-lhe a testa de suor. As mãos, contraídas, amar-

fanharam o lençol. Um gemido fundo, que pouco tinha de humano, obrigou a parteira a largar o *crochet*.

— Não é nada... — disse para a tia Emiliana que se levantara horrorizada, pronta a fugir. — São as dores que recomeçam. Não fuja... — acrescentou a rir — Ainda não é para já.

A avó, debruçada sôbre a neta, acariciava-lhe as mãos:

— Tem paciência, minha filha... Verás que lindo rapagão! Há-de ser o retrato do pai...

A dor passara. Um sorriso iluminou a bôca dolorosa.

— Tenho tantas saüdades, Avó!

— É natural, minha filha... Mas pensa que a vida é longa, que a separação não será eterna,, que êle há-de voltar...

— Quando, avó?

— Quando Deus quiser, minha filha... — e depois, com uma falsa indignação: — Então, não querem lá ver? O filho a nascer e ela a pensar sabe Deus em quê?

A tia Emiliana sentiu-se corar até à raíz dos cabelos. Para que ninguém desse por isso, deixou cair, propositadamente, a caixa dos óculos. A caixa rolou para debaixo da cama, de modo que, quando conseguiu apanhá-la, ninguém estranhou a côr anormal do seu rosto. Ah, sempre detestara aquelas alusões, disfarçadas, inconvenientes, àquilo a que chamava, de si para si, desde que lera certo folhetim de jornal, «os segredos de alcova»... Não havia, pois, outro assunto na vida? Nada mais tinha importância — nem o dever, nem a honra, nem a consciência, nem a religião? Detestava o mistério, todos os mistérios da carne. Não ficara solteira por orgulho, como a mãe supunha, mas justamente para se defender, com feroz intransigência, do demónio da carne. «Hipócrita, hipócrita!» — protestava a voz longínqua da sua perdida mocidade. — «Sacrificaste-me ao teu orgulho, apertaste-me no espartilho das convenções, encarceraste-me no luto da tua triste virgindade!» Sim, talvez... Haviam passado séculos, já nem se lembrava... Os primeiros anos, sim, haviam sido terríveis. Tinha, desde então, um gôsto a cinzas na bôca. Fechar os olhos à primavera, nem sempre fôra fácil, nem sempre fôra agradável... Enterrar-se, viva, no túmulo dos seus vestidos severos, fôra muitas vezes difícil... Mas, agora, que lhe importava? Tinha a sua alma a defendê-la, a sua alma pura como um cristal de rocha. «Mentira, mentira!» — dizia-lhe a voz da consciência. — «A tua alma não é pura, é pobre, ressequida como planta do deserto...» E que seja... que seja? Tenho, pelo menos, o corpo livre de misérias, de tôdas estas misérias que me fazem náuseas... Como ela sofre, como a dor a desfigura, como o seu ventre monstruoso se contrai sob o lençol! E para quê, para quê? Para que atirar ao mundo mais um átomo de matéria mole e palpitante? — «Para quê?» — respondia-lhe a voz do instinto. — «Demais o sabes tu! Para dar vida à Vida! Para que o corpo lhe não seque como flor sem água! Para que os seios lhe não murchem como fontes sêcas! Para quê? Para não chegar como tu à beira da velhice com os braços vazios!...» E o côro das vozes secretas — a do instinto, a da consciência, a da razão — martelava-lhe os ouvidos, repetia-lhe uma, duas, vinte vezes: «Hipócrita, hipócrita, demais o sabes tu!» Hipócrita? E se o fôsse? Não estaria no seu direito? Hipocrisia, afinal, era tudo aquilo... Se, na verdade, os homens e as mulheres se aproximassem para ter filhos, o mundo estaria há muito despovoado. Hipocrisia, hipocrisia... O que verdadeiramente contava era aquêle instante de prazer, aquêle contacto brutal a que ousavam chamar amor. Amor, aquilo? E então os animais, as plantas? Também amavam, também tinham alma? Ou obedeciam apenas

ao instinto, às imperiosas leis do sexo e da espécie? Hipócrita, ela? E então os outros, que embrulhvam tudo — instintos, prazer, desejos — no papel de sêda das bonitas palavras, dos bonitos sentimentos?

Uma dor mais aguda, mais funda, sacudiu, da nuca aos calcanhares, o corpo da sobrinha. A avó rezava. A parteira fazia *crochet*. A tia Emiliana levantou-se e disse:

— Minha pobre Anica, não posso ver-te sofrer assim. Vou acender uma vela a Nossa Senhora.

E a sobrinha, torturada, sorriu-lhe:

— Obrigada, minha tia.

— Queres uma chícara de chá, uma infusão de tília? — preguntou já da porta.

— Obrigada, não se incomode.

— Vê lá, não me custa nada!

E como a sobrinha lhe dissesse que não, que não queria nada, fechou a porta, encolheu os ombros, soltou um suspiro de alívio e foi para o jardim tratar das rosas.

FERNANDA DE CASTRO

BECO SEM SAÍDA DA LUA

A Hélio Lobo

UNS pontinhos escuros obliquam numa ladeira, beco sem saída do Morro do Castelo. De longe, lembram uma enfiada de linguíças; de perto, são negrinhos. Bem lá no alto do beco, junto à igreja, canta uma fonte de granito côr de rosa, do tempo de Dom João VI.

De manhã à tarde, ao longo do beco, come-se cajá-manga, chapinha-se na lama, coça-se, aposta-se para ver quem faz pipi bem alto. Estão todos descalços, e o branco dos olhos revira e larga chispas. Umas vagas calças, agüentam-se por um barbante, sôbre um ombro só — e nas trazeiras há um rombo enorme, as nádegas ao fresco.

É o Beco Sem Saída da Lua.

Os mais pequeninos, obesos como a velha negra mãe Quirina — quitandeira lá em baixo do Beco — engatinham nuzinhos como chegaram ao mundo. Aquêles que mal têm o umbigo sêco são embrulhados em chales desde o pescoço. A irmã, de oito anos, passeia-os nos braços, palra por êles, cheia duma lábia enternecida. Se há jôgo pelas portadas, o pontinho escuro fica atirado para ali com uns grunhidos de bácoro, sorrindo ao zumbido das môscas azuis que êle ainda não vê. Só chora quando lhe arrumam com o crânio na parede, ou nas traves. E a mãe sabe disso muito bem.

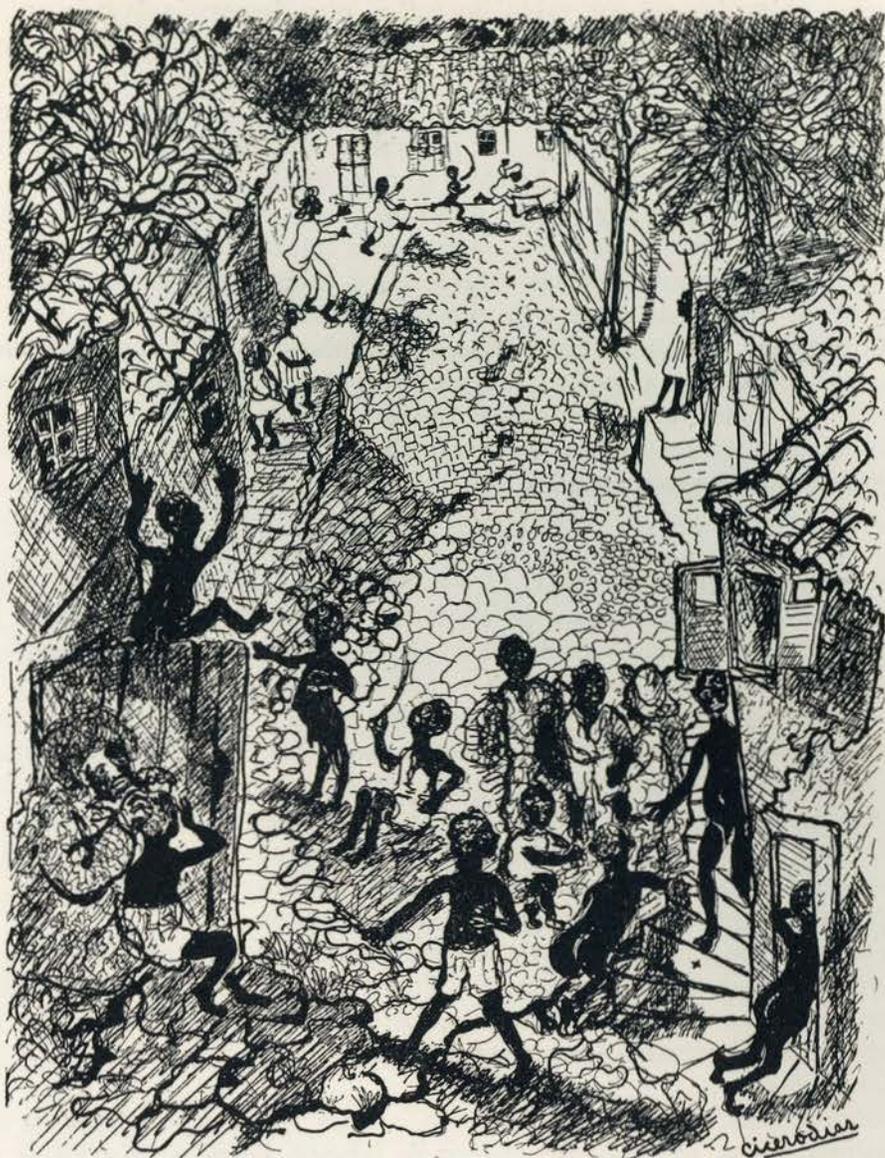
— Oh! criatura! Pois você ainda foi de encontro com a cabecinha da criança?

— Foi o lampeão, mamãe...

— Que lampeão, negrinha! O único, mesmo no meio do Beco, e você não enxerga êle?

— Eu ia passando e não vi...

— Não viu! Dá cá êsse menino.

Às vezes, um dos negrinhos mostra-se embezerrado e de tromba caída. Desincha numa só noite, como balão perfurado, e, ao fim da manhã, já está numa caixa de cetim branco, coberto de rosas brancas. Dia festivo. Mãe Quirina, muito inspirada, soca a cambada de rapadura e dumas frutinhas ordinárias, quási apodrecidas. O português das dálias entra pelo Beco, e num instante compram-lhe todos os *bouquets*. O Beco sabe que sô Manuel vive com uma mulata e tem três linguíças; sô Manuel vai ver o balão, dá um palpite para o jôgo do bicho e bebe parati. O único sinal de luto, nesse dia, é que não há nádegas ao sol. Aproveita-se até para lavar melhor a cambada e meter-lhe camisa. O carro funerário, tão vistoso e

bonito, que poderia servir numa batalha de flores, puxado por quatro cavalos brancos de penachos vermelhos à cabeça, não podendo subir o Beco, espera junto à quitanda da mãe Quirina, inocente como o seu rosário — e declinando o sol sôbre a fonte de granito côr de rosa, lá se vai embora a caixa de cetim branco. No dia seguinte, as nádegas reaparecem.

O que predomina no Beco — e o pontilha de baixo a cima — é o pontinho escuro que vai de três semanas aos dois anos e meio, porque os outros escapam-se, já descem para a quitanda, já sobem para a fonte, e só voltam agarrados para le-

varem uma palmada, ou por mêdo do tufão, que desnorteia lavadeiras e tico--ticos. Ou então já têm a sua paralisia infantil, e do fundo da camazinha, estirando a língua, vão morrendo e colorindo os mesmos desenhos de um álbum lambuzado, que lhes oferece a senhora do médico. O resto da bandarra já está no céu.

A coragem do Beco de enfileirar pontinhos embatuca a gente. Aquilo não é mais nascimento, nem miragem. Aquilo é truque. Há-de haver ali por detrás daquelas portas uma mola qualquer, muito subtil, que faz saltar os pontinhos para fora, põe-nos a obliquar sôbre o Beco e a obscurecer a cintilação tropical. Ainda nos seus chales, são cópias de mumiazinhas cabeçudas, e babões, patetas, engelhados, trazem um ar de choque no olhar sem direcção, mastigam no vago. À medida que espicham, aparece o mico da Baía, friorento e ranhoso ; o saguim de testinha curta, sociável mas refractário a papas ; o saju que fixa as retinas brilhantes de malícia e desconfia das visitas. Com dois dentes, mesmo ao colo, começam a rabear, e são então muito simpáticos e luzidios, ou de um mascavinho doce e liso, bochechas frescas e grandes olhos bovinos e mudos...

Negrinho é penhor da vida. O seu cemitério é no subúrbio ; e a cova, aos fundos, encostada ao alto muro de tejolo, só se refresca ao lusco-fusco. Mesmo enterrado, só quere rua. Está a mãe ali ajoelhada, sem atinar se deve rezar ou cantar: — *sapo jururu, da beira do rio...* — quando passa o pregão moroso do sorveteiro: — Abacaxi, sinhàzinha ! — Depois é um bonde, e no silêncio que volta, ouve-se um roufenho galo de quitanda. Vastos espaços baldios esperam que muito pobre acabe de penar. A terra, sem pecados, côr de sangue e pejada de vermes, é duma fôrça repousada ; basta um dia de chuva e qualquer florzinha anónima se empina com uma alegria de sirigaita feliz. As sepulturas alinham-se tôdas dum lado ; nos braços das cruzes há um vai-vem de tico-ticos cheios de reivindicações. Certas estelas pensam. A gente inveja a serenidade dos ciprestes...

Voltámos por uma alameda de sombras caladas, de uma paz tão sentida, e de súbito, por detrás duma samambaia, a última réstea do sol no poente ilumina de flanco um sepulcro esverdeado e meio entreaberto. Debruçamo-nos sôbre uns retratinhos esmaltados e ingénuas coroazinhas de contas. Lêmos: *Lembranças — Saüdades — De profundis...*

Sôbre gramadozinhos sempre viçosos, andam uns Meninos Jesus de cabelos muito encaracolados, impagáveis borregos de faiança, burricos de nariz de veludo cinzento. Passemos na ponta dos pés, que aí dormem as criancinhas.

Aqui jaz Maria Vai Com as Outras,
morta aos três anos.

Uma mulher não é verdadeiramente amante senão até aos três anos.

Aqui jaz José dos Anzóis,
morto aos sete anos.

O retrato de José mostra-o apertando nos braços um ursozinho de pano.

Pesares, lembranças, saüdades, todos êsses personagens do presépio e do berço, êsse ramo de violetas que morrerá pela madrugada — Oh! Maria Vai Com as Outras! Oh! José dos Anzóis! — só quem vive renuncia.

Eis aqui o retrato duma outra Maria, de coque e laçarotes: o seu rostinho inclinado e fino diverte-se com a alacridade do musgo apagando a data da lápide. Essa tumba de menina que nunca foi moça, encerra uma nostalgia de espôsa fiel ou de amável vizinha...

Bela consciência, a das flores sêcas!

A perenidade dessas alminhas em florescência, torna, a cada passo, mais leve o nosso pensamento.

Muito negrinho, ainda aos dez anos, nos joelhos da avó adormece, segurando um tambor. Desde que não há mais tico-ticos a banhar-se nas sargetas das calçadas, nem revoadas de andorinhas dum telhado a outro — todo negrinho procura aproximar-se duma saia, e vê-se cada vez menos o branco relancear dos olhos. Enquanto lavam-lhe as pernas, êle enuncia, grave, o último movimento da sua cachimónia:

— Os tico-ticos também já foram lavar a lua.

— Sim, sim, foram...

— E vão rezar também, e o tambor fica em baixo da cama.

— Ora se fica!

Êle receia o vôo rasteiro dos morcegos. A cantiga da fonte de granito côr de rosa apodera-se do seu ser. Se ouve, através de um postigo, que estão a embalar um outro negrinho, a beiçola cai-lhe ainda mais e êle recusa-se a fazer pipi. Sacodem-no. Já êle dorme em pé.

Todo negrinho confunde os anjos com os tico-ticos. O negrinho gosta muito dos tico-ticos porque êles têm asas, assobiam admiràvelmente bem e brincam o dia inteiro. Êle afirma que os tico-ticos estão sempre a saltar porque só sabem jogar o amarelinho.

Por essas tardes calorentas e cheirosas, um tico-tico vadio entra na igreja; os negrinhos correm a contemplar-lhe o vôo em volta dos altares.

O mais engraçado é que os tico-ticos gostam muito dos negrinhos, pançudos e nus no Beco Sem Saída da Lua.

O negrinho e o tico-tico dormem de repente, a cabeça sob a asa.

Duma argila secreta e ardente, os negrinhos nascem santos, ladrões de quimeras, trombonistas de circo e sacristães — como todos aquêles que andaram desvairados, antes de pedirem, à solidão, penitência e gafanhotos. Crescem muito extáticos, magricelas, sempre imberbes, e tornam-se uns quadrúmanos pernaltas, cheios de graça amorosa, sóbrios e fortes. Adoram estrêlas e adiam tudo na vida. Nenhuma surprêsa se um Arcanjo aparece e revela:

— Olha, oh Serapião, vai e anuncia a boa nova.

— Sim, sinhô, sô doutô, amanhã...

A polícia toma essa contemplação por malandragem, falta de propósito e manha.

Êsses Santos que se ignoram, jogam *foot-ball* em Cascadura, com uma bexiga de boi, ou pescam no Cais do Pôrto. Para não irem mais longe, sentam-se à sombra da popa dum cargueiro holandês, e ali se esquecem de caniço na mão, horas a fio, os olhos arregalados, o anzol enfiado numa água espessa de óleo e de casca de batata. Celeste cisma ! Mas o cozinheiro marítimo, com um método digno dos Países-Baixos, e em nome da Rainha, despeja as suas imundícies. Os peixes, então, que se lembram e murmuram entre êles: «é preciso morrer, irmãos !», aproveitam a abertura produzida na vasa e criam uma verdadeira multiplicação. Os pescadores sorriem de tanta pureza e transparência...

Na antiga paìsagem atlântica do morro, onde êles são amantes e menestréis, a gente tem vontade de lhes falar do *Itinerarium* de São-Boaventura e dos trabalhos do *scarabée sacrée*...

Adeus, suave pensar. Tu só existes entre o tumulozinho e o portão do cemitério, que o guarda vai fechando, porque o crepúsculo desce.

Dunquerque, 1931.

ENÉAS FERRAZ

(Do livro de novelas: *Crianças Mortas*, a publicar).

O ROMANCE DO LARGO

(Dois pequenos capítulos)

O tempo aquecera. Os dias de verão entravam pela noite dentro. No Largo ecoavam vozes entrecortadas de risos, e, pelos bancos, sob as ramagens das árvores, estendiam-se corpos cansados, com os torsos nus. As crianças saíam também dos pátios, encalmadas, misturando as suas vozes agudas com o palavreado dos maiores. A êste ruído juntava-se o som da água, jorrando livremente pela torneira desarranjada do chafariz.

Com o calor, o Largo perdera a sua compostura habitual. As portas das casas pobres abriam-se para a rua, mostrando, ou o desarranjado dos que não têm que arranjar, ou o alindado dos *napperons* engomados e das flores de papel. Na Agência Funerária tremeluzia uma escassa luz, que fazia ressaltar os galões dourados dos caixões. Ali se juntavam também os cavaqueadores menos supersticiosos.

Mas há agora uma nova atracção para a gente do Largo: a preta Alzira alugara quarto num pátio e ali vivia com seu filho, um mulatinho de sete anos. Qualquer pretexto era bom para as suas risadas sadias, e não a escandalizava que fizessem alusão à sua negrura. Morrera-lhe o homem tuberculoso, e ela, com excessos de ternura, até o cordão de ouro empenhara para lhe valer. Êsse companheiro lhe deixara o pequeno Benedito, o Ditinho, como já também lhe chamavam os vizinhos do Largo.

Sílvia chegara também à janela, para apanhar um pouco de fresco. Não era novo para ela o espectáculo que tinha à sua frente: os habitantes do Largo eram tão seus conhecidos como se tôda a vida ali tivesse morado. As suas dificuldades, as lutas de tôdas as horas para angariar o pão, haviam-na tornado bem compreen-

siva para com os que sofrem, e nunca essa palavra «irmão» adquirira tão justo sentido como quando os seus lábios a pronunciavam. Pouco podia fazer pelos outros, mas a sua simpatia, as suas palavras, estavam sempre presentes onde quer que fôssem precisas. Não que ela tivesse sempre sido assim, mas a vida na casa de D. Felicidade e o contacto com a gente do Largo haviam-lhe ensinado muita coisa.

Ditinho não brincava com os outros pequenos. Sentado numa cadeira baixa, com os grandes olhos muito abertos, parecia seguir uma história que tivesse topado no caminho. As mulheres chamavam-no para junto delas, mas Ditinho agarrava-se à blusa da mãe com um ar medroso, como se receasse que lhe fizessem mal.

Sílvia notou logo que havia dois novos moradores no Largo, e nêles fixou a sua atenção. Distinguiu-lhes a negrura e logo adivinhou o drama que para ali os levara: um homem, um filho, a falta de meios para o alimentar... mais um para o cortejo...

Não foi, portanto, uma surprêsa quando, ao outro dia, logo de manhã, a preta Alzira apareceu à porta, com o pequeno pela mão, pedindo que lhe dessem trabalho. Sílvia pôde atentar bem na fisionomia dos dois novos companheiros: a mãe, Alzira, com a carapinha aberta ao lado, coroando um rosto redondo, dir-se-ia uma preta bonita se não fôsse a bôca, cujos dentes, muito irregulares, desfeavam bastante. No entanto, apesar das privações, acusadas pelo tom baço da pele negra, havia tanta simpatia no seu rosto, que logo se gostava dela. Ditinho era um pequeno esquisito: não se dava com pessoa alguma. Mas os seus olhos!, como havia Sílvia de dizer que eram os seus olhos? Grandes, pestanudos, pareciam perguntar a tôda a hora: «para que nasci eu?, o que é esta terra que piso?, o que significa o azul que vejo lá em cima?» As pedras, as plantas, as árvores, sim, tudo estava no seu lugar — êle não. Isto diziam, talvez, os seus olhos, pois a bôca não teria saber para o exprimir. Ao ver o seu rostozinho interrogador, logo acudia aos lábios a palavra «só», e Ditinho era só porque não percebia as coisas dos outros, e os outros não compreendiam o que êle tinha dentro de si. Uma sina indecifrável era a sua vida, com aquelas estranhas incompreensões.

Dissera, um dia, a palavra «pai», e logo ela lhe fugira dos lábios para não mais voltar — primeiro vazio na sua alma; depois, andara de um lado para o outro até cair naquele Largo, um sítio como outro qualquer. Ditinho não diferençava os lugares, pois só junto da mãe se sentia em campo seguro.

Sílvia olhava para o pequeno com o coração cheio de ternura, e propunha-se já cativá-lo, chamá-lo para junto de si sempre que pudesse.

— Talvez eu lhe possa arranjar algum trabalho de limpeza no *atelier*. Hoje mesmo falarei nisso.

E a preta Alzira mais uma vez ouviu uma promessa. Mas já não acreditava, não.

Se fôsse só ela!, mas o pequeno...

Entretanto, Sílvia recebera a primeira carta de Arnaldo. Mandava-lhe um retrato, tirado na Madeira, onde a sua figura desempenada sobressaía de entre outras menos favorecidas.

· Sílvia fechou-se no quarto para ler e reler aquela carta onde a palavra «amor» esbarrava, a todo o instante, com outras de igual significado. O seu coração exultava de alegria, ao mesmo tempo que uma grande saüdade crescia na sua alma. Beijou repetidas vezes o retrato do homem que já considerava como futuro marido, pensando que, no dia em que casasse com êle, nasceria para uma vida nova, sem *atelier* nem bonecas de trapo. O seu desejo de ser feliz só encontrava campo no coração de Arnaldo.

Entretanto, D. Felicidade ia-se afazendo à sua nova vida. O lugar que a mãe deixara vazio, ocupava-o ela pouco a pouco, sem dar por isso. Ouviam-se, de novo, os passos arrastados pelo corredor como ecos de outras pisadas, e o ruído dos utensílios da cozinha entrara outra vez no seu ritmo. O Mangerico, cansado de acompanhar a dona na faina da casa, criara novos hábitos e fizera seu poiso predilecto no cesto da costura de Sílvia. Na janela também os pombos se beijavam mais tranqüilamente, abrigados pela nespereira que a dona plantara num caixote.

Neste ambiente em que predominava o silêncio, também Sílvia se modificara sem dar por isso. Já não se punha prali a falar pelo gôsto de se ouvir, e as suas gargalhadas eram menos freqüentes. No *atelier* tinham-na prevenido de que era a última semana de trabalho. O negócio fraquejava todos os anos por essa época, tornando-se necessário despedir as empregadas mais recentes. Sílvia ia ter, de novo, que correr tôdas as lojas, até conseguir outra colocação. Tanto ela como D. Felicidade trabalhavam em casa, mas o pouco que ganhavam para que chegava? O quarto continuava por alugar: aos pobres parecia bom de mais, aos que podiam pagar não servia. D. Felicidade já quási não dormia; levava as noites franzindo os olhos cansados sôbre os fios dourados que iriam brilhar nas fardas dos oficiais.

Quando chegou a primeira carta de Arnaldo foi uma festa. Depois de a ler sòzinha, Sílvia contou pormenorizadamente as notícias a D. Felicidade, que ouvia tôda sorridente, transportada a um mundo passado. «Menina Sílvia — dizia então, — êle também me escrevia essas coisas, e também me fazia muitas promessas, que cumpriu. Coitado! Envelheci primeiro do que êle... Quem o podia prever? Os homens não gostam de ver as nossas rugas, menina, e eu não tinha tempo para as disfarçar... Foi ali naquela esquina, que um dia êle desapareceu para não voltar. Sofri muito, mas agora estou resignada. Êle ainda era novo, e eu envelheci sem dar por isso. Quem o podia prever?»

D. Felicidade tinha os olhos embaciados pelas lágrimas. Era sempre assim: tôdas as suas alegrias acabavam em tristezas. No entanto, gostava que Sílvia lhe lesse as cartas de Arnaldo; era como se revivesse o seu passado romance.

Ditinho aparecia agora quási todos os dias. A mãe arranjara trabalho e Sílvia oferecera-se para cuidar do pequeno. Familiarizara-se pouco a pouco com ela, e à noite, quando Alzira o ia buscar, tinha que o arrancar às saias de Sílvia. Sentava-se num canto, brincando com uma das bonecas de trapo e duas caixas de remédios vazias. Ali ficaria horas entretido, se o não chamassem. Nunca se lembrava de comer, e se lhe preguntavam se tinha fome, ficava muito pasmado a olhar para as pessoas, como se não percebesse o que lhe diziam. Comia um pedaço de pão com uma chávena de café prêto, e voltava para o seu canto, onde parecia viver

longe de tôda a gente. Sílvia e D. Felicidade haviam-se-lhe afeiçoado, e fazia já parte da casa o pequeno mulatinho, sentado no chão, a viver uma história que elas não sabiam.

Alzira não cabia em si de contente. Arranjara trabalho e tinha onde deixar o filho! «Sorte de pobre é assim, menina! — dizia ela mostrando, num sorriso, a raleza dos seus dentes brancos —, quando a gente menos espera arranja-se tudo: quarto, comidinha... e até casa para deixar o filho!»

Todo o rosto de Alzira se abria numa expressão feliz. Pegava então no filho e descia escada abaixo, beijocando-o, tôda vibrante de alegria.

Apanhava sol como tôda a gente, comia e tinha um filho!

Que haveria de melhor para ela?

RACHEL BASTOS

INSÓNIA

SIM ou não? Esta pregunta surgiu-me de chofre no sono profundo e acordou-me. A inércia findou num instante, o corpo morto levantou-se rápido, como se fôsse impelido por um maquinismo.

Sim ou não? Para bem dizer não era pregunta, voz interior ou fantasmagoria de sonho: era uma espécie de mão poderosa que me agarrava os cabelos e me levantava do colchão, brutalmente, me sentava na cama, arrepiado e aturdido. Nunca ninguém despertou de semelhante maneira. Uma garra segurando-me os cabelos, puxando-me para cima, forçando-me a erguer o espinhaço, e a voz soprada aos meus ouvidos, gritada aos meus ouvidos: «Sim ou não?»

Nada sei: estou atordoado e preciso continuar a dormir, não pensar, não desejar, matéria fria e impotente. Bicho inferior, planta ou pedra, num colchão. De repente a modôrra cessou, a mola me suspendeu e a interrogação absurda me entrou nos ouvidos: «Sim ou não?» Encostar de novo a cabeça ao travesseiro e continuar a dormir, dormir sempre. Mas o desgraçado corpo está erguido e não tolera a posição horizontal. Poderei dormir sentado?

Um, dois, um, dois. Certamente são as pancadas dum pêndulo inexistente. Um, dois, um, dois. Ouvindo isto, acabarei dormindo sentado. E escorregarei no colchão, mergulharei a cabeça no travesseiro, como um bruto, levantar-me-ei tranqüilo com os rumores da rua, os pregões dos vendedores, que nunca escuto.

Um, dois, um, dois. Não consigo estirar-me na cama, embrutecer-me novamente: impossível a adaptação aos lençóis e às coisas moles que enchem o colchão e os travesseiros. Certamente aquilo foi uma alucinação; esforço-me por acreditar que uma alucinação me agarrou os cabelos e me conservou dêste modo, inteiriçado, os olhos muito abertos na escuridão, cheio de pavores. Que pavores? Porque tremo, tento sustentar-me em coisas passadas, frágeis, teias de aranha?

Sim ou não? Estarei completamente doido ou oscilarei ainda entre a razão e a loucura? Estou bem, é claro. Tudo em redor se conserva em ordem: a cama larga não aumentou nem diminuíu, as paredes sumiram-se depois que apertei o botão do comutador, a faixa de luz que varre o quarto é comum, igual à que ontem me feriu os olhos e me despertou sùbitamente.

Porque fui imaginar que êste jacto de luz é diferente dos outros e funesto? Caí na cama e rolei fora daqui nem sei que tempo, longe, muito longe, gastando-me no espaço. Partículas minhas boiaram à toa entre os mundos. De repente uma janela se abriu na casa vizinha, um jôrro de luz atravessou-me a vidraça, entrou-me em casa e interrompeu a ausência prolongada.

Sim ou não? Quem me está fazendo na sombra esta horrível pregunta? Com a golfada de luz que penetrou a vidraça, alguém chegou, pegou-me os cabelos, levantou-me do colchão, gritou-me as palavras sem sentido e escondeu-se num canto.

Arregalo os olhos, tento convencer-me de que a luz é ordinária, emanação de um foco ordinário aqui da casa próxima. Se alguém tivesse torcido uma lâmpada para a esquerda ou tocado um botão na parede, eu teria continuado a rolar na imensidão, fora da terra. Mas isto não se deu — e a réstia que me divide o quarto muda-se em pessoa.

Quem está aqui? Será um ladrão? Aventura inútil, trabalho perdido. Não possuo nada que se possa roubar. Se um ladrão passou pelos vidros, procurá-lo-ei tateando, encontrá-lo-ei num canto de parede e direi baixinho, para não amedrontá-lo: «Não te posso dar nada, meu filho. Volta para o lugar donde vieste, atravessa novamente os vidros. E deixa-me aí qualquer coisa.» Não, nenhum ladrão se engana comigo. Contudo alguém me entrou em casa, está perto de mim, repetindo as palavras que me endoidecem: «Sim ou não?»

Sim, não, sim, não. Um relógio tenta chamar-me à realidade. Que tempo dormi? Esperarei até que o relógio bata de novo e me diga que vivi mais meia hora, dentro dêste horrível jacto de luz.

Um, dois, um, dois. Tudo isto é ilusão. Ouvi uma pancada dentro da noite, mas não sei se o relógio está longe ou perto: o tique-taque dêle é muito próximo e muito distante.

Sim ou não? Deverei levantar-me, andar, convencer-me de que saí daquele sono de morte e posso mexer-me como um vivente qualquer, ir, vir, chegar à janela e receber o ar da madrugada? Impossível mover-me. Para alcançar a janela preciso atravessar esta claridade que me fende o quarto como uma cunha, rasga a escuridão, fria, dura, crua. Se a escuridão fôsse completa, eu conseguiria encostar-me de novo, cerrar os olhos, pensar num encontro que tive durante o dia, recordar uma frase, um rosto, a mão que me apertou os dedos, mentiras sussurradas. Inùtilmente.

O relógio lá em baixo torna a bater. Conto as pancadas e engano-me. Duas ou três? Daqui a uma hora certificar-me-ei. Uma hora imóvel, os cotovelos pregados nos joelhos, o queixo nas mãos, os dedos sentindo a dureza dos ossos da cara. O que há de sensível nesta carcaça trémula concentrou-se nos dedos, e os dedos apalpam os ossos da caveira.

Um, dois, um, dois. Evidentemente me equivoco, não ouço o tique-taquear do pêndulo: o relógio afastou-se, gastará uma eternidade para me dizer se foram duas ou três as pancadas que me penetraram a carne e rebentaram ossos.

Que está aqui a martelar no escuro, sim ou não, sim ou não, roendo-me, roendo-me? Será um rato faminto que roeu a porta, se chegou a mim e continuou a roer interminàvelmente? Não. Se fôsse um rato, eu me levantaria, iria enxotá-lo. Usaria as pernas, que se tornaram de chumbo, atravessaria a zona luminosa, acenderia um cigarro.

Houve agora uma pausa nesta agonia, todos os rumores se dissiparam, a vidraça escureceu, o soalho fugiu-me dos pés — e senti-me cair devagar na treva absoluta. Sùbitamente um foguete rasga a treva e um arrepio sacode-me. Na queda imensa deixei a cama, vim sentar-me à mesa e fumar.

Sim ou não? A pregunta corta a noite longa. Parece que a cidade se encheu

de igrejas, e em tôdas as igrejas há sinos tocando, lúgubres: «Sim ou não? Sim ou não?» Porque é que êstes sinos tocam fora de hora, adiantadamente?

A pessoa invisível que me persegue não se contenta com a interrogação multiplicada: aperta-me o pescoço. Tenho um nó na garganta, unhas me ferem, uma horrível gravata me estrangula.

Porque estão rindo? Hem? Porque estão rindo aqui no meu quarto? An, an! Não há motivo. An, an! An, an! Um sujeito acordou no meio da noite, não reatou o sono, veio sentar-se à mesa e fumar. Apenas. Inteiramente calmo, os cotovelos pregados na madeira, o queixo apoiado nas munhecas, o cigarro prêso nos dentes, os dedos quási parados, percorrendo lentos as excrescências duma caveira.

Tôda a carne fugiu, tôda a carne apodreceu e foi comida pelos vermes. Um feixe de ossos, escorado à mesa, fuma. Um esqueleto veio da cama até aqui, sacolejando-se, rangendo.

Sim ou não? Lá está o diabo do relógio a tique-taquear, a matracar: «Sim ou não?» Desejaria que me deixassem em paz, que não me viessem fazer perguntas a esta hora. Se pudesse baixar a cabeça, descansaria talvez, dormiria junto à pilha de livros, despertaria quando o sol entrasse pela janela.

Um, dois, um, dois. Que me dizia ontem à tarde aquêle homem risonho, perto duma vitrina? Tão amável! Penso que discordei dêle e achei tudo ruim na vida. O homem amável sorriu para não me contrariar. Provàvelmente está dormindo.

Terá parado o maldito relógio? Terá batido enquanto me ausentei, consumi séculos da cama para aqui?

Um silêncio grande envolve o mundo. Contudo a voz que me aflige continua a mergulhar-me nos ouvidos, a apertar-me o pescoço. Estremeço. Como é possível semelhante coisa? Como é possível uma voz apertar o pescoço de alguém? Rio, tento libertar-me da loucura que me puxa para uma nova queda, explico a mim mesmo que o que me aperta o pescoço não é uma voz: é uma gravata. A voz diz apenas: «Sim ou não?» Hem!, que vou responder?

Há no mundo uma terrível injustiça. Porque dormem os outros homens e eu fico arreado sôbre uma tábua, encolhido, as falanges descarnadas contornando órbitas vazias? Hem? Os vermes insaciáveis dizem baixinho: «Sim ou não?»

A luz que vinha da casa próxima desapareceu, a vidraça apagou-se, e êste quarto é uma sepultura. Uma sepultura onde pedaços do mundo se ampliam desesperadamente.

Sim ou não? Como entraram aqui estas palavras?, por onde entraram estas palavras?

Enforcaram-me, decompus-me, os meus ossos caíram sôbre a mesa, junto do cinzeiro onde pontas de cigarros se acumulam. Estou só e morto. Quem me chama lá de fora, quem me quere afastar do túmulo, obrigar-me a andar na rua, tomar o bonde, entrar no café?

Sim ou não? Sei lá! Antes de morrer, agitei-me como um doido, corri como um doido, uma enorme ansiedade me consumiu. Agora estou imóvel e tranqüilo. Como posso fumar se estou imóvel e tranqüilo? A brasa do cigarro desloca-se vagarosamente, chega-me à bôca, aviva-se, foge, empalidece. É uma brasa animada; vai e vem, sôlta no ar, como um fogo-fátuo. Os meus dedos estão longe dela, frios e sem carne, metidos em órbitas vazias. Tôda a vontade sumiu-se, derreteu-se, e a brasa é um ôlho zombeteiro. Vai e vem, lenta, vai e vem, parece que me está preguntando qualquer coisa.

Evidentemente sou um sujeito feliz. Hem? Feliz e imóvel. Se alguém comprimisse ali o botão do comutador, eu veria no espelho uma cara sossegada, a mesma que vejo todos os dias, inexpressiva, indiferente, um sorriso idiota pregado nos beiços.

Amanhã comportar-me-ei direito, amarrarei uma gravata ao pescoço, percor-

rerei as ruas como um bicho doméstico, um cidadão comum, arrastado para aqui, para acolá, dizendo frases convenientes. Feliz, completamente feliz.

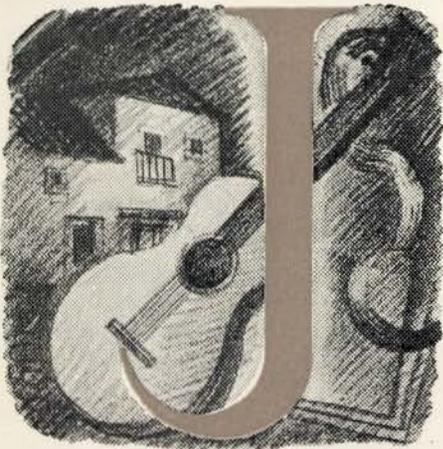
Novos foguetes rompem a escuridão e acendem novos cigarros. Feliz e imóvel. Se a noite findasse, erguer-me-ia, caminharia como os outros, entraria no banheiro, livrar-me-ia das impurezas que me estão coladas nos ossos. Mas a noite não finda, todos os relógios descansaram — e a terra está imóvel como eu.

O silêncio é um borburinho confuso, um sôpro monótono. Parece que um grande vento se derrama gemendo sôbre as árvores dos quintais vizinhos. Um zumbido longo de abelhas. E as abelhas partem os vidros da janela escura, o vento vem lamber-me os ossos, enrolar-se no meu pescoço como uma gravata.

Frio. A tocha quási apagada do cigarro treme, os dedos que percorrem buracos de órbitas vazias tremem. E a tremura reproduz o tique-taque dum relógio.

Desejaria conversar, voltar a ser um homem, sustentar uma opinião qualquer, defender-me de inimigos invisíveis. As idéias amorteceram como a brasa do cigarro. O frio sacode-me os ossos. E os ossos chocalham a pregunta invariável: Sim ou não? Sim ou não?

GRACILIANO RAMOS

JAIME E O FADO

AIME deixou-se cair, com um suspiro de alívio, sôbre um dos bancos da Avenida já mergulhada nas primeiras sombras do fim do dia. Um vento fresco, levantado logo a seguir ao pôr do sol, levou-o a cingir contra si a leve «gabardine» de boa marca e a enterrar mais o chapéu cinzento, já um pouco coçado, num gesto que começava pelo afagar da copa com a mão direita e terminava pelo dobrar da aba, repetidas vezes, entre o polegar e o indicador da mesma mão.

Amortecia uma daquelas tardes em que um brusco arrepio, um aconchegar maquinal da roupa já insuficiente para a descida da temperatura, nos revela, pela primeira vez no ano, que o inverno, com seus ventinhos agrestes, cinzentas toalhas de bruma e tardes monótonas de chuva, vai chegar. As olaias e acácias já sem fôlhas, e os plátanos majestosos, agora cobertos por rara folhagem amarela ou avermelhada, encerravam os escuros ramos no monótono vestido invernal, preparando a desnudação florida da primavera próxima... Só as tristes e sempre verdes palmeiras embrulhavam o tronco friorento e erecto, nas fôlhas inferiores da copa, descaídas indolentemente, como se a seiva que lhes circulava nos ramos não tivesse fôrça para agüentá-las...

Para Jaime, aquêle dia fôra enorme. Levantara-se mais cedo do que habitualmente, com grande admiração da mãe, e logo a seguir ao almôço começara o forçado passeio através das ruas da Baixa, entrando e saindo nas várias casas indicadas numa lista a miúdo consultada.

Nunca gostara das ruas da Baixa às horas de mais movimento. Tôda aquela gente muito afadigada, acotovelando-se para não chegar tarde, aborrecia-o e enervava-o.

Embora todos tivessem marcado no semblante o esfôrço da vontade tensa, ao vê-los correr atarefados, dum lado para outro, parecia-lhe que pisava as ruas de uma cidade de fantasmas movidos por ocultas e desconhecidas fôrças...

Depois de algumas horas de estafante marcha, nada tinha conseguido vender. «Não nascera para aquilo, estava visto. De resto, andar de prédio em prédio, a oferecer, sem convicção, umas coisas de que êle era o primeiro a reconhecer a má qualidade e o elevado preço, era demais... Não estava para isso!...» E o rosto moreno e fino, iluminado por olhos rasgados e contemplativos, contraíu-se num trejeito habitual que lhe arrepanhava o canto esquerdo da bôca de lábios delgados e nítido recorte.

A decisão de «cumprir o seu dever», como lhe prègara na véspera o irmão, em frases duras mas cheias de bom senso — tinha que reconhecer — afrouxara um pouco com o cansaço que lhe entorpecia os membros... As palavras gritadas e ásperas do irmão, não lhe saíam, porém, do ouvido:

«Isso não é vida para um homem decente. Devias envergonhar-te. Tens vinte e seis anos e não sabes ainda o que é trabalhar... Fazes vida ao contrário de tôda a gente. Para ti, o dia começa quando se deve ir para casa descansar. Sempre metido com essas mulheres de vida fácil, não és capaz de te afeiçoar a uma que te estime e trate de ti. Não me admira que um dia vás parar à cadeia. Se isso suceder, não contes comigo. A nossa família sempre foi honesta e eu não quereria chamar irmão a quem tivesse esquecido os seus deveres e o respeito que deve ao nome honrado que usa. A Mãe é um pouco culpada da vida que levas; está sempre pronta a desculpar-te e ainda te dá dinheiro...»

Êle ouvira, em silêncio, — responder, para quê?, nunca se tinham entendido desde crianças —. Reconhecia que o irmão razoava, embora exagerasse... Sim, porque o que êle tinha, era pouca sorte. Por três vezes tentara empregar-se, mas em nenhum lugar estivera mais de dois meses. Da primeira vez — tratava-se de um emprêgo num escritório ainda mais sórdido do que o do irmão —, a sua má sina obrigara-o a sair por causa de uma doença nos olhos, provocada pelo trabalho exaustivo que tivera, sempre à luz artificial; de resto, não cometera nenhum crime, para ter uma condenação daquelas: Na segunda, arranjaram-lhe trabalho num escritório de melhor aspecto; mas, por fatalidade, enganara-se nos lançamentos num dos livros selados da casa. O patrão começou a embirrar com êle, e no fim do primeiro mês despediu-o. A má estrêla continuou ainda a persegui-lo. Conseguiu, a muito custo, entrar para uma companhia de seguros, mas porque falava a miúdo com uma colega de trabalho, começaram a metê-lo em mal com os directores e depressa caíu em desgraça... No fim do segundo mês, dispensaram-lhe os serviços, com o pretexto de que os quadros iam ser reduzidos...

O discurso do irmão fôra longo... Por fim, lá o convencera a levar uns artigos da casa, para vender à comissão. O que mais o chocou foi a maneira como lhe atirou, sôbre o sujo balcão, uma reluzente moeda de dez escudos. Esteve para não aceitar, mas ainda nesse dia não fumara... e o vício é mais pesado do que os escrúpulos...

Lentamente, por gradações suaves e contínuas das côres crepusculares, anoitecia...

Uma bruma fria e palpável descia do céu sereno e úmido — cinzento azulado com reflexos violetas no poente e gradualmente mais escuro a caminho do levante — , envolvendo de ténue véu azul as casas hirtas e mudas e as árvores rumorejantes... As arestas agudas e os contornos geométricos e nítidos dos grandes, feios e pesados prédios, como que desfeitos, esbatiam-se no ar calmo da noitinha... As fôlhas dos plátanos, agora de uma só côr, quási se confundiam com as manchas cinzentas e imóveis dos pardalitos já adormecidos, seguros aos ramos delgados, como frutos de macio envólucro... E a bruma, imponderável e fria, transfigurando prédios e árvores, estendia-se silenciosa e azul sôbre as ruas e avenidas da cidade, mo-

lhava as pedras iguais e brilhantes das calçadas e o asfalto da avenida e umedecia a terra escura dos canteiros...

Também Jaime sentia a brandura daquele anoitecer. Levantou a gola da «gabardine», e fumou com gôsto um dos últimos cigarros do maço comprado logo depois do almôço. A seu lado veio sentar-se uma daquelas figuras em que mal se repara — um velhote que penosamente viera subindo a Avenida e que ficou imóvel, o queixo apoiado nas mãos cruzadas sôbre o castão da bengala, a olhar a noite. Daquela pele já sem côr, e do olhar amortecido, a vida ia fugindo pouco a pouco... Dir-se-ia até que não poderia levantar-se e, em breve, o banco e aquêle frágil ser formariam um todo mudo e imóvel...

Como o frio e a umidade começassem a entorpecer-lhe as pernas, Jaime ergueu-se e, depois de breve hesitação quanto ao caminho a seguir, iniciou a descida da Avenida, com as mãos nos bolsos e os olhos dirigidos para cima, espreitando, pelos intervalos da ramagem agitada pelo ventinho úmido e frio que continuava a soprar, o céu profundo e azul, já polvilhado de trémulos e distantes astros...

Olhando para os lados do Castelo, via-se o trapézio dilatado de Orion, surgido, havia pouco, por detrás do casario que encimava as colinas orientais da cidade. No interior do quadrilátero de luminosos vértices, as Três Marias, dispostas em linha recta, indicavam a direcção onde daí a pouco surgiria o cintilar azulado de Sírius, e lá no alto, próximo do zenite, o reflexo amarelo — rubro de Marte ofuscava o tremeluzir confuso das Plêiades. Um fugaz traço luminoso desenhou na noite o caminho vertiginoso duma estrêla cadente...

Jaime seguiu com a vista a luminosa trajectória e mais uma vez lhe acudiu à mente a convicção de que o destino de cada um de nós está ligado a uma estrêla; quando uma delas se desprende do manto negro da noite, uma alma abandona a terra e sobe aos céus...

Qual seria a sua estrêla? — preguntou a si próprio. Na tarde em que nascera — contava-lhe a mãe muitas vezes —, uma estrêla surgira no céu, ainda com sol fora... Seria essa a sua estrêla? Não era, com certeza, uma estrêla afortunada. Não havia maneira de ter sorte... E a recordação do mau dia que passara voltou a preocupá-lo. Tinha que mudar de vida; assim não podia continuar — dizia de si para si. Iria no dia seguinte ver os anúncios e responderia ao que aparecesse... Ponto final nas noitadas. Estava decidido — e a contracção do músculo superciliar aproximava-lhe as extremidades internas das sobrancelhas fartas e negras.

Entretanto, chegou ao Rossio. Em frente do Café Lusitano, lembrou-se que prometera encontrar-se lá, nessa tarde, com a Luïsette... Mas não estava para isso. Iria para casa, e logo a seguir ao jantar metia-se na cama. Estava estafado.

Já a caminho da paragem dos eléctricos para a Graça, quis acender o cigarro que esquecera, apagado, ao canto da bôca. Rebuscou as algibeiras: não tinha fósforos nem tabaco, mas restava-lhe ainda algum dinheiro. Mudou de direcção, para se dirigir à tabacaria mais próxima. Feita a compra e acendido o cigarro, estugou o passo para a paragem. Já perto dela, uma voz conhecida chamou-o: era o Mendes que quási corria para lhe sair ao caminho.

— Soube que procuravas emprêgo. Queres aproveitar um pedido que fizeram à redacção da «Alma Popular»? — preguntou-lhe, apertando-lhe a mão.

Em face daquela sugestão, Jaime sentiu esfriar um pouco o entusiasmo anterior.

— Que emprêgo? — preguntou em tom de quem não estava muito interessado.

— Pedem um guarda-livros; parece que pagam bem. Aparece na redacção, que o Dias informa-te. Conviria que fôsses lá hoje ou amanhã de manhã, porque pode aparecer quem queira aproveitar... Desculpa, mas não posso demorar-me — atalhou o Mendes para evitar novas preguntas, que Jaime ia formular, num movimento inconsciente para anular a possibilidade de voltar a empregar-se. E depois de bater uma palmada nas costas do amigo, lá foi correndo para apanhar um carro da Estrêla, que nessa altura passava próximo, em direcção à Rua do Ouro.

Naquela noite, Jaime foi encontrar em grande azáfama a redacção da «Alma Popular» onde resolvera ir a insistente conselho da mãe, a quem contara a conversa com o Mendes...

Logo à entrada, deu de cara com o Alves ainda mais despenteado que habitualmente, sobraçando um maço de «colaboração» já revista e emendada por êle, na sua qualidade de «redactor principal» e director da página de conselhos aos novéis poetas populares desejosos de publicarem as suas produções no mais conceituado semanário fadista da capital.

— Está aí a chegar a Marília!... — exclamou ao ver o Jaime — Prometeu vir cá à redacção cantar uns Fados que escreveram expressamente para ela... Não te vás já embora... — e lá foi correndo para o «Gabinete da Direcção», pomposo nome dado a um cubiculozito ao lado da sala principal onde se dobravam os jornais e recebiam as visitas.

A notícia de que a Marília viria cantar, mudou o rumo dos pensamentos em que Jaime estava mergulhado... Êle gostava de ouvir cantar o Fado... Sem saber porquê, sentia-se bem quando aquelas vozes, ora suaves ora ásperas, mas sempre melancólicas e evocadoras, modulavam a triste canção marítima e lisboeta. Ao ritmo nostálgico do «Menor» ou do «Mouraria», os desejos que tantas vezes o assaltavam de conhecer outros países, outras raças, corporizavam-se... e via-se já embalado pelas ondas do mar largo, à descoberta de novos mundos... As contrariedades e as arrelias diluíam-se nos mágicos acordes arrancados pelo Godinho à guitarra reluzente, no meio do auditório silencioso, cortado, de onde em onde, por um imperioso «pst» dirigido a algum auditor irreverente... E ao ouvir a Marília? Nem êle sabia explicar o que tinha ela a mais em relação às outras cantadeiras... Mas quando, envôlta no prêto e sedoso chaile de compridas franjas, ela subia ao estrado e começava a cantar, o Jaime sentia-se longe dali, recordando cenas passadas, havia muito tempo esquecidas, revivendo, até, horas claras da descuidosa infância, já tão distante...

Embora não soubesse exprimi-lo, Jaime tinha a intuïção de que a expressão mais adequada duma das facetas características da alma do seu povo era aquela canção saüdosista e melancólica.

A Marília era um daqueles seres fadados para fazer vibrar a alma popular, quando a sua voz fluidiforme, temperada por certa aspereza plebeia, se elevava, como numa prece, a divindades só por ela entrevistas, com os grandes olhos claros muito abertos, focados para longe...

De pé, com as brancas e pequenas mãos apoiadas no espaldar das cadeiras mal seguras em que os tocadores se sentavam, a Marília — não faltara ao prometido e antes da sessão no Beira-Mar, lá fôra à redacção — ia cantar... Enquanto a guitarra, seguida pela viola, iniciava os acordes dum Fado conhecido, a Marília ia perdendo, gradualmente, a expressão habitual... A cabeça erguia-se, os olhos, abertos em amêndoa e sombreados de longas e arqueadas pestanas, fitavam o quer que fôsse muito longe, para lá das paredes mal caiadas da sala, através dos desconjuntados prédios equilibrados na encosta da íngreme colina à beira do Tejo, para ignotas regiões celestiais... Os contornos do rosto arredondavam-se ganhando suavi-

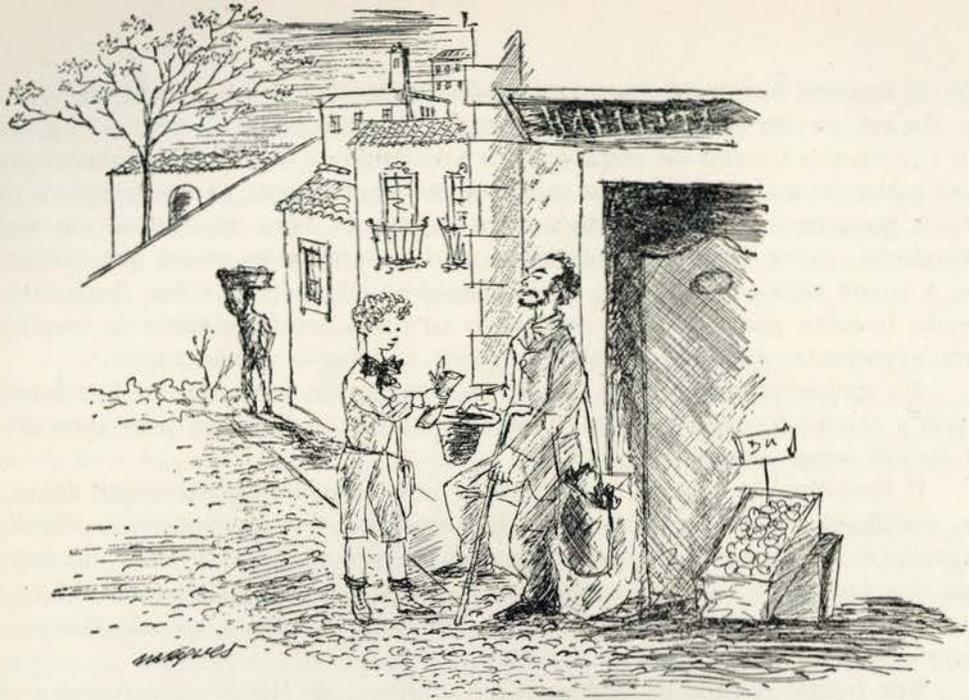
dade, os ângulos faciais esbatiam-se e a bôca, vermelha e entreaberta, recortava-se com doçura na tez pálida, agora iluminada por estranha luz... Sem esfôrço, como num movimento natural da respiração, a voz líquida e de comêço abafada, soltou-se no ambiente mal iluminado da sala. De verso para verso, ganha emoção e calor, a fronte pequena e abaülada enruga-se, os cantos da bôca afastam-se em sentido descendente, numa expressão dolorida, como se sofresse os males que canta. Depois, a fronte alisa-se e os olhos, mais dilatados, olham para cima, imploram... e o Fado termina por um grito arrancado ao ritmo descompassado da respiração, agora arquejante, grito que é soluço e prece, invocação e esperança...

No ambiente acanhado e pobre da sala, aquêle conjunto dos tocadores, ladeando a cantadeira, em face dos auditores estáticos e dispersos pelo aposento, tinha algo de irreal e fantástico...

O Godinho e o Ramos, galvanizados pelo eflúvio magnético que sôbre êles caía, dedilhavam com frenezim as cordas esticadas dos instrumentos, obedientes aos gestos das mãos brancas e pequenas que, de vez em quando, abandonavam o apoio das cadeiras e, abertas como asas, — as palmas dirigidas para o chão revestido de tábuas já gastas e carunchosas —, imploravam uma suspensão dos acordes ou um retardamento do ritmo...

Em frente, o Luís de Albuquerque sonhava, de lábios entreabertos e olhos fitos na cantadeira. Uma viva simpatia com a dor e a tristeza do canto, transpareciam no semblante amargurado... Dir-se-ia que a própria vida fugiria, logo que a voz silenciasse... Ao lado dêle, o Jaime, com a cabeça encostada ao braço apoiado na mesa que ocupava a parte média da sala, como que bebia com os olhos umedecidos aquêle mágico cantar. Mordia o cigarro apagado, e perante o seu olhar estático perpassavam paisagens marítimas e terras nunca vistas... Do outro lado da mesa, o Mendes olhava a parede fronteira quási totalmente coberta de retratos e recortes de jornais... Na expressão calma do rosto largo, transparecia a serenidade de uma vida sem sonhos. Gostava de ouvir cantar a Marília; sentia-se bem sob o eflúvio que dela dimanava... Mais atrás, na extremidade da sala, oposta àquela onde estava a cantadeira, o José Dias — director da «Alma Popular» — abandonava a sua inacção sôbre duas cadeiras. Uma réstea fugaz de vida iluminava-lhe o rosto balofo, e o cigarro pendia, aceso, do canto esquerdo da bôca de contornos mal definidos. Encostado à ombreira da porta que dava ingresso ao gabinete da Direcção, o Alves fumava, com delícia, um cigarro já enegrecido... Na expressão de contentamento, vincada num leve franzir da fronte escura e abaülada e dos cantos da bôca, era evidente a total incompreensão daquele canto... Mas, assim, prazenteiro, abanando a cabeça ao ritmo da canção, parecia convencido de que a êle era devido, de algum modo, o encanto daquela voz...

ANTÓNIO CONTE

(Do romance: Sina, *em preparação).*

PASSOS DE MENINO

O Sonho

À minha volta tudo era negro e eu tinha mêdo.

Só na parede defronte, o espelho era uma mancha clara — uma mancha a quebrar a escuridão imensa.

Acordara cheio de pavor.

Tinha sonhado um sonho lindo... Mas, no negro da noite, o meu terror era grande.

— Meu Deus, meu Deus, não me faças santo! Não me faças santo! Amanhã dou o meu lanche a um pobrezinho. mas não me faças santo!

Padre nosso que estais no céu...
Tinha sonhado com Nossa Senhora...

Ela estava sentada num trono de nuvens. Nuvens brancas.

Tinha sonhado com Nossa Senhora...

Cobria-a um manto azul, e os seus cabelos de ouro eram cascatas de luz. Em tôrno dela brincavam anjos, muito loiros, muito papudos...

E os anjos cantavam e brincavam com estrêlas. No meio dêles, Nossa Senhora, sorria, envôlta no seu manto muito azul, sentada no seu trono de nuvens brancas...

E Nossa Senhora sorria e chamava-me para junto dela.

Foi então que acordei.

Tinha mêdo, tanto mêdo! — e chorava e rezava...

— Senhor meu Deus, por favor não me faças santo!

Eu sabia. Eu sabia que tinha que ser assim. Não era aquêle sonho um sinal, um aviso? Mas eu não queria ser santo! Não me queria fechar numa cela, sem ar, sem luz. Queria brincar... correr ao sol, deitar-me nos prados, colher flores... colher flores! E tecer grinaldas para coroar a Lia...

Não queria ser santo! Não queria perder a Lia, o sol, as flores! Não queria ser santo!

— Senhor meu Deus, por favor não me faças santo!

E a noite era mais negra ainda... E o meu terror maior...

....

Minha mãe estranhou-me no dia seguinte.

— Mas que tens? Dormiste mal? Dói-te alguma coisa?...

— Não tenho nada... Não tenho nada! Mãezinha, não tenho nada... sério! Não me perguntes, que não tenho nada...

— ...

— Mãezinha, faz-me um lanche muito grande...

....

No caminho para a escola dei o lanche àquêle ceguinho que passava o dia sentado à porta da loja da senhora Marta.

— Meu Deus, não me faças santo... não me faças santo!

Ia a correr. Já era tarde. Concerteza que a aula de aritmética já tinha começado... E eu que levava os problemas errados!

....

— Dá licença, senhora professora?!

Ela ralhou-me. Mas eu olhei para a Lia que sorriu para mim.

A Dona Raquel ralhou, ralhou... mas eu não me importei! A Lia continuava a sorrir para mim.

....

No recreio fui ter com ela.

— Não trouxeste lanche? Queres do meu?

— Não, obrigado. Hoje não tenho vontade.

— Lia...

— Que é? — e sorria para mim.

— Lia, temos que fugir!

— Fugir?... Para onde... porquê?...
Então contei-lhe tudo: o meu sonho, o destino com que Deus me fadara.
— Lia, eu não quero ser santo! Lia, vamos fugir?...
— Tontinho... e acariciava-me as mãos, e ria...
— Tontinho, não vês que eu sou a tua noiva? Não vês que nos vamos casar?...
E ria... «não vês que nos vamos casar...»
— Lia, tenho três tostões. Se me emprestasses dois, ia à loja da senhora Marta comprar um bôlo para comer.

A Fuga

A Lia era mais velha que eu, três anos. Quando ela fêz 13 fui convidado a uma festa em casa de seus pais.

Era um dia de verão, lindo. Tôda a petizada andava radiante. Para mais as férias grandes tinham começado na véspera.

A merenda foi servida no jardim.

Eu não me cansava de admirar a Lia, muito séria, a tratar dos seus convidados.

Estava triste, embora a Lia me tivesse segredado para ir ter com ela à «casa do jardim» em acabando a merenda.

Estava triste. Amanhã partiria para a praia, para casa dos meus avós. A Lia ia para o campo. Tinha que estar três meses sem a ver. Estava triste...

....

Pouco tempo tive que esperar.

Ela chegou, muito vermelha, os olhos a brilharem.

— Vens cansada?

— Venho. Vim a correr. Não me posso demorar muito.

— Lia, amanhã vou-me embora.

— Bem sei... Eu também vou ter muitas saüdades tuas...

Os seus olhos brilhavam muito e as suas mãos agarraram as minhas.

— Eu também vou ter muitas saüdades tuas... e apertava-se contra mim. Depois beijou-me. Não levemente, como costumava fazer, mal poisando os lábios na minha face. Beijou-me com fôrça. Os seus lábios contra os meus. E o seu corpo apertava-se contra o meu.

Tive mêdo. Mal a via. O sangue escaldava-me a cara, toldava-me os olhos. Só sentia o seu corpo encostando-se, com fôrça, ao meu.

— Lia... Lia, o que é?...

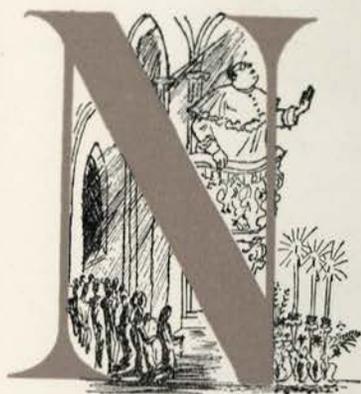
Ela não me respondeu.

— Lia...

Tive mêdo... Fugi!

Ia a correr, ia a chorar...

Sabia que tinha perdido a Lia para sempre.

O Sermão

AQUELE domingo a minha avó levou-me à Igreja.

Estava-se bem... Tão fresco... E a música tão linda... E as santas a sorrirem nos seus nichos...

O padre Gastão era muito meu amigo. Todos os sábados ia jantar lá a casa. Tinha sempre, na algibeira da sotaina, uma guloseima para mim.

Depois contava-me histórias... Histórias do Menino Jesus que vinha à Terra secar as lágrimas dos pobres e os lamentos dos aflitos.

Nesse domingo, porém, não foi o meu amigo quem disse a missa. Já há dias que estava doente.

Era um outro padre. Gordo, muito vermelho, os cabelos muito negros...

Tinha um vozeirão que se ouvia em tôda a igreja e as santas, nos seus nichos, ao ouvi-lo, pareciam que deixavam de sorrir e se cingiam mais aos seus mantos azuis.

Nada percebi do sermão.

Ouvi-o repetir muitas vezes: *a luxúria..., o inferno..., o pecado..., o inferno..., o eterno castigo para aquêles...*

Não, não tinha gostado daquele padre tão diferente do meu amigo.

....

À volta para casa eu ia calado, ao lado da minha avó. Ia calado, a pensar no que tinha ouvido... Mas tive vergonha de preguntar à minha avó para me explicar o sermão.

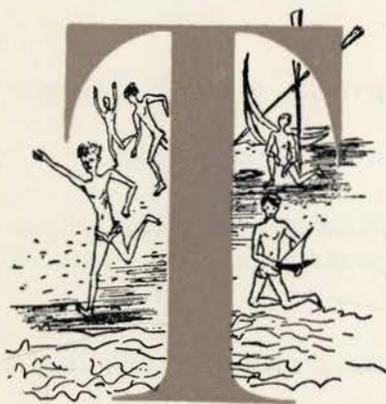
....

Nessa tarde, a Adelaide, a nossa cozinheira, estava muito zangada com a criada de dentro.

Quando fui à cozinha, pedir a minha merenda, estava ela a dizer:

— Sua desavergonhada! Agora nem há respeito pelos seus patrões!... Agora até dentro de casa mete os homens!... Por êste andar... por êsse andar hás-de ir longe...

Não sei porquê, lembrei-me logo dum padre gordo, vermelho, com uns cabelos muito negros, que falava constantemente na *luxúria*... no *pecado*... Depois pensei na Lia, muito cingida a mim...

O Banho

TÔDAS as tardes costumava atravessar o rio na bateira do Pá Tuna, para ir tomar banho à *Estacada*.

Ali, naquela vastidão de areia, eu e os meus companheiros podíamos correr e brincar, todos nus, à soalheira.

Cansados das correrias eu e o Zé, deitámo--nos na areia quente.

— Vem daí tomar banho, disse eu.

— Já, não. Ainda agora acabámos de lanchar.

— Isso que tem?!

Parti a correr para a água.

Mergulhei — eu nadava bem...

A água estava fria, mas era agradável sentir o corpo deslisar por ela, sem esfôrço.

A corrente ajudava-me a afastar da praia. Em breve quási nada se ouvia — só o chapinhar dos meus braços.

De repente senti uma dor, profunda, no estômago. Era como que um ferro em brasa. Parei de nadar.

Mal via, na praia, as figuras que corriam. Até mim chegava uma ou outra risada. Atrás duns rochedos via-se a cana de pesca de Pá Tuna, imóvel.

Cerrei os dentes com fôrça — não queria gritar.

Os meus braços recusavam-se a mover mais.

Não queria gritar... não queria gritar!

Senti o meu corpo a afundar-se. Bebi um trago de água amarga. Com um enorme esfôrço consegui voltar à superfície. Não queria gritar... mas já não podia mais! Então gritei... gritei pelo Pá Tuna, pelo Zé...

As figuras pararam de correr, na praia. A cana de pesca sumiu-se ràpidamente por detrás dos rochedos. Em breve a proa da bateira surgiu ao longe...

Ouvia o Pá Tuna que gritava:

— Coragem, meu menino, coragem! É só um bocadinho... não tenha mêdo!

— Pá Tuuuuuna... Depressa, depressa, Pá Tuna!

Tornei a mergulhar...

Senti uma mão que me puxava, com fôrça, pelos cabelos. Ouvi uma voz...

— Ai, o meu menino!... Ai, o meu menino!... O que me dirá a avòzinha!

Pôs-se-me a esfregar o estômago.

— Ai, o meu menino!...

Vomitei. O sol desaparecera. Tinha frio.

— Também uma coisa destas!... Pra que é que foi pra tão longe?...

Eu não respondia, deitado no fundo do barco, a tremer, a vomitar...

....

Quando cheguei a casa foi um reboliço. Meteram-me logo na cama, com botijas. Mandaram chamar o médico.

O Pá Tuna ficou na cozinha, rodeado pela criadagem, que o ouvia boquiaberto, a contar a «tragédia».

O Pá Tuna falava, falava... e ia escorripichando copinhos de vinho, que a Adelaide lhe enchia, lavada em lágrimas e aos ais.

....

Por fim chegou o médico.

— Não é nada minha senhora. Pode Vossa Excelência ficar descansada. O abalo sofrido... O sol que apanhou... Não é nada que dê cuidado.

Eu fingia que dormia.

Eu ia morrendo...

O que seria morrer? Continuar a ver, a ouvir, sem ser visto? A querer falar, brincar com os outros e não poder porque ninguém me via?

Eu ia morrendo... Haveria o Céu e o Inferno? Iria para o Inferno se morresse? Eu era um pecador. Que pecados tinha eu cometido?

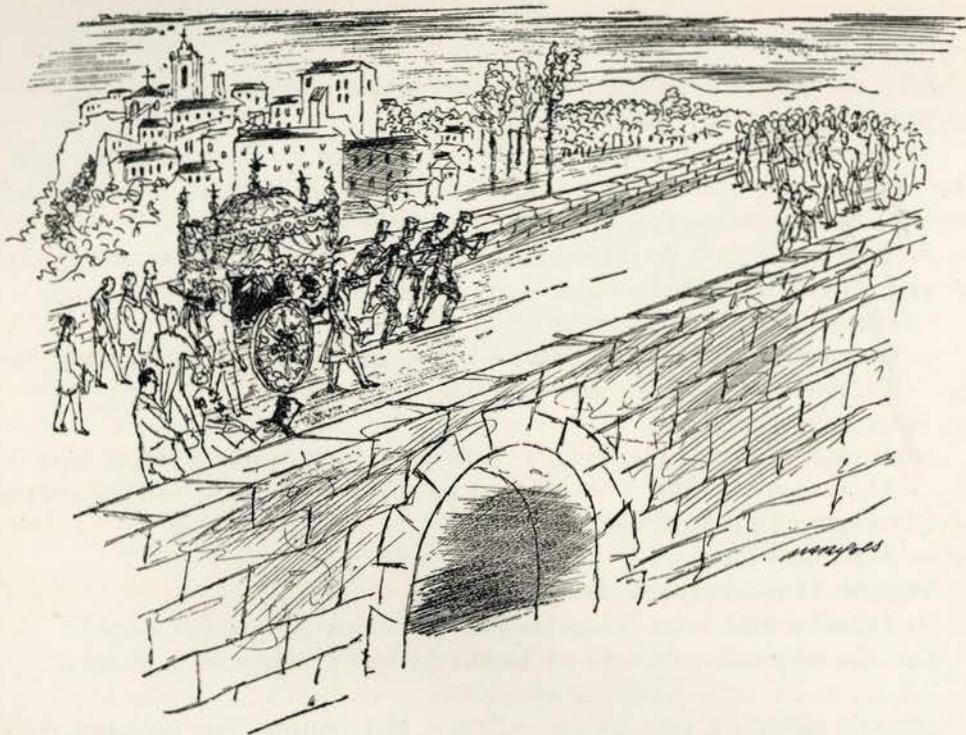
Quando passava pela mulher dos tremoços roubava-lhe sempre uma mão cheia. Sempre que podia...

Isso era um pecado — *não roubarás!*

Quem é que dizia isto? Aquêle padre, vermelho, com uma cabeleira muito negra?... Não, não foi êsse! Êsse era o do sermão... O *pecado!*, a Lia!

— Obrigado por não ter morrido, meu Deus. Obrigado! Eu sou um grande pecador... um grande pecador! Mas prometo emendar-me...

Nunca mais pensaria na Lia!

Mas, nessa noite, senti os seus lábios nos meus...

O Entêrro

UANDO ela morreu ninguém se quis acreditar, mas em breve se tiveram de convencer.

Ela morrera na cidade. Depressa se soube lá em casa, na vila, e nas terras em volta. Foi um alvoroço !

Os camponeses foram esperar o entêrro ao fundo da ponte, do outro lado do rio. Assim que a carrêta surgiu, ao longe, romperam os gritos e os choros.

— Ai que morreu a nossa mãezinha !

— Ai que morreu a mãezinha dos pobres !

Eram às centenas. Todos gritavam e choravam. As mulheres caíam no chão à passagem da urna. Todos gritavam, todos choravam.

— Ai que lá se foi a nossa mãezinha !

— Só os bons é que morrem !...

E as mulheres desgrenhadas arrastavam-se pela estrada poeirenta gritando e

chorando. Os homens, mais comedidos, seguiam-nas, chorando também. Mas o seu chôro era mudo.

Eram às centenas.

— Ai que lá morreu a mãezinha dos pobres!...

Eram às centenas. Quando o entêrro entrou na cidade ainda a cauda daquela imensa multidão ia no outro lado do rio.

Eu estava a espreitar de uma janela, por detrás das cortinas.

A minha mãe tinha morrido. Ao seu entêrro foram centenas de camponeses. Vieram das povoações em redor. Vieram da serra. Vieram dos arrozais do Mondego. Vieram das povoações distantes. Eram às centenas. Centenas que choravam e que gritavam.

— Ai que lá morreu a mãezinha dos pobres!

Eu estava a espreitar a multidão negra que se escoava por debaixo da minha janela. Subiam até mim os choros e os gritos. Subia até mim a poeira levantada pelos seus pés descalços.

Eu também a chorara. E chorava-a agora. As minhas lágrimas misturavam-se àquela poeira que a multidão levantava.

— Ai que lá morreu a mãezinha dos pobres!

A multidão escoava-se lentamente sob a minha janela, chorando-a.

Eu também chorava — mas sentia-me feliz. Aquela multidão imensa chorava-a. Ela fôra boa.

E a multidão passava, sem cessar, chorando-a.

— Ai que lá morreu a nossa mãezinha!...

— Só os bons é que morrem!...

....

Era já noite funda mas eu não dormia.

A garganta, sêca, queimava. Tinha na bôca e nos olhos o ardor daquela poeira que a multidão levantara. Tinha nos ouvidos os seus gritos e os seus choros.

— Só os bons é que morrem...

Então foi por isso que eu não morrera? Mas eu queria ser bom... Queria ser bom, mas não queria morrer... Queria ser bom embora não quisesse ser santo. Deus quis-me fazer santo, mas eu não quis, por amor da Lia... Também porque queria correr pelos jardins, ao sol... E porque queria ouvir as cantigas... E porque eu também queria cantar e rir...

Iniciação

Á em casa ninguém sabia.

Nem queria pensar no que me aconteceria se a avó desconfiasse.

Esperei que todos adormecessem. Depois saltei da cama, devagarinho...

....

Lá fora o Feijoca esperava-me.

O Feijoca era meu amigo. Dormia no areal defronte da nossa casa. Não tinha pai nem mãe. Passava os dias espapaçado na areia, à soalheira. Quando as traineiras entravam com a sardinha êle sempre conseguia roubar meia-dúzia delas para o jantar. Havia sempre alguém que lhe dava um naco de broa.

Quando o mar estava bravo e as traineiras não podiam sair êle batia à nossa porta. Por uns tostões e almôço fazia pequenos serviços. Enchia o depósito de água ou então varria o quintal.

O Feijoca era meu amigo.

Tinha conseguido convencê-lo a levar-me à noite à pesca.

De noite êle costumava desatracar uma bateira e ia pescar para a entrada da barra.

Lá em casa ninguém sabia que o Feijoca era meu amigo. Êle esperava-me ao pé do portão.

— O menino demorou-se. Julguei que já não viesse.

— Tive que esperar que todos adormecessem. As criadas levaram muito tempo a arrumar a cozinha...

— Tá bem! Agora vamos depressa.

....

Quando chegámos ao cais a bateira não estava lá.

— E agora, Feijoca, que vamos fazer?!

— Aquilo foi o Carapau que a levou. Hoje é lua cheia...

— Então que vamos fazer?...

— Não sei... O menino já foi de noite à praia?...

....

A areia chiava sob os meus pés que se enterravam nela. Tirei os sapatos. O Feijoca deitou-se de barriga para o ar. Pôs-se a cantarolar baixinho...

Lá no mar canta a sereia,
Lindo bem
Senhora da Encarnação...

As ondas miüdinhas vinham à carreira espalhar-se pela areia... Depois, voltavam para trás, devagarinho, arrepanhando-a...

Senhora da Encarnação
Livrai dela o meu amor.
Lindo bem
Dai-lhe a vossa protecção...

Para os lados da barra o mar batia de rijo nos rochedos...

Meu amor se fores pró mar
Lindo bem
Não me leves no cuidado...

Eu olhava as estrêlas. Tinha-me deitado também.

Não me leves no cuidado
Deita-te à proa do barco
Lindo bem
Dorme um sono descansado...

Eu olhava as estrêlas... Lá para baixo brilhava o farol do Forte.

Dorme um sono descansado...

— Ó Feijoca!

— Ahn?!

— Porque é que ali, ao pé dos blocos, o mar está quieto, e do outro lado, no Forte, as ondas saltam os rochedos?

Porque foi lá, nos blocos, que se despedaçou a «Senhora da Encarnação...» O mar não quere bolir nos mortos. O mar só quere apanhar os vivos. Quere levá-los para o fundo dêle... Depois deixa-os sossegados, lá no fundo... Depois já não lhes bole...

Lá vem o meu amorzinho,
Lindo bem
Naquela embarcação.

— E morreram muitos, Feijoca?

— Todos. Só escapou o Venâncio.

Naquela embarcação...

— Só o Venâncio? Quem é o Venâncio?

— Um estupor! — Só os bons é que morrem... Foi por isso que êle escapou, o estupor!

Aclarou a garganta. Cuspiu para o lado.

Nas ondas daquele mar
Lindo bem
Cheirava que rescendia...

— Porque é que os maus não morrem, Feijoca?

— Porque Deus não quere.

— Mas porque é que êle não quere?

Encolheu os ombros.

— Mas eu não sou mau como o Venâncio, pois não, Feijoca?

— Não. O menino é bom...

— Então porque é que eu não morri, no outro dia, na «Estacada?»

Sorriu. Retomou a cantiga.

Cheirava que rescendia
Era o manto da Senhora
Lindo bem
Que um marinheiro trazia...

Depois, disse muito sério, olhando para longe...

— O menino não morreu naquele dia, porque Deus o quere para outras coisas...

— Mas porquê, Feijoca, porquê?...

— Só Deus o sabe, menino. Só Deus o sabe!... Mas agora vamo-nos embora...

Lá longe, na *Estacada*, as ondas iam altas. O mar estava zangado. Faltava-lhe um morto.

....

Ninguém deu pela minha falta. Todos dormiam. Meti-me na cama, mas não houve maneira de adormecer.

Tinha nos olhos as estrêlas que vira... Ainda ouvia a canção do Feijoca e o mar zangado por eu não estar lá, no fundo.

A canção do Feijoca não me saía dos ouvidos.

Êle dissera-me que Deus me fadara para outras coisas... Também ouvia os choros daquela multidão que passou numa tarde de sol, envôlta em poeira, sob a minha janela...

O Feijoca disse-me que eu estava fadado para outras coisas. Deus o queria. Lá em casa ninguém soubera.

Génese

O meu avô era um homem muito alto e forte. Tinha os cabelos muito brancos, muito compridos, que lhe caíam para trás das orelhas.

Tôda a gente o conhecia. Quando lhe falavam tratavam-no sempre por «mestre».

Êle era muito alto e forte, mas todos o estimavam pela sua bondade.

Uma noite, depois do jantar, fui ter com êle ao escritório. Era uma sala grande, rodeada de estantes que iam até ao teto. Por tôda a parte havia livros: empilhavam-se em cima das cadeiras, do sofá, até no chão.

No meio da sala, sentado a uma grande secretária, coberta de papéis, estava o meu avô.

Aproximei-me dêle... Por cima dos seus ombros via-o a corrigir exercícios.

Durante muito tempo deixei-me ficar ali, a vê-lo emendar aquelas fôlhas de papel, com a sua letra muito miüdinha, a tinta vermelha — aqui riscava uma palavra, além escrevia uma observação na margem do papel.

Durante muito tempo me deixei ficar ali. Sentia-me bem naquele silêncio... Só se ouvia o riscar da caneta, deslisando sôbre o papel.

Depois pus-me a ler o que estava escrito numa das fôlhas, já emendadas.

Pus-me a ler...

Alma minha gentil que te partiste...

— Avô, o que é isto? Lê isto por favor.

Levantou a sua cabeça muito branca. Sorriu o seu sorriso calmo, bondoso.

— O quê?

— Isto! E apontei-lhe o que tinha lido.

Poisou a caneta.

Sempre a sorrir tirou as lunetas e pôs-se a limpar as lentes muito grossas.

— Isto?

— Sim, avô! Sim, isto!...

Tornou a encavalitar as lunetas. Passou a mão pelo bigode branco... e começou:

— «Alma minha gentil que te partiste...»

Já não sorria. A sua voz era triste...

Eu fiquei muito quieto... a ouvi-lo. A sua voz era triste... Eu não percebia as palavras, só aquela música tão linda...

A sua voz era triste... mas ao ouvi-la, senti dentro de mim uma alegria muito grande.

Depois, a música escoou-se lentamente...

Voltou o silêncio outra vez.

— Gostaste?

Não respondi. Encaminhei-me para a janela que estava aberta. Lá fora, a noite era muito clara, o céu coberto de estrêlas... De repente desprendeu-se uma que caíu no mar... Baixinho murmurei:

«Alma minha gentil que te partiste...»

— Ó avô, vi uma estrêla a cair! Caíu no mar...

TOMAZ KIM

NEVES E SOUSA / 1943

IMBONDEIRO

PAÏSAGENS DE ANGOLA

Levado para Angola com doze anos, vim a ser empregado do Censo da População, cabendo-me uma Circunscrição quási tão grande como Portugal inteiro. Assim iniciei a minha vida de pintor de África. Com os livros de escrituração, levava os meus álbuns de esboços, e comecei a trabalhar num contacto directo com os negros e com a terra.

Pasmei à paìsagem titânica da Quibala, com as suas ásperas montanhas de granito negro e os seus rios turbulentos. Vi túmulos de pedra de sobas doutros tempos, dormindo solitários pelo alto dos penedos. Ouvi histórias de velhos «sèculos» que andaram nas guerras de «osimbu», sentado à fogueira, sob o céu negro salpicado de estrêlas frias. Dormi por aquêles matos, em velhos «quimbos», com luzinhas morrinhentas de brasido pisca-piscando às portas mal cerradas das cubatas. Vi batuques pagãos, com negros dançando, armados de zagaias compridas, e raparigas nuas, com guizos tilintando na cintura... Ouvi cânticos bárbaros, entoados à luz das fogueiras que tingiam o céu da côr do sangue...

Quando o Censo acabou, fiz em Luanda a minha primeira exposição, com retalhos de vida vivida. Decidi fixar-me, provisòriamente, na cidade. Arranjei uma espécie de «atelier» e comecei a viver do meu trabalho de pintor. Ali se reüniam alguns artistas, entre os quais o poeta enamorado de Angola, Tomás Vieira da Cruz, o pintor angolano Roberto Silva, o escultor alemão Küntze, ali arribado, e outros mais, ardendo de febre de Arte em terra de outras febres.

Mas um dia, cedendo à atracção do mato, ingressei no Quadro Administrativo, afim de trabalhar, com o desenhador Alvaro Canelas, para a Secção Etnográfica do Museu de Angola. Recomeçou a peregrinação. Fui dar com a ossada para as bandas da Quissama — terra de sol e de moças lindas, morenas, airosas como troncos de palmeira.

Na Quissama, tive o que se pode chamar a sensação de *estar em África*. Não tinha ainda visto lugares tão selváticos. A paìsagem, tôda em ocra e cinzento, grandiosamente nua, esmaga. O céu parece uma bacia de cobre aquecida ao rubro; não há palmo de terra ou fio de capim que não esteja estorricado pelo calor. Desesperados como leprosos, os imbondeiros, enormes e cinzentos, erguem ao céu os braços torturados, retorcidos em contorsões de dor, como que implorando clemência ao sol implacável. Nas senzalas, não há a alacridade do cantar de um galo ou do ladrar de um cão. Apenas o silêncio, um silêncio opaco, que se ouve, pesado como o ar antes das trovoadas.

Ouvi, na Quissama, os mais harmoniosos cantares indígenas. Vi raparigas dançando, vestidas de panos azuis; vi outras dançando pintadas com a tinta encarnada da «tacula», os seios desnudos, as ancas ondeando em movimentos felinos, numa evocação vaga de danças de outras eras. Foi então que pintei os primeiros batuques e o rio Cuanza, que se deixa escorrer, manso e manso, pelo meio da paìsagem, como fita de chumbo derretido rebrilhando ao sol.

Ao acabarmos a nossa volta pela Quissama, dirigimo-nos para o Sul: Vila Luso, no planalto de Benguela... Havia, por lá, uma paìsagem frouxa de savana arborizada, areia, um sol pálido como o daqui, e frio, muito frio. Pelas anharas verde sujo, há paus mortos, tortuosos, vestidos de negro pelo fogo das queimadas, e morros de salalé recortando, no ar, as suas avermelhadas e imprevistas silhuetas. Os paúis têm limos acinzentados, e à tona de água, nenúfares abrem corolas branco e ouro, espreitando como a mêdo, por entre os canaviais de um verde deslavado.

As senzalas são mal feitas, e paira, em tôdas elas, um cheiro enjoativo — misto de fuba azêda, óleo e suor. Há sempre um «brouhaha» confuso de batucadas, de negrinhos piolhosos gritando, de mulheres cantando aos filhos rabugentos, de «caniques» em loucas corridas atrás de bacorinhos atrevidos, de cães e galinhas misturados a granel. Existem, lá, «muquixes» — feiticeiros bailarinos, com máscaras de pesadelo, ìntimamente ligados às cerimónias rituais e misteriosas da «mucan-

da». Pintei alguns quadros tendo como motivo queimadas e inúmeros estudos sôbre as danças dos muquixes «tchókué».

O último lugar que percorri foi a circunscrição dos Dembos — lugar de encanto, nevoeiro e café. Floresta! Árvores crescem desmedidamente na umidade sombria, roubando o sol à terra côr de sangue. Lianas sôfregas de luz lutam, buscando estrangular-se recìprocamente. Os Dembos, reis negros, outrora poderosos senhores de «guerras» do gentio, conservam, ainda hoje, a sua velha e pitoresca indumentária: boina de ráfia bordada, capa vermelha e azul, a arrastar, e um alarde de velhas espadas ferrugentas, espantando os ecos, telintando pelas pedras do caminho.

Há, também, nevoeiros viscosos, esverdeados, que se agarram à terra, envolvendo tudo como gigantescas medusas gelatinosas. Pintei, lá, montes semi-ocultos por véus de nevoeiro, e alguns Dembos arrastando, arrogantes, suas velhas capas...

NEVES E SOUSA

BIOGRAFIA DE GONÇALVES DIAS

Estão na ordem do dia, no Brasil, os poetas românticos. Ensaios, biografias, estudos críticos, obras completas, edições luxuosas e populares — vemos todo um movimento literário em tôrno das figuras que viveram e escreveram entre 1830 e 1870, o que quere dizer nos princípios, ao mesmo tempo, da nossa nacionalidade e da nossa literatura. Alguns julgamentos foram alterados nessa revisão. A um Fagundes Varela, por exemplo, classificado antes como autor de segunda mão, consideramos hoje um dos cinco ou seis poetas realmente representativos do romantismo.

Posição que não se alterou em momento nenhum foi a de Gonçalves Dias, a quem os juízos de hoje, em concordância com os do seu tempo, colocam como o nome principal de tôda a poesia brasileira no século XIX. Vindo antes dos outros, êle interpretou com mais pureza o seu momento, assimilou melhor a sua época, aproveitou com mais originalidade as tendências, os temas e o espírito do seu ambiente; influenciou, por isso, os seus sucessores, ainda contando a seu favor a circunstância de haver sido na ordem cronológica o primeiro grande poeta do seu país. Está fora de dúvida que, ao lado das suas fôrças poéticas, tôdas individuais, Gonçalves Dias ainda se beneficiou do momento propício em que viveu, o que sucede, aliás, com todos os homens ou obras de êxito fora do comum. Resta-nos reconhecer que foi a Gonçalves Dias que o destino concedeu o dom de uma missão poética excepcional em harmonia com uma época que permitia a sua realização.

Sôbre Gonçalves Dias, a Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira, acaba de publicar uma completa biografia *A vida de Gonçalves Dias*, o livro que João Ribeiro teria estimado como comemoração do centenário do poeta, de que, nas suas *Cartas Devolvidas*, fala com tanta melancolia: «até agora, nenhum artigo sequer, nenhum livro de crítica, nenhuma edição do poeta buscou perpetuar ou prolongar a hora que passa». À autora, porém, é que não agradaria, tenho certeza, dar ao seu livro aquêle carácter comemorativo. Fazer homenagens, fabricar estátuas para as comemorações, trabalhar com um fim de utilidade — nada disso encontra eco no espírito da Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira, em quem o primeiro traço a destacar é a consciência literária, a rigorosa honestidade de propósitos, o espírito crítico sempre vigilante.

Penetração psicológica, sensibilidade, estilo de artista: eis os atributos principais dessa ensaísta. Atributos que passaram da sua biografia de Machado de Assis, publicada com sucesso há alguns anos, para esta biografia de Gonçalves Dias. O processo de reconstituïção, porém, haveria de conter certas diferenças essenciais, vindas das próprias figuras em estudo.

A vida de Gonçalves Dias não conta com os mistérios, as reservas, as duplicidades, as zonas de sombra que Machado oferece ao exame psicológico. Êle era um romântico que se confessava nos seus livros, nas suas cartas, nas suas atitudes; e detém por isso os seus biógrafos nos domínios mais directos da narração e da exposição. Mas em várias ocasiões, para o entender torna-se necessária a busca dos seus «motivos inconfessados», das suas razões subjectivas, dos seus impulsos mais secretos, e em nenhuma delas deixa de estar presente a sagacidade psicológica da Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira.

O núcleo da biografia de Machado de Assis foi a interpretação do seu carácter, a descoberta da zona secreta em que se ligavam, contra tôdas as aparências, o homem e a sua ficção literária; o núcleo desta biografia de Gonçalves Dias é a reconstituïção do seu drama — o sentimento dramático de amor, que criou a sua lírica, o sentimento dramático de mestiço numa pátria em formação, que criou a sua poesia expressiva da terra. Reconsti-

tuindo, nestes dois sentidos, a vida dramática de Gonçalves Dias, a Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira levanta o quadro dentro do qual a existência do poeta explica a sua poesia. Ela nos oferece, ao mesmo tempo, a história do homem e da sua obra, o sentido do seu drama pessoal e a significação dos seus versos.

Entre o Maranhão e Portugal realizou-se a formação cultural de Gonçalves Dias. Já estava fixada a sua vocação literária, já estava o seu espírito dominado pelo sentimento da terra que seria o centro da sua obra, quando foi fazer estudos em Coimbra. Parece, apesar das suas longas estadias na Europa, que não seria muito sensível a outras influências que não fôssem as da literatura portuguesa. A Gonçalves Dias estava reservado o papel de ficar constituindo uma espécie de chave, de ponto de encontro de dois momentos. Foi a última figura representativa daqueles brasileiros que não tinham outro caminho para a formação além de Lisboa ou Coimbra. Ao mesmo tempo, era a expressão de uma nova época, aquela que iria dispensar as viagens europeias aos brasileiros de vocação literária ou política. De Gonçalves Dias por diante — as escolas de Recife e São-Paulo iriam substituir Coimbra.

Gonçalves Dias, no sentido cultural, foi o último poeta ou escritor a apresentar em estado de equilíbrio o sentimento brasileiro ao lado da formação portuguesa. Isto explica que tenha escrito *Y-Juca Pirama* e as *Sextilhas de Frei Antão*, o que levou Sílvio Romero a esta justa definição do poeta: «é o autor do que há de mais nacional e do que há de mais português em nossa literatura».

A sinceridade dessa dupla tendência ainda se torna mais evidente em face da rectificação que a Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira faz agora ao caso das *Sextilhas*. Dizia-se que o poeta havia feito êsse trabalho em clássico e puro português para se vingar dos censores do Conservatório Dramático, que tinham apontado galicismos e incorrecções na peça *Beatriz Cenci*. Essa versão está em Leal, em Sílvio Romero (que fala da peça *Leonor de Mendonça* em vez de *Beatriz Cenci*), e tôda a gente repete-a com ares de certeza. Esclarece a Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira que a hipótese da revide por motivo da linguagem não pode subsistir porque o parecer do Conservatório dizia da *Beatriz* que tinha «invenção, disposição e estilo». Foi recusada, não por motivos estilísticos, mas por ser julgada imoral. Não deixa dúvida nenhuma a argumentação da Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira, e a escritora completa-a com uma análise crítica através da qual vemos que o estado de espírito de Gonçalves Dias ao escrever as *Sextilhas* estava na ordem poética e não em preocupações simplesmente eruditas. A versão de Sílvio Romero ainda tem menos razão de ser, acrescento, uma vez que o Conservatório aprovou a peça *Leonor de Mendonça*. Mas êste nome e a comparação de textos vieram-me sugerir nova hipótese, que entrego ao exame dos especialistas em Gonçalves Dias. Diz a Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira que em nenhum documento se refere Gonçalves Dias às *Sextilhas* sob êste carácter de revide ao Conservatório. Há, porém, uma carta do poeta ao seu amigo Henrique Leal, já publicada, em que, ao se referir ao drama *Leonor de Mendonça*, escreve: «Estou fazendo uma Duquesa de Bragança muito bem comportada e grave, tanto que nem um frade de São-Domingos seria capaz de condená-la ao fogo, quanto mais os censores do Conservatório».

Daí se conclui que a versão de uma revide de Gonçalves Dias contra o Conservatório foi deturpada, mas tem talvez algum fundamento. Não estava nas *Sextilhas*, nem no problema de linguagem e estilo; mas não seria possível que no rigor moralista da *Leonor de Mendonça*, de confessada intenção, estivesse uma resposta aos censores que recusaram como imoral a *Beatriz Cenci?*

Dá relêvo e consistência ao livro da Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira essa integração dos detalhes, dos pequenos problemas, nas grandes linhas da personalidade do poeta. Um livro em que a erudição está tôda diluída dentro da melhor composição literária. Aspectos cotidianos, quási insignificantes, tomam significação porque colocados no encadeamento de circunstâncias pequenas e factos importantes que dão fisionomia e carácter a uma vida. Esta arte de articular os detalhes no conjunto fica muito visível, por exemplo, na narração da existência doméstica do poeta. Tôdas essas páginas a respeito do conflito entre Gonçalves Dias e sua mulher Olímpia são documentos da agudeza psicológica da escritora. Não era fácil juntar os pequenos incidentes, os conflitos miúdos, as *nuances* de temperamento,

que colocaram a vida do poeta e de sua mulher num estado de tensão, de áspera incompreensão, de drama.

Embora o propósito da autora tenha sido fazer a biografia, e não a crítica do poeta — a vida e a obra estão ligadas de modo tão natural que seria difícil não passar de um plano para o outro. Passagem oportuna que não desagradava, com certeza, ao espírito crítico da biógrafa. Ela nos oferece, por isso, ao longo de alguns capítulos, notícias e interpretações dos livros de Gonçalves Dias. A sua preferência pela lírica é perfeitamente justificada; nela está a parte mais consistente e mais bela do poeta que se exercitou em tantos géneros. O indianismo, ao meu ver, não dá a Gonçalves Dias o carácter de um poeta interpretativo da nação, mas o de intérprete de um estado nacional de espírito na sua época.

Não concordo que Gonçalves Dias tenha sido o épico da formação brasileira, como diz a Sr.ª Lúcia Miguel-Pereira. Nem o tema do indianismo era o mais indicado para criar essa figura-síntese. Dava sòmente para criar um grande poeta como Gonçalves Dias. Fraccionava a unidade étnica, aquela que determina um povo no sentido biológico, sociológico e histórico. Isolava do conjunto uma unidade, e aquela que seria menos caracterizadora do povo brasileiro.

A atitude do indianismo de Gonçalves Dias foi incontestàvelmente mais genuína que a de José de Alencar, na qual muito entrava a leitura de Chateaubriand e Cooper. Ao indianismo de Gonçalves Dias chamou João Ribeiro «ficção patriótica»; ao de Alencar «ficção literária», sem que esteja agora em discussão o valor com que um e outro trataram os seus assuntos.

O poeta exprimiu a ficção patriótica do seu tempo, que consistia em colocar o sentimento nacional de independência na exaltação do mais antigo habitante da terra. Foi assim um intérprete do Brasil da sua época, mas não o poeta síntese da formação brasileira. Não era falso o seu indianismo, mas era incompleto como representação nacional. Lembrar-se-á logo que Gonçalves Dias não foi só o cantor dos índios, e que outros elementos étnicos e outros temas brasileiros ocupam vasto lugar na sua obra.

É certo que sim, que o poeta maranhense foi dominador de uma temática das mais variadas da nossa literatura, mas êle tratou os seus assuntos isoladamente, por etapas, e não em função orgânica. E sem nada querer diminuir da beleza e da fôrça épica de certos trechos de *Y-Juca Pirama*, como de outras peças do mesmo género, tenho a impressão de que o sentimento brasileiro de Gonçalves Dias se exprimiu mais intensamente, mais livremente, em poemas da espécie de *Canção do Exílio*.

ÁLVARO LINS

ÍNDICES DA CULTURA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Quási simultâneamente acabam de ser publicados quatro livros de autores portugueses notáveis, que representam bem, cada um dêles em sua facêta, aspectos da cultura dos nossos dias e expressão superior da actividade dos portugueses no Mundo.

Um dêstes livros foi pensado em Timor, e escrito durante as deambulações longas, de vida inteira, de um escritor que soube ser cidadão do mundo, sem deixar de ser completamente português. O outro foi escrito, também, longe da metrópole, mas, — por felicidade —, numa segunda pátria, visto que seria ofensa para o Brasil chamar-lhe pátria adoptiva dos Portugueses, porque só se pode «*adoptar*» o que não nos pertence intrìnsecamente, e o Brasil e Portugal formam uma unidade léxica e histórica; estoutro livro, redigido fora de Portugal Político sôbre documentos da Europa e da América Meridional, representa a reexpressão escrita do achamento do Novo Grande Mundo pelos Portugueses. O terceiro trabalho que nesta notícia juntamos foi gizado no remanso fechado dum gabinete de estudioso, na calma tépida de Lisboa, mas o autor tinha ante si, além da visão esplendida do Tejo, evocador soberbo de Descobrimentos, (que se desdobra quási até à foz, para quem o olha da janela do quarto em que foram meditadas e redigidas as fôlhas que compõem a obra), as páginas vivas de Barros e Castanheda, de Fernão Mendes Pinto e Tenreiro, da História Trágico-Marítima e de Duarte Lopes. O quarto livro-índice vem de outro extremo do mundo: da China Portuguesa.

Com os olhos volvidos para o Mundo foram feitos êstes livros; mas com a alma posta no Mundo Português êles foram pensados.

A Ilha Verde e Vermelha de Timor, de Alberto Osório de Castro; *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, por Jaime Cortesão; *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, de Hernâni Cidade; *China*, de Camilo Pessanha — livros saídos de espíritos de diferente formação, e tendências não iguais, representam, por feliz e não fortuita coincidência, vigorosa afirmação da Cultura Portuguesa, espelho de mais clara e mais elevada intelectualidade lusíada, ao mesmo tempo que definem a posição humana dos Portugueses no Mundo.

Alberto Osório de Castro para escrever *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, que se anuncia como a peça primeira duma trilogia subordinada ao título genérico de *Insulíndia Portuguesa*, não fêz adormecer a inspiração de altíssimo poeta para poder falar sôbre a flora e sôbre a terra portuguesa de Timor. Na literatura da Europa e da América não há de nossos dias, (que eu saiba), mais bela união do encantamento que o artista sabe transmitir pela palavra, com o rigor que apreciamos e exigimos na obra de ciência, e, mais ainda, com o descritivo claro e de delineado contôrno, que pedimos ao livro de viagens. Páginas raras ou únicas, lhe chamaria eu, se a nossa literatura de viagens de quinhentos não fôsse, embora em forma menos acabada, a resultante desta tripla união magnífica que se acha no livro de Osório de Castro, representante da melhor quinta-essência da espiritualidade portuguesa, do seu amor à viagem dilatada, à observação e ao estudo dos homens e das terras exóticas, tudo visto sempre pela luz da poética fantasia, que embeleza sem deformar...

....

E eis-te no fim do mundo,
Costa verde e vermelha de Timor!
Mas que divina, extraordinária côr
A do teu céu, a do teu mar profundo!

Esta é a introdução poética à Insulíndia portuguesa; esta a expressão sonora do encantamento do viajante. Mas logo nas páginas seguintes se lerá: «*...Noto a abundância das «Thespesia Populnea» (o «bendieiro» ou pau-rosa de Goa), que dão na Índia muito*

boa madeira de marcenaria, e uma côr à tinturaria indiana. Em Lahane e Benamáuc as vejo também. Já algumas «Opuntia ficus indica», invasoras e daninhas. Ainda em flor as «Gloriosa Superba» «Garras de tigre», como chamam em Goa à flor desta linda liliácea trepadora...»

E assim, sem que o poeta tenha adormecido, ergueu-se, forte de pormenor técnico e de observação cuidada, o fitólogo. E logo será o etnólogo que estudará com olhos atentos os costumes dos sangüinários malaios, e, acima de todos, o patriota de total sentido que encontrará em cada um dos ilhéus da Ásia Extrema, em cada uma das pedras das velhas fortalezas que olharam, arrogantes, o Índico e o Pacífico e os dois lados do Atlântico, as relíquias dos Portugueses espalhados pelo Mundo, numa dispersão que só foi possível fazer-se pela virilidade e pelas virtudes inegáveis da Raça.

Tal virilidade e tais virtudes, ei-las expressas de diferente modo em *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, publicada por Jaime Corsão. «*Auto do Nascimento do Brasil e do Mundo Novo*», «*Testemunho... do humanismo universalista dos portugueses na Era dos Descobrimentos*», chamou o editor à Carta de Caminha. Não é tanto o documento em si que importa agora, apesar da transcendência dêle para Portugal e Brasil, e para o Mundo. O que importa sobremaneira é mostrar como o trabalho probo de Jaime Cortesão, rico de documentação e seguro de rigor, representa índice elevado da cultura portuguesa, pelo sentido claro da excelência (e do penoso e doloroso caminho!) da investigação científica, pela múltipla preparação nos vastos campos da paleografia, da filologia, da diplomática, da hermenêutica, da história literária. Mas quero chamar especialmente a atenção para o critério que presidiu à elaboração do trabalho: «*Esforçámo-nos*», escreve Jaime Cortesão, «*por fazer trabalho objectivo. Mais científico, que literário. Mais crítico, que apologético. Uma declaração devemos, não obstante, acrescentar. Tôda a história escrita tende a tornar-se uma interpretação actual do passado. Por isso se tem dito que cada geração escreve, à sua maneira, a história. Assim é; e assim deve ser. Não nos furtámos a estudar o passado à luz das preocupações do presente...* [*A* «*Carta*» *é*] *um dos documentos mais eloqüentes do humanismo universalista que foi, durante os séculos XVI e XVII, valor e tonalidade suprema da cultura portuguesa.* Dentro desta compreensão se desenvolve a obra; ela constitui, sem sombra de dúvida, um dos documentos mais notáveis da erudição histórica contemporânea.

Em *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*» (edição, como *A Ilha Verde e Vermelha de Timor* e *China*, da Agência Geral das Colónias) Hernâni Cidade faz a total reabilitação dos Portugueses na obra ingente do Descobrimento.

Apesar de todos os elogios que se têm tecido à acção dos Portugueses de quatrocentos e quinhentos quando, saídos a conhecer novas terras, conheceram também novas gentes, e tiveram de pôr à prova a sua posição ética perante o mundo, faltava ainda o livro em que, numa vista de conjunto, se pudesse reconhecer em tôda a grandeza o que foi a expressão literária e humanista resultante do movimento mais viril que a história regista.

Escreveu agora êsse livro Hernâni Cidade, com espírito do arqueólogo literário e o bom senso do crítico. *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, é, em primeiro lugar, uma revista geral das formas várias em que o Descobrimento encontrou expressão escrita, e, em segundo lugar, análise da posição humanista e humana que os escritores portugueses de quinhentos tomaram perante o Mundo.

No meio das inevitáveis cruezas da guerra, do desacêrto de alguns e da venalidade de outros, o escritor português de quinhentos está sempre, intransigentemente, ao lado da justiça, da razão e do direito, como a consciência colectiva da Nação, que se não pode considerar pecadora só porque, atraídos por tentações múltiplas e fortes, alguns dos Portugueses, esquecendo o ar de cruzada que presidiu a todo o espírito de Achamento das Novas Terras, mancharam alguma vez as espadas de sangue inocente ou levaram a rigor extremo castigos e violências.

É esta constante e inquebrável linha superior de conduta do escritor e do humanista que Hernâni Cidade põe, de forma completa, em definitivo realce. O livro analisa, um a um, todos os grandes criadores de Arte Literária portuguesa, que da Expansão tiraram o tema ou o incentivo. São os cronistas ofi-

ciais, são os simples escrivães que anotaram, de bordo das naus, o modo e o trato das gentes novas, são os caminheiros e aventureiros que singelamente contam os perigos que passaram, são os narradores de naufrágios, são os poetas elegíacos e até os satíricos. Tôda a Literatura Portuguesa de quinhentos volve os olhos para o largo panorama dos Descobrimentos e da Ocupação do Ultramar. Fá-lo sempre com o largo entendimento universal, a ampla compreensão dos ideais superiores da humanidade. Esta é a conclusão que o estudo consciencioso e metódico de Hernâni Cidade permite que se formule. Esta é a reabilitação que se devia, ainda, à Cultura Portuguesa.

China, colecção de escritos esparsos de Camilo Pessanha, amorosamente reünidos e cuidadosamente reimpressos por um amigo do poeta da *Clepsydra*, é espelho objectivo e claro, mas nimbado de doce poesia, das reacções de um português culto e observador no ambiente diverso e chocante da Ásia Extrema, da China. Realidade crua, dureza bárbara, poesia requintada, tudo anotou, com a sensibilidade rara do artista e o sentido equilibrado do homem superior aquêle que se chamou, na breve vida terrena, Camilo Pessanha. *China* não é o livro corrente do viajeiro coleccionador de anedotas ou a descrição exterior de usos e costumes. *China*, de Camilo Pessanha, é a «interpretação» difícil, só concedida aos eleitos, do que há de profundamente íntimo, de intrìnsecamente humano, num povo e numa raça.

A Ilha Verde e Vermelha de Timor, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina*, *China* são quatro índices de alto valor da Cultura Portuguesa que valem, por si próprios, como obra de investigação, de moldes perfeitos, e que, pela natureza do tema, tocam no que há de mais universal, mais grandioso, e mais belo na contribuïção dos Portugueses para o progresso do Mundo.

LUÍS SILVEIRA

O PROBLEMA DA FILOSOFIA PORTUGUESA

A Nova Poesia Portuguesa e *O Problema da Filosofia Portuguesa* se intitulam os dois *cadernos culturais* da editorial *Inquérito*, ùltimamente publicados. A simultaneidade da publicação não parece obedecer apenas ao arbítrio do editor; os originais, escritos a trinta anos de distância, respondem, hoje, no mesmo instante presente, a interrogações permanentes do português consciente.

A Nova Poesia Portuguesa é a reünião, prefaciada por Álvaro Ribeiro, de alguns artigos de Fernando Pessoa, escritos outrora, em momentos de entusiástica admiração pela obra da *Renascença Portuguesa* e de profundo sentido para o valor autêntico da grande alma daquele movimento: Teixeira de Pascoais. Afirma generosamente, contra tôda a obstante incompreensão dos contemporâneos, a fé e a esperança no destino sublime e glorioso de uma poesia que acede à consciência das específicas qualidades do povo português. A outros, mais autorizados, competirá a grata missão de revelar tôda a verdade irradiante de tão belas páginas.

O Problema da Filosofia Portuguesa é original de Álvaro Ribeiro. O leitor atento e advertido verificará, sem custo, que também esta obra é fruto amadurecido ao calor da admiração entusiástica: a qualidade do ensino ministrado pela extinta Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto e a influência altamente pedagógica de Leonardo Coimbra, percorrem tôdas as páginas dêste opúsculo. E também verificará nêle a expressão de não menos generoso testemunho de esperança e de fé na viabilidade de uma filosofia portuguesa, de uma filosofia que, especulativamente, exprima as qualidades próprias, intranhas, ao povo português.

Quando se defende a capacidade especulativa dos portugueses, é costume fazê-lo, defendendo a capacidade especulativa individual, a capacidade especulativa dêste ou daquele empírico homem, que em Portugal nasceu, por pouco mais que mero acidente. Mas, tal defesa não resiste a razoada ofensiva. Contra a pretensão de fundamentar a capacidade de filosofar, em catálogos, por muito copiosos e minuciosos que sejam, erguer-se-á sempre o objectante argumento de quem não se satisfaça com a indefinida repetição da mesma contingência. Neste caso, a defesa exige um passo ao encontro do eventual adversário.

Álvaro Ribeiro dá êsse passo:

«A fase nacional da lógica universal, que nos dê imagem directa e viva do autêntico pensamento filosófico, ainda não apareceu aos olhos nossos ansiosos» *(O Problema da Filosofia Portuguesa, pág. 73)*.

A filosofia só atinge a universalidade, própria do conhecimento especulativo do Absoluto, passado o «momento» da nacionalidade. Mas há que passá-lo. A Universalidade *conquista-se*, por assim dizer, através da particularidade nacional: «Vencer a opacidade do idioma português, dar a expressão dialéctica ao tipo de imaginação e de ideação que nas obras de arte se revela em beleza exuberante, dar transparência à subjectividade, é — exactamente por virtude da imagem verbal como pela fôrça do raciocínio — *desvendar* a existência de uma autêntica filosofia nacional» *(ibid. págs. 73-74)*.

Mas, o «desvendar a existência de uma autêntica filosofia nacional», não é tarefa que possa ser cumprida pelo pensador solitário. É mister de *Escola*. À *Faculdade de Filosofia* competirá «a missão altíssima da elaboração do sistema filosófico que, hodiernamente, corresponda às aptidões especulativas do povo português» *(ibid. pág. 74)*.

A necessidade do «momento» nacional no universal processo do pensamento filosófico, e a exclusiva competência de uma *Faculdade de Filosofia*, para desenvolver ou desocultar a universalidade envolvida ou oculta na particularidade da expressão nacional, constituem as idéias focais do valioso opúsculo de Álvaro Ribeiro. Os vinte parágrafos que con-

têm, articulam-se orgânicamente, obedecendo sempre à atracção harmoniosa dêstes focos. Os dois primeiros esboçam um conceito de filosofia, definida como esfôrço para o conhecimento especulativo ou «sófico», e indicam o *lugar* próprio do respectivo estudo e ensino: o ambiente escolar. Os dois últimos investigam o solo onde mergulham as raízes da filosofia portuguesa, onde os estudantes da *Faculdade de Filosofia* devem ir procurar, pela «leitura nova» dos «mais significativos documentos culturais», o ponto de inserção da nacionalidade filosófica na universalidade sófica. Quatro parágrafos (III, IV, V e VI) apresentam e criticam as anteriores posições, perante o mesmo problema, e algumas soluções propostas. Da maior parte do livro (12 parágrafos) constam as condições a que deve obedecer a organização de uma *Faculdade de Filosofia*, para atingir a finalidade a que se destina.

A leitura de tão bem razoadas páginas, só uma dúvida pode deixar no espírito de quem espere «o advento da filosofia portuguesa». É difícil discordar de que o «desenvolvimento da lógica» se efectua «diversamente adentro de cada idioma»; é a diversidade de tal desenvolvimento o que confere individualidade às filosofias nacionais. Quando se fala de um *intelectualismo francês*, de um *empirismo inglês*, de um *racionalismo alemão*... afirma-se, pelo menos *de direito*, a existência de fases nacionais da lógica universal. Também é certo que «a palavra concreta está na origem da palavra abstracta»; que «a idéia também foi imagem». Um idioma já contém, em potência, a expressão dialéctica e a ideação. Apenas se pode duvidar de que não pertença essencialmente ao carácter do povo português o não passar da palavra concreta à palavra abstracta, da imagem à idéia. Em Portugal, pelo menos até hoje, os escritos de natureza filosófica, têm reflectido sempre a cultura estranha; isto é, a passagem a que se refere o autor de *O Problema da Filosofia Portuguesa*, — a passagem da fase nacional à fase universal, tem reflectido apenas um trânsito já efectuado por *outros*.

No entanto, a nossa dúvida não pode nem deve paralizar as virtualidades, porventura latentes. A aventura é das tais que valem a pena dos esforços que se dispendam. O descobrimento de uma filosofia portuguesa equivaleria ao descobrimento de ignotas terras.

EUDORO DE SOUSA

A LITERATURA BRASILEIRA EM PORTUGAL

Ainda se há-de fazer o estudo histórico e crítico das relações da literatura brasileira com Portugal — sobretudo crítico, porque o que deve interessar mais, nesse estudo, é a reacção psicológica dos portugueses em face da nova literatura da sua língua. Devem, os portugueses contemporâneos das primeiras afirmações autónomas, ou pelo menos já caracterizadas, dessa literatura, ter sentido qualquer coisa de semelhante aos pais que vêem entrar pela casa dentro, já formada, já quási mulher, a filha que deixaram em terra estranha, e se desenvolveu longe dêles ou sem que êles se apercebessem da sua evolução. Ao contrário do que seria natural supor, não houve resistência sistemática, embora possa ter havido certa surprêsa.

Garrett, compreensivo e aberto como ninguém, deu logo o tom do acolhimento e da aceitação à sua crítica, só exigente ao lamentar que não tivesse, precisamente, mais carácter brasileiro a poesia que o Brasil começara a produzir no século anterior. Referindo-se aos poetas do *Meio do século XVIII até o fim*, escreveu no *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*, publicado em 1826: «E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que nêles aparece: a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afectação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades:» Incorrendo num lapso de atenção que tantos outros, que quási todos repetiriam, censurou Gonzaga por não ter dado lugar, no seu poema, à vida do Brasil: «quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as côres do país onde os situou. Oh! e quanto não perdeu a poesia nesse fatal êrro! se essa amável, se essa ingénua Marília fôsse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em tôrno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, — que saltasse pelos montes espêssos a cotia fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu esquamoso, — ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmins, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafèzeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingénuo pincel de Gonzaga!» Elogia José Basílio da Gama por ser «mais nacional» «que nenhum de seus compatriotas brasileiros», afirmando, com certa precipitação filha do desejo de ver nacionalizada a poesia do Brasil, que nesse poeta ela «é verdadeiramente nacional, e legítima americana.»

À atitude desapaixonada, embora confidencial, de Herculano, já nos referimos numa conferência, citando o passo de uma carta sua para D. Pedro II: «Uma coisa de que também me parece carecer o Brasil é de nacionalizar a sua poesia no que é possível nacionalizá-la. O que acho nos poetas da América, salvas algumas honrosas excepções, devidas principalmente a Gonçalves Dias, é a constante recordação da Europa. Resulta isto das origens da sociedade brasileira, das suas relações íntimas com as sociedades do mundo antigo. É o mesmo defeito dos nossos poetas moços em relação à literatura francesa. Falta-lhes a autonomia. Os nossos bosques, o nosso céu, as nossas montanhas, os nossos rios em miniatura, os nossos hábitos, os nossos interêsses, os nossos destinos, não são os mesmos do Brasil. Com o que o recente império tem pròpriamente individual e autonómico no meio do seu europeísmo, pode ter uma poesia individual e autonómica.»

No estudo *Da Poesia Moderna Portuguesa*,

com que precedeu o seu *Parnaso Português Moderno*, editado em 1877, Teófilo Braga não hesitou em considerar o lirismo brasileiro como «superior em veemência sentimental e em novidade de formas ao lirismo português», reconhecendo que o destino da literatura do Brasil era «identificar tôdas as divergências» no «sentimento» da «autonomia nacional». Não acrescentou êle, por sua conta, à colecção de *Contos Populares Brasileiros* de Sylvio Romero, os *Mitos e Fábulas de Origem Tupi* que colheu em Couto de Magalhães, mostrando-se mais indianista que o folclorista brasileiro!?

Das *Primaveras* de Casimiro de Abreu — livro já tão sentidamente brasileiro! — fizeram-se em Portugal dez edições, de 1864 a 1925, e para êle escreveram prefácios uns tantos escritores portugueses: Ramalho, Pinheiro Chagas, Júlio Dantas, António Sérgio (segundo o bibliógrafo Ferreira Lima). Não se está tornando num dos maiores acontecimentos literários e editoriais dos últimos anos em Portugal a edição portuguesa de um livro brasileiro, embora de espírito universal: essa extraordinária obra poética que é a *Vida de Jesus*, de Plínio Salgado, que um pintor português, Lino António, ilustrou!? Digamos, a propósito, que Carlos Malheiro Dias incluíu êste escritor entre os *Pensadores Brasileiros* (pensadores políticos, ou sociólogos), ao lado de Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Baptista Pereira, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre e Tristão de Athayde, numa «pequena antologia» que está longe de ser um índice suficiente, quer do pensamento brasileiro quer do conhecimento e da compreensão que tinha do Brasil o ilustre homem de letras português.

Não pretendemos estabelecer a resenha erudita das referências que a literatura brasileira tem provocado em Portugal, mas apenas chamar a atenção dos leitores do Brasil para as mais recentes demonstrações do interêsse português pela sua literatura. Não podemos, no entanto, deixar de reçordar o que fizeram dois brasileiros para divulgar, em Portugal, a fase moderna da poesia do Brasil. Um dêles, que entre nós viveu sempre, nem por isso deixou de ser brasileiro, dedicando os seus últimos anos à regência da Cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa, embora o Brasil fôsse para êle, como país, uma terra que se visita com curiosidade porque quási se desconhece, como o prova o livro de impressões de viagem que lhe consagrou, com o título: *Terra Moça*. Refiro-me a Manuel de Sousa Pinto, e quero muito especialmente lembrar, não o seu estudo sôbre a Carta de Pero Vaz de Caminha, hoje superado pelo trabalho exaustivo de Jaime Cortesão, mas a sua conferência sôbre a *Poesia Moderníssima do Brasil*, pronunciada em 1930, no Curso de Férias da Faculdade de Letras de Coimbra. Pela voz de Sousa Pinto, pela primeira vez, sem dúvida, soaram nessa Faculdade, ainda que insuficientemente valorizados pela crítica do conferencista, versos de Moacyr de Almeida, Felippe d'Oliveira, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond, Afonso Arinos (o Afonso Arinos de Melo Franco dos posteriores volumes de ensaios), Álvaro Moreyra, Abgar Renault, Murillo Araujo, Ascenso Ferreira, C. Paula Barros, Manuelito d'Ornelas, Eudes Barros, Jorge de Lima, Léo Lynce, Olegário Marianno e Jader de Carvalho. Hoje, que está feita e é conhecida entre nós a destrinça de valores, parecerá estranha a mistura de grandes poetas com outros, menores, mas Sousa Pinto deve ter lutado, não só com a falta de estudos críticos que o orientassem, como com a própria escassez de livros, guiando-se, um pouco, pelas novidades das revistas literárias.

Em 1935, outra voz brasileira, melhor informada: a da grande poetisa Cecília Meirelles, de novo se fêz ouvir em Coimbra, numa Conferência de Extensão Universitária: *Notícia da Poesia Brasileira*. Nela perpassaram versos de Gilka Machado, Manuel Bandeira, Rosalina Coelho Lisboa (desta, incidentalmente, como exemplo de sobrevivência parnasiana), Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade, Felippe d'Oliveira, Augusto Meyer, Jorge de Lima, Tasso da Silveira, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Murillo Araujo, Raul Bopp e Francisco Karam.

Em 1932, tínhamos nós, primeiro na revista *Descobrimento*, logo a seguir no livro *Espelho do Brasil*, chamado a atenção dos leitores portugueses para os diversos *Aspectos da Moderna Poesia Brasileira*. Dez anos depois, tivemos ocasião de voltar ao tema, com outro desenvolvimento, numa conferência: *A Poesia Moderna do Brasil*, acompanhada

de um recital. Pela terceira vez, mas então pela voz de uma intérprete da poesia: a senhora D. Manuela Pôrto, as veneráveis tradições da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sofreram o desafio irreverente da moderna poesia brasileira.

Em 1937, numa conferência transbordante daquele seu amor entusiasta pela terra brasileira: *Visão do Brasil* (incluída no recente volume *Presenças Eternas*), João de Barros invocou, em apoio da sua fé nas energias do país novo, versos de Ronald de Carvalho, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e Ribeiro Couto, a par de um soneto de Bilac. No seu ardor, atribuíu a um desejo do próprio Ribeiro Couto o que é, evidentemente, uma sátira à prègação de Graça Aranha:

«*Eu quero o sol na tua poesia e na dos teus amigos !*
«*O Brasil é cheio de sol ! O Brasil é cheio de fôrça !*
«*É preciso criar a poesia do Brasil !*»

pois que, para o lírico nostálgico, a poesia continuava a residir na mulher que passava sob a chuva. É certo, porém, que mesmo em Ribeiro Couto, no seu livro *Noroeste e outros poemas do Brasil*, o poeta da *Vida Vitoriosa* encontraria a nota, que lhe é querida, de uma poesia com função de estímulo vital.

Recentemente, apareceu em Portugal uma antologia geral da poesia brasileira: *As Melhores Poesias Brasileiras* — selecção feita por um poeta: Alberto de Serpa — a primeira que do conjunto da poesia do Brasil se faz entre nós. As Melhores Poesias do Brasil — assim se deveria chamar essa antologia (as melhores para o seleccionador, evidentemente, mas essa é a regra e a condição de tôda a antologia), pois que Alberto de Serpa excluíu do seu propósito de escolha o critério de brasilidade. Êle o confessa, tão francamente que não há por onde atacá-lo (nem êsse era o nosso intuito), podendo, apenas, discordar-se de ter sido adoptada tal orientação numa antologia histórica. Diz Alberto de Serpa: «sempre o organizador dêste volume sòmente procurou e seleccionou quanto lhe pareceu a poesia e só a poesia», acrescentando «não ter querido incluir certas produções que podem ter muito de Brasil mas muito pouco ou nada têm de poesia, e outras que de poesia pouco ou nada têm, igualmente, mas podem mostrar a fidelidade a um património literário comum.» Dá-se, assim, o absurdo de essa antologia começar com José de Anchieta e não incluir Santa Rita Durão nem Basílio da Gama. Mas, enfim!, qualquer obra, mesmo que seja uma antologia, tem que ser aceite como o autor a quis.

O que dificilmente se pode aceitar é que Alberto de Serpa, que é poeta, e de tão fina sensibilidade!, tenha escolhido de Gonzaga, em vez de uma daquelas *Liras* patéticas sôbre a prisão, que fazem dêle (como o demonstrou João de Castro Osório, em artigos infelizmente perdidos num semanário) um grande poeta elegíaco, ou mesmo mais: um autêntico poeta trágico; tenha escolhido — dizíamos — um trecho simplesmente descritivo — aquêle em que, precisamente, se dá (para adoptar palavras de Alberto de Serpa) «a descoberta de uma vida brasileira», e que só por isso merece ser especialmente destacado. Mas, assim mesmo como se apresenta, essa antologia merece os aplausos de quem só deseja ver mais conhecida em Portugal a literatura brasileira.

Com êsse único propósito organizámos dois livros que não nos compete apreciar mas de que desejamos dar notícia: *Contos Brasileiros*, primeiro volume de uma Colecção a que os editores puseram o nome de *Cruzeiro do Sul*; e *Pequena Antologia da Moderna Poesia Brasileira*, primeiro tômo da Colecção *Atlântico*. É constituído, o primeiro, por «dezassete de entre os contos brasileiros»; o segundo, formam-no quarenta e dois poemas de trinta e um poetas. Não é tudo quanto se torna necessário conhecer, mas é alguma coisa.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

Post-Scriptum :

Só o imperfeito conhecimento da produção literária brasileira pôde levar um tradutor português de Oscar Wilde: Januário Leite, a afirmar que a sua recentíssima tradução da *Balada do Cárcere de Reading* é «a primeira tradução portuguesa», quando já em 1899 se tinha publicado no Brasil uma versão de Elysio de Carvalho: *Balada do Enforcado,* e em 1920 se editou nova versão do mesmo escritor, tão injustamente esquecido, aliás, mesmo no Brasil. A não ser que por «tradução portuguesa» se entenda: feita em Portugal, e não: para a língua portuguesa.

É verdade que um brasileiro tão bem informado sôbre a literatura portuguesa, como é Ribeiro Couto, pôde esquecer, no seu prefácio ao álbum: *Uma Cidade Antiga do Brasil: Ouro Prêto,* agora editado em Portugal, que, além de Raymundo Corréa e de Olavo Bilac, um poeta português sempre olvidado: Paulino de Oliveira, consagrou a essa «cittá muorta» do Brasil um belo soneto. Transcrevêmo-lo do volume: *Poemas de Paulino de Oliveira,* publicado em 1932, para que essa voz portuguesa prolongue, nas páginas desta revista, o encanto triste que se exala dêsse álbum:

DIA DE CHUVA EM OURO PRÊTO

Impossível sair... A chuva interminável
Despenha-se e cachoa, em golfadas, salseiros ;
Gorgoleja na rua e por desfiladeiros,
Por tôda a parte canta e tomba, inexorável.

A cerração apaga os cones dos outeiros
Com sua igreja ao tôpo—a igreja inevitável—
E é a névoa que adoça e torna quási amável
A irritante canção dos contínuos chuveiros...

Melancólica, a chuva as almas narcotiza
E o cinzeiral da névoa alvacenta, indecisa,
As coisas cobre... é cal, é mortalha, um momento...
Em vão resistes, urbe, aos que querem matar-te...
Em dilúvio de tédio vais a despenhar-te
Comigo, a resvalar para o aniquilamento.

Lembremos, a propósito, que só devido à «dedicação» dêsse português foi possível editar, em 1913, no próprio Brasil, o livro: *Questões e Problemas,* de um dos mais notáveis sociólogos que o Brasil já possuíu: o malogrado Tito Lívio de Castro, homem de côr, que deveu a criação e os estudos a outro português. Parece-nos um facto digno de memória que tenha sido o Cônsul de Portugal em São-Paulo, como escreveu Sylvio Romero no prefácio dessa «publicação póstuma», quem salvou parte da obra de um brasileiro, editando-a em volume.

J. O. DE O.

A "SANTA CATARINA" DE DOMINGOS CARVALHO

Um bom retrato é uma biografiia pintada.
ANATOLE FRANCE

Foi uma princesa lusitana, Maria Isabel de Bragança, Rainha de Espanha, quem fundou o Museu do Prado, quem encorajou e protejeu a sua instalação até o ponto de ceder para a grande obra a soma que lhe havia seu marido, Fernando VII, fixado *para alfinetes.* Não pôde ver a solene inauguração da célebre pinacoteca, pois morreu jovem, com 20 anos apenas, mas o seu nome ficou imortalizado nesse templo de arte.

Êsse monumental museu, de linhas severas e grandioso aspecto, que se ergue no elegante Passeio do Prado, principal artéria do madrileno bairro borbónico dos palácios e academias com alegóricas portas encachiadas, exibe à contemplação dos visitantes o único, porém admirável, quadro da Escola Portuguesa que êle possui: a «Santa Catarina», atribuída a Domingos Carvalho, jóia preciosa cuja fotografia ilustra esta crónica.

Mede a excelente tábua 0,78 de altura por 0,60 de largo, e procede do Convento dos Anjos, de Madride, do qual foi retirada pela Comissão de Sequestro da Academia Real de São-Fernando para enriquecer o Museu Nacional da Trindade. O quadro representa uma jovem loura, de peregrina beleza, com a faustosa indumentária das primeiras décadas do século XVI, tendo sôbre a cabeça aureolada uma régia coroa e um rico colar adornando o pescoço impecável; com a mão esquerda recolhe o manto e sustenta com a direita uma espada, de trançada empunhadura, em cujo canal lê-se a firma que se reproduz abaixo:

CAR V ALHO

Longo tempo, em polémicas eruditas, debateram-se os críticos quanto à pessoa retratada e ao seu magistral pintor. Acreditavam uns que o modêlo fôra aquela infortunada Catarina de Aragão, viúva do Príncipe Artur e primeira das seis espôsas do famoso Henrique VIII. Outros, mais venturosos, conseguiram identificar a imagem de Catarina de Áustria, Rainha de Portugal, com os atributos da sua celestial protectora onomástica, a Santa de Alexandria, cujo extraordinário talento converteu ao cristianismo vários filósofos, que padeceu morte heróica sob o reinado de Máximo II e de quem a áurea lenda refere foi o corpo transportado pelos anjos até o Mosteiro de Santa-Helena, no Monte Sinai, onde cavaleiros cruzados custodiaram suas relíquias venerandas.

Da mais alta progénie era Catarina de Áustria, último fruto daquele fecundo amor de Joana a louca pelo formoso Filipe. Irmã do Imperador Carlos V, da Rainha Isabel de Dinamarca e de Dona Leonor, a bela espôsa de Manuel de Portugal e, em segundas núpcias, também, do rei Francisco de França. Nasceu em Torquemada, filha póstuma do rei consorte da Espanha, sendo pobre e tristemente educada em Tordesilhas, ao lado de sua mãe demente. Foi a princesa mais inteligente da casa de Áustria e a que se assemelhava mais à sua ilustre avó, a Rainha Católica, pelo carácter enérgico, grande valor, incomparável religiosidade, firmeza de resolução, claro talento e outras raras virtudes.

Aos 18 anos, a prendada Infanta leonesa casou com D. João III, cujo trono compartilhou durante seis lustros nos quais Portugal, com a aquisição de Diu, alcançou seu apogeu na Índia. Foi a época do esplendor lisboeta, da hegemonia marítima da Princesa do Oceano, quando, em conseqüência das proezas dos navegantes, descobrimentos e conquistas realizados em três continentes, Lisboa, também chamada então a Rainha do Ocidente, era o maior empório comercial do mundo.

Morto o monarca lusitano, encarregou-se Catarina da regência na menoridade do seu neto D. Sebastião. Os africanos que haviam reünido um poderoso exército para desforra dos passados descalabros, vencidos foram pelas tropas que ela armou, porém, depois do desastre de Alcácer-Quibir, o Cardeal Infante foi aclamado rei e a viúva-regente retirou-se ao Convento da Esperança.

É indispensável assinalar que foi Catarina quem inspirou a D. João III a fundação da Universidade de Coimbra e a primeira medida oficial reinol para a colonização do Brasil: o estabelecimento das doze Capitanias Donatárias ao longo da costa atlântica — medida da Metrópole, que deu logar à instituïção do Govêrno Central da Baía e à escolha de Tomé de Sousa para Governador Geral.

Essa jóia arquitectónica, única no estilo, denominada Tôrre de Belém, que o estrangeiro admira engastada na margem direita do Tejo, foi erigida no seu século, bem como o Passo da Ribeira, os Jerónimos e a Velha Conceição. Por desgraça também registaram-se acontecimentos lutuosos, tais como os terríveis terremotos de 1531 e 1551, a deplorável matança de 1506 e a grande peste de 1519.

Um ponto, porém, falta esclarecer. Quem foi Carvalho, êsse pintor exímio do século XVI, de quem a única informação que se possui é aquela assinatura sôbre o canal da espada? Sabe-se, apenas, que vivia em 1537. Precisamente nessa época, adquiriu um elevado nível a pintura portuguesa, com as remessas do *atelier* de Gérard David e a entrada de alguns lusitanos no de Quentin Metsys. Em Évora, Frei Carlos pintou para o Convento do Espinheiro uns *plafons* que se acham no Museu de Lisboa, cidade na qual se formou verdadeiramente a Escola Portuguesa. O grande mestre dêsse tempo, Cristóvão de Figueiredo, sofreu a influência da Escola de Bruxelas e possuía estilo parecido ao de Van Orley. A passagem da influência flamenga para a italiana, na pintura portuguesa operou-se, justamente, sob os reinados de D. João III e D. Sebastião, quando brilhava com luz própria Francisco de Holanda, humanista, arquitecto, ilustrador, pintor e consumado artista.

SOROA FILHO

RETRATOS DE MÚSICOS BRASILEIROS

III — *CARLOS GOMES*

Em 11 de Julho de 1836 nasceu António Carlos Gomes, na alegre e sossegada cidade de Campinas da, então, província de São--Paulo. Foram seus pais Manuel José Gomes e Fabiana Jaqueri Gomes, que morreu tràgicamente, quando ainda António Carlos tinha poucos anos de idade.

Devotado à música, o pai de Carlos Gomes, o tão conhecido «Maneco Músico», vivia com bastantes dificuldades. Com os seus vinte e seis filhos formara uma banda, que muito colaborou na formação do gôsto musical da pequena cidade. Nessa banda tocava Carlos Gomes, aos 10 anos de idade, ferrinhos e, depois, outros instrumentos. Mas também a dirigiu mais tarde, por várias vezes.

«Maneco Músico» era de ascendência portuguesa e teve vida agitada, até que se fixou em Campinas, onde do seu penúltimo casamento nasceu o grande compositor brasileiro.

Cedo se revelaram fortemente as tendências musicais de Carlos Gomes, as quais foram desde logo animadas, não só por seu pai, como também por um dos seus irmãos. Mas não sendo possível a «Maneco Músico» dar uma larga instrução a seu filho, como era seu desejo, tratou de ensinar-lhe uma profissão. E assim, António Carlos freqüentava, com sacrifício aliás, um alfaiate, onde aprendeu a «conhecer do riscado», como êle mais tarde dizia quando, ao encomendar qualquer fato, recomendava, a quem lhos fazia, que tivesse cuidado, porque as roupas também tinham uma alma e que êle sabia o que era bem e mal feito.

«Nhô Tonico», como ficou sendo conhecido, na sua terra natal, o futuro mestre campineiro, aprendeu as primeiras noções de contraponto e fuga com seu pai e em companhia do seu irmão mais querido: José Pedro Sant'Ana Gomes—a maior dedicação de tôda a sua vida, e que foi, também, compositor e violinista com certa reputação. Foi, o «mano Juca», companheiro fiel de tôdas as horas de incerteza, animador em todos os desalentos, compartilhante entusiástico de tôdas as horas de triunfo. Enfim, uma amizade sempre pronta em todos os momentos decisivos.

Aos 15 anos começou Carlos Gomes a compor valsas, polcas e as celebradas modinhas da época, de que escreveu algumas bem curiosas e que tiveram larga divulgação. Aos 18 apresentou a sua primeira Missa, em cuja execução êle próprio tomou parte, cantando alguns solos. E com tal emoção o fêz que comoveu muita gente e, em especial, o seu querido irmão, que nesse momento lhe vaticinou grandiosos triunfos.

Em 1859, isto é, com 23 anos, viu, com grande alegria, incluída num programa de concêrto dirigido por seu pai, a sua «Fantasia sôbre a Alta Noite», para clarinete, em que obteve bom êxito e deu clara demonstração da sua verdadeira e irresistível inclinação.

Carlos Gomes sentia, entretanto, que aquêle meio era acanhado demais para o anseio que o dominava, para a constante inquietação que o torturava e lhe animava as incontidas ambições de glória. Dava lições de canto e piano e estudava com afinco as partituras de tôdas as grandes obras que conseguia obter. As de Verdi emocionavam-no em especial. Mas era preciso sair dali.

Em São-Paulo, onde foi com o «mano Juca», para um concêrto, obteve um triunfo tão grande que foi incumbido de compor o vibrante hino académico, que impressionou a mocidade e ainda hoje é entoado pelos estudantes paulistas. A letra para êsse hino foi escrita pelo Dr. Bettencourt Sampaio, um dos seus bons amigos e grande animador dos seus primeiros triunfos.

Na grande e já progressiva capital da província, que ensaiava com arrôjo a sua gloriosa marcha ascensional, recebeu os mais animadores estímulos. Todos lhe mostravam o caminho: a Côrte, onde poderia freqüentar

o Conservatório e obter os conhecimentos indispensáveis para os grandes vôos da sua sensibilidade e da sua inspiração pujante.

Mas isso apresentava-se a Carlos Gomes como possível só por um verdadeiro milagre. Seu pai não tinha recursos para tão grande aventura.

Não cessavam, porém, de o instigar, quer em São-Paulo, quer mesmo em Campinas. Até pessoas as mais respeitáveis lhe indicavam êsse como o verdadeiro caminho a seguir.

Finalmente, numa segunda viagem a São-Paulo, a pretexto de novos concertos, resolveu fugir da casa paterna. Colaborava nesse audacioso passo o seu próprio irmão e a roda vasta dos seus amigos — todos seus devotados admiradores confiantes, dos quais recebeu cartas e auxílios. Entre êles, uma recomendação que lhe abriria as portas do Paço de São-Cristovão e o coração afectuoso do bondoso Dom Pedro II.

Domina então todos os receios, vence tôdas as evasivas, recalca todos os sentimentos de amor filial, subjuga todo o respeito pelo pai e, dando ouvidos apenas à sua ambição de glória, à sua firme confiança no futuro, tudo isso estimulado e exaltado pelos calorosos aplausos e pelos conselhos dos seus admiradores e do seu próprio irmão, parte a caminho de Santos, onde vai tomar o vapor «Piratininga», que o levará à Côrte.

À despedida é aclamado com entusiasmo pelos estudantes. O seu irmão ainda não acredita no grande e decisivo gesto. Mas Carlos Gomes faz esta declaração profética: «Só voltarei coberto de glória, ou só voltarão os meus ossos»...

Chegou ao Rio-de-Janeiro com poucos tostões. Hospedou-se em casa do pai de um estudante que em São-Paulo bastante o animara. Mas foram de tristeza os seus primeiros dias. Pesava-lhe o remorso do acto de insubmissão que havia cometido, êle que tanto estimava e respeitava o seu bom pai. Resolveu escrever-lhe e, pedindo-lhe perdão, revelar-lhe os seus projectos de trabalho. E tão emocionante e sincera foi essa carta, que seu pai lhe perdoou e lhe estabeleceu uma pequena pensão mensal.

Animou-se de novo e sentiu que podia, enfim, trabalhar.

A Condessa do Barral, para quem levara recomendações especiais, apresentou-o ao Imperador, que se comoveu com a exposição do artista e logo o encaminhou a Francisco Manuel da Silva, director do Conservatório de Música e protector desvelado de todos os artistas.

Matriculado desde logo no Conservatório, teve por mestre Joaquim Giannini, grande musicista, que largos anos viveu no Brasil.

Em 1860, na festa de encerramento do curso, o programa incluíu uma obra sua. Carlos Gomes estava de cama com a febre amarela, mas no momento em que o seu mestre Giannini se preparava para atacar os primeiros compassos da sua «cantata», surge junto dêle, os olhos iluminados de um fulgor extranho, as mãos trémulas, a implorar do

mestre a batuta e a honra de dirigir a sua própria obra. Não o demovem os conselhos solícitos do mestre que, impressionado, lhe dá o lugar e a batuta.

O triunfo foi impressionante. Carlos Gomes foi levado inanimado, nos braços dos seus mestres e admiradores. Em casa, entregam-lhe a medalha de ouro com que o Imperador recompensava o seu talento e o seu primeiro triunfo.

Começa então a marcha ascensional e rápida da sua glória.

Em Agôsto do mesmo ano de 1860 executa-se na igreja da Cruz dos Militares a sua magnífica «cantata»: «A última hora do Calvário».

Em 4 de Setembro do ano seguinte, canta-se no teatro de Ópera Nacional a sua primeira ópera: «A Noite do Castelo», tirada da obra de António Feliciano de Castilho. Foi uma grande revelação, um êxito excepcional. O Imperador agraciou-o com a Ordem da Rosa. Seu pai estava louco de alegria e lamentava-se de não ter permitido a seu filho, mais cedo, a sua vinda para a Côrte. Carlos Gomes foi levado em triunfo para casa, entre uma multidão enorme, com archotes e música, soltando vivas entusiásticos.

Em 15 de Setembro de 1863, novo triunfo com a sua nova ópera: «Joana de Flandres», com libreto do seu constante amigo Dr. Salvador de Mendonça, e a nomeação para vir, durante quatro anos, estudar na Europa — a sua grande aspiração!

Nessa hora de glória teve mais um gesto de enternecedor amor filial. Pressentindo que da magnimidade do Imperador lhe viria nova graça, antecipou-se-lhe e solicitou a nomeação de seu pai para o lugar de mestre da Capela Imperial, ao que Dom Pedro, enternecido, acedeu.

Preferia o Imperador que Carlos Gomes estudasse na Alemanha, mas triunfou o desejo da Imperatriz, que era napolitana. Partiu, entre ovações calorosas da multidão que se comprimia no cais, a 8 de Novembro de 1863, a bordo do navio inglês «Paraná», trazendo recomendações do Imperador, entre as quais uma para Dom Fernando, de Portugal, em que lhe pedia que apresentasse o moço artista ao Director do Conservatório de Milão, Lauro Rossi.

Antes de chegar a Itália deteve-se em Paris, onde freqüentou com assiduïdade as duas Óperas. Em Milão depressa lhe abriram, as recomendações de que era portador, um vasto círculo de relações importantes. Lauro Rossi, entusiasmado com o seu talento, tomou-o como discípulo, e três anos depois, em 1866, recebia o diploma de mestre compositor e os maiores elogios do seu mestre, que em muitas outras ocasiões lhos não regateou, mesmo pùblicamente. Compôs, então, a sua primeira peça musicada, em Itália. Foi: «Se sa minga» (não se sabe), com libreto de António Scalvini. Estreou-se a 1 de Janeiro de 1867, no teatro Fossetti com grande êxito, divulgando-se ràpidamente algumas das suas canções. Um ano depois representa-se outra obra sua, com libreto do mesmo autor, no teatro Carcano: «Nella luna», de que também muitas das suas canções se popularizaram.

Mas Carlos Gomes era profundamente brasileiro — foi-o sempre ardorosamente, deixando disso uma bem eloqüente demonstração em muitos passos da sua vida —, e de há muito que procurava fazer qualquer coisa pela sua Pátria, qualquer obra em que traduzisse as empolgantes grandezas e as surpreendentes belezas do seu Brasil, tão saüdosamente lembrado.

Eis que, por acaso, descobre o romance de José de Alencar. E... nasce o «Guarany» — a obra que, não sendo a maior e a melhor do compositor campineiro, foi, entretanto, aquela que o imortalizou. Foi ela que justificou a frase altamente elogiosa de Giuseppe Verdi: «Questo giovvani cominccia la dove finisco io!», e os mais francos elogios de Lauro Rossi e do grande Gounod.

A noite da sua estreia, em 19 de Março de 1870, para cuja temporada foi escrita como ópera *d'obbligo*, encomendada especialmente para o Scala, assinalou-se como a mais gloriosa da sua vida de artista.

«Assim como o *Guarany* — escreve Renato Almeida — fôra, no romance de Alencar, a afirmação da independência intelectual do Brasil, como disse Graça Aranha, a ópera de Carlos Gomes teria o destino de ser uma iniciação na música brasileira, conquanto a educação artística do grande músico o transviasse para a moda italiana, onde aliás o seu génio de melodista encontrou os mais largos recursos para desenvolver-se».

Foi cantada nos principais teatros da Eu-

ropa e da América. Em Lisboa, em São-Carlos, em Março de 1895, quando o autor atingia já o fim da sua vida de artista.

No Brasil, estreou-se na noite de 2 de Dezembro do mesmo ano e não é fácil de descrever-se a hora de glorificação que o maestro viveu nesse momento. Todavia, quando dias depois Carlos Gomes regressava de novo à Europa — o que só lhe foi possível com dinheiro emprestado por seu irmão —, encontra-se na hora do embarque apenas com meia dúzia de amigos fiéis.

Na vida de Carlos Gomes houve sempre êstes contrastes desconsertantes e pungentes. A par das suas grandes horas de triunfo, as grandes desgraças, as cruciantes desilusões.

De regresso à Itália, casou com Adélia Péri, figura gentilíssima e alma de artista que devotadamente se entregou ao maestro. Nascera do consórcio cinco filhos, que foram as grandes alegrias, as doces esperanças e, depois, a causa das mais torturantes tragédias da vida do artista. Apenas se salvou Itala Gomes Vaz de Carvalho, a quem se deve um belo livro que honra a memória do seu glorioso pai. Os restantes filhos foram ficando pela estrada triunfal do maestro, a marcar, com fúnebres cruzes, as sombras das suas horas de glória.

Depois do «Guarany», sucederam-se-lhe: a «Fôsca», considerada por Carlos Gomes a sua melhor obra, «Salvador Rosa» e «Maria Tudor» — a primeira e a terceira no Scala, a segunda no Carlo Felice. A par dos triunfos obtidos com estas obras, bastantes dissabores, alguns motivados pela política de editores, ou por se atribuir ao compositor tendências vagnerianas.

Em 1880 recebeu justa consagração na Baía. Aí compôs o «Hino a Camões» para o centenário camoniano, a pedido do grande pianista português Artur Napoleão e que foi executado, simultâneamente, na Baía e no Rio-de-Janeiro. Ao chegar ao Rio-de-Janeiro, recebeu novos aplausos e grandes homenagens, mas não conseguiu o que mais desejava: uma situação que lhe permitisse viver na sua Pátria e nela ser útil. Novos e bem profundos desgostos, mais dolorosas desilusões a desfazerem as suas mais caras esperanças.

De volta à Itália, compôs a sua grande ópera: «O Escravo», ópera que, por vários motivos, não pôde ser estreada na Itália. Dedicada à Princesa Isabel, a Redentora, foi cantada na noite de 27 de Setembro de 1889, no Rio-de-Janeiro, com estrondoso êxito.

Seguiu-se-lhe, então, «Condor», que foi apresentada pela primeira vez no Scala, em 21 de Fevereiro de 1891. É nessa ópera, que constituíu um novo grande êxito, que o autor, segundo alguns críticos, procura uma forma nova, já mais próxima do recitativo moderno.

O grande artista já então sofria dolorosamente do mal que o havia de matar, mas as torturas físicas e as morais, as dificuldades com que lutava, as constantes desilusões, a ingratidão dos seus compatriotas, não conseguiam quebrar-lhe a fôrça, domar-lhe o ânimo e a persistência. Era uma das qualidades que êle não deixava de atribuir-se com certo orgulho.

Continuava esperando a nomeação do cargo de Director do Conservatório, mas, entretanto, proclama-se a República e Dom Pedro, o seu grande amigo, é exilado. Sofreu com isto, Carlos Gomes, um rude golpe.

É claro que já não foi nomeado e voltou à Itália. Passado tempo, recebeu o convite para compor o hino da República — convite acompanhado de vinte contos de réis. O compositor devolve-os com nobreza. Não era possível satisfazer aquela incumbência. A recusa maiores aborrecimentos lhe trouxe.

Vários amigos fiéis procuram atenuar as suas dificuldades e conseguir-lhe uma situação. Por fim, foi nomeado para fazer parte da Delegação Brasileira à Exposição de Chicago, onde obteve novos triunfos e recebeu novas afrontas. Havia já composto o seu grande poema sinfónico «Colombo», a sua última composição de vulto, que foi expressamente dirigir no Rio-de-Janeiro, mas obteve fraco êxito, devido à incompreensão do público naqueles tempos. O público esperava uma ópera, com cenários próprios, bailados, árias, etc....

Finalmente, Lauro Sodré, presidente do Estado do Pará, convida-o para organizar e dirigir o Conservatório daquele Estado. Ainda foi uma grande alegria para o maestro. Vai mais uma vez a Itália, para dispor as suas coisas, despedir-se dos filhos e reünir vários elementos de trabalho para a obra que, com entusiasmo e fé, ia empreender, apesar do

seu estado já grave. Aconselharam-no a fazer uma estação em Salso Maggiore, mas não acede. O que quere é partir e quanto antes. Em caminho de ferro, dirige-se a Lisboa, onde recebe justas homenagens e sofre uma intervenção cirúrgica, infelizmente infrutífera. No vapor «Óbidos» segue, finalmente. No Funchal, abraça pela derradeira vez o seu grande amigo — outro exilado triste — André Rebouças. A 14 de Maio de 1895 foi recebido com enternecedoras manifestações de carinho pelo povo paraense. Mas a sua vida estava no fim. Ainda trabalha prodigiosamente, mas o mal vence-o, no momento em que começa a fazer-se-lhe justiça na sua terra. O Govêrno de São-Paulo autoriza uma pensão de 2.000$000 mensais enquanto viver e, por sua morte, de 500$000 aos filhos, até completarem 25 anos de idade. Já então só existiam dois, um dos quais pouco sobreviveu a seu pai.

A 16 de Setembro de 1896 o Brasil cobria-se de luto. E foi então que tomou consciência da grande perda que sofria. O Estado de São-Paulo solicitou ao do Pará os gloriosos despojos, que hoje se acham no monumento-mausoléu que na cidade de Campinas foi erigido e inaugurado com grande solenidade. O Govêrno mandou armar um barco, que passou depois para a marinha de guerra com o seu nome, para o ir buscar ao Pará. No trajecto, recebeu homenagens sentidas de vários Estados, e no próprio Rio-de-Janeiro, antes de seguir, finalmente, para a sua terra natal, que tanto amou.

Em 1936, as comemorações do primeiro centenário do nascimento de Carlos Gomes tiveram carácter nacional e constituíram uma verdadeira glorificação.

Carlos Gomes não foi grande só na sua Pátria; foi-o em todo o mundo artístico. Mas, se se impôs como artista de génio, não se salientou menos pelas suas grandes virtudes. Foi um grande brasileiro, pelo inquebrantável e enternecido amor que dedicou à sua Pátria. O seu carácter, da mais nobre altivez, os seus sentimentos de profunda bondade natural, o seu ferveroso amor pela família, a sua dedicação e fidelidade aos amigos, a sua impoluta honradez, foram os predicados que o seu grande talento e a sua exuberantíssima inspiração nunca ofuscaram nem diminuíram.

Carlos Gomes foi grande como artista e como homem. O Brasil orgulha-se, e muito justamente, de o ter como seu filho e um dos seus imortais.

GASTÃO DE BETTENCOURT

CINEMA PORTUGUÊS:

UM FILME-ÍNDICE

Numa arte ou numa indústria incipientes, a realização que abre novos caminhos e levanta, para discutir, novos problemas é, quási sempre, mais importante do que a obra capaz de dar o apuramento maior que as circunstâncias permitem. Uma arte ou uma indústria incipientes precisam alargar-se e progredir, não precisam fixar-se. A obra apurada, se a sua influência conta, é um elemento de fixação. Por estas e outras razões, um dos aspectos que mais importam no último filme português apresentado, o «Amor de Perdição» de António Lopes Ribeiro, é justamente, não o das realidades fixadas, mas o dos novos caminhos abertos, dos temas que lança para a mesa e oferece aos críticos, comentadores e profissionais, para discutir. Dá-se o caso de ser êste filme, ao mesmo tempo, a obra mais apurada do cinema português. Mas isto que já foi pôsto largamente em relêvo — com tôda a justiça, aliás — é, quanto a nós, o menos importante.

De maior valor é virem a lume, a propósito dum caso cinematográfico nacional, as relações da literatura com a arte das imagens e o possível benefício desta, quando se inspirar nas reservas espirituais, fundas e enraïzadas, do que produziram poetas, romancistas e dramaturgos. De maior importância é a sugestão, concretizada com evidência diante de produtores e escritores, de que um entendimento mais próximo entre o que actualmente se escreve e os que actualmente escrevem, com o que se filma e os que filmam, traria indiscutíveis vantagens, se não para a literatura, ao menos para os literatos e para o cinema.

Fundamental é ter-se afirmado, com carradas de razão, que um cinema nacional só encontraria a sua importância ética contribuindo para a revelação e consciência do carácter nacional — sendo certo, também, que a projecção internacional do cinema português não se conseguirá na imitação de qualquer fórmula importada mas, sim, com personalidade, com imagens nascidas de uma inspiração própria. Importante é, também, ter o «Amor de Perdição» provado a conveniência da colaboração de alguns dos melhores elementos plásticos nacionais. O cinema, o cinema dramático, exige uma técnica de encenação muito complexa e delicada. Qualquer pormenor sacrificado pode inutilizar esforços importantes. Sobretudo, pormenores de bom-gôsto e de qualidade, cada vez mais valiosos, visto que se vão transformando nos limites do terreno em que fracas indústrias nacionais podem aceitar combate com os potentados do filme. A grande organização pode chamar a si a técnica aparatosa, montá-la com máquinas que custam fortunas, espalhar os produtos, em quantidade e com velocidade, por tôda a parte. Indústrias de menor calado podem singrar nas mesmas águas, e até noutras, mas com cuidados especiais de navegação. De derrota em derrota, podem recuar, esmagadas por quantidades absurdas. No reduto do bom-gôsto, da qualidade, da sensibilidade, dos nervos, da personalidade, a luta é sempre com as mesmas armas. Se em Portugal nascesse, criasse fôrças e produzisse obras, um movimento notabilíssimo de renovação plástica, reflectido, desde as capas dos livros aos cartazes das paredes, nos interiores, no gôsto pelas exposições, na subida do valor das compras, em quási tudo, de uma maneira geral, não fazia sentido que o Cinema português passasse, lado a lado com êle, na mesma praça, sem lhe estender a mão.

O «Amor de Perdição» é a obra de maior apuro saída dos nossos estúdios. Ficámos por aí, depois da primeira visão do filme, durante as primeiras semanas da sua exibição. Hoje, o facto não nos interessa grandemente. Espero, e julgo que não sofro de excesso de confiança, que as obras que se seguirem, realizadas por conjuntos de verdadeiros profissionais, continuarão a sair na mesma craveira. Passados uns meses de sedimentação subconsciente de várias observações e conclusões, queremos levar mais longe o nosso elogio à

importância da obra de António Lopes Ribeiro sôbre o romance do genial e desgraçado Camilo Castelo Branco.

Uma das influências mais vastas e fecundas do Cinema, no seu primado social e artístico, é sem dúvida aquela que se projecta sôbre a literatura e o teatro. Até que ponto um filme — melhor, um cinedrama — é romance ou uma obra de dramaturgia, parece-nos falsa questão, coisa sujeita a tantas interpretações e transfigurações quantos os autores — todos êles, sempre, sem conseguirem fixar matéria, já não digo definitiva, mas, pelo menos, aproveitável. Que o cinema levou para o teatro uma dinâmica especial, uma noção de medidas mais subtil, as mutações rápidas de cena e um estilo diferente (bom ou mau, não interessa aqui) de representar — parece-nos indiscutível. E que, igualmente, o romance moderno e o conto moderno se impregnaram de imagens directas, de contrapontos de imagens e diálogos, de descrições planificadas e de «montagens» rápidas — parece-nos igualmente indiscutível. Dos escritores modernos, os que melhor apreenderam êste espírito e mais completamente despiram de roupagens, de formal e inútil retórica os vôos da imaginação (sem, contudo, ficarem completamente nus, como tantos) — êsses são os que o Cinema deve convidar, atrair, chamar em socorro. Mas há outros: os que é preciso descobrir. Há aquêles, do tempo em que o Cinema trazia ainda babeiros pelo gabinete dos irmãos Lumière; aquêles que escreviam mesmo no tempo em que os próprios Lumière usavam babeiro, e que, por milagre, pareciam adivinhar a exposição límpida, totalmente sacrificada à clareza, da cinematografia.

É verdade: há, ainda, os autores que adivinhavam o Cinema. Camilo Castelo Branco é um dêles. E o filme de António Lopes Ribeiro provou-o.

Quando se não é completamente leigo na arte de decompor em planos e contraplanos, imagem por imagem, uma cena, por mais complicada que seja, não pode deixar de sentir-se entusiasmo diante de tantas páginas de Alexandre Dumas ou diante de tantas outras de Dickens, por exemplo. «Os três Mosqueteiros» são uma autêntica planificação. O «Amor de Perdição» também. Era preciso, no entanto, sabê-lo ler antes de o poder filmar. Sôbre os duzentos e tantos romances de Camilo há, acumulada, uma camada de tempo que é preciso quebrar delicadamente, sem nada partir, sem nada tirar do valor e do sabor das obras, que é — diga-se mais uma vez — genial, cheia de intensidade dramática e satírica, com violência e dinamismo raros, com rasgos de surpreendente delicadeza e fogosa paixão.

António Lopes Ribeiro teve a coragem de seguir de perto, página a página, o seu autor escolhido. Claro que arrostava com dificuldades tremendas, com dificuldades que são difíceis de imaginar quando se tratava de aparar — sem mutilar — o diálogo de Camilo; quando se tratava de levantar diante duma plateia, uma por uma, as cenas do romance, justamente as cenas que cada um dos espectadores já tinha imaginado à sua maneira.

Mas não seria procurar dificuldades maiores alterar, para ficar depois na obrigação de criar obra nova, de valor e intensidade equivalentes?

A coragem transforma-se em bom-senso, quando tem a visão clara de que Camilo e o êxito do romance tinham criado o melhor que era possível.

Os resultados, felizes como nunca, indicam um caminho que pede continuação. A obra, que é tôda a vida do maior romancista português, romancista de conflitos, de alegrias e de tragédias, espera agora que continuem a trazê-la para os estúdios. Espera até à sua última página, aquela que dobra sôbre o tiro de São-Miguel-de-Seide.

Aí encontrará o Cinema português uma fonte inesgotável de temas, na verdade nacionais, na verdade com altura para entrar numa liça de qualidade. E esperamos que encontre mais alguma coisa: incentivo para se aproximar da Literatura, estímulo para reler com atenção contistas e romancistas que o tempo e o pouco que se lê em Portugal fizeram esquecer mas que — plano e contraplano — já adivinhavam o Cinema.

Não é a Literatura um objectivo. Se definitivamente o Cinema fôsse dar ao que se escreveu e a mais nada, acabaria a reler em vez de continuar a interpretar. A Literatura é, seguramente, uma reserva. Enquanto, por todo o mundo, uma fome devoradora de argumentos transforma os estúdios em omnívoros que engolem e digerem tudo até ao

inadmissível, a reserva da nossa Literatura, agora que começamos a descobrir a sua realidade, traz confôrto. Trará, também, se fôr bem empregada, a espinha dorsal dos temas que interessam ao Cinema português, sem nos deixar cair num regionalismo pilha ou num cosmopolitismo balofo — coisas muito defendidas quási com as mesmas razões, que são as mesmas asneiras de estratégia comercial.

Poderá julgar-se que a produção de temas novos e originais se encontraria prejudicada com esta importância. Qualquer análise serena dissipa essas nuvens. Sempre o argumento novo, original, do seu tempo e de merecimento, encontrará lugar na nossa produção — ou, então, andaríamos tão desorientados que não valeria a pena produzir. A reserva agora começada a valorizar-se representa, além de uma fôrça orientadora cheia de prestígio, uma defesa contra as crises que possam surgir, contra aquelas que obrigam a devorar tudo — a reserva alimentar que nos deixa esperar pelo trabalho do nosso agrado e produzir no caminho do nosso prestígio.

Provar, ou pelo menos aconselhar a ver, que há uma literatura portuguesa de possibilidades cinematográficas — reserva de sempre e alicerce de literatura cinematográfica original— ; deitar mão de um Manuel Lapa, de um João Fragoso e outros, isto é, de todo o benefício que pode trazer o desenvolvimento actual das artes plásticas portuguesas, para um espectáculo visual — são as indicações de maior projecção do filme de António Lopes Ribeiro.

Resultados que até são mais importantes do que o notável acêrto e apuramento de todos os sectores do «Amor de Perdição».

FERNANDO GARCIA

NOTAS

Embora esta revista não tenha data certa de publicação, devemos confessar que o 5.° número sai atrasado. Êsse facto não impedirá — assim o esperamos — que êste ano se publiquem dois números. Para que isso se verifique não é indiferente a circunstância de têrmos já em nosso poder a seguinte colaboração, brasileira e portuguesa: «O Esfôrço Intelectual na Criação», ensaio breve de Rosário Fusco; «Formação dos Limites Meridionais do Brasil», estudo histórico, de Caio Prado Júnior; «O Factor Português na Independência do Brasil», artigo de Heitor Lyra; «Castro Alves e o Sertão», estudo crítico, de Eugénio Gomes; «As Núpcias do Céu e da Terra», ensaio do mitólogo Eudoro de Sousa; «Defesa do Génio Poético Português», por João de Castro Osório; «Memórias de uma Amisade», por José Osório de Oliveira; «As Quatro Idades», das *Metamorfoses* de Ovídio —tradução dos versos latinos em versos portugueses, por António Lopes Ribeiro; «Poemas do Ausente», ou seja: quatro poesias de Anrique Paço d'Arcos; «Criação», poema de Cabral do Nascimento; «A Sombra do Cordeirinho Branco», poema de Campos de Figueiredo; «Pizicato», poema de António de Sousa; «Exorcismo», soneto de Jorge de Sena; «E agora é Primavera», poema de Natércia Freire; «Transfiguração», poema de Lygia, pseudónimo de uma nova poetisa; dois poemas de novos poetas: «Diário de Infância», de Luís Amaro, e «Desespero», de Fernando de Paços; «Balada do Alentejo», estreia poética de Fernando Garcia, com uma ilustração de Estrêla Faria; «Nosso Amor», novela de Dinah Silveira de Queiroz; «A Professora Hilda», narrativa de Lúcio Cardoso; «A Boneca de Pasta», narrativa de Carlos Parreira; «Uma Mulher Internacional», conto de Maria Archer; «As Estrêlas moram longe», conto de Maria da Graça Azambuja; «Último Dia», narrativa alentejana de um novo: Antunes da Silva; «Sôbre *Casa-Grande e Senzala*», nota crítica de Álvaro Lins; «Algumas Poetisas Brasileiras», artigo de Natércia Freire; «Retratos de Músicos Brasileiros: IV — Leopoldo Miguez», por Gastão de Bettencourt.

Não leva, êste número, as costumadas indicações bio-bibliográficas sôbre os novos colaboradores. Tivemos que desistir do propósito de informar os leitores do Brasil sôbre os colaboradores portugueses por não podermos fornecer, aos leitores de Portugal, dados idênticos sôbre os colaboradores brasileiros. Continuamos, em tudo mais, a servir a literatura de cada um dos países de língua portuguesa e a cultura comum dos dois povos lusíadas.

Uma errata, pelo menos, verificámos, já, exigir êste número. No poema de Paulo Silveira: «Franciscana», no vigésimo-sétimo verso, saíu impresso: «poderia» por «pediria» («Balbuciando, assim, eu pediria»).

Talvez não seja inútil esclarecer que a tragi-comédia «O Baptismo de Dom Quixote», de João de Castro Osório, já em 1936 era, pelo autor, anunciada (no seu livro de poemas «O Cancioneiro Sentimental») como estando no prelo.

DOCUMENTOS

CONVENÇÃO LUSO-BRASILEIRA SÔBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

No dia 29 de Dezembro de 1943, no Palácio de São-Bento, o Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho do Govêrno Português, e o Embaixador do Brasil em Portugal, Dr. João Neves da Fontoura, assinaram, em nome dos Chefes do Estado das duas Nações: General Óscar Fragoso Carmona e Dr. Getúlio Vargas, a Convenção Luso-Brasileira sôbre o sistema ortográfico.

Usando da palavra, durante alguns minutos, após a assinatura, o Doutor Oliveira Salazar exaltou a significação do acto e felicitou a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa pelo fecundo labor desenvolvido na matéria. Salientou, em seguida, a acção do Govêrno Brasileiro em prol da consecução do acôrdo acabado de firmar-se e louvou, particularmente, os esfôrços «decisivos e definitivos» empregados pelo Embaixador João Neves da Fontoura e que tinham, naquele instante, a sua consagração oficial.

Em resposta, o Senhor Embaixador do Brasil declarou acrescentar, às congratulações do Chefe do Govêrno Português, a expressão bem viva do agrado do Govêrno Brasileiro pela obra realizada. Enalteceu o espírito de boa vontade e colaboração demonstrado pelo Doutor Oliveira Salazar e seus auxiliares no Ministério, na solução de mais êsse magno problema das relações luso-brasileiras. Quanto à obra da Academia das Ciências de Lisboa e especial empenho do seu Presidente, Dr. Júlio Dantas, em favor da Convenção, achava desnecessário alongar-se, por lhes caber, como é sabido, o mérito da iniciativa, naquela hora coroada pelo êxito.

«Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa e Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, com o fim de assegurar a defesa, expansão e prestígio da língua portuguesa no mundo e regular, por mútuo acôrdo e de modo estável, o respectivo sistema ortográfico, resolveram, por meio dos seus plenipotenciários, assinar a presente convenção:

Artigo 1.° As altas partes contratantes prometem-se estricta colaboração em tudo quanto diga respeito à conservação, defesa e expansão da língua portuguesa, comum aos dois países.

Art. 2.° As altas partes contratantes obrigam-se a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para organização do respectivo vocabulário, por acôrdo das duas Academias.

Art. 3.° De harmonia com o espírito desta convenção, nenhuma providência, legislativa ou regulamentar, sôbre matéria ortográfica deverá ser, de futuro, posta em vigor por qualquer dos dois governos sem prévio acôrdo com o outro, depois de ouvidas as duas Academias.

Art. 4.° A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras serão declaradas órgãos consultivos dos seus governos em matéria ortográfica, competindo-lhes expressamente estudar as questões que se suscitarem na execução desta convenção e tudo o mais que reputem útil para manter a unidade ortográfica da língua portuguesa.

A presente convenção entrará em vigor, independentemente da ratificação, em 1 de Janeiro de 1944.

(aa) Oliveira Salazar.
João Neves da Fontoura».

ÊSTE QUINTO NÚMERO DA
REVISTA LUSO - BRASILEIRA
ATLÂNTICO
ACABOU DE SE IMPRIMIR NO
DIA VINTE E SETE DE JU-
LHO DE MIL NOVECENTOS
E QUARENTA E QUATRO, NA
OFICINA GRÁFICA, LIMITA-
DA, SITA NA RUA DA OLI-
VEIRA DO CARMO, NÚMERO
OITO, NA CIDADE DE LISBOA